Unamo-nos, sem violência e sem medo,
para vencer o arbítrio,
a prepotência e o terrorismo.
Mais do que escravos da lei iníqua,
sejamos arautos da Justiça e amantes da Verdade.
Sejamos livres,
no pleno e evangélico sentido da Liberdade,
e elevaremos o mundo acima de suas iniqüidades
e faremos triunfar os ideais
de Vida, de Amor e de Paz".

(Aos bacharéis de Direito da UFG, 29-12-80)

sem violência e sem medo dom fernando gomes

Brasil —
Pontal - PB
02-01-2006

sem violência e sem medo

S237 Santos, Fernando Gomes dos, Arcebispo de Goiânia.
Sem violência e sem medo: escritos, homilias e entrevistas. Goiânia, Universidade Católica de Goiás, 1982. 336 p. il.

1 — Teologia Pastoral. I Título.

C.D.U. 25

dom fernando gomes

sem violência e sem medo

escritos, homilias e entrevistas

universidade católica de goiás

© Copyright by
DOM FERNANDO GOMES DOS SANTOS

Coordenação: Antônio Carlos Moura, Claudina Scapini, Geraldo Faria Campos, Frei Marcos Sassatelli e Pedro Wilson Guimarães

Capa e programação visual: Laerte Araújo Pereira
Foto da Capa: Rosary Esteves
Outras Fotos: Arquivos de Dom Fernando, SPAR e "O Popular"

EQUIPE TÉCNICA:

Direção: Friedel Kothen
Supervisão: Juarez José de Souza e Sebastião Moreno
Composição: José dos Santos Resplandes
Revisão: Equipe do SPAR e Irmã Laura Chaer
Arte Final: José Gomes de Souza
Fotolito: Waldir Bonifácio da Silva
Impressão: Gilson Nunes, Luiz Carlos Correia de Lima e Sérgio Mendes
Encadernação e Acabamento: Armindo Medina, Dinivá Fraga, José Teodoro, Maria das Graças Macêdo, Maria das Graças Nunes, Vicente Ferreira.
Serviços Gerais: Josefa Margarida N. Kothen, Sônia Maria Fernandes

DIREITOS RESERVADOS À
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
Avenida Universitária 1440 - S. Universitário
Goiânia — Goiás

1982
IMPRESSO NO BRASIL
PRINTED IN BRAZIL

sumário

Apresentação 11
Prefácio 13
Alguns marcos na vida de Dom Fernando 15

unidos

As responsabilidades da Arquidiocese de Goiânia 19
O Concílio e os novos tempos 23
No Vaticano, uma voz em favor dos sacerdotes 26
As novas dioceses. A sucessão em Goiás 28
Dilema entre divórcio e família 32
Mandatários de Deus 38
A tríplice carência 40
Divórcio no Brasil 43
Duas faces do Dia das Mães 48
A esperança, apesar de tudo 51
Promoção da Justiça Social 55
"Que todos sejam um" 61

a jesus cristo

"Hora de equilíbrio e coragem" 69
Natal, reencontro do homem consigo mesmo 77
Herodes, ontem e hoje 80
Da idolatria à "civilização do amor" 83
Fortaleza da humildade 86
Fiéis à vocação 88
"Chamado do meio do povo" 91
Vocação, dom para a partilha 94

e aos irmãos

Evangelho para o índio 101
O Movimento Custo de Vida 104
Invasões e violência 107
Igreja, invasores e Polícia 110
Casa de Deus, casa dos homens 114
A greve dos operários da construção civil 117
A greve dos professores 119
Apoio aos professores unidos 123
Professores e segurança nacional 126
Obstinação do Governo do Estado 129
Aos professores de Aparecida de Goiânia 131
Apoio à reconstrução da UNE 133
Universidade, formadora do homem integral 137
Universidade à luz de Puebla 144
A UCG a serviço da comunidade 151
Aos formandos, um estímulo, um convite e um compromisso 155
Arautos da Justiça, amantes da verdade 159
Não se sacia a fome do mundo matando os famintos 163

sem violência

Prisões e terrorismo 169
Solidariedade aos presos políticos 173
Ainda prisões 175
Igreja e Justiça 178
A morte do padre Burnier 185
Como explicar? 187
Nova Iguaçu, altar do sacrifício 189
A verdade — condição para evitar a violência 191
Dom Oscar Romero, mártir da América Latina 194
A política, os partidos e o povo 199
Caminhos do futuro 202
Política e eleições em 1982 205

e sem medo

A invasão da Catedral 211
Resposta às acusações de "subversão" 222
"À disposição da Polícia" 226
Como vemos a situação da Igreja, em face do atual regime 229
Diálogo Militares-Igreja (Alocução de Dom Fernando) 240
Diálogo Militares-Igreja (Primeiro encontro no Rio) 243
Diálogo Militares-Igreja (Segundo encontro no Rio) 248
A Revista censurada 251
A Igreja não é um freio ideológico 254
Contra calúnias anônimas 257
Em defesa da CPT 259
O Presidente, único responsável 261
"A missão da Igreja é ficar ao lado do oprimido" 263
Solidariedade do Regional Centro-Oeste da CNBB 269
Julgamento em tempo de Copa do Mundo 275
Farsa em Belém: "A máscara caiu" 278
Uma entrevista sem rodeios 283
Uma resposta aos detratores da Igreja 291

apresentação

Este livro é parte das homenagens prestadas a Dom Fernando, quando ele completa o Jubileu de Ouro de ordenação sacerdotal e Jubileu de Prata de pastoreio, à frente da Arquidiocese de Goiânia, que, por sua vez, está perfazendo 25 anos de instalação.

Nele, vê-se, claro, firme e transparente, o perfil de Dom Fernando. O Pastor emerge, de corpo inteiro, seguro e sem tergiversações, à frente de seu rebanho.

Em recente reflexão conjunta, alguns padres concluíram que a vida do Arcebispo poderia ser resumida da seguinte forma: Evangelização — Missão — Fidelidade, Amor — Justiça, Promoção, Libertação, Salvação.

De fato, essa é a idéia subjacente às páginas que seguem. Pode-se perceber nelas, facilmente, o ininterrupto esforço de encarnação do Apóstolo, na realidade movediça deste Centro-Oeste, em que a Palavra de Deus foi, permanentemente, proclamada por ele com a veemência e a coragem dos grandes profetas e padres da Igreja. Sua pregação luminosa teve, sempre, o dom de persuadir, comprometer e engajar as pessoas. Por isto,

fez-se estímulo e força; participação e luta; Fé e esperança; fraternidade e promoção humana; carne e vida, no cotidiano do povo e do processo histórico de Goiás. Sobretudo, transformou-se em comovente processo de conversão em que se envolveram e cresceram, juntos, o Bispo e sua Igreja.

Os Conselhos Presbiteral e de Consultores que presidem estas homenagens jubilares decidiram a elaboração e publicação do presente livro, e o Secretariado da Pastoral da Arquidiocese (SPAR) se encarregou de tudo quanto foi necessário, juntamente com a Universidade Católica de Goiás (UCG). Partilha-se, com muitos, desta forma, o que tem sido privilégio de nossa Igreja Particular: a palavra e o testemunho de vida de seu admirado, respeitado e amado Arcebispo.

Temos certeza de que estas páginas servirão, cada vez mais, de orientação pastoral e ininterrupta renovação cristã. Que a Palavra continue, agora em forma de livro, a nos congregar e fazer renascer com a Igreja de Cristo, em Goiás, e no Brasil. E que este renascimento se torne, a exemplo de quem prega, herança libertadora de todos os homens, especialmente dos mais pobres e abandonados.

SEM VIOLÊNCIA E SEM MEDO torna-se para nós uma chance de comparecermos, com Dom Fernando, diante de Deus, em sincero hino de louvor e agradecimento, pelo muito que o Pai das Luzes fez ao grande Bispo e, por meio dele, à sua Igreja e ao povo em geral, nestes 50 anos de sofrida, mas fecunda e salvadora caminhada, em que, como diz o Autor, permanecemos "unidos a Jesus Cristo e aos irmãos, **sem violência e sem medo***", buscando construir e viver o Reino de Deus, neste Centro-Oeste do Brasil.*

Pe. José Pereira de Maria
Vigário Geral da Arquidiocese de Goiânia

prefácio

Mal sabíamos nós que o encontro com Dom Fernando, naquele longínquo 1957, iria nos dar frutos pela vida inteira, iria nos fazer beber, constantemente, da água viva, já oferecida por Cristo à beira do poço de Jacó.

As surpresas foram constantes. Da boca do pastor e de suas ações, sempre seriam distribuídas as contas do rosário da Mãe de Jesus Cristo com todas as ações do Pai.

Por que, então, confrontos com as autoridades, com os donos do poder, se o pastor não arreda o pé do terreno evangélico?

Ele é alguém que quer pão para todos; que ninguém deixe de ter casa; que o acesso à educação atinja a cada brasileiro.

E assim, por esses e outros direitos, exige mais recursos para a educação; melhor distribuição de renda nacional, das terras aos que nela tratrabalham e moram, da conservação das matas. Não estão estas exigências, claramente, expressas na Bíblia e nos ensinamentos da Igreja?

Então, por que a guerra declarada ao pastor-profeta que está, sempre, nas alegrias e tribulações, a indicar saídas e buscar novos caminhos, com seu povo?

Mesmo assim, ele está sempre a apontar aos representantes do poder seus desvios e descaminhos, convocando-os a retornarem ao seio do aprisco e a participarem da construção de uma nova sociedade em que sejam reconhecidos os direitos fundamentais do homem e onde haja lugar efetivo para todos.

Sem dúvida, é pastor, profeta — é padre zeloso, amoroso, de seu povo; todo entrega. Não se vê, em Dom Fernando, um ato de egoísmo. Ele é luta, é serviço. E, por tudo isto, quem vai a ele, agora, já percebe o cansaço, o desgaste físico, mas, também, toda a alma-grandeza de alguém que é, ao mesmo tempo, a pureza e a bondade de Chico de Assis — e a sagrada indignação do Cristo do chicote, sempre que os vendilhões buscam fazer do homem objeto de exploração, obscurecendo, nele, sua dignidade inalienável.

Vale lembrar rica passagem na vida de Dom Fernando. Cansado dos desencontros com o poder constituído, o nordestino achou que era hora de arrumar as malas. Não teve nenhuma dúvida: tocou uma carta-renúncia para Roma, e procurou arranjar uma casinha, lá na Paraíba, onde se encostar. A sabedoria papal falou mais alto, a 8 de dezembro de 1974, dia de Nossa Senhora da Conceição: era para ficar. Sabia-se que suas brigas eram necessárias, exigências do compromisso evangélico libertador. Obediente, Fernando tratou da reorganização da casa e dos trabalhos. Desde então, são oito anos de labuta diária, junto ao povo goiano, bênçãos jorrando sobre nós em meio a transformações de cada momento e lugar.

Que dizer deste homem que, às greves, às lutas dos posseiros urbanos e rurais, dos professores e dos estudantes, à negação de cada direito, tem sempre presente a resposta: "É preciso resolver, e eu estarei sempre junto, na busca da solução".

A razão do presente livro está em toda uma vida dedicada aos homens de um tempo difícil de ser vivido, de um final de civilização despontando atrás do morro. Viver nesta hora é um forte desafio, em meio aos sufocantes problemas de nossa realidade. É hora de todos acordarmos — cristãos ou não — para a luta de transformação social. Neste momento, uma ajuda fundamental, seja pela escrita, seja pela vida, se chama Fernando Gomes dos Santos.

Geraldo Faria Campos

alguns marcos na vida de dom fernando

— Dom Fernando Gomes dos Santos nasceu a 4 de abril de 1910, em Patos, Estado da Paraíba. Filho de Francisco Gomes dos Santos e Veneranda Gomes Lustosa.

— Ingressou no Seminário da Paraíba em 1921, concluindo o curso de Teologia na Universidade Gregoriana, em Roma, no ano de 1929. Foi ordenado sacerdote a 1º de novembro de 1932.

— Regressando ao Brasil, foi trabalhar em Cajazeiras, Paraíba, onde foi vigário, diretor do jornal "Rio do Peixe" e diretor do Colégio Padre Rolim. Em 1937, tornou-se vigário de Patos, sua terra natal. Marcou presença constante no sertão assolado pelas secas. Criou o Colégio Cristo Rei e o Ginásio Diocesano, tendo ainda organizado a Ação Católica, sob influência de Pio XI.

— A 4 de abril de 1943, com 33 anos, tornou-se bispo de Penedo, Alagoas. Em 1949, foi transferido para Aracaju, onde atuou no campo social, nas vocações e na Ação Católica. Propôs a criação das dioceses de Estância e Propriá, no Estado de Sergipe, com o apoio de Pio XII.

— Teve participação ativa, em 1952, na criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

— A 26 de março de 1957, foi criada a Arquidiocese de Goiânia e Dom Fernando foi designado seu primeiro arcebispo metropolitano. A 16 de junho desse ano, tomou posse. No mês seguinte, criou a **Revista da Arquidiocese**, que circula até hoje, com o lema: "A Verdade vos libertará" (João 8,32). Promoveu a circulação diária do jornal **Brasil Central.** Criou, em 1958, a Rádio Difusora de Goiânia, que serviu de base prin-

cipal para a atuação do Movimento de Educação de Base (MEB), estimulando a alfabetização e o sindicalismo dos trabalhadores rurais de Goiás. Construíu a nova sede do Seminário Santa Cruz.

— Participou, antes de 1960, do esforço pela construção de Brasília, nova capital federal. Iniciou, em 1959, com equipe de técnicos, uma experiência de reforma agrária, com a distribuição, a 50 famílias, das terras da Fazenda Conceição, em Corumbá de Goiás, município que integrava, naquela época, a Arquidiocese de Goiânia, dando aos participantes assistência técnica e social. Organizou e incentivou o Centro de Treinamento de Líderes (CTL).

— Sempre presente na luta pela educação, criou a Universidade Católica de Goiás, centro de irradiação da fé, da cultura e da ciência.

— Em 1960, foi nomeado, pelo papa João XXIII, Assistente do Sólio Pontifício, por toda a sua dedicação à Igreja. Em Goiás, continuou grande incentivador da Ação Católica.

— De 1962 a 1965, participou integralmente do Concílio Ecumênico Vaticano II, que marcou profundamente sua vida de bispo: pastoral de conjunto, colegialidade, renovação, evangelização ligada à realidade concreta, à mudança social e econômica de Goiás e do Brasil. Teve participação central na criação do Regional Centro-Oeste da CNBB.

— No esforço constante por uma Igreja voltada para o futuro, coordenou a criação de novas dioceses em Goiás: Anápolis, Ipameri, Itumbiara, São Luís de Montes Belos, Miracema do Norte, Rubiataba — além da arquidiocese de Brasília.

— Dando prosseguimento ao Vaticano II, a Igreja Latino-americana se reuniu, em 1968, com o papa Paulo VI, em Medellín, Colômbia, onde Dom Fernando teve participação destacada ao elaborar o relatório sobre Meios de Comunicação Social. A Igreja decidiu-se, nessa conferência, pelas lutas para a transformação das estruturas opressoras no Continente.

— Organizou o SPAR — Secretariado da Pastoral Arquidiocesana, como centro de irradiação e convergência de uma ação libertadora. Promoveu assembléias gerais na Arquidiocese de Goiânia, como forma de ligar, cada vez mais, Fé e vida, Evangelho e realidade. Apoiou a criação da CPT — Comissão Pastoral da Terra, em 1975, em Goiânia, e a realização de cursos e assembléias nacionais do Cimi — Conselho Indigenista Missionário.

— Mesmo sendo delegado, não participou da Conferência de Puebla, no México, mas acatou com entusiasmo suas deliberações, como as opções preferenciais pelos pobres, pela juventude, pela família, numa luta pela transformação da realidade brasileira, rompendo com as injustiças e opressões, sem violência e sem medo.

unidos

AS RESPONSABILIDADES DA ARQUIDIOCESE DE GOIÂNIA

A 6 de abril de 1958, nove meses após haver chegado a Goiânia, o arcebispo Dom Fernando divulgou sua primeira Mensagem de Páscoa, da qual se apresenta, a seguir, apenas a parte final. Dom Fernando conclama à "união das forças católicas" e anuncia a campanha pela construção de um novo prédio para o Seminário Santa Cruz, e ainda sua intenção de estruturar a Universidade Católica, para "encher de idéias nobres e elevadas a inteligência e o coração da juventude".

Iniciamos nosso episcopado em Goiânia sob o signo do chamado "desenvolvimento econômico". O Brasil está sendo sacudido pelo frêmito, já hoje irreprimível, do progresso, da expansão e da riqueza. Procura, por isso, o seu centro de equilíbrio para expandir-se harmoniosamente.

Goiás, com sua privilegiada situação geográfica e suas imensas reservas naturais, sente que chegou a hora de realizar sua vocação. Tudo é novo e tudo toma proporções imensas nesse velho celeiro do ouro e das esmeraldas.

A Igreja, também agora e aqui, deve cumprir sua missão de mestra e condutora do povo brasileiro, como soube cumpri-la em todos os momentos decisivos de nossa história. Quem não se lembra do fervor dos Padres Franciscanos celebrando a primeira Missa nas terras de Vera Cruz? Ou do zelo dos Padres da Companhia de Jesus, ensinando o Brasil a ler, a rezar e a cultivar os campos? Ou da ação desassombrada dos nossos bispos e sacerdotes na luta contra o hereje invasor, contra a ganância da Corte, contra os inimigos do Altar e do Trono, bem como em favor da independência da Pátria e da libertação dos escravos?

Como ontem, deve-se ao apostolado humilde e heróico do sacerdote católico, a obra civilizadora dos nossos sertões.

Hoje, quando Goiás faz brotar do seu seio a futura Capital do Brasil, é necessário que seus Padres e seus filhos fiéis à Santa Igreja Católica continuem a obra do passado e se antecipem às exigências do futuro.

É por essa razão que não nos cansamos de apelar para a vossa compreensão e generosidade. Muito temos a fazer, para que não nos culpem os vindouros de chegarmos atrasados.

Nesta primeira Mensagem de Páscoa que vos dirigimos, convocamo-vos a reunir todos os vossos esforços sobretudo nesses três objetivos:

1. UNIÃO DAS FORÇAS CATÓLICAS

Para dissipar as trevas da confusão e coordenar a todos os objetivos comuns em defesa da Fé Católica e dos bons costumes. Na Pastoral Coletiva dos Bispos desta Província Eclesiástica, de dezembro último, estão normas claras e seguras para essa ação coordenada e eficiente.

2. CONSTRUÇÃO DO NOSSO SEMINÁRIO MAIOR

Esta é, sem dúvida, a maior e mais urgente necessidade da Arquidiocese. Precisamos de Padres. Nossas Paróquias não podem continuar privadas da assistência religiosa. Deveis considerar com especial empenho esse nosso angustioso apelo.

Nossa maior alegria seria, pois, iniciar, sem perda de tempo, a construção do majestoso edifício destinado à formação do Clero goiano. Com as orações e os generosos auxílios da família católica e das organizações religiosas da Arquidiocese, poderíamos marcar a passagem dos bispos do Brasil por esta Capital, em julho próximo, com a pedra fundamental do Seminário Maior de Goiânia.

Fica a sugestão, como um convite à vossa Fé.

3. UNIVERSIDADE CATÓLICA

Nas páginas acima, pomos em relevo a responsabilidade da Igreja e dos Católicos, na hora presente. Se queremos ser dignos da missão que nos foi confiada, devemos intensificar o apostolado do pensamento, isto é, encher de idéias nobres e elevadas a inteligência e o coração da juventude.

É este o papel da Universidade. Por ela, a Igreja salvou o mundo do barbarismo. Por ela, bem orientada, centro de cultura e irradiação de virtudes, a Igreja salvará novamente o mundo do materialismo contemporâneo, fazendo triunfar a verdadeira ciência e os autênticos valores do espírito.

Roguemos ao Senhor Jesus, nesse dia de seu triunfo, que ilumine a inteligência dos mestres e dos alunos de nossos estabelecimentos de ensino superior, para que, em breve, se abram as portas da Universidade Católica do Brasil Central, nesta formosa e católica cidade de Goiânia.

Por fim, temos a alegria de comunicar-vos oficialmente que, de 3 a 11 de julho próximo, estarão reunidos, nesta Capital, os Eminentíssimos Senhores Cardeais, os Excelentíssimos e Reverendíssimos Senhores Arcebispos, Bispos e Prelados do Brasil e mais o Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Núncio Apostólico.

Três objetivos congregam o nosso Episcopado, em Goiânia:

1. Retiro Espiritual dos Bispos, de 3 a 6 de julho;
2. Visita dos Bispos a Brasília, no dia 7 de julho;
3. Reunião geral da "Conferência Nacional dos Bispos do Brasil" — CNBB — de 8 a 10 de julho.

Para todos, esta visita dos Pastores da Igreja significa uma grande graça e uma bênção, elevada honra e distinção para Goiânia, feliz oportunidade de levar o nome de Goiás e a notícia de seu progresso e de suas imensas possibilidades a todos os recantos da Pátria. Devemos, pois, estar à altura do grandioso acontecimento.

Graças a Deus, têm sido numerosas e confortadoras as demonstrações de júbilo que nos chegam de todas as classes e instituições, e unânime tem sido a preocupação de prestarmos aos ilustres visitantes as mais expressivas homenagens de nossa hospitalidade e de nosso reconhecimento.

O Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, num gesto de compreensão de suas altas funções e de simpática sintonização com o povo que dirige, não somente pôs à disposição da Arquidiocese o prédio para hospedagem dos bispos, como tem-se empenhado, com todos os seus ilustres Secretários de Governo, no sentido de proporcionar a melhor acolhida à Hierarquia Eclesiástica do Brasil.

Somos gratos a instituições como o IBGE, à imprensa falada e escrita, às instituições de classes e às excelentíssimas famílias que, num gesto de alta educação cívica e religiosa, têm oferecido, generosamente, sua valiosa colaboração.

Ao caríssimo Clero Secular e Regular e às prezadas Irmãs Religiosas de todas as Congregações, manifestamos nosso particular agradecimento pela inestimável ajuda e pelos incansáveis trabalhos a que se têm dedicado, para que nada falte aos venerandos Pastores da Igreja.

Convidamos, desde já, os Poderes Constituídos — o Executivo, o Legislativo, o Judiciário — com seus diferentes órgãos, as Forças Armadas, as Instituições Sociais, as Exmas. Famílias, o Clero Arquidiocesano, as Ordens e Congregações Religiosas, Ação Católica, Associações e Obras Camponesas, responsáveis pelas empresas comerciais e industriais, e o povo em geral, para a solenissima cerimônia de encerramento da Reunião Geral dos Bispos, no dia 11 de julho, em que, às 9 horas, na Catedral Metropolitana, será celebrado o pontifical de Ação de Graças.

Será esta a única cerimônia programada com a participação do povo, naqueles dias de oração e de estudo. Por isso mesmo, devemos emprestar-lhe o melhor de nosso entusiasmo e de nossa fé.

Como seríamos felizes, se, naquele dia, pudéssemos apresentar, devidamente aparelhada, pelo menos esta Capela-Mor de nossa Catedral em construção!

Com estas palavras de fervor e esses planos de ação, queremos manifestar-vos nossos propósitos de bem servir à Comunidade Arquidiocesana e estreitar, cada vez mais, os laços que devem unir os fiéis ao seu Pastor, e o Pastor aos fiéis que, por disposição divina, lhe foram confiados.

É no dia da Páscoa da Ressurreição de Nosso Senhor Jesus Cristo que se concentram todas as lutas e todas as vitórias da Igreja. Por isso, escolhemos este dia para externar-vos as nossas esperanças e pedir-vos a vossa cocolaboração para a tarefa divina de consolidar e difundir o Reino de Deus, nesta amada Arquidiocese de Goiânia.

Com votos de santas e felizes festas pascais para as vossas almas, para os vossos lares e para os vossos trabalhos, vamos conceder-vos, em nome do Vigário de Cristo, o Santo Padre Pio XII, a bênção papal.

Cristo, nossa Páscoa, nos conceda a sua paz!

O CONCÍLIO E OS NOVOS TEMPOS

Dom Fernando, que participou integralmente das sessões do Concílio Ecumênico Vaticano II, publicou, a 30 de setembro de 1962, uma longa carta pastoral em que explica, com linguagem simples e atraente, o significado do mais importante acontecimento da Igreja no século XX. A carta é dividida em três partes (reproduz-se, aqui, apenas parte da segunda): I — O que é o Concílio; II — O que podemos esperar do Concílio; III — O que devemos fazer pelo Concílio.

O mundo está passando por uma transformação capaz de alterar o rumo da história. Os novos e surpreendentes avanços da ciência e da técnica. A energia nuclear. As arrojadas viagens siderais. A transformação nas cidades e nos campos. Os novos condicionamentos da vida social. A proliferação de ideologias que surgem de cada choque emocional. A irresponsabilidade, a desconfiança, a insatisfação, a revolta entre pessoas, famílias, classes e nações. A fome e sede de verdade, de justiça, de paz e sobretudo de amor. Enfim, esse caldo de culturas, de civilizações, de anseios e esperanças, entre ilusões e desenganos, são sinais bastante significativos do processo de transição por que está passando o mundo.

Do meio dessa incomensurável Babel, surge o Concílio Ecumênico como "flor de inesperada primavera"! Sem cálculos humanos, sem maiores considerações, a voz do Vigário de Cristo se faz ouvir e se reproduz em cada canto do mundo, como voz de Deus, como raio de luz nas trevas, como o abrir do sol depois do eclipse. Um frêmito inefável, intraduzível, emociona a alma do mundo!

Antes mesmo de se ter idéia exata do Concílio, uma certa intuição iluminou os homens, como a dizer-lhes que está para chegar o que era esperado, que vai acontecer o que não podia deixar de acontecer, à vista

de todos, em benefício de todos, "como o relâmpago que rompe no Oriente e fuzila até o Ocidente" — "Sicut fulgur exit ab oriente, et paret usque in occidentem" (Mt. 24,27).

Foi sempre assim, na história da Igreja. Quando algo de grave e profundo atinge os alicerces do Reino de Deus, cumpre-se a promessa: "Eu estarei convosco" (Mt. 28,20); "non praevalebunt" (Mt. 16,18).

INCREMENTO DA FÉ

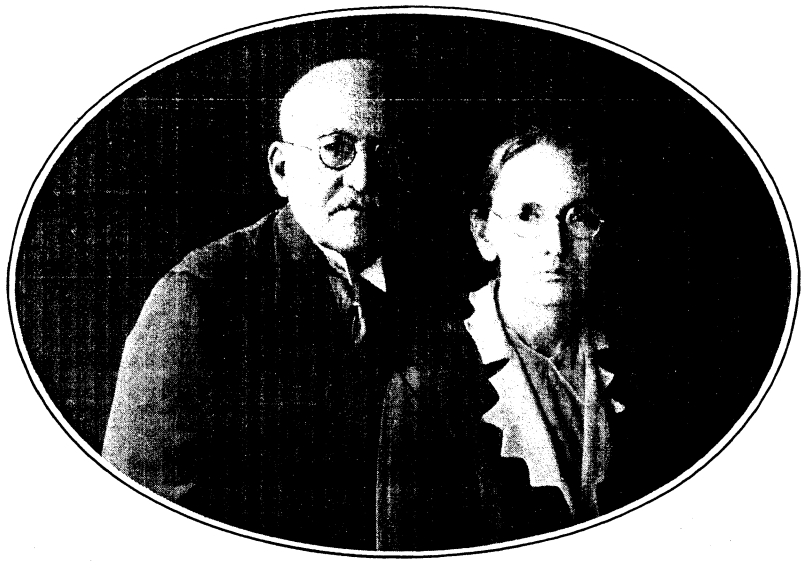
O problema mais sério e profundo da hora presente é de ordem religiosa. Esta afirmativa poderá parecer ingênua, se considerarmos os vibrantes e solenes pronunciamentos dos que, pretendendo ocultar o sol com as mãos, fazem girar todas as coisas em torno do econômico.

Porque o povo, em sua imensa maioria, está morrendo de fome e de miséria, sem pão, sem terra, sem escola, sem saúde, chegam à conclusão de que, se a questão econômica fosse satisfatoriamente resolvida, todos teriam pelos menos o indispensável. A conclusão é certa, mas é superficial enquanto procura colocar o econômico como eixo de tudo. Aprofundemos o assunto.

Por que não há melhor distribuição da riqueza? Por que está faltando pão na casa do pobre? Simplesmente porque o pobre é pobre? Então, estaríamos diante de uma proposição logicamente absurda, de uma afirmativa redundante, de um efeito sem causa: o pobre é pobre porque é pobre! Não. Ele é pobre porque lhe falta o necessário, mas lhe falta o necessário porque os bens são mal distribuídos. E os bens são mal distribuídos por falta de justiça. Esta falta de justiça provém de alguém, de alguma **pessoa**, seja o patrão, seja o proprietário, seja o mesmo pobre, sejam todos de uma vez. A injustiça não vem da terra, nem da produção, nem dos meios de produção, nem dos armazéns, nem dos transportes. Mas dos homens que os detêm ou administram.

E agora? Como localizar as pessoas que cometem injustiça? Para isto existem a Lei, o Direito, o Governo, os organismos de classe, os tribunais. E se tudo isso falhasse?

Neste caso, a falta de justiça continuaria, mais agravada ainda, não só nas pessoas como naqueles órgãos, isto é, nos homens por eles responsáveis. E daí? Resultariam a irresponsabilidade, a arbitrariedade, a violência, o ódio, a vingança, a inversão dos valores, o caos!



▲ **Francisco Gomes dos Santos - Veneranda Gomes Lustosa - pais de Dom Fernando -**

▲ Com seus colegas de Seminário na Paraíba (1927)

▼ No centro, D. João da Mata, primeiro e único bispo de D. Fernando, como Padre. Clero da Diocese de Cajazeiras-PB (1934)

Onde está o problema econômico? Ficou lá atrás, por falta de justiça. Portanto, o problema, nas suas raízes e nas suas causas, não é de ordem econômica, mas de ordem moral, porque é na ordem moral que se situa a justiça. E esta não existe sem verdade, sem equidade, sem respeito mútuo, sem autoridade, sem Deus, fonte e fim de toda a ordem moral.

Entendemos agora a palavra de Jesus Cristo: "Buscai antes de tudo o Reino de Deus e sua justiça, e todas as coisas vos serão dadas por acréscimo". (Mt. 6,33). Não disse simplesmente "buscai a Deus e tudo vos será dado", mas "buscai o Reino de Deus e sua justiça". Ora, o Reino de Deus na terra é a Sua Igreja, instituída pelo próprio Jesus Cristo, para estabelecer as relações do homem com Ele. O conjunto dessas relações chama-se Religião.

Se o homem e a sociedade se afastam da Religião, distanciam-se das fontes da moral e, conseqüentemente, da justiça, que tem sua origem, sua força e sua eficácia na lei de Deus.

Uma das finalidades do próximo Concílio Ecumênico é incrementar a Fé. Isto quer dizer: restaurar o prestígio da Religião, recolocar a sociedade em bases cristãs.

Nessas últimas décadas, transformou-se a fisionomia do mundo, também sob o aspecto religioso e moral. O laicismo dominou a vida pública. O abuso da liberdade tornou-se, por assim dizer, a norma dos costumes. O que mais preocupa não são as falsas religiões, mas a anti-religião, o anti-Deus, a supressão da ordem sobrenatural, a descrença das verdades reveladas: céu, inferno, vida eterna, mandamentos da lei de Deus, primado do espírito sobre a matéria... são realidades postas de lado, esquecidas, combatidas por muitos.

Sobre esses assuntos de premente atualidade e de repercussões universais, os Padres Conciliares, em união com o Sumo Pontífice, terão oportunidade de pronunciar-se. A presença da Igreja de Cristo, atuante e atualizada, far-se-á sentir para interpretar as aspirações humanas, discernindo o joio do trigo e, mais uma vez na História, reconduzir os homens aos caminhos do Senhor.

NO VATICANO, UMA VOZ EM FAVOR DOS SACERDOTES

Durante a Terceira Sessão do Concílio Vaticano II (de setembro a Novembro de 1964), Dom Fernando fez uma memorável intervenção a propósito do Esquema em que se discutia a figura dos sacerdotes na Igreja. O pronunciamento do Arcebispo ficou registrado nos Anais do Concílio (Volume IV da edição brasileira, compilada por Frei Boaventura, Editora Vozes, pág. 164), e motivou a revisão do texto que se discutia.

326) Fernando GOMES DOS SANTOS, Arcebispo de Goiânia, no Brasil (falou em nome de 112 Bispos do Brasil e de outras nações): "O esquema, mesmo em sua nova redação, causou a nós e a muitos outros Padres Conciliares uma grande desilusão. Julgamos que o texto das Proposições constitui uma injúria aos nossos diletíssimos sacerdotes que trabalham conosco na vinha do Senhor. Se o Concílio Vaticano II disse coisas tão belas e sublimes, quando tratou dos Bispos e dos Leigos, por que agora, ao se tratar dos sacerdotes, diz tão pouco e de modo tão imperfeito? Não ignoramos a reta intenção daqueles que elaboraram o esquema em exame, mas até a louvamos. Só deploramos o resultado. As premissas estabelecidas na Relação sobre o proêmio, segundo as quais o texto teria valor para ambos os cleros, tiveram uma infeliz conseqüência: não foram bem considerados nem o clero secular nem o regular. Além disso, o modo paternalista de falar não se harmoniza absolutamente com o modo teólogico e verdadeiramente pastoral dos demais esquemas e não raramente estabelece para os sacerdotes coisas que não ousamos estabelecer para nós mesmos, como, por exemplo, as questões da pobreza, da vida comum, da fuga da vaidade, da simplicidade no vestir, da procura de títulos etc. . . Os nossos queridos sacerdotes esperam de nós algo de muito diferente. Esperam um texto que exponha com mais penetração a teologia do sacerdócio e que, assim, apresente a verdadeira imagem da vida sacerdotal,

segundo a imagem de Cristo Sacerdote, e a verdadeira imagem do ministério sacerdotal segundo a imagem da Igreja plenamente renovada e segundo as legítimas exigências dos homens que, em meio às trevas, procuram o caminho, a verdade e a vida daquele eterno Sacerdote que continua presente nos nossos queridos sacerdotes. Portanto propomos, Veneráveis Padres Conciliares, e insistentemente vos pedimos, Eminentíssimos Moderadores, que, depois que a questão for considerada com muita reflexão, o texto em exame não seja submetido à votação, mas seja redigido um novo, mais condigno, que seja discutido e votado na próxima quarta Sessão do Concílio". **(Alguns aplausos)**. "Entregaremos à Secretaria do Concílio outras observações redigidas por escrito sobre a questão. Mas, Veneráveis Padres Conciliares, não nos deixemos levar pela pressa, que se opõe à perfeição. O sacerdócio é algo de muito grande e de muito sagrado. Não podemos tratá-lo com pressa. Aos nossos sacerdotes, chamados conosco para trabalhar pelo Senhor, devemos pelo menos este testemunho de amor e de veneração". **(Aplausos).**

Extraído de: CONCÍLIO VATICANO II
Vol. IV — Terceira Sessão (Set. Nov. 1964) compilado pelo Pe. Frei Boaventura Kloppenburg — pág. 164 (Ver página 160).

AS NOVAS DIOCESES. A SUCESSÃO EM GOIÁS

Nesta entrevista concedida a 19-7-1965 à Rádio Difusora, o Arcebispo fala sobre a visita do Núncio Apostólico, Dom Sebastião Baggio, e sobre a criação das novas dioceses, que seriam desmembradas da Arquidiocese de Goiânia (Ipameri, Itumbiara, Anápolis). Perguntado, não se furtou a um pronunciamento sobre a situação política do Estado, que se preparava para a eleição direta de um novo governador. "Paira no ar a impressão de que nos livramos do caos, mas caímos no vácuo", comentou Dom Fernando.

Aproxima-se o tempo da visita a Goiânia do Exmo. Sr. Núncio Apostólico no Brasil, Dom Sebastião Baggio. Estamos informados de que a Arquidiocese está elaborando um vasto programa de solenidades para os dias em que o ilustre Visitante permanecerá entre nós. V. Exa. poderia antecipar-nos, em linhas gerais, como vai ser o programa?

— É motivo de júbilo para todos nós recebermos a visita do Embaisador da Santa Sé. – Dom Sebastião Baggio está sendo esperado em Goiânia nos dias 7, 8 e 9 de agosto. O programa está sendo elaborado, mas ainda não dispomos de todos os dados para efetivá-lo. Em linhas gerais, será o seguinte: no dia 7 de agosto, à tarde, em hora que será oportunamente divulgada, chegada de S. Exa. — Recepção no aeroporto — Cortejo até à Praça da Catedral, onde se concentrará o povo para saudá-lo. — No dia 8, Missa festiva na Catedral, às 9 horas — Visita à Rádio Difusora, ocasião em que S. Exa. dirá uma palavra de bênção ao povo goiano. — Visita aos bairros de Vila Coimbra e Vila Operária — Almoço oferecido pela Sociedade Goianiense — À tarde, continuação das visitas aos bairros da Cidade: Fama, Nova Vila, São Francisco, Macambira. — No dia 9, visita à Cúria Metropolitana, à Universidade, ao Exmo. Sr. Governador e Autoridades — À tarde, recepção no Seminário Santa Cruz, bênção do novo prédio, Missa concelebrada com os Srs. Bispos e Vigários — Jantar

com os Srs. Bispos, Sacerdotes e Seminaristas. — No dia 10, S. Exa. deverá retornar ao Rio. Esperamos que estejam presentes todos os Bispos de Goiás e os Sacerdotes da Arquidiocese. Estamos convidando as Exmas. Autoridades, Associações de Classes, Associações Religiosas, Instituições, Colégios, Escolas e as Famílias.

— Dom Fernando, a visita do Sr. Núncio Apostólico se prende, de algum modo, à criação das futuras dioceses de Anápolis, Ipameri e Itumbiara? Trata-se de alguma decisão da Santa Sé a respeito da criação das novas circunscrições eclesiásticas?

— Acredito que a visita de S. Exa. será útil também sob esse aspecto. Entretanto, não há ligação direta com o assunto das dioceses. S. Exa. vem visitar Goiânia com o objetivo de conhecê-la e ministrar a bênção litúrgica ao novo Seminário. Terá, porém, oportunidade de sentir de perto nossas necessidades e entrar em contato com os Vigários responsáveis pelas possíveis sedes das futuras dioceses e das paróquias que poderão integrá-las. Por outro lado, é oportuno ressaltar, verifica-se um entusiasmo crescente em torno da idéia de enriquecer o Estado com novas circunscrições eclesiásticas. No dia 1º de junho, realizamos em Ipameri o "Dia da Futura Diocese" com grande êxito. O Mons. Domingos Pinto de Figueiredo foi a alma da festa que congregou os Sacerdotes, as Religiosas e as Representações Paroquiais daquela região. Ipameri, com o Sr. Prefeito e demais Autoridades, com as suas instituições, colégios e famílias, esteve à altura do acontecimento. O mesmo iremos realizar em Itumbiara, no dia 27, e em Anápolis, no dia 30 do corrente mês. As notícias que nos chegam são as mais alvissareiras, demostrando como o povo goiano tem sabido corresponder a este empenho por seu progresso espiritual e material.

— Foi noticiado que V. Exa. visitou o general Nogueira Paz. Poderíamos saber o objetivo da visita e suas consequências, de vez que se trata do Comandante da 11ª Região Militar, sediada em Brasília?

— O general Nogueira Paz esteve em Goiânia por ocasião da crise que culminou com a deposição do governador Mauro Borges. Naquela ocasião, ele procurou o Arcebispo, que se encontrava em Roma, mas conferenciou com o Exmo. Sr. Bispo Auxiliar, Dom Antônio Ribeiro. Ultimamente, tive conhecimento de que S. Exa. desejava conhecer-me pessoalmente e marcamos uma audiência. A visita teve caráter informal e causou-me a melhor impressão. Trata-se de um homem de elevadas virtudes cívicas e desejos de somar os esforços de quantos estejam dispostos a colaborar pelo bem da Pátria. Em companhia de Dom Antônio Ribeiro e do Prof.

Waldir Luiz Costa, Procurador da Mitra, conversamos longamente sobre o Estado de Goiás nos seus variados aspectos, inclusive a respeito das implicações políticas, econômicas e sociais resultantes dos acontecimentos pós-Revolução. Foi um diálogo que considero grandemente proveitoso, não apenas para as nossas relações pessoais, como para melhor compreensão e colaboração em função do bem comum.

— Sr. Arcebispo, pedimos licença para fazer uma pergunta que reflete, sem dúvida, a curiosidade natural e legítima dos nossos radiouvintes. Há uma expectativa geral, no sentido de saber qual o pensamento do Arcebispo, a respeito da situação política de Goiás. Poderá V. Exa. dizer aos radiouvintes uma palavra sobre o problema sucessório?

— O problema sucessório de Goiás não pode deixar de preocupar a todos os que desejam o bem do Estado. Se isto acontece sempre que há eleições, na presente conjuntura o assunto toma proporções excepcionais. Goiás foi, por assim dizer, revolvido nas suas bases políticas: a deposição do governador Mauro Borges, a intervenção federal do Coronel Meira Matos e a eleição pela Assembléia Legislativa do Marechal Ribas Júnior, fizeram com que o Estado contasse três governantes em três meses. Esses acontecimentos revelam a gravidade de uma situação que repercutiu no corpo social, exatamente porque a crise o atingiu na cabeça. — Há observadores que interpretam as circunstâncias atuais com alguma esperança, mas não deixam de constatar um travo de melancolia na fisionomia do povo. Por um lado, são indicados aos postos eletivos homens possuidores de virtudes cívicas, desejosos de colocar a serviço do Estado sua capacidade de trabalho, sua inteligência, seu devotamento à causa pública, sua juventude ou sua experiência. Por outro lado, não obstante o esforço do Governo e dos Partidos Políticos, há uma sombra de angústia, de medo, de incerteza, não só no que se refere às eleições de outubro, como, sobretudo, quanto às consequências do rumo dos acontecimentos pós-Revolução.

Paira no ar a impressão de que nos livramos do caos, mas caímos no vácuo: a situação econômica ainda confusa, o crescente aumento dos gêneros de subsistência, os inexplicáveis equívocos em torno dos conceitos de subversão e corrupção, a preocupação excessiva de inquerir quem é pró ou contra qualquer coisa, criam um ambiente de constrangimento, de tristeza, de amargura, que gera a desconfiança, impossibilita a espontaneidade, anula a iniciativa, desestimula o trabalho, provocando a desilusão ou a revolta, a covardia ou a violência. Há o perigo de perder-se o equilíbrio do bom senso.

Nestas circunstâncias, com que ânimo irá o povo escolher os seus governantes? Parece inadiável uma conjugação de esforços, no sentido de restituir ao ambiente social a paz dos espíritos, a alegria da fraternidade, a confiança indispensável ao convívio humano. Valem mais a compreensão e a união dos homens do que todas as medidas, por mais necessárias e oportunas, de ordem puramente econômica ou policial. Cumpre à Revolução, sem represálias ou ressentimentos, favorecer e estimular as forças vivas do Brasil. Verá que todas elas desejam sinceramente servir à Pátria comum, sem outra linha a não ser a da justiça que nos dá a paz, e a da verdade, na caridade de Cristo, que nos proporciona a segurança da ordem e a prosperidade do trabalho construtivo.

Os candidatos que se propuserem a melhor interpretar e cumprir esses anseios da alma popular terão mais possibilidade de vitória do que aqueles que prometeram, farisaicamente, resolver os nossos problemas de ordem puramente econômica, desligando-os, porém, de seus aspectos humanos, espirituais e morais. O problema de casa própria, por exemplo, é grave e urgente. Mas supõe, sem dúvida, que o homem que vai morar na casa seja mais considerado e mais valorizado (não apenas na fase pré-eleitoral) do que a casa feita por causa dele e para ele. O mesmo se deve dizer do alimento, do vestido, da riqueza, do bem-estar. Fazemos os mais ardentes votos para que o povo goiano acerte na escolha dos novos governantes, nesta hora difícil e decisiva para o futuro deste grande Estado.

As eleições de outubro poderão ser a grande oportunidade para apagar as irrefletidas impressões dos que, fora do Estado, imaginam Goiás como reduto de "subversivos e corruptos". O Estado é pacífico. O povo, laborioso e bom, já atingiu a maioridade política para discernir o que lhe convém e a necessária educação cívica para suportar com elevação e dignidade até mesmo os que pretendem tratá-lo como criança. Precisamos de homens que governem com decisão e controle. Mas isto terá que ser o fruto de sua formação, de sua consciência, de seu respeito às leis de Deus e às normas do Direito. A Revolução não foi feita para derrogá-las, mas para cumpri-las, como se pode deduzir das declarações oficiais. É, porém, urgente e necessário que os homens públicos e bem intencionados ajudem o Governo da República (que alguns inexplicavelmente preferem chamar Governo da Revolução) a realizar a nova ordem que a Revolução se propôs, para tirar-nos do caos e colocar-nos na plenitude da vida democrática.

DILEMA ENTRE DIVÓRCIO E FAMÍLIA

Incansável defensor da família, Dom Fernando escreveu diversos artigos contra a dissolução do casamento, dos quais foram selecionados os quatro que se seguem, todos publicados na **Revista da Arquidiocese.** *Neste primeiro, de março de 1975, Dom Fernando mostra o sofisma dos que defendem o divórcio e expõe, com clareza, a posição da Igreja.*

Parece que está chegando a hora das grandes decisões. Sob muitos aspectos e em diversas questões, o homem de hoje está sendo chamado a reafirmar as suas convicções, diante das adversidades e contestações que surgem.

DIVÓRCIO OU FAMÍLIA

Um desses problemas consiste em confirmar sua decisão em favor da família, ou revogá-la em favor do divórcio. Pelo menos neste ponto, não há divergências sérias: o divórcio destrói a família; a família é incompatível com o divórcio.

O problema coloca-se, portanto, em termos de preferência — caso haja um conflito que nunca deveria haver — entre o bem individual do homem e da mulher que se casam e o bem da família como elemento indispensável à estabilidade social.

O assunto é de tal modo profundo e global que supera os limites desta ou daquela religião, desta ou daquela ideologia, destes ou daqueles sistemas sociais, políticos e econômicos. Nesta questão atinge-se o cerne da sociedade e da própria natureza da pessoa humana.

O SOFISMA

O grande sofisma, inegavelmente sugestivo, atraente, emotivo e apaixonante, desloca o problema para os dramas íntimos que flagelam as famílias desajustadas ou infelizes.

Diante do crescente número de lares que se desfazem pelos mais variados motivos, surge a fórmula mágica do **divórcio**, que teria o condão de resolver as dificuldades daqueles lares e até de prevenir futuros dissabores. Apresenta-se em nome da liberdade permissiva que sacudiria o jugo de pressões, apreensões e opressões de toda natureza. Tudo simples, fácil e agradável para muitos, dependendo, apenas, de substituir um dos artigos da Constituição. Isto sob o aspecto jurídico. Não haverá, porém, outros aspectos a considerar?

UMA QUESTÃO DE PREFERÊNCIA

Dissemos que, a nosso ver, o problema coloca-se em termos de preferência entre o bem individual do homem e da mulher que se casam e o bem da família como elemento indispensável à estabilidade social. Explicitemos este ponto:

— É lamentavelmente fora de dúvida que cresce em proporção alarmante, nos dias de hoje, o número de lares desajustados ou infelizes.

— Em face desta constatação sociológica, propõe-se, como medida saneadora, o divórcio, isto é, legalizar as uniões que se sucedem, depois de uma experiência frustrada. Por outras palavras: a lei civil desfaz a constituição jurídica da primeira família e se dispõe a desfazer quantas famílias venham a constituir-se, ao arbítrio dos casais desajustados, desde que apresentem alguma alegação que um diploma legal convencionou considerar satisfatória para justificar um novo casamento perante o Estado.

— O divórcio apresenta-se, portanto, baseado num dispositivo de lei, com o objetivo de sopitar os desajustamentos familiares. Resolve, porém, o problema? Os desajustamentos vão deixar de existir, se as suas causas não só permanecem, como recebem vigoroso estímulo para se juntarem inúmeros outros motivos para novos e mais cruéis desajustamentos?

AS CONSEQUÊNCIAS

A família, nesse caso, transforma-se numa abstração jurídica, sem

personalidade, sem direitos e deveres definidos e estáveis, movediça e frágil, porque deslocada de sua base, alienada dos bens e fins a que se destina.

Quais as consequências desse desmoronamento familiar? Já nem é necessário falar da situação dramática dos filhos, "órfãos de pais vivos", nem dos desequilíbrios de toda ordem que atormentam as consciências e provocam a desarmonia nos lares, refletindo-se em todas as outras atividades particulares, empresariais e públicas. É a sociedade que se polui moralmente, contaminando tudo, provocando, em cadeia, os efeitos da desagregação das outras instituições humanas, porque todas elas têm seu fundamento na família.

Diante desse quadro desolador, nesta hora em que a propaganda divorcista sacode a opinião pública, não seria mais seguro e prudente, mais humano e sensato, debelar as causas desses desajustamentos? Percebe-se, sem muito esforço, que a sociedade está viciada a ponto de tornar-se difícil a vida, quer sob o aspecto conjugal, quer sob o aspecto familiar e social.

Qual o benefício que o divórcio poderá oferecer para coibir a prostituição, o aborto provocado, o adultério, a degradação moral do homem e da mulher, a revolta incontrolável dos filhos de famílias desajustadas, a paternidade irresponsável, a negação dos valores do espírito?

Se verdadeiramente desejamos enfrentar o problema com seriedade e bom senso, a solução não está no divórcio, mas numa atitude sincera e firme de preparar cuidadosa e criteriosamente o casamento, libertando a opinião pública do rolo compressor de uma propaganda insensata e envolvente que desfigura o sentido da família e subtrai-lhe a autenticidade que provém de sua origem divina.

OS CASAIS DESAJUSTADOS

Como resolver os casos, cada dia mais frequentes, de casais desajustados ou infelizes?

— Antes de tudo, convenhamos que cada caso é **único**, não obstante todos serem igualmente dolorosos. Não há vacina preventiva nem remédio específico para evitar ou corrigir os desajustamentos familiares. Quando isto acontece, a solução poderá ser encontrada, mais cedo ou mais tarde, com uma condição, porém: a de que toda pessoa, homem ou mulher, queira colaborar na solução de seu caso particular. A resposta certa, fundamentalmente, virá de dentro, isto é, da consciência individual onde cada um encontra-se a sós com Deus. Seria inútil qualquer tentativa de solução eficaz, se a pessoa abstrai da fonte do amor, do perdão, da reconciliação, ou da fortaleza interior para vencer as vicissitudes e sacrifícios até mesmo heróicos, por vezes exigidos dentro ou fora do casamento. É claro que não bastam as boas intenções e os bons propósitos. Providências externas, seguras e bem orientadas, são igualmente necessárias.

PROVIDÊNCIAS URGENTES

Quais seriam essas providências? É difícil enumerá-las, mas algumas são urgentes: campanha de esclarecimento sobre o valor intrínseco do matrimônio e da família; melhor orientação dos meios de comunicação a respeito desse assunto; moralização dos costumes; valorização do sexo como instrumento do aprimoramento moral da pessoa humana; orientações claras e bem fundamentadas, demonstrando que o casamento abraça o conjunto dos valores biológicos, éticos, psíquicos, econômicos e sociais, no contexto global em que se encontra a sociedade, aqui e agora. Em todo caso, é preciso recordar que a sociedade deve ser constituída de pessoas conscientes de sua dignidade, livres de escolher o bem ou o mal, mas dispostas a arcar com as consequências de seus atos. Além disso, é necessária a conjugação de esforços das pessoas e instituições particulares e públicas, no sentido de colaborar com o Estado no cumprimento da missão que lhe compete — não a de legislar sobre a natureza do casamento que é direito exclusivo do Criador do homem e da mulher, mas de coibir os excessos que estimulam os desajustamentos familiares; defender os seus direitos inalienáveis; urgir o fiel cumprimento de seus deveres; sustentar o equilíbrio moral, econômico e social de cada família.

Se o ambiente social está contaminado, dificilmente as pessoas, solteiras ou casadas, poderão libertar-se da corrupção que é a chaga mais profunda e generalizada nesta fase crepuscular de uma civilização. Na verdade, a nossa geração é simultaneamente protagonista e vítima de um mundo maravilhoso em que se atribuem, às coisas, prerrogativas de pessoas, enquanto as pessoas cada vez mais são tratadas como coisas.

ATITUDE DA IGREJA CATÓLICA

A Igreja Católica, pela autoridade de seu Magistério, não transige, não cala, não se omite neste assunto. Só entende o casamento válido se for monogâmico e indissolúvel, realizado segundo os critérios da reta ra-

zão, isto é, de acordo com as exigências da dignidade da pessoa humana, em função da constituição de uma família estável, celula primordial e insubstituível da sociedade humana. Um católico, portanto, que se afastasse desse ensinamento fundamentado na Revelação, que é também um postulado da lei moral, já não estaria professando a fé que abraçou no Batismo.

Mas o problema não é apenas religioso; atinge a humanidade em todos os seus aspectos e em todas as suas dimensões. A Igreja Católica, por mandato do seu divino Fundador, o Cristo Jesus, a transmite aos homens e mulheres de todos os credos e condições de vida. Advoga um direito universal, pois também ela é constituída de pessoas humanas, corresponsáveis, como membros do mesmo corpo social. Se uma parte, mesmo majoritária numericamente, se afastasse do Centro de equilíbrio da sociedade, não só a Igreja, como a Humanidade, teriam que sofrer as imprevisíveis consequências desse desequilíbrio básico. Não é, pois, com intenção de predomínio de seus pontos de vista que toma esta atitude firme e clara. Age desta maneira porque ela existe, não tanto em função de si mesma, mas a serviço do mundo. Sua missão é ser sinal e instrumento de salvação da humanidade inteira, mediante Jesus Cristo, único Salvador.

Há os que se recusam a aceitar esta conceituação que de si mesma faz a Igreja Católica. Respeitando o modo de pensar dos outros, ela permanece fiel à fé e à missão que lhe dão sentido e vida. A verdade não deixará de ser verdade pelo fato de alguns preferirem negá-la ou alhear-se dela, na vida particular ou pública.

Esses esclarecimentos visam a desfazer as sutilezas sofisticadas dos que, desviando-se do tema em questão, argumentam que o divórcio seria apenas para os não-católicos e que a Igreja não tem o direito de impor a sua doutrina aos que estão fora de seus quadros institucionais. A Igreja, porém, continuará a defender a família, seja ou não constituída de seus adeptos.

Para os católicos, oferece o **sacramento do Matrimônio**, enriquecido de recursos divinos específicos. Por isso, o problema do divórcio não tem sequer lugar para discussão entre os que lhe são fiéis.

CONCLUSÃO

Em resumo, o divórcio nada resolve. Ou o homem do nosso tempo reconhece sua nobre condição de membro da humanidade, feito à imagem e semelhança de Deus e assume, com decisão, suas responsabilidades familiares, profissionais e sociais, pois esta é a sua missão — ou seremos todos esmagados pela obra de nossas próprias mãos: "Convertei-vos, — diz o Senhor Jesus — porque, se não vos converterdes, perecereis todos" (Lc. 13,5).

Os cristãos e homens de todos os credos são impelidos, nesta hora, a refletir sobre esta questão com serenidade, espírito crítico e disposição de defender a família constituída segundo os desígnios de Deus-Criador. Por outro lado, não podemos deixar de congregar esforços, no sentido de elevar a sociedade humana e procurar minorar os efeitos dos males que afligem a todos igualmente, cristãos ou não-cristãos.

Confiamos na orientação do Governo e no espírito público dos representantes do povo: vereadores, deputados estaduais, deputados federais e senadores da República. Estejamos todos vigilantes porque temos o direito de esperar que sejam fiéis ao mandato que lhes foi confiado em favor do Bem Comum. Em questões como esta, a fidelidade consiste em consolidar os alicerces do edifício social, com ânimo firme, quaisquer que sejam as influências ou pressões de pessoas ou grupos, mesmo atuantes e numerosos.

O desafio está lançado à consciência de cada cidadão. Cremos e esperamos no uso reto e bem orientado da liberdade, iluminada pela verdade, guiada pela justiça e fortalecida pela Caridade de Cristo, redentor e salvador dos homens.

MANDATÁRIOS DE DEUS

Neste artigo, publicado em outubro de 1975, o Arcebispo alerta os deputados federais e senadores sobre sua responsabilidade na tramitação do projeto sobre o divórcio. "Os legisladores, mais do que de seus eleitores, são também mandatários de Deus", lembrava Dom Fernando. "Não é da alçada de nenhuma autoridade humana fazer ou desfazer casamentos, mas apenas reconhecê-los ou não, conforme as exigências do Autor do matrimônio".

Há pessoas que se admiram porque a Igreja Católica persiste em defender o casamento monogâmico e indissolúvel. Consideram-na fora da realidade e talvez insensível às infelicidades que sufocam muitos casais.

Diante de tantos casos dolorosos, no meio das famílias, há os que procuram a solução simplista de dissolvê-las perante a lei civil, de modo que os esposos separados possam contrair novas núpcias e constituir perante a mesma lei civil outra família.

A Igreja, entretanto, reafirma esse princípio básico da nova ordem social reafirmada por Jesus Cristo. Procura convencer os homens e as mulheres de todos os lugares e de todas as culturas de que o problema está mais nas disposições interiores daqueles que se casam e nos meios de que necessitam para construir um lar digno e feliz. Se os que se casam buscassem apenas um diploma legal para justificar suas uniões, sem assumir as responsabilidades da vida conjugal, de que valeria o casamento civil ou religioso? Não haveria casamento no sentido de união de vida e comunhão no amor, mas apenas um rito, uma cerimônia mais ou menos pomposa, sem responsabilidade ou compromisso.

Por outro lado, o Estado e a Igreja não poderiam dar valor a um ato meramente simbólico e vazio, de vez que o casamento, por sua natureza, implica numa responsabilidade grave que interessa à comunidade. Como tal, compete à autoridade responsável pela ordenação da vida social oferecer os meios e dispor os critérios justos para que o casamento preencha os requisitos indispensáveis à consecução dos bens do matrimônio.

Não é da alçada de nenhuma autoridade humana fazer ou desfazer casamentos, mas apenas reconhecê-los ou não, conforme as exigências do autor do matrimônio. Mesmo que os nubentes fossem ateus, Deus não deixaria de existir, nem a ordem por Ele estabelecida seria modificada. Sua existência e a ordenação do universo independem das opiniões ou conveniências desse ou daquele homem, dessa ou daquela escola ou maneira de pensar.

Segundo os ensinamentos revelados por Deus, nenhum homem tem o direito de governar ou dominar outro homem. A autoridade para governar vem de Deus e nenhum homem teria esse poder se por Ele não lhe fosse dado. Foi o que Jesus Cristo declarou a Pilatos, de maneira clara e insofismável. Se o mandato de governar vem de Deus, a pessoa revestida de autoridade poderá não ser fiel ao mandato divino, poderá abusar do poder. Poderá mesmo apoiar-se nas armas e fazer prevalecer o seu arbítrio; mas terá que prestar severas contas aos homens e sobretudo a Deus. Aconteceria, nessa hipótese, o regime do terror e da tirania.

Os Legisladores, mais do que de seus eleitores, são também **mandatários de Deus** e, por isso, revestidos de autoridade. Mas essa autoridade é limitada e condicionada. Não lhes compete fazer ou desfazer a família. Compete-lhes, isto sim, regulamentar a lei do matrimônio, oferecendo meios para que os casados possam cumprir com segurança os seus deveres. Ultrapassar esses limites seria abusar do mandato que lhes foi confiado e abalar os fundamentos da sociedade.

Essas considerações são difíceis de ser aceitas numa sociedade esquecida dos valores que superam os interesses e conveniências da ordem econômica e política. Mas serão sempre valores fundamentais dos quais dependerão a sã economia e a sã política.

Alimentamos a esperança de que os nossos legisladores voltem suas atenções para as verdadeiras causas dos lamentáveis desajustamentos familiares. Não há necessidade de dissolver a família. É, porém, necessário e urgente consolidá-la, dissolvendo, isto sim, os artifícios e artimanhas dos que pretendem obter "maiorias" ocasionais para fabricação de dispositivos que poderão constar nos textos legais, mas nunca serão condizentes com a reta razão e os bons costumes de nossa cultura.

A TRÍPLICE CARÊNCIA

A grande maioria das famílias brasileiras não se preocupa com a questão do divórcio — que é considerado "negócio de rico". A tríplice carência das famílias, segundo este artigo, de março de 1976, refere-se aos conhecimentos, ao amor conjugal e aos meios materiais.

Os senadores e deputados divorcistas anunciam que vão aproveitar o recesso parlamentar para, em contato com as bases eleitorais, conseguir o apoio popular aos projetos que visam a implantação do divórcio no Brasil.

Tudo depende da maneira de colocar o problema. Se o povo fosse consultado e pudesse expor suas angústias e necessidades, os senhores senadores e deputados compreenderiam que o verdadeiro desejo do povo é encontrar solução para a tríplice carência que flagela a quase totalidade das famílias:

1. **Carência de conhecimentos** claros e exatos do que sejam matrimônio e família e, consequentemente, quais os direitos, deveres e responsabilidades dos esposos e pais.

2. **Carência de amor conjugal** que fecunda uma vida a dois, a comunicar-se e completar-se nos filhos, projetando na sociedade os valores da família como fonte de santidade e elevação social.

3. **Carência de meios** para fazer a família crescer e manter-se. Essa carência de meios atinge a maioria das famílias da classe média e a totalidade das famílias abaixo da classe média. Manifesta-se na falta de recursos estáveis para a educação dos filhos, saúde, moradia, lazer e, não raro, para a própria subsistência.

Diante dessa realidade fácil de comprovar, chega-se à conclusão de que o problema é grave e complexo. Os projetos divorcistas estão muito longe de resolvê-lo e muito perto de tumultuar a conjuntura jurídica, social, econômica e religiosa da família.

A propaganda do divórcio pretende quebrar o vínculo do amor conjugal, agravando as dificuldades, sem nada fazer para suprir as carências citadas. Só mesmo um empenho firme e conjunto do Estado, das Igrejas, das outras instituições, particularmente das próprias famílias, conseguiria remover as causas de tantos desajustamentos.

Ninguém de boa fé, porém, desconhece a força da lei para ajudar a solução. Os nossos legisladores prestariam um serviço inestimável ao futuro da Pátria, se aproveitassem o contato com as bases para um levantamento realista da situação das famílias, sobretudo no que se refere à carência de meios, de vez que o assunto é da atribuição dos membros do Congresso Nacional.

Por outro lado, esse contato com o povo, durante o recesso que vai até março, poderá ser uma oportunidade para as famílias atuarem junto a seus representantes no Senado e na Câmara, no sentido de exigirem deles medidas concretas e eficazes que assegurem às famílias carentes os recursos indispensáveis a uma existência condizente com a dignidade humana.

Não está nas possibilidades das famílias pobres pensar em divórcio, que é por muitos considerado "negócio de rico", sem espírito cristão. Segundo outros, toda essa celeuma, com ampla cobertura de certos meios de comunicação, não passa de pretexto para salvar as aparências do "status" convencional da chamada classe alta da sociedade. Há mesmo quem chegue a citar nomes dos mais interessados no divórcio, como a dizer que o objetivo seria legislar em proveito próprio ou de amigos, servindo-se da confusão reinante na sociedade enfraquecida pelo crescente esvaziamento dos valores morais.

Pobre não se divorcia. Pobre se junta com terceira pessoa, porque para ele não chega muitas vezes sequer o conhecimento da lei. Assim procede, na maioria dos casos, impelido pelas carências acima referidas.

Se desejamos minorar os efeitos do angustiante problema, é urgente uma campanha bem orientada no sentido de esclarecer o que é casamento e proporcionar aos que se casam os meios para uma vida humana e digna.

Os meios de comunicação, por sua vez, terão o maior empenho em colaborar com programas de autêntica restauração dos costumes. As agências patrocinadoras não correriam o risco de canalizar recursos para desmoralizar o que há de mais santo e elevado no contexto social. Por fim, a corrupção verá extinta uma das fontes mais fortes para protegê-la e acobertá-la. Todos seriam beneficiados com estas providências.

A família é a primeira igreja, a primeira escola, a primeira aprendizagem da fé, do civismo e das virtudes humanas e cristãs. Se este centro de formação se corrompe, se desagrega ou se fecha, esgota-se a fonte mais abundante de compreensão que alimenta o trabalho solidário, a ajuda recíproca, a alegria fraterna. Sem a família economicamente estável e socialmente segura e respeitada, a sociedade resseca e decai, mesmo que se torne maravilhosa sob outros aspectos.

DIVÓRCIO NO BRASIL

Aprovada pelo Congresso a emenda constitucional que implantou o divórcio, Dom Fernando escreveu este artigo, publicado na **Revista da Arquidiocese** *de julho de 1977. O Arcebispo critica especialmente o "oportunismo" de parlamentares da Oposição, que, pouco depois de terem criticado as reformas impostas pelo chamado* **pacote de abril,** *valem-se de um dos casuísmos do mesmo* **pacote** *para aprovar a emenda divorcista.*

Finalmente foi aprovada a emenda divorcista. Os 226 votos (120 da Arena e 124 do MDB) foram suficientes para alterar o texto da Carta Magna, já mutilada pelo arbítrio do sr. Presidente da República.

Antes do ato do chefe do Executivo, eram exigidos dois terços dos senhores senadores e deputados federais. Requer-se agora apenas a metade mais um dos congressistas. Tudo mais fácil, mais cômodo, sem aviso prévio ao povo, sem Assembléia Constituinte, desde que as funções legislativas sejam exercidas com autorização do Executivo que, no atual regime, não de direito, mas de fato, é o supremo legislador.

O sr. Presidente não julgou de "interesse nacional" a estabilidade do casamento civil. Preferiu confinar o assunto à esfera individual, e deixá-lo à mercê da "consciência" de cada votante. Cristão não católico, estaria obedecendo às diretrizes de sua Igreja, ou a motivos políticos? Neste caso, a estratégia foi bem sucedida: conseguiu somar votos da Arena e do MDB e deixar, benignamente, a impressão de que o Poder Legislativo, ao menos para fazer divórcio, é autônomo.

Terminada a segunda e última votação, o presidente do Congresso, senador Petrônio Portela, ressaltou, eufórico, a soberania da Casa e o clima democrático nela reinante.

O presidente Geisel parece ver a dissolução do casamento civil como algo perfeitamente normal. Talvez considere também sem maior relevância jurar fidelidade à Constituição e depois modificá-la sem consultar nem mesmo as lideranças políticas.

O partido oposicionista, tachado pelo Sr. Presidente como "minoria ditatorial" por ter usado de seus direitos até então constitucionais, protestou contra a maneira insólita de promulgar as reformas contidas no chamado "pacote de abril". Com surpresa geral, elementos da mesma Oposição, logo depois, sem o menor escrúpulo, serviram-se daquilo que rejeitaram com tanto vigor aparente, para apresentar emenda constitucional, abrindo a porta para o divórcio. Respeitamos o modo de pensar e agir dos divorcistas. Era natural e compreensível que continuassem a lutar em defesa dos seus princípios. O oportunismo, porém, comprometeu a seriedade da iniciativa. Perdeu a Oposição o momento propício para firmar-se perante a Nação. Preferiu dar um atestado melancólico de sua incoerência cívica, com prejuízo de sua força moral.

As votações processaram-se em clima emocional e tumultuado, não obstante as advertências da Mesa. Umas 1.500 pessoas que lotaram as galerias, aos gritos, aplausos ou apupos, atribuíram a si mesmas prerrogativas de porta-vozes de mais de 110 milhões de brasileiros.

A emenda divorcista foi aprovada por 14 votos além do estritamente exigido por uma das "reformas do pacote". De nada valeram argumentos, apelos, advertências, que traduziam con fidelidade os anseios de milhões de famílias constituídas conforme a Lei de Deus e as normas da Constituição que vigorava.

Prevaleceram as conveniências grupais de ordem política, econômica e sociológica, interpretadas segundo os interesses de cada votante.

Os argumentos divorcistas eram, por vezes, surpreendentes. Um deles alegava que, implantado o divórcio, o Brasil automaticamente ultrapassaria a barreira do subdesenvolvimento e seria contado entre as nações civilizadas. Segundo o parecer do líder divorcista, o divórcio colocaria o nosso País em condições de igualdade com os outros, cujos representantes, segundo ele, podem, nas reuniões diplomáticas ou internacionais, apresentar a esposa legal, exigida pelas circunstâncias.

O problema fundamental da família foi absorvido pelo sofisma do **desquite.** Palavra mágica que serviu, durante a discussão do importante

tema, como causa predominante dos múltiplos, complexos e difíceis dramas familiares.

A grande vítima foi a família pobre que, não obstante constituir a imensa maioria, continua desprezada e desrespeitada. A fome, a doença, a carência do indispensável à subsistência tendem a agravar-se, sobretudo para os filhos abandonados, entregues aos vícios ou à revolta.

Os legisladores humanos não perceberam que exorbitaram de suas atribuições quando pretenderam revogar a lei divina, no que diz respeito à constituição e natureza do Matrimônio, que é indissolúvel por força, não da lei eclesiástica, mas do direito natural, que obriga a todos os homens, cristãos ou não cristãos, por mais variado que seja o seu uso nas diferentes culturas. É triste, muito triste, que povos cristãos regridam neste ponto fundamental, dificultando a construção da sociedade inspirada nos ensinamentos de Cristo, restaurador da ordem estabelecida pelo Pai que no-lo enviou.

Esqueceram-se os legisladores humanos de que é seu dever defender a família, proporcionando-lhe os meios indispensáveis à estabilidade dos lares, ao respeito e às condições de vida honesta e digna.

AS CONSEQUÊNCIAS

Antes mesmo que a emenda constitucional tivesse sido promulgada e regulamentada por lei especial, o senador Nelson Carneiro admitia que "a emenda constitucional, aprovada quinta-feira (23 de junho) pelo Congresso, não era a que ele desejava, mas a única capaz de receber a necessária aprovação". Mais adiante, "não esconde a esperança de uma regulamentação tornar o divórcio automático em menos tempo do que agora supõe que será necessário". Na mesma página do jornal **O Estado de S. Paulo,** página 10, sábado, 25 de junho de 1977, "o deputado Rubem Dourado anunciou que pretende iniciar imediatamente uma série de consultas com o objetivo de instituir no Brasil o **divórcio puro e simples,** numa fórmula que dispense, para a efetivação do rompimento do vínculo matrimonial, os prazos de carência a serem incorporados na regulamentação da emenda aprovada".

QUANTO CUSTA?

É ainda o senador Nelson Carneiro, na mesma página do citado jornal, que esclarece: "Se a legislação do divórcio enveredar pelos caminhos

da legislação do desquite, deverá haver dois tipos de processos: os amigáveis, rápidos, de custo nunca inferior a 20 mil e nunca superior a 30 mil cruzeiros, e os litigiosos, mais complexos, que poderão custar até 100 mil cruzeiros". Não se referiu ao preço do divórcio, caso seja abolida a figura jurídica do desquite. Provavelmente não haverá processos rápidos ou mais complexos. Tudo será mesmo tão simples, fácil, barato, até para o pobre? Nessa hipótese, quem lhe dará os meios de subsistência? Se não houver uma providência nesse sentido, o problema será agravado ainda mais com o diploma legal que instituiria a miséria legalizada, com todas as suas dolorosas consequências.

INDISSOLUBILIDADE

De tudo se conclui que o verdadeiro objetivo foi, de qualquer maneira e a qualquer preço, retirar da Constituição a cláusula da indissolubilidade do casamento civil. Afastado este obstáculo, o resto será inevitável, mais cedo ou mais tarde. Não seria para admirar que fosse suprimida a "mera formalidade" do casamento, até porque, sem estabilidade, o casamento seria planta sem raiz ou semente plantada na areia movediça das emoções ocasionais e passageiras.

CONCLUSÃO

Uma vez consumado e legitimado o divórcio pela lei que o regulamentará, aguardaremos a atitude da Igreja como Povo de Deus e as diretrizes de seus Pastores. Em qualquer hipótese, a Igreja de Cristo terá sempre a missão de anunciar o Evangelho a todos os homens e não apenas a seus fiéis. Da fidelidade dos homens à Mensagem divina dependerá a sorte da sociedade e da convivência humana.

Na babel que se constrói no mundo de hoje, é lícito perguntar até quando a justiça divina suportará que os seus desígnios sejam ultrajados pela insensatez dos que esmagam o seu povo com leis injustas e arbitrárias.

Mas não adianta discutir ou fechar os olhos à cruel realidade. Nosso dever é aceitar mais este desafio e salvar o que ainda pode ser salvo. Este dever não é só da Igreja, mas de todo homem de bom senso, como tem acontecido nos países onde a legislação civil aprovou o divórcio.

Quem sabe se tudo isso não nos ajudará a perceber o perigo que ameaça a humanidade? Cada dia torna-se mais patente o terrível dilema:

sobreviver, obedecendo aos ditames da razão iluminada pela Mensagem do Evangelho, ou apressar a hora da destruição pelos terríveis instrumentos já preparados para explodir a qualquer momento?

Prefiramos viver!

Só um Homem pôde dizer que é o caminho, a verdade e a vida. Evidentemente a vitória é da Verdade e da Vida. Por que duvidar que Ele é o Caminho?

Nossa vocação e nossa Esperança é Jesus Cristo. E Ele nos assegura: "Eu venci!"

DUAS FACES DO DIA DAS MÃES

O Dia das Mães de 1976 ensejou a Dom Fernando escrever este artigo, em que condena o contraste entre "o desfile degradante da nudez luxuosa" de mulheres ricas e "a procissão da miséria vestida de andrajos" das pobres.

Menos mal que na sociedade consumidora e agressiva que aí está, desafiando os valores, rebentam, aqui e acolá, sinais de reconhecimento e estímulo às legítimas aspirações humanas.

O dia dedicado às mães é como um desabafo, uma válvula de escape que deixa entrever o que se passa no íntimo dos corações.

Por trás da sofisticação, da hipocrisia, das pressões de toda ordem, o que realmente motiva e consola é a elevação de propósitos da humanidade sofredora e oprimida.

O Dia das Mães é um exemplo que mostra as duas faces da mesma realidade. De um lado, a preocupação exagerada pelos interesses, nem sempre elevados, que se aproveita das esperanças em desespero das multidões carentes, para tirar o máximo proveito nos negócios, nos divertimentos duvidosos, na exploração da mulher. De outro lado, é a autenticidade da mulher que se esforça por libertar-se das teias transparentes que revelam a sua beleza, mas comprometem o seu decoro. É o empenho da Igreja em mostrar o lugar e a missão da mulher na obra de restauração. É o conjunto de aspirações da parte superior da pessoa que deseja reencontrar-se com dignidade.

▲ Representantes da Paróquia de Patos, na posse de Dom Fernando, em Penedo (1934)

▲ Sagração episcopal de Dom Fernando (4.4.1943), com o sagrante, Dom Moisés Coelho e os co-sagrantes Dom José Delgado e Dom Mário Vilas Boas

▼ Dom Fernando, seminarista em Roma, com os colegas mais amigos

Se houvesse sincera disposição de honrar e dignificar as mães, além dos sugestivos slogans e das poesias líricas em sua homenagem, haveria também conjugação de esforços para ajudá-las a cumprir a nobre missão que lhes foi confiada. A sociedade não permitiria o desfile degradante da nudez luxuosa de umas, nem a procissão da miséria vestida de andrajos em que outras se encontram.

Não falamos apenas da nudez camuflada dos mini-vestidos ou da escassez dos recursos indispensáveis à subsistência. Referimo-nos ainda ao nudismo interior que se despe dos valores do espírito e manifesta-se na frivolidade das palavras e atitudes. Referimo-nos à miséria moral que se generaliza entre ricas e pobres, como reflexo de uma civilização suicida que se gloria do progresso estonteante das coisas e parece insensível ao aviltamento da honra das pessoas.

São frequentes, nos jornais e revistas e mais frequentes ainda nas cenas televisivas, a fotografia das duas faces que retratam a imagem do mundo em transição. Em parte, isso é decepcionante. Mas não deixa de ser uma esperança. As coisas chegam a tal grau de saturação que, em diversos lugares e circunstâncias, percebem-se sintomas de restauração. Dir-se-ia que a humanidade está cansada e entediada de tanto desasseio físico e moral.

Surpreendentemente, observa-se como o processo de libertação está se tornando mais visível e quiçá mais eficiente e rápido de baixo para cima. São as pequenas comunidades dos bairros pobres e dos povoados humildes que dão o exemplo do que será a sociedade de amanhã.

As mães pobres e virtuosas, com seus esposos e filhos, tomam dia por dia mais consciência de sua dignidade e de sua missão. Nas chamadas classes elevadas também se nota um esforço digno de louvor. Não é muito raro o abraço fraterno de mães ricas e pobres, na obra comum de elevação do nível cultural, moral e religioso das diferentes camadas da sociedade.

As reflexões à luz do Evangelho, envolvidas em preces, penetram por toda parte. Organizações como os Cursilhos e o Movimento Familiar infiltram-se e influenciam ricas e pobres. Os Institutos Religiosos e as Associações dispõem-se a ultrapassar a faixa estreita da piedade meramente pessoal e colocam-se a serviço das comunidades. As Igrejas Cristãs começam a rezar juntas e somar iniciativas em benefício de todos.

Como convencer os responsáveis pelas empresas, os administradores, os políticos, os parlamentares e, mais que todos, os que assumem cargos de direção e governo, de que é no ambiente familiar e no relacionamento humano das pequenas comunidades que se reconhece e desenvolve o valor da vida e do trabalho?

Assim como a procura da Unidade é hoje o ponto de convergência das Igrejas, assim também o respeito e a consideração às pessoas e instituições deveriam ser a preocupação constante, sincera e patriótica dos que assumem a responsabilidade de governar. A Nação não é apenas o Governo, mas a soma de tudo e de todos os que a constituem. Governantes e Governados são como partes de um todo, igualmente responsáveis, respeitadas as condições e missões de cada um, sempre em função do crescimento harmonioso do corpo social.

Na base das estruturas humanas está a família. Por isso, o Dia das Mães e o Dia dos Pais revestem-se de singular importância. Afinal, não são eles os primeiros e mais eficientes educadores do Homem? Sem mães e pais bem orientados, estimulados e respeitados, sucumbirá a Pátria, que subsiste na medida em que soma, eleva, defende e consolida a integridade de todos os lares.

A ESPERANÇA, APESAR DE TUDO

O dinamismo do novo papa, João Paulo II, a realização da Conferência de Puebla e a conquista da abertura política pelo povo brasileiro são alguns sinais de esperança no meio do turbilhão de conflitos em que a sociedade está mergulhada. Esta foi a Mensagem de Páscoa de Dom Fernando em 1979.

Apesar da crescente corrupção econômica, política e social, este ano de 1979 apresenta sinais alvissareiros de esperança. A pergunta feita às mulheres que se dirigiram ao sepulcro de Jesus Cristo está despertando os homens e as nações do nosso tempo: "Por que procurais entre os mortos Aquele que está vivo?" (Lc 24,5).

1. João Paulo II iniciou o seu pontificado louvando e convidando o mundo a louvar Jesus Cristo vivo, Cabeça da Humanidade, Rei do Universo e Senhor da História.

2. A III Conferência do Episcopado Latino-Americano, realizada em Puebla, revigorou as conclusões do Vaticano II, de Medellín e das Conferências Episcopais do continente.

3. A Campanha da Fraternidade, realizada nesta Quaresma em todo o Brasil, está fazendo muita gente levar a sério a defesa do meio ambiente, como condição de sobrevivência.

4. No campo político, aqui no Brasil, a chamada abertura política está a demonstrar que não se trata de mera concessão governamental,

mas de uma justa exigência dos cidadãos que não têm mais condições de suportar o regime de exceção que marginalizou o Direito e a Justiça.

5. As populações oprimidas, nas cidades e nos campos, tomam consciência do seu valor de pessoas humanas e de suas prerrogativas inalienáveis de filhos de Deus.

Estes pontos são sintomas de que alguma coisa está mudando a situação intolerável a que são submetidos muitos povos e que se reflete em nosso meio.

Grupos ambiciosos, arbitrários e injustos destroem as reservas naturais. Tornam o trânsito desordenado e assassino, como se os veículos fossem dirigidos por pessoas sem o uso da razão. Transformam muitas indústrias em focos de envenenamento da população. Fazem do lucro desonesto e exagerado a fonte maior da poluição da riqueza geradora da miséria de multidões sem terra, sem salário adequado, sem emprego ou com sub-emprego. Aumentam suas rendas muito acima do salário daqueles que trabalham e não conseguem o indispensável para sustentar a família. O pior é que esta gritante desigualdade revolta muitos pobres. Na sua desconfiança crônica, tornam-se irresponsáveis ou entregam-se aos falsos "doutores da lei" que os despojam até dos direitos que lhes foram assegurados pela Justiça do Trabalho.

Em condições como essas, como conter a onda de desespero, de criminalidade, de assaltos, que ultrapassa a capacidade e a competência da ação policial?

Como se não bastasse, grandes empresas multinacionais, sem lei e sem ética, desrespeitam a soberania das nações e os direitos humanos, para subjugar pela força do dinheiro países em desenvolvimento. As superpotências assinam acordos de paz, ao mesmo tempo em que se enriquecem sempre mais com a venda tresloucada de armamentos aos países satélites, estimulando a guerra de uns contra os outros.

Por toda parte, corrompem a juventude em nome da liberdade do sexo. Esterilizam as fontes da vida, sob pretexto de defendê-la. Degradam a família para salvaguardar os interesses da sociedade de consumo. Os crimes que se cometem contra a dignidade humana terminam gerando ou estimulando a agressividade, e esta, a represália. Por vezes a repressão tem sido mais sofisticada e cruel do que a violência dos que se revoltam diante da injustiça institucionalizada.

Coroando de espinhos esse quadro apenas esboçado, há ainda os que oprimem e tiranizam cidadãos indefesos, abusando da Segurança Nacional, transformada em ideologia, como valor absoluto. Não faltaram os que pretenderam envolver a Igreja. Constituíram-se em juízes da Doutrina Revelada por Deus e perseguiram alguns de seus representantes que, para defender os pobres e injustiçados, tiveram a coragem evangélica de rejeitar distinções e privilégios que os obrigariam ao silêncio da omissão ou da conivência.

Como diria um velho padre do sertão, se não houver uma anistia geral e recíproca, um mata-borrão que apague essa página negra de nossa história, quem escapará da justiça divina?

Nós homens continuamos a crucificar Jesus Cristo, quando matamos ou maltratamos os nossos irmãos. Pregamos, teoricamente, a verdade, a justiça, a paz, mas, por ação ou omissão, praticamos a iniquidade.

Convençamo-nos de que o sepulcro onde O depositaram está vazio e Ele está vivo, no meio do povo. Resta-nos apegar-nos de todo o coração à divina certeza de que só Ele é o Salvador e o Libertador.

É Ele quem nos convida ao compromisso de uma ação coordenada, solidária e fraterna. Vamos todos, vamos unidos, restaurar a nova Ordem Social, preconizada no Evangelho.

Continuemos, sem desfalecimento, a formar os novos padres, os novos líderes, os novos profissionais, os novos profetas. Convidamos a todos e a cada um, as Organizações e os Institutos, as Universidades e as Escolas, a Imprensa, o Rádio, a Televisão, o Teatro e outros centros de cultura. De modo especial, com muita confiança, estimulamos as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que oferecem "possibilidade concreta de participação na tarefa eclesial e no compromisso de transformar o mundo" (Puebla, 491).

Convidamos — por que não? — os que governam, os que legislam, os que distribuem a Justiça, a proclamarem Jesus Cristo e o seu Evangelho nas repartições públicas, nas tribunas do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras Municipais, bem como nos organismos judiciários. Essa atitude seria mais eficiente e consoladora do que a tarefa ingrata de revolver processos, pesquisar crimes já consumados, acrescentar denúncias sobre denúncias, sobretudo quando a lei se sobrepõe ao Direito e o arbítrio coloca-se acima da Justiça.

Antes e acima de tudo é preciso evangelizar, isto é, anunciar Jesus Cristo e restaurar a Ordem Social que Ele pregou e que está sendo menosprezada e até destruída pelo egoísmo e pelas situações de pecado que escravizam o Mundo.

Voltemos aos pontos indicados no começo, na certeza de que este ano apresenta sinais que nos podem levar de volta ao caminho da Justiça, do Amor e da Paz.

Estes os nossos votos, na celebração da Páscoa deste ano.

PROMOÇÃO DA JUSTIÇA SOCIAL

A 25 de abril de 1980, atendendo a convite de Dom Fernando, cerca de 130 pessoas, representando os "valores da Arquidiocese e da comunidade goianiense", compareceram ao auditório do SPAR, onde o Arcebispo fez este pronunciamento. Após analisar a situação sócio-política do País e a missão da Igreja, Dom Fernando anunciou a instituição, a nível arquidiocesano, da Comissão Justiça e Paz, da Comissão Pastoral da Terra e do Centro de Informação pelos Meios de Comunicação Social.

1. INTRODUÇÃO

Grave, conflitante e complexa é a situação social, política e econômica do País. Os meios de comunicação social não cessam de tecer comentários sobre o assunto. Creio que é dever de todos os membros das comunidades maiores (Cidades, Municípios, Estados) esforçarem-se no sentido de despertar seus valores humanos e mobilizar as organizações e entidades de classe para uma ação coletiva e corresponsável, em favor da Justiça Social.

Surge assim, a necessidade imperiosa de uma ação conjunta, vigorosa e atuante, que congregue os cidadãos em torno de objetivos fundamentais que valham como alicerce do grande edifício social.

2. MISSÃO DA IGREJA

Julgo oportuno que a Arquidiocese de Goiânia ofereça também a sua contribuição. Mesmo os que não têm fé nem religião, ou imaginam uma Igreja que pretendesse salvar almas desencarnadas, abstraindo dos aspectos vitais e históricos das pessoas constituídas de corpo e alma, devem compreender, pelo menos, que a Igreja é uma grande força sociológica

na América Latina e, no Brasil, exerce uma atuação benéfica e de inegável influência. Sem pretensão de proselitismo e muito menos de domínio, a Igreja tem a missão de transmitir a mensagem do Evangelho a todos os homens. Sintetiza sua maneira de agir em dois pontos: **anunciar** o que Jesus Cristo ensina aos que preferem segui-lo e **denunciar** tudo o que contraria o Plano de Deus, contido no Evangelho.

3. ABUSO DO PODER E IDOLATRIA

Frequentemente essas denúncias referem-se ao **abuso** do Poder que tem sua origem no próprio Deus, mas é desvirtuado pelos homens. Como conseqüência necessária, as denúncias abrangem a **idolatria** do dinheiro, a **idolatria** do prestígio enganoso que endeusa os poderosos, a **idolatria** dos excessos do sexo que aviltam as pessoas e corrompem os costumes, desfibrando moralmente a sociedade.

4. RESPEITO À PESSOA HUMANA

A mensagem evangélica pressupõe o homem todo (corpo e alma), com suas prerrogativas inalienáveis de pessoa, com direito à **Liberdade**, à **Verdade** e à **Justiça**, cujos frutos são a Paz e o Amor. Para restaurar essas prerrogativas perdidas, veio Jesus Cristo, verdadeiro Deus e verdadeiro homem; se fez nosso Irmão e se entregou por todos, vencendo o pecado e a morte. A Igreja tem que anunciar tudo isso, até que os homens, na medida da aceitação da Mensagem, se comprometam a segui-lo, como condição irrevogável para a sua plena realização.

5. LIMITAÇÕES DA IGREJA

A Igreja reconhece também que, divina em sua origem, em seu fim e nos meios de que dispõe para salvar e libertar a humanidade, embora permaneça substancialmente imutável, na sua parte humana está sujeita às influências positivas e negativas do meio em que vivem os seus membros. Necessita, pois, da ajuda da sociedade. Requer não apenas os meios sobrenaturais, como os meios naturais e terrenos, não só para subsistir como instituição inserida no tempo e no espaço, como também para os seus membros que são homens como os demais. Os cristãos, mesmo aceitando Jesus Cristo, chamados a ser suas testemunhas, não estão isentos de sofrimentos e fraquezas, como qualquer outra pessoa. São homens no meio dos homens, fracos no meio dos fracos, pecadores no meio dos pecadores. Sabem que isoladamente não têm condições de superar as conseqüências de seus pecados pessoais ou dos pecados coletivos que poluem a sociedade.

6. IGREJA COMO INSTITUIÇÃO

Mesmo como instituição, carrega suas limitações e tem que estar em contínua renovação e aprimoramento. Como reza uma das Orações Eucarísticas, a Igreja é, simultaneamente, "santa e pecadora". A constituição sobre a Sagrada Liturgia, no proêmio, afirma: "A Igreja caracteriza-se por ser, a um tempo, humana e divina, visível mas ornada de dons invisíveis, operosa na ação e devotada à contemplação, presente no mundo e no entanto peregrina".

7. ESCÂNDALO FARISAICO

Admirar-se ou escandalizar-se das falhas humanas da instituição ou dos erros e pecados dos seus membros, além de ser atitude farisaica, é ignorar a "genuína natureza da Igreja". É desconhecer todo o processo de nossa Redenção, já consumada em Jesus Cristo, mas em constante marcha no conhecimento do mistério do Cristo Ressuscitado e nosso Companheiro de viagem, até que Ele venha para o julgamento final.

8. TRABALHO ORGANIZADO

Enquanto caminhamos na terra, requer-se um trabalho incessante, organizado e eficaz, que congregue os homens de boa vontade, dispostos a renunciar a muita coisa para jamais prejudicar a Liberdade, a Verdade e a Justiça, indispensáveis à tranquilidade da Paz e ao prêmio inconfundível e suave do Amor, no meio das adversidades e dos entrechoques humanos.

9. EVANGELIZAÇÃO E PROMOÇÃO DA JUSTIÇA

Ensina o Concílio Vaticano II, na Constituição Pastoral **Gaudium et Spes**, que "o progresso econômico deve permanecer sob a deliberação do homem. Não pode ser abandonado ao só arbítrio de poucas pessoas, ou de grupos economicamente muito poderosos, nem só da comunidade política, nem de algumas nações mais ricas. A justiça e a eqüidade exigem também que a mobilidade, necessária a uma economia em desenvolvimento, seja organizada de tal modo que a vida dos indivíduos e de suas famílias não se torne instável e precária" (G.S.65.66).

Compreende-se que a Igreja, anunciadora da mensagem evangélica e denunciadora das situações de pecado procure se organizar e estimular a cooperação das pessoas e instituições que se dedicam ao bem comum. Não se trata de imiscuir-se na política partidária, mas de evangelizar,

ou seja, promover a Política em seu mais alto significado, de vez que é no Evangelho que os atos humanos adquirem seu conteúdo pleno em função da construção da cidade (polis) terrena. Assim como não seria fácil sequer ensinar os rudimentos da Fé a quem estivesse morrendo de fome, antes de alimentá-lo; do mesmo modo torna-se muito difícil conseguir toda a eficácia do Evangelho e fazer os homens crescerem na Fé, se o ambiente social estiver dominado pela injustiça, pela opressão, pela miséria física e moral.

10. A SITUAÇÃO ATUAL

A Nação acompanha com interesse a formação dos Partidos Políticos, mas não confia muito em resultados concretos que minorem a gravidade dos problemas. O clima é de expectativa e temor, a julgar pelo noticiário cotidiano. Há, sem dúvida, valores em todas as agremiações que tentam arregimentar-se politicamente. Paira, porém, uma sensação de mal-estar que se estende pelo País, porque os detentores do Poder parecem estar orientados no sentido de instalar o Partido Único, sinônimo de Ditadura, mesmo admitindo e até estimulando a criação de pequenos partidos, sem maiores expressões, que serviriam para simular o Estado Democrático. Depois de 15 anos em "regime de exceção", anunciou-se a chamada abertura política, aliviando tensões e alimentando esperanças. Há nesse sentido a palavra do presidente João Figueiredo, que jurou restituir ao País a Democracia plena, mas até agora o essencial permanece inalterável. O raciocínio do Grupo dominante parece ser o seguinte: organizar, a qualquer preço, o Grande Partido de sustentação do Poder; deixar que se organizem pequenos partidos colaterais, como válvula de escape, sem condições de se firmarem; o resto será secundário; uma coisa, porém, é definitiva e intocável: o Poder Único, escravizado, paradoxalmente, aos interesses econômicos de um capitalismo pérfido que pretende transformar o lucro exagerado e desumano em valor absoluto.

11. O PODER ÚNICO

O Grupo que encarna o Poder Único pretende, a partir de conhecidos centros de orientação político-ideológicos, considerar como expressões subordinadas ao Poder as funções judiciárias, legislativas, militares, religiosas, científicas, universitárias, técnicas e das outras fontes de atividades, como a do Operariado e a dos Estudantes.

O Poder Único nas mãos de determinado grupo parece atribuir a si mesmo prerrogativas divinas, como se fosse onipotente, onisciente e onipresente, dispondo para isso da força todo-poderosa da Polícia Federal, dos sábios da Escola Superior de Guerra e dos agentes — presentes em toda parte — do Serviço Nacional de Informações.

O sistema, porém, não tem funcionado a contento. Constatou-se que a Polícia Federal defronta-se com os poderes estabelecidos na Constituição e não pode substituí-los; os mentores da Escola Superior de Guerra não são tão sábios a ponto de modificar a dura realidade que aí está; o Serviço Nacional de Informações desorientou-se, tomando, por vezes, o caminho da delação e da represália oficial.

Mesmo assim, considerando-se a fantástica estratégia, temos que reconhecer que o plano, embora não seja original porque parece ser uma tentativa de mexicanizar o sistema político, é engenhoso, intercalado de alguns sucessos e grandes fracassos, simultaneamente arrogante e abrangente. Restam, porém, algumas perguntas inquietantes: poderá dar-se o nome de Democracia a essa supervalorização do Poder? Esse regime corresponde às justas aspirações do Povo consciente e livre? Será tal sistema possível num País como o nosso?

12. POLÍTICA MAL CONDUZIDA

Sejam quais forem as respostas, o certo é que o aspecto político, por mais importante que seja, não esgota as atividades e os anseios da Nação. A política partidária, de si mesma, é incapaz de abraçar e resolver todos os problemas básicos de um País. Mas uma política mal conduzida perturba a vida nacional e poderá criar o caos, o desespero, a luta fratricida.

13. PROMOÇÃO SOCIAL

Nas atuais condições torna-se necessária e urgente a dinamização da promoção da Justiça Social. A participação da Igreja é exercida pelo setor pastoral de defesa e promoção da Justiça. Alguma coisa se tem feito de maneira mais ou menos ocasional e desarticulada, sem visão global da complexidade dos problemas e, por isso, sem maior eficácia.

14. ALGUMAS COMISSÕES

Em resumo, a Arquidiocese pretende instituir a Comissão Justiça e Paz, a Comissão Pastoral da Terra e o Centro de Informação pelos Meios

de Comunicação Social, em âmbito arquidiocesano, em coordenação com os órgãos congêneres de nível nacional.

15. DOCUMENTO DE ESTUDO

Esse pronunciamento é um convite aos valores da Arquidiocese e da comunidade goianiense. Esperamos que seja o início de um diálogo franco. Vamos em comum instituir os três itens (cf. nº 14), como ponto de apoio à ação evangelizadora do meio onde vivemos e trabalhamos. Estudaremos também, em comum, a maneira de levar o que for resolvido ao conhecimento da opinião pública, pedindo a colaboração de todos.

"QUE TODOS SEJAM UM"

Unidade *foi o tema das pregações dos Missionários Redentoristas nos festejos do Divino Pai Eterno, em Trindade, no ano de 1982. Dia 4 de julho, na Missa de encerramento da festa, Dom Fernando pronunciou esta homilia, conclamando o povo ao voto consciente. "Precisamos mudar, não apenas o nome dos que nos governam, mas a maneira de nos governar; não como quem domina o povo, mas como quem serve ao povo".*

Meus irmãos e caríssimos diocesanos

Antes de tudo, gostaria de dar um grande abraço a todos os romeiros, abraço de fé, abraço de esperança, abraço na caridade de Cristo.

No dia 4 de fevereiro deste ano, passei a manhã aqui em Trindade, juntamente com o vice-provincial dos Redentoristas, com o caríssimo vigário, Padre Neves, e com os missionários da romaria do Divino Pai Eterno. Diante de Deus e implorando as bênçãos de Nossa Senhora, refletimos juntos, e nos perguntávamos uns aos outros, qual deveria ser o assunto das pregações deste ano. Chegamos à conclusão de que deveríamos pregar, instruir o povo inteiro sobre a unidade. Por quê? Porque vocês todos e cada um de vocês deve ter consciência disso: embora cristãos, nos dizendo filhos de Deus, filhos do mesmo Pai do Céu, o que verificamos é que o mundo está dividido. Os cristãos estão divididos, a própria Igreja de Cristo dá sinais de incompreensão e divisão. Verificando o Evangelho, mediante a Palavra de Deus, como vocês acabaram de ouvir, concluímos que alguma coisa deve estar errada, prejudicando a todos. A conclusão é esta: vamos nos unir. Vamos cumprir o desejo de Jesus Cristo, que pediu ao Pai, na véspera de morrer, que todos se unissem, como Ele e o Pai são um só.

Queria pedir a vocês, se possível, que observem esse espetáculo maravilhoso. Daqui vemos o seguinte: um mar de gente de todas as idades, de diversas profissões; pessoas que vêm de diversos lugares. Aqui, nesta praça do Divino Pai Eterno, parece que todos formamos um só povo e, por sinal, bem unido, bem perto uns dos outros. É a imagem daquilo que Jesus pediu: "Pai, que todos seja um, assim como nós dois somos um".

Sei, meus irmãos, que esse momento é passageiro. Daqui a pouco, cada um vai para seu lugar, para suas casas. Se fosse só isso, seria uma distância puramente material, poderíamos continuar, embora morando em lugares diferentes, unidos na mesma fé e no mesmo amor a Cristo.

Mas o que ensina a sociedade de hoje? Olhemos para o mundo inteiro: o que observamos? Guerras, as mais violentas, em diferentes partes do mundo. O Santo Padre, angustiado, clamando pela paz entre os homens. Há poucos dias, sentíamos que a guerra estava chegando perto de nós, martirizando a nação irmã e amiga, que é a Argentina, em guerra com outro país, a Inglaterra. Qual foi o resultado? Mortes, ódio, perseguições, divisões.

Poderíamos multiplicar esse exemplo por muitas nações da terra. Isso no mundo. E aqui no Brasil? Neste Brasil querido, que é, em si, a maior dádiva que Deus quis dar, como exemplo aos povos da terra. País abençoado, imenso em território, imenso em suas riquezas naturais, marcado de cima com o Cruzeiro do Sul, como a dizer ao universo: esta terra abençoada me pertence. Tudo isso muito bonito; mas o que vemos, na convivência entre nós, irmãos brasileiros? Vemos a divisão, o ódio, a ganância pelo dinheiro matando gente. A divisão das forças vivas do país, não só sob o aspecto da politicagem vergonhosa, neste tempo de preparação das eleições. Mas também, praticamente, em quase todos os setores da vida nacional. Brigam por tudo e matam por qualquer coisa.

Tem-me impressionado, irmãos caríssimos, o número de mortes que têm acontecido em Goiânia e em suas redondezas. Quase todo dia sabemos de gente matando gente. Onde estão aqueles que deveriam nos orientar para o bem comum da sociedade? Muitos são, eles próprios, ladrões e coniventes com os crimes de assassinato — sejam governantes ou sejam responsáveis pelas instituições maiores da sociedade. Vocês sabem que não estou mentindo, sabem que isso é verdade.

A grande vítima é sempre o povo humilde, o povo pobre, o povo sofredor. A divisão, a ganância, o martírio do povo reflete-se aqui bem perto

de nós, sobretudo na periferia de Goiânia. O problema das invasões, por exemplo — a meu ver, o mais grave e delicado problema de Goiânia — longe de ter uma solução, agrava-se cada vez mais. Agrava-se, por quê? Primeiramente consideremos que ninguém é invasor, saindo com sua família e seus pouquíssimos bens, para ocupar um pedaço vazio de terra, pelo simples fato de querer ser invasor. São empurrados pela fome, pelos tratores das grandes empresas agro-industriais que não respeitam gente, querem apenas lucro, visam apenas o dinheiro pelo dinheiro, mesmo às custas da fome da grande maioria do povo.

Irmãos, isso não pode continuar. Isso é um crime que clama à justiça divina. Milhares de pessoas atiradas ao abandono, passando fome, no meio da abundância daqueles que têm tudo.

O que vemos mais? Vemos os cristãos divididos. Os cristãos que não se entendem. Cristãos que deveriam ser esclarecidos, tachando os pastores da Igreja de "comunistas e subversivos", porque esses pastores não se conformam e nem se calam diante de crimes cometidos pelos grandes; e que, no entanto, infiltram no meio do povo simples a confusão e, muitas vezes, a divisão. Meus irmãos, isso não pode continuar.

O problema é saber o que o povo — quando digo "povo", é cada um de vocês e vocês todos — o que o povo quer. Alimentar a discórdia? Roubar uns dos outros para ver quem fica com mais dinheiro? Dinheiro vale mais do que gente, ou gente vale mais do que dinheiro?

Os nossos valores, recebidos da natureza e recebidos da fé, já não têm mais sentido diante da ganância, como dizia o profeta Isaías: "Querem juntar casas e mais casas; terrenos e mais terrenos, de modo que os pobres já não tenham onde morar ou onde plantar". Isso pode continuar?

Nesta hora do Divino Pai Eterno, nesta bênção da festa de Trindade, somos convocados. Por quem? Pelo dinheiro dos ricos — quando os pobres vieram a pé? Pela ganância dos poderosos — quando, na verdade, nós viemos sofrendo toda a angústia das grandes peregrinações?

Meus irmãos, primeiramente demos graças a Deus, porque esta hora é muito importante. Se eu pudesse pedir a cada um de vocês alguma coisa, pediria isso: meu irmão, minha irmã, pense em Deus, pense no seu vizinho, pense nos seus irmãos. Ninguém tem o direito de machucar ninguém; não se deixe seduzir pelas leis falsas, iníquas, fabricadas por aqueles que esmagam o povo. Então ficamos nessa miséria. Somos atormentados, pre-

sos e aniquilados. Aqueles que nos oprimem argumentam que fazem isso em nome da lei. Fazem em nome da lei, porém não da lei de Deus, não da lei da justiça, mas da lei da iniquidade fabricada por eles para esmagar o povo.

Querem um exemplo disso? Creio que todos já sabem. Há algum tempo, 13 lavradores pobres, lá no Pará, foram presos e torturados, durante 10 meses e terminaram sendo condenados, um a nove anos e os outros a oito anos. Por quê? Porque estavam defendendo o direito de viver e de morar. Com eles, dois padres, que vieram da França, para evangelizar, foram condenados: um a 15 anos e o outro a 10 anos, pelo crime de terem ficado ao lado dos pobres posseiros. Isso, dizem que fazem em nome da lei. De fato, é em nome da lei que eles fizeram isso: mas a lei fabricada, especialmente, para condená-los, a lei feita pelos poderosos deste mundo, que já não têm temor de Deus para oprimir aqueles que protegem os pobres.

Na verdade, como disse o episcopado brasileiro, estiveram em julgamento, não aqueles dois padres e os 13 posseiros, mas foi a ação da Igreja Católica, em nossos dias, aqui no Brasil; não só da Igreja Católica, mas de muitas Igrejas cristãs que se solidarizaram com os pobres posseiros e com a Igreja Católica.

O povo do Brasil, o que faz? Faz o que está fazendo. Embora não seja visto, reza a Deus para ter piedade e misericórdia dos que oprimem o povo, porque são malditos, são condenados se não se converterem. Nós queremos que eles se salvem, mas para isso é preciso que deixem de perseguir o povo. Por isso nós rezamos por eles, cumprindo o mandamento de Jesus: "Rezai por aqueles que vos perseguem e não tenhais medo deles".

Depois, o que fazemos? Procuramos esclarecer o povo para que estejamos unidos, porque, se nós perseverarmos unidos a Deus, quem poderá mais que Deus? Por que temos medo daqueles que apontam as armas de fogo contra nós, se mais poderoso do que as armas é o poder de Deus?

Por isso, neste dia do Pai Eterno, nós vamos rezar. Rezar por aqueles que nos perseguem, por aqueles que só enxergam dinheiro e ganância, por aqueles que gastam o que têm e o que não têm para enganar o povo simples. Vamos rezar por eles, para que criem juízo e vergonha.

Vamos rezar também por nós, que também somos pecadores, para que não nos deixemos levar pelo medo; o medo está acabando com a vida da gente e com a vida do país.

Meus irmãos, que faremos mais? Unidos, sem violência — porque a violência não constrói, mas destrói os valores que a gente tem; sem medo — porque o medo é uma arma terrível, porque quem está com medo não tem disposição nem para se defender, e, se o medo crescer demais, vira desespero, e não há força humana, nem força atômica que vença o desespero.

Estão brincando com o povo, mas o dia em que esse povo tomar consciência e se unir a Deus e aos irmãos, será vencedor com as armas da Verdade, da Justiça e do Amor.

Eu não posso deixar de falar nisso, embora não fosse minha intenção falar. . . mas, ao vir de Goiânia para Trindade, percebi que os políticos, a politicagem de Goiás, se aproveitam da festa de Trindade para uma demagogia derramada na própria estrada.

Irmãos, desconfiemos daqueles que querem nos governar explorando o povo. Neste caso, devo dizer, quem for cristão, católico, que se reconheça filho de Deus, não se deixe impressionar por aqueles que gritam muito, distribuem até feijão e arroz de 2ª, 3ª qualidade, para ver se, com isso, compram o voto consciente do povo.

Irmãos, voto não é mercadoria, voto não é demagogia de estrada; voto é consciência de povo livre. Cada um se una ao irmão, consulte a consciência, ouça a coragem da fé para colocar na urna o nome daquele que, de fato, estiver disposto a se sacrificar, não para dominar o povo, mas para servir ao povo.

Por isso, eu lhes peço: consciência e cautela; coragem e confiança em Deus, porque só Ele é a nossa força.

Vamos, agora, encerrar estas palavras com uma prece. Eu convido a todos, para que, de acordo com a consciência de cada um, se unam ao bispo, se unam aos pastores e aos seus vigários, aos agentes pastorais derramados nas periferias e comunidades, se sacrificando com humildade pelo bem de nossa fé. Quem estiver disposto, reze comigo:

"Senhor Deus, nosso Pai, abençoai a nossa Pátria. Defendei o Brasil daqueles que exploram o povo; vendem as nossas riquezas; plantam nosso

"HORA DE EQUILÍBRIO E CORAGEM"

Às vésperas do movimento militar de 1964, Dom Fernando escreveu sua Mensagem de Páscoa para aquele ano, com uma penetrante análise da situação do País. "É fácil vociferar contra a desordem e a anarquia, mas é difícil ter a coragem de ir até às causas dos desequilíbrios, para extirpá-las", escreveu Dom Fernando. A mensagem enfatiza a responsabilidade dos leigos cristãos na construção de um mundo de justiça e fraternidade.

Coube a esta geração assistir à mudança social na América Latina. Assistimo-la não apenas como espectadores, mas sobretudo como protagonistas de uma evolução que altera fundamentalmente a sociedade e a cultura dos povos em desenvolvimento. É o mundo inteiro que se transforma, graças ao avanço prodigioso da ciência e da técnica que proporcionou à humanidade novos dados para o conhecimento do universo e novos condicionamentos para a vida do homem nesta terra. Mas o fenômeno se torna agudo e delicado no continente latino-americano, sobretudo no Brasil.

Qual a razão dessa mudança? Será ela produzida por forças ou elementos de fora, ou será um processo que vem **de dentro**, como uma exigência necessária e inevitável, para que possam subsistir a sociedade e a cultura dos povos?

Não temos dúvida em afirmar que a mudança social que ora se processa é muito profunda para ser causada apenas por forças ou elementos de fora. É orgânica, vital, irrevogável. Um corpo estranho e nocivo, que entra no organismo vivo, sofrerá a ação enérgica de todas as forças conjugadas daquele organismo, até ser expelido.

No caso da América Latina, não se trata, propriamente, de algum "corpo estranho", mas de uma "situação de fato" que, no correr do tempo, produziu um tal desequilíbrio social que, hoje, aquela "situação de fato" se torna insustentável, não por causa de fatores externos (que também existem e atuam eficazmente), mas por uma questão de sobrevivência do homem e da sociedade.

SITUAÇÃO BRASILEIRA

Analisemos, para exemplo, o que acontece com a população do Brasil. Setenta por cento do povo brasileiro vivem à margem da vida social, política, econômica e cultural do País. Não têm nenhuma participação no poder, lutam economicamente para conseguir apenas o necessário à subsistência e continuam na área do analfabetismo. São, por conseguinte, populações marginais em relação ao desenvolvimento da Nação.

Aconteceu, porém, e não podia deixar de acontecer, que esses 70% de marginais em relação ao resto do País acabaram criando o seu "mundo", a sua própria cultura, sem quase relações com o exterior e, praticamente, sem merecer a menor consideração da minoria restante que decide os destinos da vida nacional. Se muitos se deixaram acomodar no conformismo da miséria, a maioria continuou alimentando a esperança de melhores dias, com a coragem, a persistência, o bom humor, a inteligência operosa e criadora que caracterizam o nosso homem do campo. Prova disto é a extraordinária manifestação dos nobres anseios da alma popular, traduzida na poesia, na arte, na música folclórica.

MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Eis que, quase repentinamente, dois fatores preponderantes atingem as massas rurais: o extraordinário crescimento demográfico e a incrível facilidade de comunicações. O primeiro aproximou os camponeses, em muitas áreas do País, pela densidade populacional por quilômetro quadrado; o segundo os fez entrar em comunicação com o resto da sociedade. Vale aqui uma referência à epopéia dos caminhões que cruzam em todas as direções, abrindo estradas, cortando as matas, ultrapassando os rios, antecipando-se à ação do Governo e aguçando a inteligência dos técnicos. Outra menção honrosa se deve ao avião pioneiro que encurtou as distâncias do Centro-Oeste e à incomparável eficácia do rádio que leva as notícias do mundo ao casebre de cada roceiro.

É evidente que esses fatores de desenvolvimento teriam que modificar, como de fato estão modificando, a sociedade rural. O aumento

de população trouxe, em consequência, problemas novos e graves. "Para a família rural, o aumento do número de filhos não importa em crescimento de renda. Muito ao contrário. É, com efeito, praticamente impossível aos pequenos proprietários e mais ainda aos trabalhadores rurais aumentar a superfície das terras que eles cultivam, dado o obstáculo muitas vezes intransponível das grandes propriedades territoriais. De outra parte, a ignorância das técnicas que permitem a melhoria do solo ou a luta contra a erosão reduziu progressivamente a produtividade das terras. Em tal conjuntura, quando uma melhoria de situação se torna quase impossível, a reação se manifesta por uma mobilidade geográfica, um êxodo rural enorme para as cidades. Faltando possibilidades de emprego, estas populações rurais vão aumentar as massas marginais urbanas". (Cf. Comunicado Mensal — Nº 137-138 — Pág. 52).

"SUPRIMIR NÃO É RESOLVER"

Quanto à facilidade de comunicações, as transformações se tornam ainda mais exigentes, porque atingem não apenas a situação econômica, como as influências de ordem social e cultural. O homem do campo, pelo fato de ser pobre e analfabeto, não deixa de ser homem, com todas as prerrogativas essenciais da pessoa. Hoje, ele entra em contato com os meios mais adiantados: conhece, compara, julga, conclui e se dispõe a uma ação mais esclarecida e mais coordenada, em favor dos seus direitos. É inútil pretender esconder o problema ou querer simplificá-lo, "uma vez que suprimir não é resolver", na expressão de Paulo VI.

O mundo rural deseja e exige uma elevação de nível porque está tomando conhecimento de valores, até antes ignorados pelos homens que o constituem. É certo que a transmissão desses valores não se faz de modo uniforme, dependendo das facilidades de comunicação, das condições psicológicas e sobretudo da idade das pessoas que mais facilmente os vão descobrindo. Neste particular, é impressionante observar que cerca de 40% da população latino-americana tem menos de 15 anos. Imagine-se a influência que exerce na juventude rural o "descobrimento" dos valores "novos" que chegam ao campo!

HORA DE EQUILÍBRIO E CORAGEM

Acontece com as sociedades o que acontece com os rios, na época das enchentes. A água nova vem arrastando tudo o que encontra no caminho e termina perturbando o sossego do rio, que se avoluma e se apressa, até voltar à calma, renovado e perene. Assim é a história das transforma-

ções sociais. O que mais importa, nestas horas de transição, é o equilíbrio, o bom senso, a decisão corajosa e firme dos responsáveis pelos destinos da comunidade. Responsáveis, não são apenas os detentores dos Poderes da República, mas também as elites do pensamento e da ação, os chefes de família, os dirigentes das organizações de classe, das instituições e dos setores de influência.

Se estes homens se perturbam ou se encastelam nos seus postos, sem a visão clara dos problemas, a sociedade entra em crise aguda pela incapacidade de seus chefes, pela doença da cabeça que enlouquece o corpo todo. Gera-se, então, a perturbação da ordem social, com todas as suas imprevisíveis consequências: confusão nas idéias e consequente surto de ideologias contraditórias; afrouxamento dos costumes com o surgimento de religiosidades acomodadas às circunstâncias; expansão econômica desequilibrada, sistemas políticos instáveis. . .

RESPONSABILIDADE DOS LÍDERES

E se os chefes, os líderes, os responsáveis não estiverem à altura das realidades novas que se criaram por força da evolução natural? Surgirão, sem dúvida, os falsos líderes, os agitadores, os oportunistas. É esta a hora que estamos vivendo.

Nestas circunstâncias, é fácil recordar princípios certos e imutáveis, mas é difícil aplicá-los com isenção de ânimo, quando estão em jogo os nossos interesses ou as nossas posições. É fácil vociferar contra a desordem e a anarquia, mas é difícil ter a coragem de ir até às causas dos desequilíbrios, para extirpá-las. É fácil atribuir todos os males sociais ao Comunismo, como se já estivéssemos sob o jugo do totalitarismo vermelho, mas é difícil pôr fim às injustiças sociais, ao egoísmo e à ganância que geram e alimentam o Comunismo. É fácil usar e abusar do nome da Igreja, das encíclicas pontifícias e do prestígio das nossas tradições católicas, mas é difícil cumprir os mandamentos de Deus, seguir as diretrizes da Hierarquia e sobretudo viver autêntica e plenamente a vida cristã, única solução verdadeiramente eficaz para que os homens acertem o caminho que devem seguir.

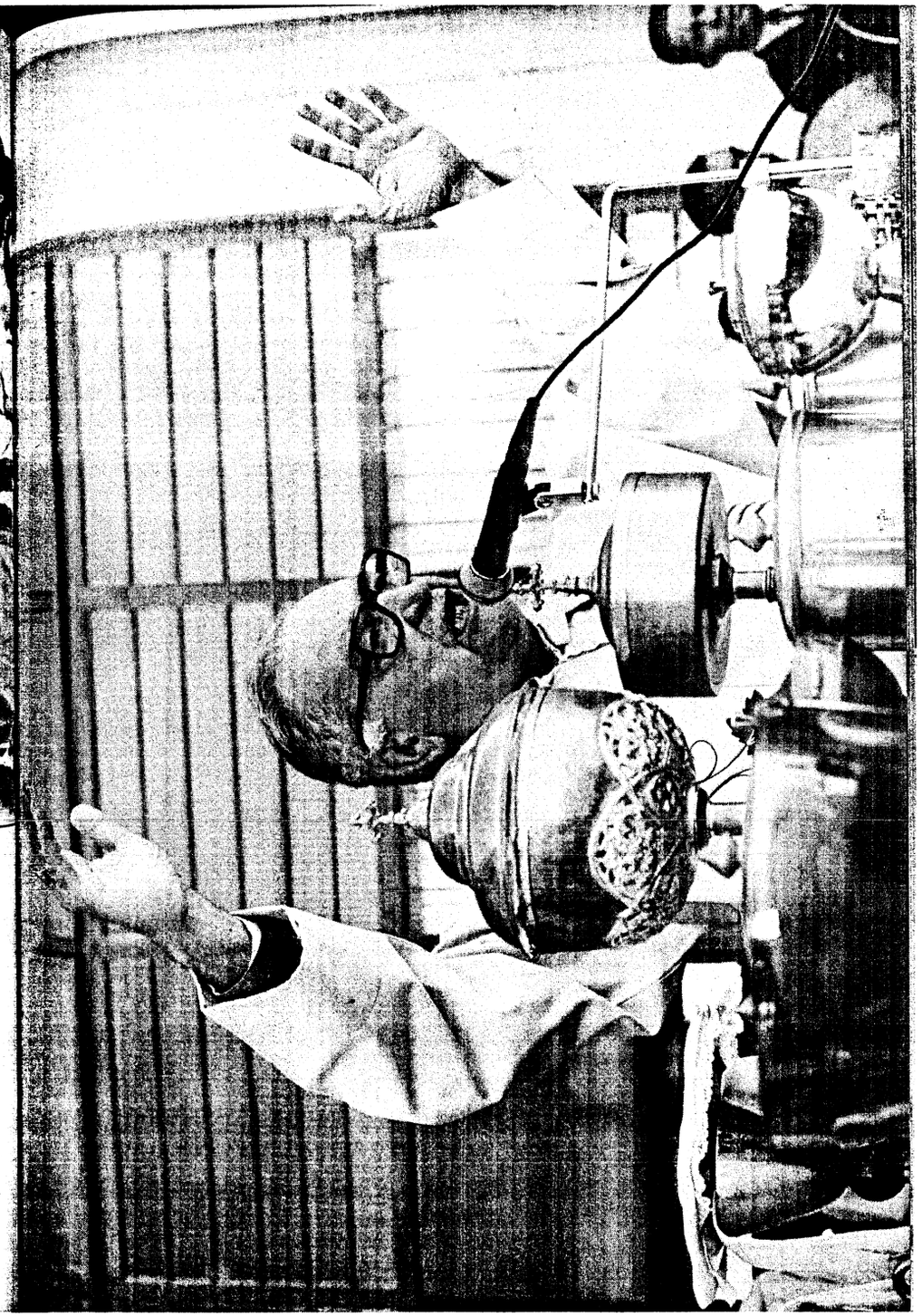
DIVISÃO E PERPLEXIDADE

O que vemos é uma Pátria dividida, uma Nação estrangulada. Poderes da República em desarmonia ou em luta aberta e inglória. O capital e o trabalho em antagonismo sistemático e demolidor das energias produtivas.

▲ 16 de junho de 1957, Dom Fernando chega a Goiânia, acompanhado pelo Núncio Apostólico Dom Armando Lombardi

▼ O Núncio Apostólico Dom Armando Lombardi instalou oficialmente a Arquidiocese de Goiânia. Nesse mesmo dia Dom Fernando toma posse (16.06.57)

▲ Com os lavradores da Fazenda Conceição. Experiência piloto de Reforma Agrária na Arquidiocese de Goiânia, 1959-1967



As Forças Armadas divididas e perplexas ante as paixões dos grupos de irmãos que se ameaçam e se odeiam. A própria Igreja, ou melhor dito, bispos, sacerdotes e líderes católicos, dolorosamente, como que arrastados pelas ondas de agitação, desperdiçam forças e energias preciosas. Por vezes, a fortaleza do Espírito Santo é substituída pela prudência da carne. Outras vezes, é a emotividade que apaga as luzes da razão e da fé, deixando pastores e rebanhos à mercê das facções em luta, dando a impressão de que a Igreja está comprometida com uns ou com outros.

Para onde vamos? No meio da confusão generalizada, da derrocada dos princípios básicos, ou nos entregaremos à tirania do mais ousado, ou teremos que fazer uma revisão séria e sincera do nosso comportamento, em face das realidades de uma situação social nova.

SOLUÇÃO: O EVANGELHO

Se nós cristãos não nos dispusermos a levar o fermento do Evangelho ao mundo contemporâneo, a consequência será o caos, a destruição total. O cristianismo é para o mundo o que a alma é para o corpo. Reconheçamos que os nossos anseios de verdade, de justiça e de liberdade não serão satisfeitos, apenas, com os recursos da ciência e da técnica, por mais preciosos que eles sejam. Antes, esses recursos, bem orientados, são meios utilíssimos — e hoje indispensáveis — ao nosso aperfeiçoamento espiritual. Mas o que realmente e plenamente satisfaz às nossas aspirações mais íntimas e profundas é o domínio do mundo criado, no sentido de subordiná-lo aos nossos ideais de vida; é a solidariedade entre os homens, compreendida como vivência comunitária; é a união de todos a Deus, Autor do homem e do universo, sem o Qual não haverá fraternidade entre os homens, nem subordinação das coisas aos nossos ideais, mas decomposição e morte, pela utilização dos elementos da natureza em função do ódio, da violência e das guerras de extermínio.

Ora, o cristão é exatamente aquele que aceitou o Evangelho de Jesus Cristo e se comprometeu a vivê-lo na sua vida particular, familiar, profissional e pública. Se a sociedade vai mal é porque não estamos sendo coerentes com o Evangelho, não obstante nos dizermos cristãos. Tenhamos, pois, a coragem de examinar de frente o magno problema!

PAPEL DO LEIGO

O Santo Padre Paulo VI, em discurso proferido na Basílica de São Pedro, no dia 3 de janeiro último, expõe de maneira atualizada e magistral

qual seja a missão do leigo, na hora presente, isto é, a missão dos cristãos que vivem no mundo, conscientes de sua fé e de suas responsabilidades, como membros duma dupla sociedade: a sociedade "Igreja" e a sociedade "Cidade".

Diz o Papa: "Os leigos católicos estão investidos desta função, que se tornou extraordinariamente importante e, num certo sentido, indispensável: **servir de ponte**". Isto quer dizer que é por intermédio dos leigos que a comunidade temporal e profana pode gozar dos benefícios da religião cristã. Não se trata, evidentemente, de favorecer a qualquer forma de domínio da Igreja sobre o mundo, ou qualquer tipo de **clericalismo.** Bem ao contrário, trata-se de tornar o leigo consciente de "uma capacidade e mesmo uma responsabilidade que lhe são próprias" para colocar a vida religiosa em comunhão com a vida profana.

Para isto, o Santo Padre põe em relevo algumas normas que merecem a maior atenção:

1º — "O fiel não pode esquecer que é deste mundo, exatamente para permanecer membro participante da comunhão do Corpo Místico, bem como o homem deste mundo não pode suprimir toda lembrança e todo engajamento da consciência cristã, a fim de ter a liberdade de se consagrar a fundo às exigências de sua profissão profana".

2º — O leigo deve levar o seu testemunho cristão ao terreno de sua profissão; e levar o seu testemunho profano ao terreno da vida católica. "Esta última afirmação, diz o Papa, pode parecer nova e ousada, enquanto que o testemunho cristão levado ao campo profano é uma afirmação muitas vezes, e magnificamente, ilustrada, especialmente nos lugares onde se reconhece que os leigos católicos são adultos e onde se especifica a missão que lhes cabe no mundo moderno. Mas, corretamente compreendida, a afirmação relativa ao testemunho da vida temporal, em relação à informação sobre a vida temporal que deveis trazer para a esfera eclesial, se mantém perfeitamente bem e acaba por aparecer o que é, essencialmente: um apelo que a Igreja dirige ao laicato católico para que este a informe de todos os inúmeros problemas da vida profana, mais conhecidos pelos leigos do que pelo clero".

3º — Os leigos podem ser "os sinaleiros mais vigilantes, os informantes mais diligentes, as testemunhas mais qualificadas, os conselheiros mais prudentes, os advogados mais esclarecidos, os colaboradores mais generosos a respeito das múltiplas necessidades do nosso mundo, das numerosas

possibilidades de bem, dos assuntos tão diversos, a respeito dos quais vossa vida profana vos dá uma experiência direta e vossa existência, uma competência indiscutível. (. . .) Pode-se dizer que, de cada setor de vossas profissões, podeis indicar ao magistério e ao ministério da Igreja problemas novos, muito interessantes e muito vastos, que não convém ser tratados empiricamente, em termos de velhos manuais, mas que é necessário considerar à luz de análises sistemáticas e científicas que os leigos católicos podem utilmente fornecer. (. . .) Para certas atividades, tal papel torna-se verdadeira colaboração em planos de extremo interesse: escolar, administrativo, jurídico, social, jornalístico, artístico, caritativo. . . Quantas coisas a Igreja espera de vós!"

TEOLOGIA DO LAICATO

Não sabemos se o mundo terá ouvido palavra mais autorizada, mais esclarecedora, mais "avançada" a respeito da missão do leigo, em toda a história da Igreja. Consideramos este discurso do Santo Padre como o roteiro mais seguro para as próximas declarações do Concílio Ecumênico a respeito do laicato católico. Numa síntese admirável, aí está o resultado de todos os esforços da Igreja, nessas últimas décadas, pela chamada **Teologia do Laicato.** Aí está, sobretudo, uma das mais expressivas manifestações, da renovação da Igreja, em nossos dias. Por meio dos Leigos cheios de Deus, atuando no mundo com uma capacidade que lhe é específica, com uma responsabilidade que lhe é própria, é a mesma Igreja que penetra e vivifica as mais diferentes atividades humanas e sociais, fazendo o mundo retornar aos caminhos da ordem, da justiça e da paz.

EXORTAÇÃO FINAL

Neste dia da Páscoa, entre as alegrias da Ressurreição e as amarguras de um mundo conturbado, nos dirigimos aos caríssimos Sacerdotes como aos nossos mais íntimos Colaboradores, num apelo cheio de amor e confiança: estejamos à altura de nossa sagrada missão. Com humildade e a fortaleza do Espírito Santo, levemos a palavra do Vigário de Cristo a todos os fiéis. Confiemos aos Leigos aquilo que lhes pertence. Cumpramos o nosso dever sacerdotal de orientá-los, de formá-los, de confiar neles com a mesma confiança que o Santo Padre neles deposita. Quanto a nós, sejamos os Ministros, isto é, aqueles que têm a missão de servir, discípulos e continuadores do Mestre que não veio "ministrari, sed ministrare".

Aos Religiosos e Religiosas que constituem uma das mais eficientes fontes de energia espiritual para o mundo moderno, unam-se a nós e ao

Clero, sem vacilações, para que a Santa Igreja possa utilizar-se de sua incomparável capacidade de doação, em favor dos pobres, dos enfermos, dos injustiçados, das populações desprovidas dos recursos ordinários da assistência religiosa, da catequese necessária e urgente, sem a qual nenhuma esperança poderemos ter no futuro cristão das gerações novas.

Por fim, nossa palavra de esperança e de confiança no Laicato católico, no sentido de que todos os fiéis, nas diversas profissões, ouçam e atendam ao apelo fervoroso da igreja.

Vinde, senhores, senhoras, rapazes, moças e crianças. Vinde, a Igreja vos fala porque tem necessidade de vós, "mas, sobretudo, por causa da vocação que ela lê em vossas almas a uma vida cristã plena; da elevação sobrenatural que ela reconhece no fiel, marcado pelo sinal de irmão e soldado de Cristo, devido à vossa aspiração de exercer, no campo católico, funções e responsabilidades de adultos, para o que ela vos educa e vos convida; por causa, enfim, da confiança que mereceis e que, vos abençoando, ela vos testemunha".

Eis a resposta da Igreja ao mundo de hoje. Eis a medicina espiritual para a reabilitação de uma sociedade enferma e debilitada que outra coisa não deseja senão o Amor e a Paz. Que o Senhor Ressuscitado nos conceda o seu Amor e a sua Paz!

NATAL, REENCONTRO DO HOMEM CONSIGO MESMO

No reencontro consigo mesmo, o homem redescobre Deus "no sacrário íntimo de sua consciência" e se convence da perenidade do canto entoado pelos anjos anunciadores do Natal: "Glória a Deus, Paz aos homens". Esta mensagem que Dom Fernando escreveu para o Natal de 1976 lembra que, apesar de todas as misérias do mundo, "constrói-se a paz em pleno fragor das batalhas".

Não é fácil transmitir, nos dias de hoje, a mensagem do Natal. Em síntese ela está contida no canto dos anjos que anunciaram o nascimento de Jesus Cristo: **Glória a Deus, paz aos homens.** Nada se pode dizer e nada se tem dito nesses vinte séculos de Cristianismo que ultrapasse o conteúdo essencial da grande notícia.

A aliança **Deus-Homem** é a única maneira de se conseguir o objetivo dAquele que veio para perdoar e libertar a humanidade e que se resume em **glória-paz.** Os dois termos se entrelaçam, exigem-se e se completam. Um não existirá sem o outro. Quem glorificar a Deus terá a Paz; quem possui a Paz está em Deus e Deus nele.

De um modo global, o mundo de tal maneira se afastou da mensagem natalina que falar em aliança do homem com Deus e relacionar a glorificação de Deus com a Paz nos corações, nas famílias e na sociedade soa como algo vazio, sem maior repercussão na vida das pessoas.

Por que se esvaziou no coração de tantos homens a grande Mensagem? Por que a Paz é constantemente perturbada dentro e fora de nós?

A resposta será sempre a mesma: porque os homens, as famílias, as

nações, deixaram de glorificar a Deus. O resultado tem sido a degradação do homem e a ruína da sociedade.

Em lugar de convivência fraterna, há política de boa vizinhança. Em lugar da concórdia, há conchavos diplomáticos. O mundo marcha para a guerra e as nações para o extermínio. A virtude foi trocada pelos interesses imediatos, a dignidade pelo dinheiro, a alegria de viver pelas distorções do sexo.

A ciência e a técnica abstraem de Deus e aprimoram os meios de subjugar ou substituir os valores que deveriam orientá-las. A Religião tende a diluir-se pelas divisões internas, estimulando a proliferação de seitas. A humanidade angustiada e insegura, até mesmo nas freqüentes manifestações do ateísmo, pergunta: "Onde está Deus?"

A resposta está escrita no coração do homem. Basta cada um reencontrar-se consigo mesmo, desprendendo-se por alguns momentos das preocupações que absorvem sua mente, afogando-lhe o coração, e verá que Deus está perto, no sacrário íntimo de sua consciência.

É nas horas suaves da reflexão que se ouve e reconhece a mensagem do Natal: "Glória a Deus; Paz aos homens". Impossível a Paz sem a glorificação de Deus. Glorificá-lo significa aceitar com amor e fidelidade a missão que lhe foi confiada pelo próprio Deus. Por outras palavras, consiste em realizar o seu plano, fazer livremente a sua vontade, em favor dos homens e do mundo.

Muitos deixam-se conduzir pela tentação dos desvios: o egoísmo, a sede desordenada do dinheiro ou do prazer, o vale-tudo pela conquista de um emprego ou de uma posição política, a utilização de meios desonestos para satisfazer caprichos que violam os direitos humanos. Todas essas coisas perturbam as consciências, intranquilizam os lares, pervertem os costumes e afastam a Paz porque, longe de gloriricarem a Deus, atentam contra a ordem estabelecida por Ele.

Apesar de tudo, a mensagem do Natal continua viva, atuante e atualizada. Os pobres são evangelizados, as pequenas comunidades cristãs multiplicam-se por toda parte, as grandes Igrejas cristãs rezam juntas e procuram a Unidade, as forças do mal sentem os efeitos da vigorosa ação da Igreja contra as injustiças, os crimes, as arbitrariedades. Constrói-se a Paz em pleno fragor das batalhas.

Os inimigos acusam violentamente a Igreja de estar mais interessada na ação política do que na missão religiosa. Sofisma capcioso que, lamentavelmente, tem conseguido sensibilizar algumas pessoas representativas da Igreja. Este, aliás, é o aspecto mais duro da longa e penosa caminhada. Aos poucos, porém, vão sendo aclarados os equívocos, até que apareça a face inconfundível da Igreja Una.

Algumas forças político-partidárias e econômicas insurgem-se contra a ação que a Igreja insiste em chamar "pastoral", com a melhor propriedade do termo. Prova de que verdadeiramente é ação pastoral está na reação que produz, sobretudo quando acusa e confunde os excessos políticos e econômicos dos que desrespeitam a Lei de Deus e menosprezam os direitos dos índios, peões, posseiros pobres e pequenos proprietários nas regiões dominadas pelas grandes empresas agropastoris, agregadas às multinacionais. Pena que alguns bispos, padres e leigos católicos, desconhecendo a realidade de outras regiões, julguem as coisas com a acomodada tranquilidade de quem nao vê e não quer sentir a gravidade do problema global.

A mensagem do Natal poderá, ocasionalmente, ser eclipsada pelas nuvens dos forjadores de intrigas; mas não será destruída. Será sempre o roteiro seguro e luminoso a dissipar as trevas do preconceito, da irreverência, da insensatez.

A Paz triunfará depois de todas as guerras porque Deus não poderá deixar de ser glorificado na sua misericórdia ou na sua justiça.

HERODES, ONTEM E HOJE

"O Herodes de hoje, como o de ontem, é ambicioso, hipócrita e medroso". Com este paralelo entre os opressores do tempo de Jesus e os de nossos dias, Dom Fernando preparou sua mensagem de Natal em 1981.

"A esta notícia, o rei Herodes ficou perturbado, e toda Jerusalém com ele" (Mt 2,3). Estas palavras escritas por Mateus, logo no início do seu Evangelho, refletem a angústia dos poderosos da terra. Angústia que parece aumentar em nossos dias.

A notícia foi levada a Herodes com a chegada a Jerusalém dos "magos que vieram do Oriente". Quem eram esses magos? Ainda hoje não se sabe quem eram eles. Tratava-se certamente de homens tementes a Deus que, levados pela fé e guiados por misteriosa estrela, decidiram visitar o Deus-Menino, nascido em Belém. Passando por Jerusalém, perguntaram como fazer para chegar à pequenina cidade. Foi o suficiente para suscitar uma série de suspeitas. Herodes, insuflado pelos seus assessores, perturbou-se. Mandou chamar os magos e os recebeu bem. Chegou mesmo a dar aparência de concordar em prestar homenagem ao Menino: "Quando o tiverdes encontrado, comunicai-me, para que eu também vá adorá-lo". Na verdade, o que Herodes pretendia era matá-lo.

A lição é muito esclarecedora para demonstrar que os poderosos de hoje nada têm de original. Possuídos de orgulho e cobiça, abusam de sua missão e transformam-se em tiranos. Assim tem ocorrido na História, até os nossos dias. Coisa terrível é o Poder, quando endurece o coração dos

potentados e os enche de pavor, de inveja e de ódio, predispondo-os a toda sorte de injustiças!

Hoje, como nos dias de Herodes, o mundo inteiro está perturbado:
"Por que tumultuam as nações?
Por que tramam os povos vãs conspirações?
Erguem-se, juntos, os reis da terra
e os príncipes se unem
para conspirar contra o Senhor e o seu Cristo.
Quebremos seu jugo, disseram eles,
e sacudamos para longe de nós as suas cadeias!
Aquele, porém, que mora nos céus, se ri.
O Senhor os reduz ao ridículo.
Dirigindo-se a eles, com cólera, os aterra
com o seu furor" (Sl 2,1-5).

Os que se julgam senhores do mundo estão dominados pelas forças da iniquidade. Sentem, porém, que não têm condições de abafar a voz dos anunciadores do Evangelho, que se torna cada dia mais atuante.

Consideremos o que acontece ao redor de nós, no hoje de nossos dias. O que vemos? Quais as notícias que nos chegam? De longe ou de perto, a situação é a mesma: rumores de guerra, perspectiva de iminente catástrofe nuclear. No Brasil, as forças econômicas e políticas, fora do contexto da realidade global, como se atuassem em outro planeta, estão enroladas no vai-e-vem conflitante de interesses mesquinhos e não se dão conta da inanição em que se encontra a imensa maioria do povo. O Governo, alienado e insensível, absorve o seu tempo e o dinheiro do povo formulando projetos fabulosos, acumulando empréstimos e abrindo as comportas da riqueza nacional em troca de mais dinheiro para as mordomias e gastos supérfluos. Tudo é orgia, tudo é ganância. Tudo é esbanjamento e esvaziamento de uma nação rica que teima em tornar o seu povo despido e faminto.

O Herodes de hoje, como o de ontem, é ambicioso, hipócrita e medroso. Tem pavor de perder o Poder, calculando que responderá por seus crimes, quando destronado. Amedronta-se com a simples notícia de uma Criança que nasceu. . . e que hoje se chama o Pobre, o Posseiro, o Índio, o Negro, o Faminto, o Lavrador sem terra, o Operário. Se um dia todos eles se unirem, serão mais fortes do que os exércitos aguerridos e mais eficientes do que as bombas de nêutrons. Estas matam as pessoas sem des-

truir as coisas. Eles, os pobres e marginalizados, nada destroem, mas são capazes de salvar seus irmãos e restaurar a ordem da criação.

Temos que nos voltar para o Menino de Belém, mesmo que devamos percorrer grande distância, como fizeram os magos. Levamos conosco o que somos e o que temos, para oferecer tudo ao Senhor. Nisso todos seremos valorizados: riqueza ou pobreza, saúde ou doença, alegria ou tristeza, vitórias ou fracassos, são apenas circunstâncias que não atingem nossa dignidade, nossa capacidade de ser livres, de amar, de elevar-nos.

No Natal deste ano, devemos nos unir no mesmo espírito de solidariedade fraterna, pedindo a Deus perdão dos nossos pecados, de nossas infidelidades, de nossos corações duros. Com esse gesto estaremos atraindo a misericórdia divina que nos quer salvar e libertar dos crimes que inundam a terra.

Teremos, então, condições de ouvir e seguir o chamamento de Jesus nascido em Belém que, sofrendo, sendo perseguido e perdoando, nos oferece a Paz; e, morrendo, nos deu a Vida.

DA IDOLATRIA À "CIVILIZAÇÃO DO AMOR"

Abuso do poder, abuso da riqueza e abuso do sexo: esta é a tríplice idolatria de nosso tempo, conforme explica Dom Fernando nesta mensagem escrita para a Páscoa de 1982. Na primeira — abuso do poder — está o alimento das demais idolatrias. Por isso, o Arcebispo apela aos partidos políticos para que "não se deixem conduzir pela ambição do poder pelo poder". E lembra o convite de Puebla para que sejamos "construtores da civilização do amor".

A ressurreição de Nosso Senhor Jesus Cristo é um convite permanente à reflexão sobre o sentido da morte e do que virá depois. É certo que a vida humana, uma vez iniciada, não acabará mais nunca. A morte, por consequência, não consegue extinguir a vida, no sentido pleno; é apenas o termo da peregrinação do homem nesta terra.

Não teríamos condições de chegar a essa conclusão sem as luzes da Revelação de Deus. Foi, porém, Jesus Cristo quem nos assegurou que, depois da morte terrena, seremos ressuscitados, assim como Ele mesmo morreu, foi sepultado, e em seguida ressuscitou, vencendo o pecado e a morte que são as expressões mais fortes das escravidões que oprimem quem vem a este mundo.

Se não tivermos a séria disposição de olhar de frente esses problemas fundamentais, não conseguiremos apreciar, em profundidade, a ressurreição de Jesus Cristo.

O pecado e a morte são origem e consequência de todos os males. Jesus Cristo veio do seio do Pai exatamente para libertar-nos e dar-nos a Vida em plenitude, por toda a eternidade.

Hoje, nestas sublimes cerimônias litúrgicas que celebramos, contemplamos o coroamento da obra redentora de Cristo.

Torna-se necessário ressaltar, nesta meditação, o maior pecado que, em todos os tempos, atenta contra a vida das pessoas e dos povos. Este crime chama-se **idolatria.**

No dia em que celebramos a Páscoa, que nos faz ressurgir da morte do pecado e nos liberta de todas as escravidões, estamos nos preparando para as prometidas eleições de novembro. Seria grave omissão deixar de relembrar a responsabilidade que este momento histórico está a exigir de todos nós.

A Igreja jamais deixou de elevar a sua voz com a intrepidez evangélica dos que não temem nem a agressão, nem o terrorismo da direita ou da esquerda, nem a arrogância das represálias oficiais ou oficiosas, por vezes não menos injustas e cruéis do que os atos de terror que pretendiam combater.

Sem ocultar ou suavizar os desmandos dos tempos anteriores, que motivaram a interferência das Forças Armadas em 1964, não seria justo pretender desconhecer o que se fez de louvável e proveitoso nesses 18 anos. Seria, porém, pecar contra Deus e contra a Pátria, traindo a verdade e a justiça, deixar de denunciar os graves crimes cometidos por um sistema político, responsável pela degradação dos valores mais altos que plasmaram a nação brasileira. Cercearam a liberdade, em nome da chamada "segurança nacional", transformada em regime político-econômico antisocial, imposto pelo arbítrio dos que se auto-estabelecem em senhores e dominadores da Nação. O resultado foi o endeusamento do poder, o aviltamento da dignidade humana, a corrupção generalizada, o desrespeito às normas mais elementares do Direito, da Verdade e da Justiça.

Tal situação não pode mais merecer a confiança, nem mesmo dos que consciente ou inconscientemente a criaram. O povo brasileiro cresceu, não apenas materialmente, mas, sobretudo, em consciência do seu valor e de sua dignidade. Agora o País prepara-se para o reencontro do povo consigo mesmo, com sua cultura, com sua história.

Resta, entretanto, fazer um apelo sincero e ardente aos Partidos Políticos, no sentido de se colocarem à altura da hora histórica que vivemos. Não se deixem conduzir pela ambição do poder pelo poder. Não se sujeitem a ser meros substitutos dos homens que nos governam. Não

se submetam à condição de manipuladores dos interesses de grupos e organizações que comprometem a soberania da Pátria e pretendem escravizá-la, ou quiçá, aliená-la, sob pretexto de desenvolvimento meramente econômico, que é a maneira fácil e degradante de roubar-lhe a cultura e a identidade.

Que os líderes e candidatos se abstenham, definitivamente, de enganar os eleitores, com promessas vãs e demagógicas ou com vantagens e propinas humilhantes e criminosas que desmoralizam os que se utilizam desses baixos expedientes, defraudando o erário público e envergonhando os nossos foros de civilizados. Sejam, ao contrário, servidores dos concidadãos, reconhecendo os valores, as prerrogativas inalienáveis das pessoas e a dignidade de filhos de Deus e irmãos uns dos outros, conforme o desígnio do Criador e Senhor de todos os seres humanos.

Que os eleitores, conscientes de seus deveres cívicos, unam-se, sem violência e sem medo, no mesmo Espírito que congrega os seguidores de Cristo. Recebam, sem dificuldade, o que os políticos distribuem do Estado, não como fatias caídas da mesa dos potentados, mas como restituição do muito que eles subtraíram do que é de todos. Votem, porém, com liberdade e dignidade, de acordo com a consciência iluminada pela fé e pela reta razão. O compromisso maior não é com os que injuriam o próprio nome traindo os deveres cívicos. O maior compromisso é com a Pátria e o bem comum.

Guardemos essas luminosas palavras da "Mensagem aos Povos da América Latina", por ocasião da III Assembléia do Episcopado Latino-Americano, realizada em Puebla: "Convidamo-vos a serdes construtores abnegados da **civilização do amor,** segundo a brilhante visão de Paulo VI. Não aceitamos ser satélites de nenhum país do mundo nem tampouco das ideologias que lhe são peculiares (. . .). Já é tempo de que a América Latina faça esta advertência aos países desenvolvidos: não permitiremos que nos imobilizem, que ponham obstáculos ao nosso progresso, que nos explorem; ao contrário, é mister que nos ajudem, com grandeza de alma, a vencer as barreiras do nosso subdesenvolvimento, respeitando nossa cultura, nossos princípios, nossa soberania, nossos recursos naturais. Nesse espírito cresceremos unidos como irmãos e membros da mesma família universal".

Cristo ressuscitou, Aleluia! A todos, os votos de feliz Páscoa!

Goiânia, 11 de abril de 1982

FORTALEZA DA HUMILDADE

Ao relembrar, nesta mensagem do mês de maio de 1980, o **Magnificat** *entoado por Maria diante do anúncio do Anjo, Dom Fernando ressalta que a humildade "não é uma virtude passiva, acomodada ou acovardada"; ao contrário, "anuncia a Verdade, sem sombra de medo, e denuncia o erro, a injustiça, a arrogância".*

Estamos no mês de maio, dedicado à Mãe de Jesus (At 1,14). Voltamo-nos para Ela com muito amor e devoção, numa súplica fervorosa para que nos guarde do egoísmo, do orgulho, da prepotência, da vaidade.

Seria difícil ressaltar o que mais caracteriza a pessoa da Imaculada Mãe de Deus. Escolhemos considerar aqui a humildade com que recebeu a mensagem do anjo Gabriel e a sua atitude de dedicar-se, desde então, a serviço da humanidade. A visita que fez a Isabel, logo que soube pelo mesmo anjo que sua prima estava para ser mãe, revela não só o plano de Deus como a missão de Maria, a continuar-se na história da humanidade.

O **Magnificat** que Ela cantou glorificando a Deus, Senhor e Salvador dos homens, traduz toda a grandeza da humilde serva, ao tempo em que a exalta de geração em geração, até o fim dos tempos.

"O Poderoso fez em mim maravilhas, sua misericórdia se estende sobre aqueles que O temem". Depois desta glorificação do Senhor Deus, Maria toma uma atitude imprevisível, corajosa e profética. Mostrou, de maneira inefável, "o poder do Seu braço". Revelou-se a escolhida para dar testemunho da maneira como o Poder de Deus manifesta-se e continuará se manifestando, em todas as épocas, para confundir os potentados, os orgulhosos, no correr da história:

– "depôs do trono os poderosos
– exaltou os humildes
– saciou de bens os que têm fome
– aos ricos despediu de mãos vazias"...

Essas palavras de fogo, que Maria pronunciou com tanta humildade, tornaram-se a expressão da fortaleza da humildade e a certeza de que o Espírito de Deus falava por sua boca, como advertência profética e vigorosa aos que exercem funções, quer no poder, quer na administração dos bens terrenos.

A humildade não é uma virtude passiva, acomodada ou acovardada. Bem ao contrário: dinâmica e atuante, anuncia a Verdade, sem sombra de medo, e denuncia o erro, a injustiça, a arrogância, com a coragem humilde, inseparável da virtude da Fortaleza, que é também um Dom do Espírito Santo.

Neste mês de maio, temos muito a meditar sobre o tema da Justiça, como condição indispensável para evangelizar o mundo. Maria é o exemplo maior da maneira de agir diante dos crimes inomináveis que se cometem em nossos dias. Não compensa denunciá-los com ódio, vingância ou inveja. Do evangelizador ou catequista se exige, antes de tudo, humildade e fortaleza, se queremos ser imitadores de Maria.

Reflitamos com calma e espírito de fé o incomparável **magnificat** de Nossa Senhora e aprendamos a agir sem temor, sem medo, fugindo das tentações de orgulho e da violência. Deixemo-nos conduzir pelo Espírito de Deus que se serviu da Virgem Santíssima para dar-nos Jesus Cristo.

No dia 24 de maio, estejamos reunidos na Catedral para celebrar a solenidade de Nossa Senhora Auxiliadora, nossa Padroeira. Alegremo-nos por tudo o que Ela tem feito por nós e sejamos agradecidos. A missa será às 9 horas, em festiva concelebração presidida pelo Arcebispo, com o seu Presbitério. Este ano, com a particularidade de que na ocasião, o diácono Luís Lobo receberá a ordem do Presbiterato, enriquecendo a nossa Arquidiocese com mais um Padre. Demos graças a Deus!

FIÉIS À VOCAÇÃO

Por ocasião da reabertura do Seminário Santa Cruz, Dom Fernando escreveu, para a **Revista da Arquidiocese** *de março de 1976, este artigo de incentivo àqueles que respondem ao convite divino para serem sacerdotes.*

Está se reabrindo o Seminário Santa Cruz, com 18 candidatos ao Sacerdócio. Esta é, sem dúvida, uma notícia alvissareira para a Comunidade Arquidiocesana. Não deixa de ser também um convite à reflexão.

Como criaturas de Deus, fomos feitos por Ele e somos dEle, mesmo que, no pluralismo de idéias e concepções do homem e do mundo, não falte quem pense e aja como se Ele não existisse. Apesar de tudo, Deus continua sendo Deus e, na expressão do salmista, considera vãs certas cogitações humanas.

Se nós, limitados e frágeis, sabemos por que e para que fazemos as coisas, com muito mais razão Deus sabe por que fez o universo e cada homem que vem a este mundo. Precisamente porque somos livres, inteligentes, responsáveis, podemos agir bem ou mal, certo ou errado, convencidos de que, **"na intimidade da consciência, o homem descobre uma lei. Ele não a dá a si mesmo. Mas a ela deve obedecer"** (GS. 16). Terá, por isso, que responder por seus atos. Temos que escolher o nosso destino e aceitar as consequências, boas ou más, de tudo o que, consciente e livremente, fazemos ou deixamos de fazer.

No plano divino, não há pessoas inúteis. Certo ou errado, é sempre possível ao homem, durante a peregrinação terrena, prosseguir no caminho do bem ou enredar-se nas malhas da perdição. Deus, porém, infinitamente bom e misericordioso, tem, por assim dizer, "a profissão de tirar o bem do mal", qualquer que seja o estado em que se encontrem as pessoas que preferem percorrer as estradas que as levam até mesmo às situações mais degradantes.

Contudo, só acertam o caminho da vida os que, com humildade e sinceridade, perscrutam os desígnios de Deus, procuram encontrá-lo nos sinais misteriosos do sofrimento e decidem-se a ser fiéis à vocação, de acordo com as aptidões naturais e sobrenaturais que dEle receberam.

Entre as vocações mais variadas, há uma que merece especial atenção. Trata-se do chamamento de Cristo para participar do seu Sacerdócio Ministerial: **"Não fostes vós que Me escolhestes; fui Eu que vos escolhi".** Mesmo assim, cada escolhido para esta missão continua inteiramente livre de aceitá-la ou não, e até de ser fiel ou infiel a ela.

Como, porém, ter certeza desse chamamento e dessa fidelidade, face às injunções e solicitações do mundo que nos envolve? Não é fácil a resposta, porque, humanamente, a missão é árdua, difícil e perigosa: **"Eu vos envio como cordeiros para o meio de lobos".** A resposta só poderá ser acertada e reta se vier da Fé e do Amor. Quem não crê nEle, quem não O ama com amor e pelo amor de Deus, não tem condições de acertar o caminho, qualquer que seja sua vocação. Não poderá ser padre, ou pelo menos um padre segundo os planos divinos e as esperanças do povo.

Os candidatos que inauguram a nova fase da luminosa e sofrida história do Seminário Santa Cruz estão conscientes dessas verdades realistas e profundamente consoladoras. São jovens amadurecidos que se apresentaram, espontaneamente. Suas aptidões pessoais os capacitam a exercer profissões humanamente mais convidativas. Mas preferiram ser padres, sem prejuízo de outros estudos superiores que os habilitem a seguir caminhos diferentes, se o desejarem. Para isso têm, pela frente, pelo menos seis anos de reflexão.

Faz gosto apreciar a disposição, a alegria, a solidariedade desses pioneiros de uma nova era. Reabrem o Seminário à luz do Vaticano II, com métodos atualizados, muita responsabilidade, espírito de iniciativa e, sobretudo, com muito amor a Deus e desejo de servir às comunidades, no dia de amanhã.

Deus os ilumine e lhes dê a capacidade de serem fiéis aos seus desígnios. De parabéns a Arquidiocese, ou seja, o generoso povo goiano que anseia por padres numerosos e bons. Chamados de suas comunidades para as coisas que se referem a Deus, saberão transformar a cidade dos homens em ante-sala da Casa do Pai que começa na terra e prolonga-se até a eternidade feliz.

"CHAMADO DO MEIO DO POVO"

Para a Campanha Vocacional de 1979, o Arcebispo publicou, na **Revista da Arquidiocese,** *edição de agosto, esta mensagem em que comenta a definição de sacerdote, feita por São Paulo, na Epístola aos Hebreus: "Chamado do meio do povo e constituído em favor dos homens nas coisas que se referem a Deus".*

A Campanha Vocacional que se realiza durante este mês de agosto-79 oferece boa oportunidade para dirigir aos prezados Diocesanos esta mensagem. Deus permita que seja ela recebida com espírito de fé e generosidade.

SER PADRE

Quem poderia dizer de maneira clara e definitiva o que é ser padre? Muito se tem escrito sobre este tema. Os estudos, reflexões e esclarecimentos ajudam, mas não esgotam o assunto. Por vezes tornam-se fonte de polêmica, de confusão ou dúvida.

Por isso, talvez seja mais útil meditar aquela palavra de São Paulo aos Hebreus: **"O padre é chamado do meio do povo e constituído em favor dos homens nas coisas que se referem a Deus"** (Cf. Hb 5,1).

1. CHAMADO DO MEIO DO POVO

Quer dizer, alguém igual aos outros, que nunca deveria esquecer sua condição de irmão de seus irmãos. Jamais será um super-homem, nem mesmo um santo ou um sábio, que se distinga por essas qualidades, a ponto de se considerar maior ou melhor do que os outros.

Assim, por exemplo, foram chamados os doze Apóstolos, por Jesus Cristo. Quando esses escolhidos ousaram perguntar-lhe: "Quem de nós será o maior?" Jesus os corrigiu, convidando-os a servirem mais e melhor a todos.

2. CONSTITUÍDO EM FAVOR DOS HOMENS

Quer dizer, ninguém é Padre para si mesmo, mas para os outros. Na vida quotidiana, isto é muito difícil. Nas circunstâncias da sociedade contemporânea, se o Padre quer mesmo dedicar-se à sua missão evangélica, é chamado frequentemente a elevar sua voz em favor dos menos favorecidos e dos oprimidos pela força do dinheiro e do abuso do poder. Terá que tomar atitudes firmes diante da injustiça. Sobretudo defender os direitos divinos quando alguns pregam, hipocritamente, os "direitos humanos" para desviar a atenção do grande público dos crimes que cometem em defesa de seus interesses egoístas ou de grupos políticos e econômicos que dominam o mundo.

Mais do que em outros tempos, é preciso proclamar que não se pode falar em direitos humanos, se os direitos divinos são ignorados ou desrespeitados. Saulo perseguia seus irmãos. Cristo veio a seu encontro e lhe fez esta pergunta: "Saulo, por que Me persegues?" Só então Saulo se converte e reconhece Jesus Cristo e, nEle e por Ele, o dever de respeitar os outros. Transformou-se no grande apóstolo, defensor dos homens e dos povos.

Ser constituído em favor dos homens é ter a coragem de anunciar Jesus Cristo e denunciar tudo o que escraviza o homem, por dentro e por fora, degradando a sua dignidade, as suas prerrogativas e, conseqüentemente, desrespeitando ou violando os direitos divinos.

3. NAS COISAS QUE SE REFEREM A DEUS

Aqui está a missão do Padre que se revela e se realiza, sobretudo, quando prega o Evangelho e celebra a Eucaristia. Para que possa cumprir com fidelidade a sua missão, terá que dar testemunho do que prega e congregar os homens no sacramento da Unidade. Em resumo, é seu dever revelar Jesus Cristo, como Jesus Cristo revelou o Pai. Para isto ele se forma. Para isto ele é enviado. "Eis que vos envio como cordeiros para o meio de lobos" (. . .). "Ide e pregai o Evangelho a todos" (. . .). "Eu estarei convosco todos os dias".

4. CONVITE AOS JOVENS

O Santo Padre João Paulo II, em sua mensagem para o Dia Mundial das Vocações, a 6 de maio deste ano, resumiu tudo o que quis dizer, em três palavras: **orar — chamar — responder.**

Vamos todos orar, pedindo ao Senhor mais Padres para a nossa Arquidiocese. Vamos chamar: que esta mensagem seja um convite. Vamos pedir ao Divino Espírito que ilumine e encoraje os que se sentem chamados. . . A resposta é sua, prezado jovem!

VOCAÇÃO, DOM PARA A PARTILHA

"Deus não deu tudo a ninguém; mas não deixou ninguém sem nada". Com esse pensamento, Dom Fernando elaborou a mensagem para o Mês das Vocações (agosto) de 1981, em que ele lembra ainda: "Se alguns recebem mais do que outros, é para que uns partilhem com os outros os dons que receberam".

O mês de agosto é dedicado, em todo o Brasil, às Vocações, conforme decisão aprovada na 19ª Assembléia Geral da CNBB. Em algumas dioceses, inclusive em Goiânia, isto já vinha ocorrendo nos últimos anos. A decisão do Episcopado vem demonstrar, não apenas um gesto de solidariedade nacional, como a importância e urgência de uma evangelização mais aprofundada sobre o tema que abrange todas as pessoas.

Ninguém desconhece que a pessoa humana procura a sua própria identidade, a sua razão de existir, a maneira de ser útil a si mesmo e aos seus semelhantes. O mundo afastou-se do seu destino porque os homens perderam-se nos desvios do caminho. Hoje predominam as coisas e os bens materiais, o abuso da liberdade, o imediatismo, o consumismo, o **ter-mais** em vez de **ser-mais.** A continuar assim, seremos todos esmagados pelas obras de nossas próprias mãos. O que vale, o que conta, não é mais a pessoa, mas aquilo que ela tem ou pretende ter.

Basta observar o mau exemplo que o Governo dá, com grande euforia e propaganda, voltado quase totalmente para obras e projetos suntuosos, realizados à custa do sacrifício até à morte de milhares de pessoas. Uma rodovia em plena mata amazônica, além de mutilar indiscriminadamente a natureza, matou muitos índios e posseiros. O mesmo está acontecendo nas gigantescas empresas energéticas e nas companhias agropastoris, abrangendo imensas áreas para "boificá-las", expulsando delas os nativos e os pobres.

Os projetos monumentais desconhecem os índios e os pequenos lavradores, para beneficiar grupos privilegiados, cada dia mais ricos, poderosos e opressores. Outras iniciativas de grande porte, longe de favorecer o desenvolvimento integral das pessoas e do País, visam acima de tudo ao lucro fácil e desonesto, com incentivos governamentais que deveriam ser utilizados em favor de multidões carentes que morrem de fome ou são atiradas ao suplício do desemprego ou do subemprego, sem terra, sem casa, sem escola, sem saúde.

Ricos e pobres têm em comum o desconhecimento ou o desprezo de sua dignidade e de seus direitos ou deveres. Os pobres tornam-se vítimas indefesas da opressão e da injustiça. Os ricos, tragados sempre pelo egoísmo e pela ganância, são oprimidos e esmagados, não raro, pelo peso moral do remorso das negociatas escusas e escandalosas que levam muitos deles ao desespero ou ao suicídio. Os crimes que cometem abalam a sociedade e mostram ao vivo a conivência do abuso do poder, apesar dos engenhosos e hipócritas artifícios para justificar a impunidade que os ampara e estimula, mesmo nos horrendos atentados terroristas.

A soma de todos esses desatinos traz como consequência inevitável o descrédito, a degradação, o aniquilamento da pessoa humana, que perde, cada dia mais, as suas prerrogativas de ser racional, livre e responsável. O homem, nessas condições, já não se reconhece. Está desfigurado. Está desviado do fim para que foi feito. Rejeita seu Criador e Senhor, único que salva, eleva e liberta. Torna-se mais objeto de consumo do que pessoa. Entrega-se à aventura tresloucada de buscar a felicidade exatamente naquilo que o afasta dAquele que é o Caminho, a Verdade e a Vida.

Em face desse quadro desolador, compreende-se a razão fundamental de dedicar-se um mês à reflexão sobre a Vocação. Por outras palavras, vamos tentar, à luz de Deus, redescobrir o nosso princípio e o nosso fim. Por que e para que existimos? Qual o sentido da vida, do trabalho, da morte? Você está sendo fiel à sua vocação?

Sabemos que Deus é o Criador do homem. Certamente Ele sabe por que e para que nos fez homens e mulheres. Cada pessoa é dotada de qualidades e dons pessoais. Cada pessoa é única e inconfundível. É "original", feita com amor e para amar. O conjunto das prerrogativas que caracteri-

zam cada pessoa indica qual seja sua Vocação ou chamamento de Deus-Criador. Ninguém é fruto do acaso. Ninguém é inútil, nem mesmo os que aparentemente são deficientes ou considerados incapazes e marginais. Deus não deu tudo a ninguém; mas não deixou ninguém sem nada. Se alguns recebem mais do que outros é para que uns partilhem com os outros os dons que receberam, de modo a se cumprir o ideal vivido nas primeiras comunidades cristãs: "Não havia necessitados entre eles".

Entre as várias vocações ou chamamentos de Deus, merecem especial atenção as pessoas vocacionadas ao serviço de Deus em sua Igreja — padres, religiosas, religiosos e leigos — diante da necessidade urgente de atender ao povo carente de amor, de justiça, de segurança, de paz.

Em nossa Arquidiocese, o número de padres está muito longe de satisfazer às necessidades do povo. Freqüentemente, chegam insistentes pedidos de Padres para dar assistência religiosa aos bairros que se multiplicam cada dia mais. É certo que, nestes últimos dois anos, foram ordenados oito novos Padres, que já estão em atividade. Mesmo assim, perguntamos, como André: "Mas que é isso para tantas pessoas?" (Jo 6,9).

Não podemos, porém, desanimar. O nosso Seminário começa a dar novas esperanças e está sendo procurado por diversos jovens que se dispõem a oferecer a sua vida por Jesus Cristo, para melhor ouvirem e defenderem o Povo. Torna-se necessário, porém, um trabalho constante, organizado, com raízes mergulhadas no Evangelho e objetivos apostólicos capazes de cultivar e defender, no íntimo de seus corações, os apelos de Deus que os chama ao Sacerdócio Ministerial.

As famílias, as comunidades de base, a universidade, os colégios e escolas, os movimentos de jovens, as associações religiosas e organizações católicas, são convidados a tratar e aprofundar o assunto com convicção e seriedade. Se houver esclarecimento e disposição de suscitar o ideal sacerdotal e de vida especialmente consagrada ao Senhor Jesus, logo aparecerão possíveis candidatos e candidatas.

Se cada paróquia ou comunidade interessar-se, no sentido de preparar seus próprios Padres, dentro de poucos anos a Arquidiocese terá condições de prover de Vigários a todas.

Quem se negasse a esse esforço coletivo e ao mesmo tempo pessoal dos membros dos organismos eclesiais, sobretudo no seio das famílias e nas instituições destinadas à formação da juventude, não teria o direito

▲ **Com a equipe da Rádio Difusora (1960). Assinatura do contrato para a aquisição do transmissor de 10 Kws**

▲ Em 1958, IV Assembléia Geral da CNBB, realizada em Goiânia

de considerar-se inteiramente fiel e coerente à sua vocação cristã. Não é pequena a responsabilidade de quem, por omissão, impede a Igreja de contar com a colaboração de mais um padre.

Lembrem-se todos de que, segundo a revelação de Deus ao apóstolo Paulo, na carta aos Hebreus, o padre é chamado do meio do Povo e constituído em favor dos homens, nas coisas que se referem a Deus (cf. Heb 5,1).

Com orações, sacrifícios e auxílios para manter o Seminário, ajude você também um jovem a ser padre! Com o testemunho de sua vida, colabore na construção de um mundo mais justo, mais humano, mais cristão!

e aos irmãos

EVANGELHO PARA O ÍNDIO

A preocupação de Dom Fernando com os pobres e os pequeninos levou-o a sempre apoiar os trabalhos pastorais voltados para as populações marginalizadas. Logo após a I Assembléia Nacional do Cimi – Conselho Indigenista Missionário, realizada em Goiânia, em junho de 1975, Dom Fernando escreveu para a **Revista da Arquidiocese** *este pequeno artigo, explicando a nova postura da Igreja no seu relacionamento com os povos indígenas.*

Importante encontro realizou-se em Goiânia, nos dias 24 a 27 de junho-75, promovido pelo Conselho Indigenista Missionário – Cimi. Participaram diversos bispos, padres, religiosos e leigos, entre eles índios de diferentes tribos.

Os estudos desenvolveram-se num clima de seriedade e estímulo fraterno, em torno de temas inspirados na atual conjuntura em que se situa o índio no Brasil. A Assembléia não visou com exclusividade este ou aquele aspecto determinado. Preferiu refletir sobre a realidade global que envolve a problemática do índio.

Na abertura do encontro, o padre Vicente César, então ainda presidente do Conselho Indigenista, esclareceu que o índio é uma pessoa adulta que não pode continuar sob tutela, pelo fato de estar situado numa faixa cultural diferente. Ele tem que ser encarado como pessoa humana, no contexto de sua própria cultura.

O Presidente do Cimi, recém-eleito, Dom Tomás Balduíno, bispo da Diocese de Goiás, acha que as conclusões do encontro correspondem a uma expectativa de pastoral, em termos de Brasil e até de América Latina. Explicitam as questões fundamentais que mais diretamente podem difi-

cultar a promoção do índio e, consequentemente, a sua evangelização. Empenham-se por obter as condições indispensáveis para que uma pessoa seja considerada e tratada como merece.

Assim como "a graça supõe a natureza", assim também a recepção da Mensagem de Cristo requer, para ser eficaz, que o Missionário esteja atento às circunstâncias concretas em que vive a pessoa a quem se deseja transmiti-la. Sem um mínimo de condições humanas, não há meios de chegar a quem está com fome de pão e de justiça, a Boa-Nova trazida por Cristo.

Os índios são os grandes marginalizados, eles os primeiros ocupantes da Terra de Santa Cruz. Quando aqui aportaram as caravelas de Cabral, foram eles que receberam os portugueses. E o fizeram com espanto e admiração, mas também com gestos acolhedores, com plena consciência do que estavam fazendo e com simpatia pelos que chegavam. Revelaram, desde logo, sua índole pacífica e solidária. Tudo indica que não partiram deles atitudes agressivas para com os que se tornaram senhores, não só de suas terras como deles mesmos.

Foram os novos donos da terra que implantaram o regime de dominação. Dois povos, duas raças, duas culturas entraram em choque. Predominou a mais equipada para a luta. No começo, porém, o índio foi considerado como possível aliado, desde que se deixasse escravizar. Mas ele não aceitou a condição. Preferiu lutar e morrer, de vez que não tinha armas proporcionais às dos novos ocupantes. Até hoje, com outras modalidades, continua o drama das tribos indígenas.

Não é esta a oportunidade de relembrar a epopéia dos primeiros missionários, nem de discutir os seus métodos de trabalho. A verdade é que foram eles que ensinaram os nativos a ler, escrever e contar. Foram eles os amigos e defensores dos índios.

Tenta-se hoje reconhecer o direito dos primitivos habitantes do Brasil e salvar o pouco que ainda resta desses homens bravos e cordatos, que também combateram em defesa da Pátria e continuam lutando pela preservação de sua dignidade e dos direitos de suas tribos. Foram eles que mostraram os primeiros caminhos que levaram os brancos às nossas fontes de riqueza. É justo que hoje se faça alguma coisa para restituir ao índio o que lhe pertence e que se reconheça o seu papel na estrutura da Pátria comum.

Esta é a atribuição do Conselho Indigenista Missionário — Cimi. A reunião de Goiânia concluiu com bastante lucidez que, para evangelizar o índio, é preciso respeitar e defender a sua cultura. Só então, se poderá iluminá-la com a luz do Evangelho.

Este trabalho árduo e incompreendido é também prelúdio do Evangelho, de vez que, na expressão de Paulo VI, a Justiça é o primeiro degrau da Caridade de Cristo, semente e fruto de toda a obra evangelizadora.

O MOVIMENTO CUSTO DE VIDA

A alta desenfreada dos preços, particularmente dos produtos básicos de consumo, sem a contrapartida de aumentos salariais iguais ou superiores aos níveis da inflação, tem sido, há muitos anos, o maior pesadelo do povo brasileiro. Na **Revista da Arquidiocese** *de agosto de 1978, Dom Fernando publicou este artigo, de apoio ao Movimento Custo de Vida, que se organizava em Goiânia e em vários outros municípios do Estado.*

Em diversos pontos do País, há sinais muito claros de que o povo já não suporta o incontrolável aumento do custo de vida. O problema é de tal gravidade que ameaça o equilíbrio social. Trata-se da fome. Um País com fome é algo terrível.

Quando, certa vez, visitei, juntamente com um grupo de bispos da América Latina, a República Federal da Alemanha, a convite do Governo daquele País, ouvi uma exposição inesquecível. Um senhor, falando muito bem o espanhol, pôs a descoberto os horrores da última guerra e suas dramáticas conseqüências. Descreveu, por exemplo, o que era a cidade de Berlim, com milhões de habitantes, rica, confortável, das mais bem instaladas na época. De repente a guerra, os bombardeios, a desnutrição, a fome, a nudez. Impressionou-me o realismo com que procurou ressaltar o fenômeno que ele chamou de "nivelamento de todos". Não havia mais distinção entre pobres e ricos, grandes e pequenos. Todos tinham perdido tudo: dinheiro, casa, móveis, posição social, roupa, alimento. . . Multidões superlotavam as estradas, sem saber ao certo para onde ir, ou como fazer para subsistir.

Depois de mostrar o quadro negro da desolação, refletiu conosco sobre as causas que levaram a grande Nação àquele estado de miséria

coletiva. A guerra fora a causa imediata, sem dúvida. Mas a guerra, por sua vez, tinha sido a consequência, o fruto maligno de uma árvore má que germinou, cresceu e envolveu tudo. Suas raízes infiltraram-se no subsolo e minaram os alicerces da sociedade. Falou do regime nazista que teve sua origem no egoísmo, na ganância, na injustiça. Desde que o dinheiro, bem-estar, a força, o poder, foram esmagando os valores fundamentais do homem, começou, como em germe, a destruição que culminou na grande catástrofe.

Aí está, em síntese, uma lição da história contemporânea. Passada a fase aguda do conflito, o homem foi se reencontrando, somando suas energias, reconstruindo tudo. Hoje a Alemanha, mesmo ainda dividida, é um dos países mais ricos, mais desenvolvidos, mais respeitados do mundo. Resta-nos esperar que tenha aprendido a lição e continue a ser a Nação amiga, generosa e solidária que tem sabido ser.

Aqui no Brasil, não estaríamos caminhando no mesmo caminho que levou o mundo desenvolvido à auto-destruição? Não queremos nem podemos ser pessimistas. Mas não estamos cegos. Há, inegavelmente, sintomas bastante visíveis de que as mesmas sementes que germinaram, três décadas atrás, estão crescendo no solo brasileiro. A prepotência dos grupos econômicos e políticos, o egocentrismo dos que se consideram senhores das coisas e até das pessoas, a arrogância absorvente das multinacionais, a cegueira enlouquecida do poder pelo poder, o endeusamento do dinheiro, a temida e polêmica teoria da chamada Segurança Nacional, começam a dar frutos amargos, decepcionantes, intoleráveis. Para onde vamos?

Para citar o exemplo que parece mais evidente e que começa a fermentar por toda parte, aí está o que se convencionou chamar **Movimento Custo de Vida.** Em outras palavras, aí está o clamor coletivo da fome que não apenas ameaça, mas já está matando muita gente. Como a maioria não tem capacidade de compreender as verdadeiras causas da miséria que, por enquanto, atinge apenas os mais pobres, se diz que a fome existe porque o custo de vida aumenta. Pelo menos é isto o que se vê e se sente dia por dia. Prova inequívoca do descontrole generalizado, em todos os setores da vida nacional. O Governo que se cuide. Os ricos, os poderosos, os idólatras do dinheiro que se previnam.

A verdade é que o Movimento Custo de Vida, que começou no mais desenvolvido Estado do Brasil, está se alastrando. E não reivindica apenas

o salário indispensável. Reclama direitos básicos. Junta mais outras providências inadiáveis para normalizar a vida do País.

Em Goiás, o movimento, sem alarde, mas eficientemente, está atuando em vários municípios. Não adianta querer o Governo fechar os olhos ou pretender impedi-lo com medidas policiais. Os seus animadores mais lúcidos e eficientes vieram solicitar o apoio da Igreja que, evidentemente, por exigência de sua missão, não pode negá-lo ou omitir-se.

Na última reunião mensal da pastoral da Arquidiocese, com representantes de todos os seus valores, tomou-se conhecimento do apelo justo e urgente. Compete agora aos homens que prezam sua dignidade juntar esforços e procurar soluções adequadas e eficazes, sem violência e sem medo. Não podemos chegar depois da explosão que o desespero pode causar.

Ainda é tempo e temos tudo para fazer prevalecer o bom senso, até por questão de auto-defesa, não somente de cada um, mas da Nação inteira que não está mais disposta a ser manipulada pelos órgãos que existem para servi-la. Como se tem repetido tantas vezes, é necessário que o Estado, o Governo, os organismos de influência reencontrem-se com a Nação e não impeçam, antes exijam, a participação de todos os cidadãos nas decisões e nos destinos comuns, em benefício de todos.

Não é possível que neste País a vida valha menos do que o alimento e o dinheiro valha mais do que a comida.

INVASÕES E VIOLÊNCIA

Urgida pela própria dureza da realidade local, a Arquidiocese de Goiânia sempre manifestou uma clara atitude de apoio a todos os que lutam pelo direito de moradia — como mostra este vigoroso pronunciamento de Dom Fernando, apresentado a 10 de abril de 1980 ao plenário da Reunião Mensal de Pastoral, que o aprovou por unanimidade. Esta posição, aliás, viria a ser respaldada, em fevereiro de 1982, pela CNBB, que elaborou, em sua XX Assembléia Geral, o documento "Solo Urbano e Ação Pastoral".

São muito frequentes as cenas de violência contra os chamados "invasores", que aumentam cada dia. Por invasores consideramos aqui famílias inteiras que, levadas pela fome ou por outras pressões, deslocam-se do lugar onde moravam e instalam-se nos espaços desocupados da cidade.

Da noite para o dia constroem barracos improvisados, cavam uma cisterna e vão perambular pelas ruas em busca de algum emprego, ou sujeitam-se a mendigar.

Aparecem, então, os que se julgam proprietários daquelas áreas, adquiridas, freqüentemente, com o único objetivo de aguardar a supervalorização imobiliária. Muitas vezes nem se dão ao trabalho de construir uma cerca ou dar qualquer sinal de posse. Não utilizam a área. Não precisam dela. Desejam apenas o lucro fácil, porque sabem que o tempo e a desvalorização da moeda são seus aliados.

Aparentemente, a terra é de ninguém e, de acordo com o velho e sábio axioma, "res nullius primi occupantis" (a terra de ninguém é do primeiro ocupante). Resultado: o proprietário que como tal se considera por guardar na gaveta uma escritura ou uma promessa de compra e venda.

não raras vezes de origem duvidosa, em lugar de recorrer à Justiça chama a Polícia para afastar os invasores. A Polícia vem com outros estímulos e muita afoiteza e começa o conflito, com pleno desconhecimento das exigências legais.

Se não aparecer alguém que tome a defesa dos oprimidos, o medo, a violência, as ameaças, expulsam pela força os migrantes daquele pedaço de chão, sem o mínimo respeito aos dispositivos do Direito, como se a ação policial pudesse agir, nesses casos, por iniciativa própria. Enquanto isso acontece, aumenta o desfile de centenas de marginalizados que, por vezes, terminam nas mãos de policiais despreparados que se transformam em algozes de vítimas indefesas. Não seria difícil uma averiguação de casos dessa natureza, se houvesse, por parte das autoridades competentes, mais interesse e vigilância.

São do conhecimento público casos recentes em que criaturas humanas, inocentes ou criminosas, são presas, maltratadas com horríveis torturas, a ponto de algumas perderem a vida. E tudo isso fica sepultado no silêncio da impunidade.

Tem-se a impressão de que as providências, quer da Polícia, quer de outros órgãos, são em geral mais visíveis contra o carente de tudo que procura um lugar para viver. Em face dessa falta de apoio e de consideração, não é para admirar a onda sempre crescente de desespero, de degradação física e moral de pessoas sumariamente condenadas à condição de párias da sociedade, gerando a desordem, a inquietação, a insegurança, com o seu cortejo de crimes.

Os proprietários de áreas ociosas, de casas sobre casas, de loteamentos clandestinos e superabundância de bens materiais, são sempre bem tratados e protegidos, porque dispõem de dinheiro para assegurar seus privilégios. Houve casos em que os seus tratores, sem mais nem menos, destruíram casebres construídos com imensos sacrifícios, sob as vistas complacentes e coniventes de policias sem escrúpulo; muitas vezes sem indenização ou em troca de algumas moedas insuficientes para compensar o valor material daqueles barracos.

Não há uma preocupação séria de resolver essa terrível chaga social. O Governo, insensível aos clamores do povo sofredor, prefere cuidar de projetos de grande porte econômico, cavando imenso fosso entre carentes e opulentos, numa discriminação chocante que ameaça o sossego social. O setor privado conhece e reprova esse procedimento, mas cala, omite-se

ou é conivente. Não se dispõe a uma ação enérgica e corresponsável que exigiria a renúncia de privilégios ou vantagens ilusórias que chegam ao ponto de tirar da boca do indigente o pão de cada dia. Uma cegueira generalizada e contagiante que esquece, cada dia mais, as elementares exigências da justiça distributiva.

Mas ninguém se iluda. Esses "restos", que são a maioria da sociedade, estão tomando consciência de seus direitos e de sua condição inalienável de pessoas humanas. Estão perdendo o medo e começando a perceber que é grande demais o pecado contra o Deus onipotente e misericordioso, "lento em irar-se e de grande clemência" (Sl 145,8), criador e doador de todo bem.

Chegará o dia, e já está chegando, em que a terra, nas cidades e nos campos, será respeitada e melhor distribuída e a legislação fundiária terá que ser modificada. Quem duvidar verá, se ainda for possível esperar, que a Justiça Divina se manifestará e libertará o Seu Povo.

IGREJA, INVASORES E POLÍCIA

A 28 de abril de 1981, ocorreu em Goiânia uma das mais violentas ações policiais contra invasores. Foi no Jardim Boa Sorte, onde a truculência policial atingiu, além de homens, mulheres e crianças da nova invasão, o então diácono Oziel Luís dos Santos e o advogado Francisco Montenegro, da Comissão Justiça e Paz. Cerca de 40 entidades, civis e religiosas, mobilizaram-se na solidariedade aos invasores expulsos. Dia 1º de Maio, na Catedral lotada, Dom Fernando celebrou por intenção dos pobres perseguidos, tendo feito esta homilia.

Estamos a concelebrar a Santíssima Eucaristia, na Catedral Metropolitana, comemorando o Dia do Trabalho e do Trabalhador. Trata-se fundamentalmente do ato litúrgico de ação de graças mais expressivo de nossa fé.

Ocorre que, no presente ano, mais precisamente na última quinzena de abril, o Estado de Goiás foi palco de cenas de violência sem precedentes. Uma no Extremo Norte, no chamado "Bico do Papagaio", nos municípios de São Sebastião do Tocantins e Sítio Novo, diocese de Tocantinópolis; outra na periferia da cidade de Goiânia. Ambas caracterizam-se pelo desrespeito à dignidade do trabalho e do trabalhador mais pobre e carente, sob todos os aspectos.

Nos dois casos a Polícia Militar do Estado agiu com extrema violência, cumprindo "ordens superiores", logo interpretadas como sendo do Governador do Estado ou de órgãos ligados a ele. Não é o caso de examinarmos esta particularidade. Mas é necessário esclarecer alguns aspectos, a partir do noticiário divulgado pelos meios de comunicação.

Os que tomaram a defesa do povo oprimido, em Goiânia, argumentaram mostrando a violência com que agiu a polícia e a incompetência

do Poder Executivo para promover um despejo, sem mandado judicial. As autoridades, pretendendo desconhecer as ocorrências de extrema crueldade, procuram acobertar-se em dispositivos constitucionais ou legais para explicar que a interferência da força policial tinha como objetivo defender a propriedade particular.

Verificamos, entretanto, uma gritante injustiça, tanto no que ocorreu no Extremo Norte do Estado, como o que aconteceu na periferia de Goiânia. Na região do "Bico do Papagaio" o conflito verificou-se entre grileiros, de um lado, e, de outro, posseiros que trabalham suas terras há vinte, trinta e mais anos. A polícia interveio para defender os grileiros e aniquilar os pobres posseiros. Em Goiânia, a luta se deu entre invasores e donos de áreas desocupadas e ociosas. A Polícia baixou com a mesma violência contra os que se instalaram naquelas áreas, aparentemente sem donos. Os porta-vozes das autoridades vieram a público defender, farisaicamente, o direito da propriedade particular e as leis municipais que regem o assunto.

Parece oportuno relembrar o que diz a Constituição Federal vigente, sobre o direito de propriedade: "É assegurado o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro" (Art. 153 § 22)' Verifica-se desde logo que o direito de propriedade não é um direito absoluto, mas está limitado pela "necessidade ou utilidade pública ou por interesse social". A doutrina social cristã é mais explícita, neste particular, no que se refere ao interesse social. Assim, uma propriedade particular que não manifesta nenhum sinal de posse (uma cerca, por exemplo) e está aparentemente abandonada, improdutiva e ociosa, pode ser ocupada por alguém que não dispõe de um lugar para morar ou de terra para produzir o alimento. Isto se fundamenta no direito divino, segundo o qual a terra é de todos.

Assim fala o papa João Paulo II (Recife 7.7.1980, nº 4): "Uma reflexão serena sobre o homem e a convivência humana na sociedade, iluminada e robustecida pela palavra de Deus e pelo ensinamento da Igreja desde as suas origens, nos diz que a terra é um dom de Deus, dom que Ele faz a todos os seres humanos, homens e mulheres, que Ele quer reunidos em uma família e relacionados uns com os outros em espírito fraterno (GS, 24). Não é lícito, portanto, porque não é segundo o desígnio de Deus, gerir este dom de modo tal que os seus benefícios aproveitem só a alguns poucos, ficando os outros, a imensa maioria, excluídos. Mais grave ainda é o desequilíbrio, e mais gritante é a injustiça a ele inerente,

quando esta imensa maioria se vê condenada, por isso mesmo, a uma situação de carência, de pobreza e de marginalização".

Esta a doutrina da Igreja, baseada no seu sagrado Magistério. Esta a legislação contida na Carta Magna. Como se vê, todos defendemos a propriedade privada, como um valor e um direito, com suas limitações de caráter social. Como diz o mesmo João Paulo II (Rio de Janeiro 2.7.1980): "Uma faceta concreta da evangelização e que deve orientar-se sobretudo àqueles que gozam de meios econômicos — a fim de que colaborem com os mais necessitados — é a reta concepção da propriedade privada, sobre a qual **recai uma hipoteca social"** (na expressão de Paulo VI).

Torna-se necessário esclarecer que a Igreja de modo algum tem incentivado as chamadas "invasões", até porque está convencida de que nenhum pobre é "invasor" pelo prazer de deixar sua casa ou a terra onde trabalha. Os invasores são vítimas da injustiça, da ganância dos poderosos que os expulsam de suas glebas ou os abandonam sem lar, sem alimento, sem saúde. O que a Igreja tem feito e continuará a fazer é amparar o faminto, o doente, o carente de tudo. Quando se tornam "invasores", a Igreja procura, com redobrada solicitude, uma solução amparada nos dispositivos legais da Justiça Distributiva. Reafirmamos isto, com firmeza, porque sabemos que há pessoas maldosas a propalar que a Igreja tem favorecido as invasões em Goiânia. A Igreja não favorece invasões. O que a Igreja faz é defender o direito inalienável, mesmo dos invasores, como de todos os homens, de disporem das condições mínimas de existência: casa, moradia, saúde etc.

Com relação à atuação das forças policiais, sobretudo quando são chamadas para conter os invasores, é necessário que fique bem claro que a Igreja não concorda com que a questão seja resolvida pela força das armas. No caso de ser enviada a Polícia Militar, o principal é verificar a maneira de agir da PM. Nos últimos acontecimentos constatou-se uma violência demasiadamente chocante, acompanhada de toda sorte de arbitrariedades contra os invasores mais carentes e indefesos, além de desrespeitar organizações como a OAB, a Imprensa e até representantes da Igreja que foram ao local, a pedido do povo, para celebrar um culto religioso.

Não pretendemos inocentar os agentes policiais, mesmo que se tenham apresentado como enviados por "ordem superior", pois são pessoas que devem responder, conscientemente, pelos próprios atos. Lamentamos, porém, que os Responsáveis Maiores pretendam esconder o clima de represália, agitação e insegurança que convulsionou a cidade. Não adianta atribuir esses crimes a "pessoas estranhas", como se, no fla-

gelo das invasões, houvesse insufladores da desordem. Qualquer pessoa de bom senso, que não esteja cega pela paixão do ódio ou de seus próprios caprichos, sabe, mesmo que não declare, quais os verdadeiros mandantes desses episódios criminosos e dramáticos.

O que acabamos de tentar descrever revela uma das faces da miséria humana. Não é lícito, porém, parar neste lado negativo da sociedade. Elevemos os nossos corações e procuremos desvendar, no meio das ruínas do mal, a verdadeira face de Cristo sofredor e vislumbrar a misericórdia infinita do Filho de Deus que se fez nosso irmão e se entregou por nós.

Estamos, segundo nos assegura a nossa Fé, completando com nossos sofrimentos os sofrimentos de Jesus Cristo. Sabemos que não podemos fugir do mistério da iniquidade que se manifesta nestes dolorosos acontecimentos. Conforta-nos a divina Esperança que nos congrega e nos alegra.

Se, por um lado, nos abatemos diante de tantos crimes, de tanta injustiça, de tanto ódio, por outro lado nos rejubilamos porque estamos no caminho da restauração do mundo, que se processa pela Misericórdia de Deus, infinitamente maior do que os nossos pecados.

Corações ao alto! Felicitamos os pobres oprimidos, depois de serem jogados na sarjeta da cidade que são as invasões. Para esses nossos irmãos desfigurados pela fome e pela tortura, em primeiro lugar, nossa palavra de conforto. Felicitamos o diácono Oziel, que foi considerado digno de sofrer alguma coisa, no cumprimento de sua missão evangelizadora. Felicitamos o advogado Francisco Pinto Montenegro, ainda no leito do hospital, por ter sido espancado e preso, em defesa da justiça, defendendo a causa dos seus irmãos oprimidos e flagelados. Felicitamos a todos os membros da OAB, da Imprensa e das Comunidades Cristãs que testemunharam e sofreram os golpes da injustiça institucionalizada, dispondo-se a continuar a luta em defesa da Verdade que liberta.

Voltamo-nos agora para Nossa Senhora da Misericórdia, Auxílio dos Cristãos, padroeira e protetora de nossa Arquidiocese. Que ela nos dê a fortaleza do Espírito para perdoarmos aos nossos perseguidores. Que nossa Senhora da Misericórdia conceda, aos que governam, um mínimo de sensibilidade para conhecer os seus erros, abater o seu orgulho e, com a humildade que eleva e dignifica o homem, reparar a onda de desequilíbrio moral em que pretendem sufocar a sociedade, da qual não são senhores ou dominadores, mas servos a serviço do Bem de todos os cidadãos. Que Ela anime e congregue os oprimidos, os pobres, os injustiçados, para que se unam, "sem violência e sem medo", e apresse o dia da vitória e da libertação.

CASA DE DEUS, CASA DOS HOMENS

O direito à moradia foi tema constante dos pronunciamentos de Dom Fernando. Na missa comemorativa do terceiro aniversário da construção da igreja do Sagrado Coração de Jesus, da Vila Nova, a 23 de setembro de 1981, o Arcebispo, na homilia, lançou graves interrogações: "Deus ficaria satisfeito de ter uma casa no meio dos homens, se seus filhos não têm uma casa para morar?" (. . .) "Que adianta os grandes da terra colaborarem, inclusive para a construção deste templo, enquanto permitem que os outros fiquem sem terra, sem abrigo, com fome?"

Meus irmãos e caríssimos diocesanos.

Todos nós estamos, certamente, cheios de alegria espiritual e de muita esperança neste momento, nesta Santa Missa em que agradecemos a Deus o privilégio, a graça de podermos construir, neste local, esta Igreja, este templo vivo. Relembremos as palavras de Salomão: "Deus escolheu para si este local". No meio da confusão que vivemos, no meio do barulho da cidade bonita que aí está, Deus escolheu este recanto feliz, para construir no coração da Vila Nova um templo em honra do Sagrado Coração de Jesus. Despertou a coragem, o estímulo de muitas pessoas para que aqui se levantasse esse templo. Muitos contribuíram com seus auxílios, generosidade, trabalho para que se levantassem essas paredes. Sabemos da dedicação do Pe. Gregório, do Pe. Anacleto, do Pe. Jaime e muitos outros.

Fomos apenas instrumentos da bondade do Pai para que aqui se levantasse esta casa de oração, de culto prestado a Deus e de consolação a todos os que aqui viessem fazer suas orações, manifestar seus anseios e desejos. Paremos um instante para meditar. Diz a Sagrada Escritura que o templo sagrado é a casa de Deus e a porta do céu. A casa é o lugar onde a gente mora. Não há uma pessoa, uma família que não tenha o direito de

um lugar para morar e Deus quis fazer sua habitação no meio da casa dos seus filhos — supõe-se que seus filhos também tenham casa. Já aqui há uma advertência séria: é justo, meus irmãos, que nós permitamos, que fiquemos indiferentes diante da escassez de moradia para tanta gente? Deus ficaria satisfeito de ter uma casa no meio dos homens, se seus filhos não têm uma casa para morar? Se queremos uma casa para Deus, lembremos que Deus só quer uma casa se for no meio da casa de seus filhos. Ele não fica satisfeito enquanto tem um templo bonito e ao redor de nós há tantos filhos de Deus que não têm casa para morar. Digo isto porque é o assunto do momento.

Meus irmãos, estamos cercados pela miséria, injustiça e crimes. Que adianta os grandes da terra colaborarem inclusive para a construção deste templo, se hipocritamente chegam aqui, oferecendo sua presença e suas promessas enquanto permitem que os outros fiquem sem terra, sem abrigo, com fome?

Eu creio que é tempo de o Povo de Deus tomar consciência dessas realidades. Sei que muita gente se incomoda com essa atitude da Igreja em dizer essas coisas — que poderia ficar calada e cantar hinos de louvor a Deus porque fizemos uma casa para Ele no meio dos filhos que não têm casa. Olhemos para a situação de Goiânia: é delicada. Querem que seja uma cidade com sinais de progresso humano, porém não toleram que, na cidade propriamente dita, os pobres tenham um lugar para morar. Está certo isso, diante de nossa fé e das convicções religiosas que temos?

Não seria justo, que, juntamente com os palácios dos ricos, houvesse um lugar para a casa honesta e digna dos pobres? Os pobres são cada vez mais arrastados lá para o fim do mundo, porque não podem "sujar" a cidade com seus casebres e, quando tentam fazer esses casebres, são empurrados pela ganância dos ricos — ou pela fome, do meio rural — são esmagados barbaramente pela polícia, pela força bruta, sob os aplausos dos grandes e, muitas vezes, com a complacência e omissão dos bons, que seríamos nós. Vamos ter coração, vamos ter energia, coragem para dizer que não é assim que se faz. Há lugar para todos, não caiamos na condenação de que fala o profeta Isaías, dirigindo-se aos poderosos da terra.

Só tem direito à propriedade quem é rico? Quem é pobre não tem direito a nada? Deus, que é o Senhor de tudo e de todos, não deu a terra a todos e a cada um?

João Paulo II, recentemente, nos assegurou que o Direito de posse

da terra está em primeiro lugar em favor daquele que sabe utilizar a terra em função do trabalho e do trabalhador. E o que vemos? Homens poderosos, ricos e ladrões que assumem uma carga enorme de áreas e mais áreas de terra, para quê? Para exploração da terra e para a exploração dos seus irmãos.

Nós, cristãos católicos, precisamos tomar consciência dessas responsabilidades. Não sei como uma pessoa, seja sacerdote ou leigo, religioso ou religiosa, pode formar sua consciência enquanto incensa os grandes ladrões e despreza, ou, pelo menos, faz de conta que não existem os pobres do Povo de Deus. Então a gente entende que, quando Deus quis que sua casa aqui na terra fosse construída no meio de seus filhos, antes de ter Sua casa, supunha que seus filhos tivessem casa. O Templo, a Igreja é a casa de Deus, construída no meio da casa dos filhos de Deus. Se não podemos resolver o problema, podemos pelo menos abrir o nosso coração e confortar aqueles que estão morrendo à míngua porque não têm um lar, uma casa para morar. É muito bom, nós que temos casa, às vezes muito boa, olharmos de cima para baixo e até levarmos um pouco no desprezo os miseráveis que não têm nada... Quantas vezes, observo de minha casa os marginais, as pessoas que não têm nada, alienadas, às vezes discursando (perturbação da ordem — eles não podem fazer); muitos olham com desprezo aquelas pobres criaturas humanas. Meu Deus, o que eu faço em favor desses meus irmãos, que já não têm mais força para viver com essa dignidade de pessoa humana? Quando chegará a hora, meus irmãos, de despertarmos a consciência, juntarmos as nossas energias e os nossos recursos e irmos ao amparo daqueles que sofrem o abandono?

Vocês devem ter tomado conhecimento do que aconteceu em fins de agosto, aqui na nossa belíssima cidade: veio a Prefeitura e arrasou os barracos de algumas famílias, sem o mínimo de respeito. Uma pobre mulher abortou e foi ferida pelos estilhaços da casa que ruía. Essas famílias foram fazer vigília em frente à Prefeitura Municipal. Que aconteceu? Não houve nenhuma solução ou ajuda por parte das autoridades.

Que os colaboradores desta comunidade continuem a ajudá-los, mas se desprendam de qualquer pretexto, de qualquer ambição que venha dos grandes, dos poderosos, porque eles são falsos, são criminosos porque não amam a Deus, nem amam o próximo porque amam o seu dinheiro, os seus interesses. No entanto, devemos também rezar por eles, evangelizá-los — que é um dos desafios mais difíceis da hora presente da Igreja. E como evangelizá-los? Compartilhando da opressão? Ou mostrando-lhes a verdade de Deus que os ilumine, inclusive que os faça sofrer no sofrimento de Cristo, porque é o sofrimento que converte?

A GREVE DOS OPERÁRIOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Esta mensagem, de 8 de setembro de 1979, foi escrita e divulgada por Dom Fernando após a visita que lhe fizeram lideranças dos trabalhadores da construção civil, categoria que realizara, pouco antes, uma greve que paralisou, durante vários dias, quase todas as obras em Goiânia.

A questão operária já vem de muito tempo. Agora mesmo, representantes da construção civil vieram ter comigo. Conversa simples e sincera, com humilde franqueza, me expuseram como começou o movimento da classe.

Um clamor emergiu daqui e dali, das próprias famílias sofridas e foi se corporificando em marcha pelas ruas, a ponto de despertar o interesse coletivo.

Expuseram-me a situação concreta em que se encontram os operários que trabalham nesse setor. Percebi sem maior esforço que ali estava a imagem viva da realidade que envolve a todos, de uma maneira ou de outra.

É bom lembrar que não se trata, apenas, da miséria que atinge grande percentagem da população. Não se trata só dos mais pobres ou da chamada classe média inferior. O problema é de todos e manifesta-se nas greves dos Professores, dos Motoristas e de tantos outros que prestam serviço à comunidade e não percebem o salário suficiente, diante da inflação da moeda e do crescente aumento do custo de vida.

Não adianta, nessas condições, argumentar com o aspecto meramente legal, indispensável, sem dúvida, a qualquer sociedade organizada. A questão maior e mais fundamental é saber se os dispositivos legais ajudam ou prejudicam as exigências mínimas da Justiça.

Ninguém tem o direito de ignorar que, por vezes, as leis são pré-fabricadas sem conhecimento da situação concreta daqueles aos quais se destinam. Outras vezes são ditadas por pessoas ou grupos que pretendem defender seus interesses, sem considerar o bem comum ou a reta distribuição da riqueza.

Resulta, então, o conflito dessas leis com as normas da justiça, ou seja, com a dura realidade que nos sufoca. Esta realidade está a exigir atitudes urgentes de governantes e governados. Todos são chamados a atuar, com firmeza, seriedade e justiça. Está em jogo a dignidade do trabalho e mais ainda da pessoa do trabalhador, seja qual for a sua profissão.

A Arquidiocese de Goiânia, diante da atual situação dos operários da construção civil coloca-se, não apenas solidária, mas na posição que lhe compete de empregar os meios a seu alcance, no sentido de colaborar para despertar a consciência nacional, em defesa dos que encontram dificuldade de manter suas famílias com dignidade.

Unido ao Presbitério e aos outros membros desta Igreja Particular, peço aos homens de boa vontade que, com amor eficaz, participemos solidariamente da mesma ação que leve compreensão, ajuda, perdão e conforto a quantos estejam sem pão, sem salário justo ou em situação infra-humana.

Dirijo-me em especial aos que dispõem de recursos para que, neste momento difícil, vivam a solidariedade fraterna, impondo-se um nível mais austero em bem dos que carecem do necessário.

Dos operários da construção civil esperamos, todos os que com eles colaboramos, que permaneçam unidos, sem ódio ou violência, até que possamos respirar o clima da paz e da ordem, numa sociedade coerente com a nossa fé em Jesus Cristo, único Salvador e Libertador.

A GREVE DOS PROFESSORES

"Como explicar que haja tanto dinheiro para alimentar o gigantismo de certas obras públicas, num País como o nosso, enquanto boa percentagem do funcionalismo não dispõe do necessário para viver e manter a família?" Com essa interrogação, constante de mensagem escrita a 15 de maio de 1979, Dom Fernando explicitava a indignação do povo goiano, que, em sua imensa maioria, aprovava a greve dos professores do ensino público de primeiro e segundo graus.

No dia 10 de maio-79, realizou-se, no Centro de Treinamento de Líderes, o encontro Pastoral. Participam dessas reuniões mensais de oração e estudo padres, leigos, religiosos (as), representativos das paróquias, instituições e comunidades, que exercem atividades pastorais em toda a Arquidiocese.

Desta vez, uma comissão do "Movimento de Valorização do Professor" foi recebida em plenário para expor as reivindicações apresentadas ao sr. Governador do Estado e ao sr. Prefeito de Goiânia e pedir o apoio desta Igreja Particular.

Em nome dos presentes, agradeci a visita e a confiança dos professores goianos, por considerar justos e oportunos os objetivos do Movimento. Consultei o Plenário, que aprovou por unanimidade o apoio que a Arquidiocese deve dar aos que se dedicam à educação e cultura em nosso meio.

Sabem todos que, nesses movimentos, há sempre o risco dos excessos, quer do Governo, quer de um ou outro professor, sob pretexto de defender seus pontos de vista. Não diria que se trata de "radicalizações". Acontece que não existe a "natureza pura". Na sociedade de homens mar-

cados pelo egoísmo ou egocentrismo, há sempre a oscilação entre o bem e o mal, entre a virtude e o pecado, entre o máximo e o mínimo. O equilíbrio, consideradas as circunstâncias concretas, não é fácil.

Há porém, uma faixa intocável que não pode ser prejudicada, sob pena de se ferir a Justiça. Este clima de Justiça não deve ser perturbado.

A situação atual dos professores das escolas públicas de primeiro e segundo graus, bem como das escolas conveniadas, é de pauperismo crônico, de quase miséria, há muitos anos. Para subsistir têm que dedicar o seu tempo a atividades extra-escolares, com danos para a saúde e graves deficiências no rendimento do ensino. Trata-se, portanto, de problema coletivo que prejudica a criança, o jovem, e degrada a sociedade no presente e ainda mais no futuro.

Fiz, por isso, algumas considerações gerais sobre o que está acontecendo em diversos pontos do País, desde que o general João Batista de Figueiredo jurou devolver ao Brasil a plenitude democrática. Acho que é dever de todos, antes de qualquer pré-julgamento, colaborar no processo de reencontro do Estado com a Nação.

O Movimento de Valorização do Professor, bem entendido, deseja fundamentalmente defender as bases do regime democrático. Pressupõe a liberdade responsável e a firme disposição de lutar contra o medo, ou seja, de promover a união de todos, visando conseguir o que for justo e necessário para o autêntico desenvolvimento sócio-cultural do País.

Causou-me decepcionante surpresa a declaração de Ministros de Estado e membros do Congresso Nacional, que reconheceram ser a greve dos metalúrgicos, por exemplo, "justa mas ilegal".

Surgiu assim a hipótese de conflito jurídico entre a lei e a justiça. Aprendi que a lei não é um fim, mas um meio de se fazer cumprir a Justiça. Em caso de conflito entre a lei e a Justiça, o óbvio é que seja modificada a lei, de vez que a Justiça é intocável. Caso contrário, a lei tornar-se-ia instrumento de opressão, sobretudo nos regimes autoritários, frequentemente responsáveis ou autores das arbitrariedades legislativas.

A argumentação de que o Estado e os Municípios não dispõem de recursos financeiros para pagar o salário justo aos seus servidores parece uma confissão pública da desordem ou da corrupção administrativa, da má distribuição do dinheiro ou do pessoal. É algo terrível, desumano e.

▲ **Visita coletiva do Episcopado brasileiro a Brasília, em construção, em 1958, por ocasião da IV Assembléia da CNBB, realizada em Goiânia**

▲ Manifestação de júbilo do povo goiano, na criação da Universidade Católica de Goiás (1º.11.1959)

comprometedor deixar de pagar o indispensável à subsistência de quem trabalha.

Entretanto, há professores com salário abaixo do mínimo. Outros funcionários percebem quantias exageradas, até mesmo sem trabalhar, conforme depoimentos divulgados pelo rádio, jornal e televisão. Esta desigualdade gritante constitui uma das maiores injustiças. Desautoriza os afortunados porta-vozes do Governo que, em nome da lei e contra a Justiça, pregam às multidões de professores e operários famintos diálogo, compreensão, bom senso, contanto que não pretendam pleitear salários que ultrapassem os índices do necessário para viver e manter a família?

No caso dos Professores, sob certos aspectos, parece ainda mais grave, porque se trata de formadores das pessoas que se preparam para dirigir, dentro de poucos anos, os destinos da Pátria. Por que não prepará-los melhor e proporcionar-lhes meios de viver, sem privações que atingem até a falta do alimento conveniente? Por que não ajustar seus salários, de modo que possam dedicar-se mais ao ensino, estimulando-os a acompanhar o desenvolvimento cultural dos alunos e atualizar seus próprios conhecimentos?

Não consigo perceber como um assunto desta natureza encontre obstáculos no atendimento das justas reivindicações dos mestres. Os argumentos apresentados, cheios de subterfúgios, sutilezas legais e sofismas oratórios, não convencem. Segundo estou informado pelos que acompanham os bastidores desses movimentos, estão em jogo, mais do que o estudo sério das reivindicações, os interesses políticos ou de grupos acomodados aos seus privilégios. Não há preocupação sincera pela reta distribuição da Justiça ou pela estabilidade e bem-estar da sociedade.

Infelizmente a inflação aumenta cada dia. Alimenta-se, porém, da fragilidade do Governo, dos gastos supérfluos, da super-valorização dos grupos super-ricos e nunca dos estômagos vazios. Acabará, na medida em que cada cidadão, cada família, cada instituição ou empresa, contar com o necessário para crescer organicamente e forem robustecidas pelas normas da moral social e da Justiça, sem ganância e sem privilégios discriminatórios de pessoas ou de regiões do País.

Isto acontecerá, desde que seja suscitado o empenho individual e coletivo pela honesta distribuição da riqueza; quando houver mais participação e mais comunhão entre os homens. Trata-se, evidentemente, de ação conjunta e educativa que não se consegue sem valorizar os responsáveis pela educação, como são os professores.

Por fim, é necessário que o próprio Governo seja firme em conter os excessos, não apenas na construção de obras públicas, mas igualmente em conter a distância escandalosa entre o salário-mínimo e o máximo. Há muito esbanjamento de dinheiro, por um lado, e muita fome, de multidões que já não suportam o estado de "jejum crônico".

Deixo, com estas palavras, em nome do Presbitério e do Conselho Pastoral — o que vale dizer da Arquidiocese de Goiânia — mais do que a solidariedade, a esperança e o estímulo aos professores goianos e a todos os que estão sendo espoliados em seus direitos.

Coragem, pois, prezados mestres! Que tudo se faça sem medo ou sem desfalecimento, sem ódio ou violência, mas unidos pela causa comum em favor de vocês mesmos, de suas famílias, das Escolas e da Sociedade. A palavra de ordem a ecoar em todos os recantos deveria ser esta: **"No amor de Cristo, Salvador e Libertador, vamos unidos defender a Justiça".**

"E a Verdade vos libertará" (Jo 8,32)

APOIO AOS PROFESSORES UNIDOS

Em 1980, os professores voltaram a entrar em greve por melhores salários e melhoria das condições de ensino. No espaço de um mês, Dom Fernando divulgou três notas de apoio ao movimento. Esta primeira, de 28 de fevereiro, conclama os professores a se manterem unidos, "sem medo e sem violência, até que o erário público compreenda que não é um favor, mas um dever, distribuir com justiça e eqüidade os recursos arrecadados".

Foi organizado, no ano que passou, o "Movimento de Valorização do Professor", ocasião em que dirigi aos prezados Mestres uma palavra de estímulo e apoio à oportuna e benemérita iniciativa, por considerá-la justa, digna e bem orientada.

Congratulo-me com todos os professores e de modo especial, com os responsáveis pelo Movimento, por terem agido de maneira firme e pacífica, numa demonstração de suas responsabilidades de mestres e educadores.

Causou decepcionante surpresa o fato de o Governo do Estado não ter cumprido o que prometera. Os professores preferiram dar um crédito de confiança aos responsáveis maiores pelo ensino e suspenderam a greve do ano passado, até que se esgotou o prazo combinado. Só então retornaram à greve, não se sabe por quanto tempo, como último recurso às suas reivindicações.

Antes eram os pretextos de ilegalidade ou de falta de recurso para pagarem de maneira condigna os que se dedicam ao ensino nas escolas públicas e conveniadas. Agora são manobras pouco condizentes com o comportamento dos que exercem cargos públicos: ameaças de rescindir

convênios; demissões e outras agressões contra os professores indefesos, pretextos mesquinhos de ordem política, à guisa de retorno ao sistema da arbitrariedade; finalmente, falta de cumprimento da palavra empenhada.

É o caso de perguntar onde estamos e para onde vamos, se permanecermos indiferentes e inertes diante deste estado de coisas que se agrava e se generaliza, a ponto de pôr em perigo a estabilidade social.

Creio que está passando a hora de abusar da paciência dos que sofrem as consequências da desconsideração pelos direitos alheios, não só do pobre ou carente, como dos que trabalham como funcionários do próprio Estado, como é o caso dos Professores.

Não tenho a intenção de criar problemas, nem de me opor à Autoridade constituída. Por outro lado, não seria fiel à minha missão pastoral, se calasse diante da opressão, da injustiça, do abuso do poder.

Dirijo-me aos professores das escolas públicas e conveniadas com muita confiança, esperando que todos se unam, sem medo e sem violência, até que o erário público compreenda que não é um favor, mas um dever, distribuir com justiça e eqüidade os recursos arrecadados, pelo menos para que não faltem os meios convenientes ao exercício da missão dos que ensinam, como de todos os que trabalham em favor do bem comum.

Uma das providências urgentes seria, por exemplo, examinar a disparidade escandalosa entre os poucos que percebem demais, quase sem trabalhar, e a grande maioria dos que não percebem o suficiente para viver com dignidade, trabalhando demais.

Coragem, pois, prezados professores! Da união de vocês, à luz da Verdade e da Justiça, depende não apenas o bem de vocês, como a formação das novas gerações. Confiem em Deus e em vocês mesmos, e contem com a solidariedade fraterna e efetiva dos autênticos valores da grande comunidade goiana. Dia por dia, cresce o número dos pobres, dos marginalizados, dos carentes de tudo, enquanto cada dia mais aumenta também a consciência do valor da dignidade de cada um deles.

O exemplo dos professores unidos será mais um alerta ao País que está disposto a tornar a sociedade mais humana e conforme com os valores de nossas mais caras tradições.

Ninguém pode ser indiferente ao processo da reconstrução moral do País, tão cruelmente sufocado pela irresponsabilidade que se manifesta na corrupção do dinheiro e dos costumes, na ganância insaciável, no abuso insuportável do poder que já não respeita, sequer, o patrimônio material, cultural e espiritual da nossa Pátria.

Rogamos ao Senhor Jesus, único Salvador e Libertador, que ilumine os nossos governantes; encoraje e conforte os governados, que não são escravos, mas senhores dos bens que a prodigalidade divina nos oferece e dos esforços honestos dos homens de vontade firme e intenções retas.

PROFESSORES E SEGURANÇA NACIONAL

A resposta do Governo à greve dos professores foi declarar o movimento "ilegal", ameaçando os grevistas com o enquadramento da Lei de Segurança Nacional e demissões em massa. Nesta nota, de 12 de março de 1980, Dom Fernando reafirma seu apoio aos professores e pede a Deus que "os governantes ponham os pés na terra".

A greve pacífica dos Professores parece estar servindo para o Governo revelar os verdadeiros propósitos da chamada abertura política. Enquanto, por um lado, foi sensivelmente modificado o rigorismo da censura, por outro lado agrava-se a represália contra os que procuram defender os direitos mais elementares dos cidadãos.

Os meios de comunicação, sobretudo a televisão e o jornal, declaram, por exemplo, que a greve dos Professores é "justa, mas ilegal" — a lei contra a justiça! Vão mais além. Afirmam que, se os professores não voltarem às aulas, serão enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Quer dizer, serão indiciados em processos e possivelmente presos como criminosos.

Confirma-se, deste modo, que a ideologia da Segurança Nacional, transformada em sistema político com valor absoluto, coloca o Estado acima da Nação e os detentores do Poder se constituem em senhores e possuidores até das pessoas indefesas, diante da arbitrariedade que se considera todo-poderosa.

Um quadro desolador. Afinal os Professores lutam pelo salário suficiente para o cumprimento de sua missão de mestres e até pelo direito

de sustentar suas famílias. Há ainda Professores que percebem menos de um salário mínimo, por mês.

Enquanto isso acontece, o Governo alega que não tem recursos para pagar como convém os seus servidores. O dinheiro público é esbanjado em obras monumentais ou serve para aliciar novos membros para o partido oficial, segundo se diz a cada instante. É difícil admitir que só os elementos do Governo desconheçam o clamor público que está nas ruas, comentando negociatas neste sentido.

Além do mais, é evidente a falta de sensibilidade moral e de tática política de certos governantes. Será que eles não percebem que, politicamente, estão cavando um abismo entre eles e os eleitores? A menos que esteja nos planos governamentais acabar de vez com eleições livres e diretas, são cada dia menores as possibilidades de vitória nas urnas por parte desses agentes do terror psicológico.

Seria irrisório, se não fosse trágico, o argumento de que não há dinheiro para melhorar o salário dos mestres por causa da calamidade das enchentes. Ora, todo mundo sabe que foi o Governo Federal que tomou providências eficazes, em favor dos flagelados. Todos são testemunhas de que poucas vezes a cidade de Goiânia ajudou tanto os irmãos atingidos pela impetuosidade das águas. E o Governo do Estado ainda pretendeu, segundo dizem, servir-se desses auxílios para propaganda política de seu partido.

Chegou a hora de apelar para o bom senso dos que governam o Estado. O povo é bom, generoso e quer participar. A resposta dos agentes do Governo é a opressão, nas mais sofisticadas formas, para gerar a confusão e o medo. Mas isso é um perigo, além de ser uma gritante injustiça.

Ameaçar que irá ser aberto um concurso público para substituir os professores atuais, que seriam demitidos em massa, seria uma ingenuidade porque, mesmo que tal medida fosse adotada, os novos professores (onde encontrá-los?) não seriam loucos para deixar seus empregos em troca de salário de fome. Outra alternativa seria colocar nas cátedras os incapazes, os ociosos, os que vivem no regime dos bóias-frias. Seria tentar o absurdo e revoltar os pais e responsáveis pelos destinos deste País.

Convém, por todos os motivos, pedir a Deus que os nossos governantes ponham os pés na terra e vejam que o acertado, até por motivos eco-

nômicos e políticos, é atender às reivindicações dos Professores, por todos reconhecidas como justas. Do contrário, restaria a efetivação da campanha, já iniciada, de solidariedade aos Mestres, a partir dos pais dos alunos, abrangendo todos os organismos que sustentam o edifício social.

Ninguém quer, nem pode suportar, o retorno ao regime totalitário da arbitrariedade cega e prepotente. Contra a Segurança Nacional do presente e do futuro dos cidadãos pacíficos e trabalhadores, não é a greve dos professores, mas a dureza dos que são responsáveis maiores pelo ensino e parecem só enxergar seus interesses particulares ou partidários.

O presente pronunciamento foi aprovado, na reunião de hoje, por unanimidade, pelo Conselho Presbiterial e pelo Conselho dos Consultores que representam a Arquidiocese de Goiânia.

OBSTINAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO

A 25 de março de 1980, quando Dom Fernando divulgou esta nota, os professores ainda se mantinham, a duras penas, em greve. O Arcebispo critica a dureza das autoridades, advertindo: "Se o Governo persiste na sua obstinação, cega e imprudente, resta-nos a esperança de que chegará o dia do bom senso e da inteligência, em que os homens e as famílias de Goiás possam escolher homens capazes e moralmente dignos de conduzir o Estado pela estrada da Justiça, em busca do bem comum de seus cidadãos".

Depois de um mês de greve, os professores da rede oficial do Ensino estão mais oprimidos, pelo fato de se unirem em defesa dos seus direitos. Afinal, que desejam os grevistas? Desejam valorizar os professores, dignificar a escola, melhorar as condições do ensino, perceber um salário condigno.

O Governo, entretanto, interpretou esses anseios como "presssão" contra a sua dureza obstinada de não querer ver ou atender às justas reivindicações dos Mestres que, esgotados dos recursos da persuasão, estão ameaçados sob pena de sofrer as sanções da lei injusta. Voltamos assim, ao menos neste triste episódio, à estaca zero no que se refere à propalada abertura para dar fim ao regime de exceção, ao sistema da arbitrariedade, que tem sufocado a Nação nesses últimos anos.

A greve dos professores, até hoje, tem sido pacífica e ordeira. Chamá-la de "pressão" é enxergar as coisas pelo avesso. Se tem havido pressão é por parte do próprio Governo que, numa demontração de fraqueza moral, obriga, pelos meios a seu alcance, os professores mais carentes e mais distantes a ir para as salas de aula, amedrontados de perderem o minguado salário, ou até de serem enquadrados na Lei de Segurança Nacional. O medo os impele, para não morrerem de inanição.

Enquanto isso, a parcela consciente e livre da sociedade sente, por antecipação, as consequências desta atitude governamental que só serve para confirmar o estado de insegurança em que todos nos encontramos.

Não há nem pode haver elementos estranhos insuflando a persistência dos professores na greve. O que há é solidariedade de todos os que não estão dispostos a ter medo. Tocar nos professores é atingir, necessariamente, ao presente e ao futuro das gerações, em fase de formação. Por esta razão, os professores não estão isolados ou sozinhos. Com eles estão todos os que têm olhos de ver o futuro desta Pátria sofrida e digna de melhores dias. Contra os professores estão o Governo e aqueles que, por interesses mesquinhos ou por medo, não ousam dizer o que é justo e desejado por todos.

Deixo com estas palavras, um protesto pacífico e um apelo de irmão, contra uma atitude de quem tem nas mãos o poder.

Se o Governo persiste na sua obstinação, cega e imprudente, resta-nos a esperança de que chegará o dia do bom senso e da inteligência, em que os homens e as famílias de Goiás possam escolher homens capazes e moralmente dignos de conduzir o Estado pela estrada da Justiça, em busca do bem comum de seus cidadãos.

AOS PROFESSORES DE APARECIDA DE GOIÂNIA

Também no município de Aparecida de Goiânia a situação não estava muito boa para os professores. Em 1981, eles entraram em greve, devido à retenção dos salários de vários meses. Dom Fernando divulgou, a 24 de abril de 1981, a seguinte nota de apoio aos professores de Aparecida de Goiânia.

Tenho acompanhado de perto o movimento dos professores de Aparecida de Goiânia, desde que uma representação de mestres daquele município me expôs, com simplicidade e franqueza, quais as razões que levaram os professores à greve que perdura há vários dias.

Bastaria um mínimo de bom senso para reconhecer a atitude justa e pacífica que tomaram os professores, sobretudo considerando que são pobres e vivem do seu minguado salário.

Afinal de contas, eles querem e exigem que lhes sejam pagos os salários de quase quatro meses de trabalho executado, no exercício de suas funções. Como poderão continuar a ensinar, se já lhes falta o necessário para viver?

Não é de minha atribuição dar conselhos aos responsáveis por esta situação. Mas é de minha competência, por força da missão que me foi confiada, prestar solidariedade aos professores carentes e protestar contra a injustiça. Esta solidariedade e este protesto seriam inócuos, se não juntasse a eles uma palavra de ânimo, de apoio, aos professores unidos, sem violência e sem medo, para que todos permaneçam unidos e firmes até

que os que se consideram donos do dinheiro do povo façam voltar o pão à mesa dos que se dedicam ao ensino.

É tempo de as Autoridades competentes compreenderem que o povo, mesmo pobre, está acompanhando a marcha do desequilíbrio social, sobretudo da corrupção administrativa que sufoca a todos. No caso de Aparecida de Goiânia, não parece haver falta de recursos para pagar em dia os professores, se há tanto dinheiro para outros privilegiados, segundo se comenta.

A Arquidiocese de Goiânia, pela voz do Arcebispo, implora a misericórdia divina em favor dos nossos irmãos humilhados até esses extremos. Peçamos todos a Nossa Senhora Aparecida, padroeira e amiga dos oprimidos, que não permita que continue esta situação de decadência moral dos que governam, sempre fáceis em propalar vantagens imaginárias, e mesquinhos em cumprir o dever de pagar o salário justo aos servidores do próprio município.

Que o povo tome conhecimento desses acontecimentos, infelizmente bastante generalizados, para discernir os que merecem o voto dos cidadãos livres. Os que esbanjam o dinheiro público em obras suntuosas e em propinas vultosas e criminosas, se acautelem e temam as urnas honestas e dignas. Os que estão de mãos limpas e corações elevados apresentem-se com júbilo cívico para que o dinheiro do povo seja empregado em benefício da educação, da saúde, com lealdade para servir, sem mentiras e calúnias, ao bem comum que não se obtém apenas com dinheiro, mas sobretudo com dedicação.

APOIO À RECONSTRUÇÃO DA UNE

Acreditar, e não desconfiar. Esta a atitude de Dom Fernando em relação à juventude universitária. Por isso, o Arcebispo não se fez de rogado, quando lideranças do movimento estudantil procuraram-no, pedindo seu apoio para a campanha de reconstrução da UNE — União Nacional dos Estudantes. A 18 de maio de 1979, Dom Fernando divulgou este pronunciamento.

Recebi a visita de alguns jovens universitários da Universidade Federal de Goiás que solicitaram o apoio da Arquidiocese ao movimento que se processa em todo o país, visando o ressurgimento da UNE.

Simpatizei com a maneira simples e franca com que me falaram, sem demonstrar sinais de contestação às instituições. Pretendem, segundo eles, a união dos estudantes para a defesa de seus direitos, melhoria das condições do ensino universitário e participação no estudo dos problemas nacionais.

Respondi que, em princípio, o pensamento da Igreja coincidia com esses objetivos. Tentaria dirigir-lhes uma palavra de incentivo relembrando alguns pontos do próprio Magistério da Igreja, referente à juventude e à Universidade.

Aproveitei a oportunidade para sugerir que a nova UNE atualize seus métodos e não se afaste dos objetivos almejados, não só pelos universitários, como por todos os que depositam neles as melhores esperanças da sociedade nova que se está a construir.

Citei certos métodos envelhecidos e contraproducentes, como o de

pichar os edifícios, que só servem para criar suspeitas, enfraquecendo o movimento. Não estamos mais na década dos anos 60 e ninguém quer reviver aqueles dias tumultuados. O próprio Governo dá a impressão de estar convencido da fragilidade das armas e do arbítrio, sobretudo no campo das idéias e da educação.

Se a nova UNE deseja merecer o apoio dos valores deste País, propomos aos universitários em geral alguns lembretes:

1. Que o universitário seja sujeito (e não objeto) do seu próprio desenvolvimento e também se coloque a serviço do desenvolvimento integral — e não meramente econômico — da comunidade (Cf. Puebla, 834).

2. Todo homem, como pessoa, tem direito inalienável a uma educação que corresponda ao seu próprio fim, caráter, sexo, e que se adapte à cultura e tradições nacionais. Ao mesmo tempo, se abra à convivência fraterna com outros povos, favorecendo a união verdadeira e a paz na terra (Concílio, GE, 1).

3 A Universidade deve formar verdadeiros líderes, construtores de uma nova sociedade. Isso implica, por parte da Igreja, dar a conhecer a mensagem do Evangelho nesse ambiente, e fazê-lo de maneira eficaz, respeitando sempre a liberdade acadêmica (Cf. Puebla 858). Isto significa que não é lícito, em qualquer empreendimento humano, abstrair de Deus que se revela em Jesus Cristo, único Senhor e Mestre (Mt 23,8).

Como conseguir dos universitários objetivos tão altos e dignificantes, se não dispõem de uma organização capaz de congregá-los e impulsioná-los, em todo o País?

Um dia, faz mais de 10 anos, um militar de alta patente veio ter comigo, preocupado com os movimentos estudantis da época. Revelou-me que muitos universitários faziam cursos na Rússia, na China, em Cuba. Pretendia com estes argumentos justificar a guerra contra os estudantes e quiçá sugerir uma atitude adesista da Igreja à ação adotada pelo Governo.

Fiz-lhe, apenas, estas considerações: não seremos nós os maiores responsáveis por esta situação? Será mesmo que só o Comunismo tenha capacidade de motivar os estudantes para que se organizem com entusiasmo e eficiência?

Em seguida, procurei mostrar-lhe em que consistia a missão da Igreja, que condena o Comunismo mas não tem medo dele, nem dos que abusam desse nome para criar suspeitas e até promover agressões contra os que se dedicam com fidelidade ao Evangelho de Jesus Cristo. Com relação aos estudantes, a atitude da Igreja não pode ser de guerra contra os universitários, mas de confiança e estímulo, para que eles mesmos assumam a sua promoção e busquem os caminhos que lhes pareçam justos e atualizados para a construção do futuro condizente com nossa cultura e nossas tradições cristãs.

O ilustre militar não insistiu. Compreendi que ele não tinha condições de decidir nada, face ao regime a que estava submisso.

A verdade é que muita coisa mudou daí para cá. Os universitários cresceram não apenas em número, como em consciência do seu valor e da sua dignidade. O atual governo dá sinais promissores, enquanto parece admitir caminhos mais abertos. Prefiro dar-lhe um crédito de confiança. Reconheçamos, porém, que é chegada a hora de acreditar também nos Estudantes. Impedir, com pressões psicológicas ou medidas de represália, as justas aspirações de se unirem para elevar o nível das Universidades e de participarem na busca de solução dos problemas nacionais seria uma atitude injustificável e temerária.

Permitam relembrar o que disse na UFG, no dia 22.12.1977: "Sonho, como todos os que reconhecem ser o homem **'centro e ponto culminante de todas as coisas'** (GS, 12), com a Universidade integrada ao Povo, participando de sua vida e fazendo com que o Povo também participe, de algum modo, da vida da Universidade. Esse intercâmbio de experiências, realizado com dedicação e amor, quebrará barreiras e preconceitos, revelará a inteligência e a capacidade criadora do homem simples e ensinará muita coisa que os laboratórios mais sofisticados não sabem nem podem descobrir" (Cf. **Revista da Arquidiocese**, Janeiro-78).

Não vejo razão para o governo desconfiar dos Estudantes ou opor-se ao ressurgimento da UNE. Será por causa da sigla, para mim altamente expressiva? Por que ver fantasmas nas sombras do passado?

O atual Ministro da Educação, professor Eduardo Portella, merece apoio e confiança. Sua cultura e seus pronunciamentos revelam o educador emérito, conhecedor dos problemas estudantis. Saberá, por certo, superar os obstáculos e oferecer ao mundo universitário e ao País a solução capaz de revigorar o ensino superior. E o conseguirá, na medida em

que decidir-se a agir, não tanto **para,** mas **com** os estudantes unidos e organizados, em nível nacional. Para tanto, é necessário que os estudantes sejam coerentes com os elevados objetivos a que se propõem.

Da parte da Igreja, é-nos grato reafirmar o que disse João Paulo II: "A Igreja vê na juventude uma enorme força renovadora". "A Igreja é chamada a uma constante renovação de si mesma, ou seja, a um constante rejuvenescimento. Este serviço humilde deve fazer com que os pastores e os adultos da Igreja mudem qualquer atitude de desconfiança ou de incoerência para com os jovens" (Cf. Puebla, 940).

Vamos, pois, Universitários de Goiás e do Brasil, unidos!

Com firmeza e perseverança, sem ressentimentos ou preconceitos, sem medo e sem violência, que se restaure, não apenas a UNE, como sobretudo o espírito de **comunhão** e **participação** que deve animar também a Universidade, pólo estratégico e dinâmico da civilização nova que vem surgindo.

UNIVERSIDADE, FORMADORA DO HOMEM INTEGRAL

Criador da Universidade Católica de Goiás, Dom Fernando é visto com estima e respeito pelos alunos tanto da UCG como da UFG, que reconhecem, na Arquidiocese de Goiânia, uma incansável defensora dos direitos humanos e da Justiça Social. Por isso, são freqüentes os convites para que o Arcebispo paraninfe turmas de concluintes das duas universidades. A 20 de dezembro de 1977, como paraninfo geral dos formandos da UFG, Dom Fernando proferiu este discurso.

INTRODUÇÃO

É com emoção que me encontro aqui, atendendo ao convite de paraninfar as turmas dos concluintes dos cursos da Universidade Federal de Goiás, neste segundo semestre de 1977.

Sensibilizou-me o gesto que me pareceu motivado pelo clima de expectativa e de esperança que envolve, de modo especial, a juventude universitária. Tentarei, com simplicidade e franqueza, fazer algumas considerações sobre a Universidade dentro do contexto social, político e econômico do mundo em que vivemos. Acho que não se deveria sequer imaginar uma Universidade fora desse contexto.

A minha palavra pretende ser uma contribuição sincera para estimular os Mestres e os Discípulos que se dedicam com seriedade à construção do Mundo Novo que vem surgindo e que todos desejamos mais humano e, conseqüentemente, mais cristão.

Aos concluintes e às multidões que os aguardam no exercício de suas profissões, a minha palavra tem o sentido de uma prece pelo futuro feliz

e fecundo, em favor desta Pátria a que todos queremos servir com amor e dedicação.

A SITUAÇÃO ATUAL

Vivemos uma hora de decisões, dentro e fora das fronteiras nacionais. O mundo inteiro está submetido a uma das grandes provações da História. O abuso do poder, freqüente em todas as épocas, assume formas e métodos alarmantes. Paradoxalmente, a situação global agravou-se com os surpreendentes avanços da ciência e da técnica. A eletrônica, a tecnologia, as ciências antropológicas e sociais, os meios de comunicação têm sido utilizados para favorecer ideologias e interesses de pessoas ou grupos, em detrimento dos direitos dos cidadãos e do bem comum. Não faltam ideólogos de sistemas políticos que se empenham em modificar os conceitos de **segurança, desenvolvimento, integração,** transformando estas palavras em expressões mitológicas para esconder os objetivos a que se propõem, sem a participação consciente e livre do povo. Em muitos casos, os objetivos são teoricamente bons e desejáveis, mas viciados na sua origem e nos seus efeitos porque distanciados da realidade concreta e dinâmica que envolve as pessoas e as comunidades.

Os erros ou os males nem sempre estão nos "objetivos", mas na maneira arbitrária de defini-los e no modo impositivo de executá-los. Cria-se, deste modo, um distanciamento perigoso e nocivo entre a Nação e o Estado, entre o Governo e o povo. Este será sempre a grande vítima, até mesmo quando recebe um benefício, de vez que, raramente, este benefício corresponde às necessidades mais urgentes dos supostos beneficiados.

Não adianta, por exemplo, oferecer uma escola bem construída e equipada — reafirmando embora que a meta é o homem — se os alunos estão com fome e os professores não recebem o salário justo.

— O mais acertado não seria rasgar uma estrada, pavimentá-la e sinalizá-la, se os veículos não oferecessem a indispensável tranquilidade aos passageiros e estes não conseguissem comprar o combustível.

— Como compreender a atitude dos chefes das superpotências que pregam democracia, paz, defesa das prerrogativas inalienáveis da pessoa humana, pretendendo até corrigir, pelas armas ou pelo bloqueio econômico, os erros de outros países, quando não têm disposição ou meios de promover a justiça social, assegurar a liberdade religiosa e defender os direitos de seus concidadãos?

— Como definir o comportamento de um homem que assume o poder de uma nação pobre e se assenta em trono de ouro, à custa do pão que deveria mitigar a fome de seus compatriotas esmagados pela miséria?

— Como permanecer indiferente à sorte do Oriente Médio, oscilando entre negociatas de paz e incentivos de guerra, como quem brinca de atear um fogo capaz de destruir o mundo?

No Brasil, a situação felizmente não chega a esses extremos, mas, de outro lado, não é muito diferente. A Revolução de 1964 apresenta hoje um grande saldo positivo, sob muitos aspectos. Há estradas maravilhosas; progresso extraordinário nos serviços de comunicação; medidas excepcionais em defesa da saúde, da educação, da ordem pública; dedicação inegável de nossas Forças Armadas em diversos setores. Mas o povo está sofrendo, o dinheiro cada dia é mais desvalorizado, a corrupção alastra-se por toda parte, os costumes afastam-se das normas mais elementares da moral, os partidos políticos são submetidos a humilhações de toda ordem, as instituições são desestimuladas, os pronunciamentos oficiais em defesa do homem são, muitas vezes, seguidos de frustrações e desalento. Por que tudo isso acontece, quando temos tudo para viver e crescer como Povo livre?

Evidentemente, a raiz dos males não está na economia, na política, nas ciências, na técnica, na religião, que são valores constitutivos do progresso, da cultura, da ordem, da fé que tudo ilumina e eleva. Está na desorientação e na desarmonia desses valores que se desconjuntam e se pervertem. Está na prepotência dos mais fortes, na arbitrariedade dos responsáveis pela estabilidade social, na injustiça que desconhece o Direito ou o substitui por medidas de exceção. Está na dominação que corrompe o poder, permitido por Deus para promover a justiça, a ordem, a paz. Está no abuso da Autoridade, sinal e instrumento de união, absorvida pela figura deformada do "chefe" que, em lugar de ser servidor do povo, atribui a si mesmo prerrogativas quase divinas, apoiado nas armas compradas ou fabricadas à custa do suor dos que constroem a Nação, com seu trabalho honesto, e nem sempre dispõem do necessário para a sua subsistência. Está, enfim, na camuflada e desonesta despreocupação pelo Bem Comum, compreendido como "o conjunto daquelas condições da vida social que permitem aos grupos e a cada um de seus membros atingirem de maneira completa e desembaraçadamente a própria perfeição" (Cf. GS, 26).

A COMUNIDADE POLÍTICA

A Comunidade Política não pode deixar de existir, nem que seja da maneira mais elementar, mesmo no meio da confusão, do tumulto, das

divergências. Trata-se de uma necessidade imperiosa, de vez que ela se constitui de pessoas que só poderão subsistir e crescer com outras pessoas. A exigência de sociabilidade criou o Estado que, por definição e destinação, existe para promover, defender e desenvolver o Bem Comum!

O Bem Comum, é portanto, a razão de ser do Estado. A rigor, o Estado não existe para ser o grande empresário que constrói escolas ou hospitais; abre estradas; dota as cidades de luz, água e esgoto; faz pontes e praças. Tudo isso e muito mais ele deve promover em função e na medida em que serve ao Bem Comum, roteiro seguro e único de suas atividades.

Mas o Bem Comum não é algo que se faz para o povo, como quem presta um favor. É tudo aquilo e somente aquilo que se faz com o povo, para ajudá-lo a tomar consciência do seu valor, de sua capacidade criadora, de sua participação consciente nas iniciativas, obras e decisões que lhe dizem respeito, salvaguardadas as leis justas e a liberdade responsável. O Estado que pretendesse substituir-se ao povo conseguiria apenas isolar-se, diluir-se e provocar a subversão social.

Resulta dessas considerações que o Estado moderno corre o risco de desviar-se de sua razão de existir. De fato, em alguns países, a situação torna-se insuportável, constituindo uma ameaça constante para o mundo contemporâneo. O que se observa, sem maior esforço, é que o Estado torna-se cada dia mais fraco, mais impotente, simultaneamente mais oprimido e mais opressor, na proporção em que desconhece ou despreza as legítimas aspirações do povo. Para subsistir terá, necessariamente, que amparar-se em dispositivos de defesa, numa confissão implícita de que lhe falta o apoio popular. Terá que aliar-se às forças que contrariam a sua finalidade, tais como o predomínio do econômico sobre os valores morais, a subordinação às grandes potências em troca de interesses mal orientados. Construir arsenais para acumular os apetrechos de guerra, mesmo deixando na miséria multidões de seres humanos.

Aparentemente, os Estados que assim procedem apresentam-se fortes, poderosos, temíveis, totalitários. Na realidade, porém, são promotores da destruição, da ruína e vergonha das nações. A história, mesmo recente, comprova a veracidade desta afirmativa. Mas as lições da História, dificilmente, ou só a longo prazo, conseguem convencer o homem.

Estamos hoje, de um modo geral, cada vez mais afastados dos ideais e dos compromissos do Bem Comum. Esses desvios manifestam-se, sobretudo, no crescente número de marginalizados que proliferam por toda parte e mais ainda nos centros considerados mais desenvolvidos, onde obras gigantescas, majestosas, sofisticadas, ostentam não a força moral da Autoridade ou o prestígio do Estado, mas a arrogância dos prepotentes, a supremacia do dinheiro, o aparato abusivo das armas, a onipotência, aparente, de uma civilização estonteante e fabulosa, cuja cabeça é de ouro, cujo corpo é de chumbo, cujos pés são de barro.

O Bem Comum está se tornando mero pretexto para esvaziar os valores do espírito e alimentar, hipocritamente, as esperanças do povo sofrido. Entretanto, o analfabeto, o ignorante, o marginalizado, bem como os homens livres, os cientistas, os sábios, os que não se deixam iludir, poderão ser perseguidos, banidos de sua Pátria, torturados ou assassinados nos porões da iniquidade. . . mas não serão vencidos, porque a Vida, a Virtude, a Verdade, a Justiça, o Amor revelam-se, mais cedo ou mais tarde, na força interior dos que resistem e perseveram sem violência e sem medo.

O Povo — isto é, os homens, conscientes e livres, que não se acomodam nem desanimam, porque crêem no sentido redentor do sofrimento, da solidariedade fraterna, da união, sem preconceitos ou discriminações — o Povo, a começar dos mais humildes e sofredores, está tomando consciência de si mesmo e, confiante no futuro, nas organizações que defendem seus direitos, na solidariedade das grandes Religiões, na juventude, na Universidade.

A UNIVERSIDADE

Compete também à Universidade: reconstruir e consolidar os fundamentos que sustentam o edifício social; restaurar a dignidade do homem; restabelecer o sentido da família e das instituições; salvaguardar as riquezas naturais; não permitir que se quebrem a harmonia do universo e a ordem da Criação, reveladas pelo Apóstolo: "Tudo é vosso, mas vós sois de Cristo e Cristo é de Deus" (I Cor 3,22-23).

A Universidade é, em nossos dias, uma instituição complexa e abrangente. Chamada à sublime missão de iluminar os caminhos da humanidade, sofre a tentação dos grandes desvios e parece sentir o calafrio da vertigem dos abismos. Para evitar esses excessos, deveriam ser totalmente revistos os objetivos fundamentais, a estrutura e os métodos do ensino superior.

Ninguém desconhece a evolução crescente das ciências humanas, a tendência sempre maior para as especializações em todos os ramos do

saber. Seria impossível colocar nos ombros da Universidade a responsabilidade de ensinar tudo a todos, para atender às exigências de cada especialização. Talvez fosse conveniente descentralizar em Institutos específicos o que se distingue e se orienta para as diferentes profissões.

Deveria ser tarefa primordial da Universidade **formar pessoas** capazes de se tornarem especialistas e técnicos, sobretudo mestres, políticos e administradores. Mostrar o Universo e explicitar a responsabilidade do Homem dentro do Universo. Esta concepção universitária exigiria, necessariamente, uma visão global de tudo o que existe, o conhecimento das causas e efeitos que dinamizam o Cosmos, a razão de ser do próprio homem, a sua finalidade última, a sua vocação intransferível de dar nome e sentido às coisas. Só depois de formar o homem, estaria a Universidade em condições de orientá-lo para esta ou aquela missão ou profissão. Seria esta a condição primária e indispensável para que os universitários pudessem escolher, de acordo com suas aptidões, os diversos Institutos. Estes, por sua vez, teriam sua estrutura, sua autonomia, sua identidade, seus objetivos específicos.

Segundo esta perspectiva, o ensino não seria massificado nem haveria necessidade de substituir, mesmo parcialmente, a inteligência pelo computador. A personalidade, liberta dos excessos da burocracia; a capacidade criadora, sem as peias da manipulação; a compreensão, a solidariedade e a liberdade responsável, sem pressões do autoritarismo arbitrário e das humilhantes represálias policiais, reconduziriam a Universidade aos seus legítimos alicerces. Seria a Universidade, de fato e de direito, a autêntica escola de formação do homem integral.

Não se diga que isto é sonho irrealizável. Concordo em que, nas atuais circunstâncias, nada se conseguiria, exatamente porque somos uma geração sacrificada. O mundo está dominado por forças super-poderosas que cegaram os nossos olhos e endureceram os nossos corações. O gigantismo das coisas que fabricamos com as nossas próprias mãos nos esmaga. Não é fácil sacudir o jugo que nos oprime e aprisiona. Resta-nos apenas a esperança de somar as energias mais profundas do nosso ser, com a humildade do lavrador que planta a semente. Não veremos o fruto amadurecer. Basta que em algum ponto se plante, por nós ou por alguém, a árvore da vida que surge da morte de nossos erros. Basta que acreditemos, de maneira clarividente e operosa, na força da ressurreição que se opera depois da queda ou do fracasso, depois dos erros e dos males individuais ou coletivos.

Tudo se transformará, como o dia de amanhã que vai chegar, depois da noite de hoje. É belo pressentir a aurora que vem vindo para as novas gerações, com a suavidade da luz e o calor do sol. Em síntese, a grande missão consiste em não lutar contra o sol, em não pecar contra a luz. O mundo, a Pátria, a Igreja, estão a depender da Juventude. Confiamos nos jovens universitários, como acreditamos que a Universidade de amanhã ressurgirá dos escombros da Universidade de hoje, sufocada pelo dinheiro e pelas coisas que podem ajudar, como podem obstruir os grandes ideais da liberdade e da fé.

Ninguém deseja a Universidade alienada, como se nada tivesse a ver com a Família, a Pátria, a Política, a Administração. Como se pudesse permanecer insensível ou acomodada diante das multidões famintas, ou privadas dos meios indispensáveis à vida condizente com a dignidade humana.

Sonho, como todos os que reconhecem ser o homem "centro e ponto culminante de todas as coisas" (G.S. 12), com a Universidade integrada ao povo, participando de sua vida e fazendo com que o povo também participe, de algum modo, da vida da Universidade. Esse intercâmbio de experiências, realizado com dedicação e amor, quebrará barreiras e preconceitos, revelará a inteligência e a capacidade criadora do homem simples, considerado ignorante ou incapaz, e ensinará muita coisa que os laboratórios mais sofisticados não sabem nem podem descobrir.

UNIVERSIDADE À LUZ DE PUEBLA

A 27 de março de 1980, na **aula magna** *de abertura do ano letivo da UCG, Dom Fernando transmitiu aos estudantes a preocupação dos bispos latino-americanos, que, na Conferência de Puebla, traçaram os rumos da Evangelização no Continente. A manifestação da mensagem evangélica na Universidade, segundo Puebla, se fará "respeitando a liberdade acadêmica, inspirando-lhe a função criativa, tornando-se presente à educação política e social e iluminando a pesquisa científica".*

Iniciamos mais um ano letivo e uma nova década. Encontramo-nos, por assim dizer, na ante-véspera do segundo milênio da era cristã. Neste fim de século, fala-se com certa insistência na civilização nova que está surgindo no horizonte do mundo. Há sinais, mais ou menos claros, de cansaço, de envelhecimento, de decadência dos sistemas políticos, econômicos e sociais que ainda vigoram, cada dia mais afastados dos anseios e das exigências populares.

Quem se dedicasse ao estudo das profundas e rápidas transformações[1] por que tem passado o mundo, sobretudo pelo avanço inimaginável das ciências e das técnicas, abrindo largos espaços para a eletrônica e para as viagens interplanetárias, chegaria à conclusão de que algo de novo altera, de maneira impressionante, o comportamento do homem e de suas relações com Deus, com os outros homens e com a natureza.

Nestas perspectivas, refletimos sobre o papel da Universidade, particularmente atingida no atual processo de desenvolvimento da humanidade. Esse desenvolvimento, no sentido de marcha para o desconhecido, apresenta aspectos positivos e negativos. Positivos, enquanto a Universidade não pode nem quer ser indiferente ou neutra diante das realidades novas. Negativos, porque a Universidade pode ser influenciada, subjugada ou

▲ **Da esquerda para a direita, em Roma, no Concílio, Dom Fernando com seu grande amigo Dom Carlos Coelho, que morreu como Arcebispo de Recife,e Dom José Távora, sucessor de Dom Fernando em Aracaju**

▲ Peregrinação à Terra Santa, com bispos de diversas partes do mundo, após o Concílio (1965)

manipulada para objetivos contrários à sua própria razão de existir. Pode ficar parada no tempo e no espaço ou caminhar de costas para o futuro e até encastelar-se num pseudo-progresso, para obstruir os caminhos do mundo novo que se espera. Em lugar de tomar as rédeas do progresso integral, orientando-o para tudo o que é verdadeiro, bom e belo, pode deixar-se conduzir, como tábua perdida no oceano, pela impetuosidade das ondas ocasionais de ideologias conflitantes, sem raízes, sem história, sem cultura, que conduzem às trevas do ateísmo, às tempestades da violência e do ódio, negando valores eternos, mutilando a pessoa humana, destruindo e contaminando a natureza.

Nessas circunstâncias, aparecem Jesus Cristo e sua Igreja, com um vigor inesperado[2]; propondo a restauração do mundo e acenando para a Universidade[3] como ponto de apoio, de irradiação da nova ordem social. Não tem sido a Universidade, em todas as épocas, a partir de Cristo, fonte de inspiração criadora e protagonista do desenvolvimento integral do homem?

Foi à sombra dos mosteiros e das catedrais que nasceu a Universidade. Hoje terá que ser sob a inspiração da Igreja de Cristo que a Universidade ressurgirá, se quiser retomar seu verdadeiro sentido e exercer, em plenitude, a sua missão. Essa afirmação poderá ser um tanto triunfalista e quiçá uma pretensão de exaltar as prerrogativas da Igreja, perdidas no tempo. Mas poderá ser também uma advertência humilde e sincera de que o mundo materializado, sem Deus, sem religião e sem fé, está cada vez mais frustrado e diminuído com as obras, por vezes maravilhosas que faz, mas com que não se satisfaz. Terminou adorando ídolos falsos e perdeu sua dimensão humana.

Dizia Paulo VI que, no atual estágio do desenvolvimento, é possível construir-se a mais bela e sofisticada cidade terrena. Mas, se os homens construírem-na sem Deus, serão soterrados pelas obras de suas próprias mãos.

A UNIVERSIDADE HOJE

Ainda hoje, a Universidade tem sido sementeira de grandes ideais e força dinamizadora de iniciativas capazes de mudar o rumo da História. Mas seria inútil pretender ocultar que, lamentavelmente, a Universidade tem sido instrumentalizada para objetivos que ferem a **dignidade**, o **trabalho** e a **vida.** Não é esta a oportunidade de relembrar a maneira sombria e perversa com que os regimes totalitários, os sistemas de força, as

chamadas democracias marxistas ou capitalistas, têm se servido da Universidade para fins indignos, desonestos e desumanos.

A terceira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada em Puebla (México) insiste no dever de a Universidade "formar verdadeiros líderes, construtores duma nova sociedade, e isto implica, por parte da Igreja, dar a conhecer a mensagem do Evangelho neste meio e fazê-lo com eficácia, respeitando a liberdade acadêmica, inspirando-lhe a função criativa, tornando-se presente à educação política e social, iluminando a pesquisa científica"[4].

Não deixa de ser expressiva a atitude dos bispos da América Latina, ao tratar do tema complexo e difícil da Universidade hoje, deixar de lado as lamentações e denúncias e preferir ressaltar o dever da Igreja como ajuda insubstituível para sanar e elevar o meio universitário. Em resumo, aponta a Evangelização como chave de solução para "formar verdadeiros líderes, construtores duma sociedade nova". Para os que não têm Fé ou se acham adormecidos na Fé, esta linguagem parece estranha ou fora de lugar. Que tem a ver Evangelização com Universidade? Reparemos, porém, que Puebla se volta diretamente para a Igreja e como que a responsabiliza exatamente por esta falta ou fraqueza da fé no mundo universitário. Este gesto de humildade, longe de diminuir a Igreja, faz crescer o seu valor e a sua força revitalizadora, quando indica quatro pontos básicos como colunas que sustentam a estrutura universitária:

- respeitar a liberdade acadêmica
- inspirar-lhe a função criativa
- presença do ideal evangélico na educação política e social
- iluminar a pesquisa científica com a força de ideais condizenzentes com a dignidade humana.

Esses quatro pontos são suficientes para esclarecer como a sociedade atual trocou a liberdade pela libertinagem, pela licenciosidade, pelo consumismo do inútil ou dispensável.

Tem-se inspirado no desregramento do sexo, na paixão desordenada do poder, na adoração do econômico, desperdiçando sua capacidade criadora.

Esqueceu e desprezou o ideal evangélico para entregar-se ao profissionalismo ganancioso que desconhece os valores mais altos e rasteja na estrada da ambição e da cobiça de bens perecíveis e caducos.

A educação política e social está fora de cogitações, quando se busca o interesse pessoal e egoísta em favor de pessoas ou grupos marginalizados do bem comum, deixando multidões ao desalento, com fome e na miséria mais abominável.

A pesquisa científica, em certos casos, deixou de ser pesquisa para ser busca de recursos da natureza e dos vôos da inteligência, para favorecer a minoria dos que têm tudo, em desprezo e prejuízo das maiorias, cada dia maiores, carentes do indispensável para viver com dignidade e até privadas do indispensável para subsistir.

Como dissemos acima, é urgente e necessário que a Universidade dedique-se com coragem e destemor à restauração da **dignidade**, do **trabalho** e da **vida.**

1. A **dignidade** humana está aviltada, espezinhada, maltratada, a ponto de tornar-se irreconhecível. A mentira, a hipocrisia, a deslealdade manifestam-se na propaganda política e comercial, na falta de compostura, no despudor, na compra e venda da pessoa humana que se tornou mercadoria exposta à chamada lei da oferta e da procura. Compra-se ou vende-se um eletrodoméstico, com a mesma desenvoltura com que se compram e vendem a honra, a palavra empenhada, os homens "pau-de-arara" roubados na estrada, e até homens públicos, para rechear ou inchar o partido político que detém o poder e o dinheiro. Negam-se os direitos e deveres cívicos pelas ofertas tentadoras do proveito próprio. O homem deixa de ser "princípio, sujeito e fim de todas as instituições sociais"[5], para rebaixar-se à condição de objeto à venda, no grande supermercado da desonestidade.

2. O **trabalho** do homem do campo ou da cidade, do professor, do jurista, do médico, do agrônomo e demais profissionais está cada dia mais amesquinhado e desvirtuado, quer pelo salário insuficiente ao exercício de sua profissão, quer pelas leis arbitrárias que ferem a Justiça, quer pela supervalorização das propinas que visam manipulá-lo para objetivos escusos. Nunca é demais explicitar que o trabalho é prolongamento da pessoa e, como tal, não se compra nem se vende. O salário não é preço de uma mercadoria, mas condição justa e necessária para que o trabalhador exerça a missão, mais do que mera profissão, com a dignidade e o estímulo que lhe oferecem os meios adequados, com estabilidade e eficiência, em favor do bem social.

3. A **vida** é hoje o ponto de estrangulamento do valor do homem. Nunca a história da humanidade sofreu e sofre tantos atentados contra

ela. A família é o grande alvo para corromper a vida. Na família está o mistério da colaboração dos pais com os desígnios de Deus Criador, para povoar a terra com homens novos, normais e capazes de construir a cidade terrena. Mais ainda. São das famílias que hão de sair os adoradores do Deus vivo e os cidadãos da Cidade eterna. Atentar contra a vida é crime inominável. Entretanto, talvez não haja exagero afirmar-se que, em qualquer momento da história humana, nunca como em nossos dias violou-se tanto o preceito divino: "não matarás"[6]. Nas guerras, nas estradas, nos assaltos, nos conflitos de cada dia, por ódio, por vingança, pelo simples prazer doentio de matar. De todos esses crimes contra a vida, é oportuno relembrar que nenhum supera a crueldade e fraqueza do assassinato do inocente indefeso, no ventre da própria mãe. Por que tudo isso acontece, quando a humanidade descobriu parte dos segredos da natureza e tem tudo para construir um mundo novo de homens responsáveis?

Compete, sem dúvida, à Universidade olhar de frente esses problemas e unir os corações e as mentes do homem para purificar o mundo. Não pode omitir-se, não pode ser manipulada, não pode afastar-se das normas da Verdade e da Justiça.

A Universidade não é apenas cérebro pensante da Comunidade onde está inserida. É também o coração sensível para onde convergem as legítimas aspirações do Povo. Nada mais lamentável do que uma Universidade fechada em si mesma, alimentando-se de ideologias mesquinhas e parciais, cuidando mais em crescer em número e em dinheiro, para dividir, com garras de gavião, o bolo adquirido à custa do suor do trabalhador que tudo dá, sem direito de saber onde e como se aplica o resultado de seus esforços.

Nada mais triste do que uma Universidade alienada e alienante, com programas confusos e obtusos, que nada dizem ao povo que está à espera de suas luzes, de sua força sociológica, de seu dinamismo voltado para a defesa da Liberdade dos oprimidos, da Verdade dos que, grandes e pequenos, se extraviam, da Justiça que leva às comunidades mais sofridas o lenitivo da defesa de seus direitos, da responsabilidade de seus deveres, da consciência de suas prerrogativas de pessoas à imagem e semelhança de Deus.

A UNIVERSIDADE CATÓLICA

Segue-se, de tudo isso, que a Universidade Católica tem um dever maior e mais responsável de cooperar eficazmente na reconstrução do

mundo em que vivemos. Ela não existe para si mesma. Existe para todos, de modo especial para pobres e marginalizados. Mas existe também para os ricos, os opressores, os que pretendem dominar pela força do dinheiro, do poder e da força. Aos primeiros, sua missão é de denúncia contra a injustiça institucionalizada. Aos outros, compete à Universidade iluminar, esclarecer, atuar com destemor e conjugação de esforços, sem medo e sem violência, para que redescubram a verdade que liberta e a justiça que constrói a paz.

"Pode-se afirmar que se trata duma opção-chave capital e funcional da Evangelização, pois, do contrário, perder-se-ia uma posição decisiva para iluminar as mudanças de estruturas"[7].

Sabemos, declaram os bispos latino-americanos, que os resultados não se podem medir a curto prazo. Não podemos, porém, deixar-nos impressionar pela aparência de fracasso ou ineficiência. Alimentemo-nos da esperança da semente plantada, que dará fruto no tempo oportuno.

Evangelizar a Universidade para que ela evangelize o mundo é a palavra de ordem. Nesse sentido, o trabalho já foi iniciado e vai prosseguir, sob a sábia, segura e prudente atuação do Magnífico Reitor, do emérito Corpo Docente, da impressionante colaboração do Corpo Discente e Administrativo da UCG.

Estamos ainda no começo da longa caminhada. Mas contamos com a inteligente e dinâmica cooperação dos membros da Sociedade Goiana de Cultura, mantenedora da UCG, de muitos organismos da cidade e, evidentemente, do Secretariado da Pastoral Arquidiocesana.

Sem arroubos oratórios nem pretensões de qualquer natureza, a UCG vai debruçar-se sobre a Arquidiocese ajudando a levar às Comunidades de Base o fermento do Evangelho, sob a luz do Espírito de Deus. Os bairros da periferia e do meio rural, na medida do possível, serão o campo escolhido para o estágio dos que se preparam para exercer sua profissão, conforme a vocação de cada um. Aos poucos, de acordo com as circunstâncias e as possibilidades, romperemos o círculo de ferro da indiferença, da cegueira obstinada, da apatia, que atingem muitas camadas da população, até que surja, como esperamos, a colaboração de todos e se manifeste, em plenitude, a capacidade criadora e construtiva do generoso povo goiano.

A UCG, apesar das inúmeras dificuldades, neste mundo pluralista e desencontrado, "cumprirá sua função, descobrindo, no dizer de João

Paulo II, o seu significado último e profundo em Cristo. Ele, Jesus Cristo, é o único Salvador e Libertador que vence o mundo e restaura a dignidade estrangulada pelo abuso do poder que oprime, do dinheiro que avilta, da força que subjuga.

De fronte erguida e ânimo forte, sejamos os arautos do Rei Eterno, como dizia Francisco de Assis, e os protagonistas da Idade Nova que espera, apenas, pela nossa disposição firme de servir, de iluminar, de lutar, em defesa da Liberdade, da Verdade e da Justiça.

NOTAS

1. GS, 4
2. Concílio Vaticano II, Medellín, Puebla
3. Medellín, Educação, item 3
4. Puebla, 1054
5. GS, 25
6. Deut 5, 17
7. Puebla, 1055
8. João Paulo II aos Universitários, 2

A UCG A SERVIÇO DA COMUNIDADE

Na homilia da Missa que celebrou a 10 de outubro de 1980, na UCG, Dom Fernando falou a professores, funcionários e alunos sobre a responsabilidade social da Universidade Católica: "A sociedade, em todas as suas camadas, em todas as suas atividades, olha para a Universidade como um centro de luz que ilumina os caminhos, como um estímulo ao desenvolvimento integral, como uma força organizada para motivar o povo e solicitá-lo a modificar as estruturas injustas que sufocam a todos".

A Universidade Católica de Goiás está exercendo uma atividade merecedora de apoio e aplauso, não só dos professores e alunos, mas de todos os homens interessados na cultura integral do homem. É, porém, necessário explicitar o que se deve entender por cultura integral do homem.

O memorável discurso de João Paulo II no encontro com os intelectuais, realizado no dia 1º de julho deste ano, no Rio de Janeiro, é uma página de extraordinário vigor, de intensa luz, que merece ser estudada e aprofundada, sobretudo nas Universidades.

De início, o Papa declara que "o lugar de encontro entre a Igreja e a Cultura é o mundo e nesse homem, que é um "ser-no-mundo", sujeito de desenvolvimento, mediante a palavra e a graça de Deus por parte da Igreja, e mediante o próprio homem, com todos os seus recursos espirituais e materiais, por parte da cultura".

Vê-se, desde logo, que a cultura, assim compreendida, é o laço de união entre o homem e Deus, entre o homem e o cosmos. Consequentemente, é universal, abrangente, penetra as raízes do ser humano e alarga os horizontes até o infinito. No seu sentido amplo, abraça a obra da

Criação e o próprio Autor do homem e do Universo. Mas o centro de união é sempre a pessoa humana. Sem a valorização do homem, sem o reconhecimento de suas prerrogativas fundamentais, não há cultura. Por isso o Papa acrescenta: "A verdadeira cultura é humanização, enquanto a não-cultura e as falsas culturas são desumanizantes".

Traduzindo estas considerações em termos concretos para a Universidade, é minha intenção avaliar a atuação dos professores e alunos. Até que ponto há uma preocupação séria de transformar esta Universidade num centro de irradiação da Cultura?

A pergunta encerra um mundo de outras perguntas, como, por exemplo:

A UCG reconhece que o fim essencial da Cultura é promover o ser humano e abrir-se à comunidade humana, de modo a procurar os meios indispensáveis ao desenvolvimento do homem todo? Não estaria a UCG cercada e como que confinada aos limites estreitos desta ou daquela ideologia, deste ou daquele programa ou interesse partidário? A UCG sente-se verdadeiramente livre em face ao poder, quer político, quer econômico? Alimenta a liberdade responsável, indispensável à pesquisa e ao cultivo das ciências?

Pessoalmente, tenho a impressão de que o professor universitário está desprotegido, muitas vezes sem o necessário ao pleno exercício de sua cátedra. Não dispõe de meios para o seu próprio desenvolvimento pessoal e muito menos para cumprir a nobre missão de ser promotor do desenvolvimento, quer de seus alunos, quer da sociedade. Não raro, fecha-se na preocupação do salário que recebe, sem preocupar-se com a contrapartida de promover os meios, inclusive materiais, para o crescimento harmonioso da Universidade. Sem que todos sejam solidários com o pleno desenvolvimento da Universidade, como poderá ela subsistir? Permanecerá dependente das verbas do Governo e, consequentemente, submissa a seus caprichos, entregue às suas arbitrariedades?

Não parece haver um empenho maior pela missão global a que é chamada a Universidade. Talvez seja esta a maior deficiência do Ensino Superior, não apenas em nosso País.

Os alunos chegam à Universidade sem o preparo suficiente, por deficiência do Ensino do 1º e 2º graus, e até sem uma idéia definida e clara do que seja a Universidade. Para muitos, ela não passa de um colégio maior

que acena com um diploma que lhe dará um novo **status** na sociedade. São freqüentemente tentados a queimar etapas do próprio desenvolvimento. Não se apresentam muito interessados em ter uma visão global do Homem ou do Universo. Preocupam-se mais com interesses imediatistas de superar o tempo e até os estudos, desde que não percam o diploma a ser adquirido a qualquer preço e até por meios não muito éticos.

Tornam-se, deste modo, presas fáceis e irresponsáveis de ideologias sem maior conteúdo humano ou escravos de radicalismos anti-humanos e perniciosos. Essa tendência às falsas ideologias os conduz facilmente à aceitação de métodos ou maneiras de agir que nada constroem e quase sempre degeneram em atitudes agressivas, contrárias aos autênticos valores do espírito. Surgem, nesse clima de insegurança e turbulência, conseqüências desanimadoras para a elevação cultural não só da Universidade, como do ambiente político, econômico, social e religioso do País. Não é, pois, para admirar que soframos em nossos dias a implantação, pela força e pelo arbítrio, de sistemas econômicos e políticos opressores e injustos, difíceis de serem sanados ou corrigidos.

Somos, hoje, um povo mutilado, enfraquecido, sem vigor moral para superar as dificuldades e os absurdos institucionalizados. Somos hoje um povo sem juventude atuante em defesa da Justiça, da Verdade e do Amor.

Professores e alunos são vítimas de um sistema de força que os impede de realizar-se e, conseqüentemente, desvirtua a missão da Universidade e da Educação em geral.

Há, sem dúvida, um esforço muito grande para reparar esse estado de apatia e até de hostilidade, por parte dos órgãos responsáveis pelo setor educacional. Particularmente os estudantes se organizam e procuram atuar em defesa de seus direitos. A UNE prepara o seu 32º Congresso Nacional visando, sobretudo, motivar o Governo a cumprir o dever de proporcionar os meios indispensáveis para o funcionamento das Universidades.

Parece que está na hora de congregar professores e alunos, com a cobertura dos outros valores humanos da sociedade para que seja evitado o desperdício ou a decadência total do Ensino e da Educação no País.

Este encontro aos pés do Mestre de todos os mestres, Jesus Cristo, que se entregou por nós no mistério da Eucaristia, deve ultrapassar os limites de mero rito ou cerimônia religiosa. Mais do que uma reunião

Nesse emaranhado de confusão, de fraqueza de espírito, de irresponsabilidade, há, sem dúvida, a luta incessante em defesa da verdade e do bem que a Igreja tem sustentado com imenso sacrifício e perseguições de toda ordem. Não só a Igreja, como as instituições representativas dos valores deste País.

Mas a luta, aparentemente, é desigual, porque as forças do mal aliaram-se ao poder dominador, ao dinheiro que tudo compra, às armas a serviço de medidas opressoras, sem as quais nem o poder, nem o dinheiro teriam condições de subjugar os fracos, os pobres, os injustiçados. E tudo isso acontece em nome de leis fabricadas pelas próprias forças opressoras, comprometendo o Direito e a Justiça que se sentem constrangidos e esmagados pelo legalismo, como no tempo dos fariseus que Jesus Cristo denunciou e condenou com veemência (Cf. Lc 11,37 e ss).

Por isso mesmo, o documento de Puebla salienta "a atenção que todos devemos dar ao ambiente intelectual e universitário. Pode-se afirmar que se trata duma opção-chave capital e funcional da evangelização, pois, do contrário, perder-se-ia uma posição decisiva para iluminar as mudanças de estrutura" (Puebla, 1055).

Esta tem sido a atitude da Igreja que decidiu mostrar a eficácia do Evangelho ao mundo universitário, como medida para conter a onda maquiavélica da iniqüidade. Tem ela se apresentado ao mundo com um vigor renovado e com a certeza de quem recebeu a missão de restaurar todas as coisas em Cristo Jesus.

Os seus inimigos percebem que alguma coisa está mudando, ao fragor das batalhas cada dia mais acirradas, quer no campo raso das realidades, quer nos bastidores dos que pretendem diálogos de má fé, com o objetivo de calar a Igreja ou pelo menos obter pronunciamentos que possam dar margem à ambiguidade ou aparência de apoio, mesmo indireto, aos fabricadores de equívocos, para ludibriar o povo e a própria Igreja.

A campanha contra a Igreja, cuidadosamente planejada, tem conseguido perseguir, prender, expulsar e matar padres, religiosos, leigos e bispos. Mas, longe de conseguir amedrontá-la, tem favorecido o exercício da missão e despertado a consciência não só dos católicos, como dos cristãos de boa fé e até de muitos que só agora começam a tomar conhecimento da eficácia da ação renovadora e libertadora do Evangelho de Jesus Cristo.

A UNIVERSIDADE

É nesse contexto que podemos avaliar a ação insubstituível da Universidade, a grande fonte de energia para revitalizar os valores humanos e abrir caminhos novos para a humanidade em decadência. Nesse particular, a Universidade Católica de Goiás, mesmo sem ter ainda plena consciência do seu valor, tem exercido um papel preponderante na sociedade. Nesses últimos anos está se abrindo, como flor que desabrocha, e procurando recompor os seus quadros, criar condições que favoreçam o sentido comunitário da vida íntima da Universidade e, simultaneamente, alargar as suas fronteiras, servindo a comunidade maior que a circunda.

A UCG começa a transformar-se e a irradiar sua influência benéfica e construtiva. Já é possível apreciar o trabalho junto às pequenas comunidades que, por sua vez, oferecem subsídios preciosos aos estudos da pesquisa científica em vários campos.

Há, deste modo, uma ponte entre a UCG e o povo a quem ela se destina. Um começo de renovação das estruturas arcaicas que serviram para aprofundar a distância, o abismo, entre as classes consideradas mais favorecidas e o povo. Já hoje se percebe que na verdade não há "classes mais favorecidas", mas grupos privilegiados que se colocam acima do povo para dominá-lo e oprimi-lo.

Como paraninfo dos concluintes dos cursos de Pedagogia, História, Letras e Serviço Social, sinto-me feliz e não posso deixar de ver a relação que há entre esses cursos e a dinâmica da renovação social. São ciências humanas que se referem diretamente ao homem, considerando-o como ele é, como ele constrói a História, como ele se expressa e como deve agir na convivência com os seus semelhantes.

Respeitando as convicções de cada um dos concluintes, sua religião, sua concepção de vida, sua maneira de ser e de agir, tenho pessoalmente a convicção de que essas ciências, se bem orientadas, levarão, mais cedo ou mais tarde, à certeza de que Jesus Cristo é o Senhor da História e só Ele revela o homem ao próprio homem, abrindo os caminhos para a solidariedade, a concórdia e a libertação de todos, proporcionando ao mundo a civilização do Amor, preconizada pelos últimos Papas e como que promulgada na III Conferência Episcopal Latino-Americana, em Puebla.

Não se trata de alimentar ou sequer sugerir mais uma ideologia. Trata-se de penetrar no mistério do Homem e reconhecê-lo como cola-

borador de Deus na reconstrução do Mundo. Não é uma opinião; é uma certeza. Não é uma filosofia meramente humana; é a única concepção de vida condizente com a dignidade humana.

AÇÃO UNIDA E COERENTE

Esta aula final desses cursos pretende ser um estímulo, um convite e um compromisso.

Estímulo para que vocês, prezados concluintes, assumam com vigor e perseverança a missão que vocês escolheram e à qual devem servir sem desfalecimento.

Convite a que venham se unir aos que, seguidores de Cristo, estão dispostos a desmascarar a hipocrisia dos fariseus do nosso tempo e construir um mundo sincero, honesto, solidário e amigo. É preciso, mesmo respeitando as diferenças e desigualdades naturais, respeitar o homem, diminuir as distâncias gritantes, sem preconceito de raça, de classe, de credo ou das situações concretas em que vive cada um. Nunca mais o ódio, o preconceito, o predomínio, a injustiça, o medo.

Compromisso de ser, acima e antes de tudo, pessoa humana e defender as prerrogativas fundamentais de cada homem, sobretudo a liberdade, que é fruto da verdade; a humildade, que provém da justiça; a sinceridade e a lealdade, que são expressão do amor sem fingimento e sem interesses egoístas.

Este compromisso ultrapassa os limites de nossa pessoa e abraça a comunidade circundante e o mundo que deve ser o lar da grande família humana. Afinal, ninguém é pessoa sozinha. Necessita dos outros homens e do universo para que cada um possa realizar-se plenamente e descobrir a grandeza de ser gente.

Este estímulo, este convite, este compromisso são provenientes da Mensagem Evangélica que a Igreja tem a missão de incutir no coração dos homens. Mesmo os não-católicos ou não-cristãos, sentem no íntimo dos corações que são estas, e não outras, as regras de conduta do ser humano. Por isso, a Igreja ultrapassa os próprios limites de suas instituições terrenas, porque, por sua natureza, ela é divina e universal, criadora e animadora da Universidade, agora e sempre. "Nesta missão de serviço, a Universidade Católica deverá viver em contínua auto-análise e tornar sua estrutura operacional flexível para responder ao desafio da própria região ou nação".

ARAUTOS DA JUSTIÇA, AMANTES DA VERDADE

Ao paraninfar os bacharéis de Direito da UFG, a 29 de dezembro de 1980, Dom Fernando abordou as relações entre Justiça, Direito e Lei, referindo-se concretamente ao problema das invasões e criticando "as leis injustas, fabricadas segundo os critérios do grupo dominante", e que "não são leis, porque, em lugar de atender ao bem comum, violam a Lei Eterna e tornam-se instrumentos de tirania e aviltamento do povo". O Arcebispo exortou os novos advogados a serem "arautos da Justiça e amantes da Verdade".

Sinto-me particularmente agradecido pela escolha do meu nome para paraninfar os concluintes da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, neste ano de 1980. Este contentamento tem sua razão no apreço que dedico às ciências jurídicas e no valor inconfundível do Direito como sustentáculo da ordem social.

Por isso mesmo, temo assumir a responsabilidade de paraninfo neste momento histórico, quando percebo o desequilíbrio social que estremece os alicerces da sociedade, exatamente porque são conspurcadas as fontes do Direito e abalados os fundamentos de Justiça.

Mesmo assim, aceito o nobre encargo, na esperança de poder falar, com simplicidade e franqueza, à nova geração que surge da famosa Faculdade de Direito de Goiás, rica em tradições gloriosas, celeiro de homens célebres que honram e dignificam a cultura jurídica do País.

Pioneira entre todas as escolas superiores deste Estado, assume, nesta hora, uma responsabilidade maior, no sentido de contribuir com firmeza na obra de reestruturação do mundo pela valorização e prática da Justiça.

A III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano pede aos juristas que, "segundo o seu saber especial, reivindiquem o valor da lei na

relação entre governantes e governados, para a justa disciplina da sociedade. Aos juízes, para que não comprometam sua independência, julguem com eqüidade e sirvam, através de suas sentenças, para a educação de governantes e governados no cumprimento das obrigações e conhecimento de seus direitos" (Puebla, 1243).

Encontramos, assim, no intrincado problema do relacionamento entre Justiça, Direito e Lei. Sem uma séria e competente reflexão sobre esse trinômio é fácil alimentar equívocos de suma gravidade, cujas consequências seriam imprevisíveis.

Não é minha intenção dar lições sobre temas da competência específica dos novos bacharéis em Direito, que hoje entram no exercício de suas funções. Desejo apenas fazer algumas considerações, diante da realidade que aí está, neste mundo confuso que tem visivelmente deturpado as normas do Direito e transformado as leis em meros caprichos arbitrários de pessoas ou grupos dominantes, para implantar o predomínio contra o Direito e a prepotência contra a Justiça.

Aprendi em minha juventude que existe a Lei Eterna, sinônimo da sapientíssima vontade de Deus impressa no íntimo do coração humano, base de toda Justiça e fonte de todo Direito. Ensina o Concílio Vaticano II, na Constituição Pastoral **Gaudium et Spes,** que, "na intimidade da consciência, o homem descobre uma lei. Ele não a dá a si mesmo. Mas a ela deve obedecer, chamando-o sempre a amar e fazer o bem e a evitar o mal. No momento oportuno, a voz desta lei lhe soa nos ouvidos do coração: faze isto, evita aquilo. A consciência é o núcleo secretíssimo e o sacrário do homem onde ele está sozinho com Deus e onde ressoa a sua voz" (GS, 16). Esta é a Lei divina, eterna, objetiva e universal (Cf. D.H.3).

Além da Lei eterna, divina, objetiva e universal, existem as leis positivas humanas que são meios de alcançar os ideais da Lei eterna, interpretando-a à luz da reta razão segundo as diferentes culturas, usos, costumes honestos e as exigências das realidades novas que vão surgindo. Jamais as leis humanas poderão contrariar os ditames expressos por Deus no coração dos homens e de cada homem. Nesse caso, a lei deixará de ser lei para ser instrumento de degradação ou opressão do homem e da sociedade.

Esses ensinamentos que me parecem claros, óbvios e imutáveis, são hoje quase esquecidos, ou abertamente renegados. Mas nem por isso deixam de ser válidos e atuais. Encontram, porém, obstáculos quase in-

superáveis à sua execução, sempre que os homens e a sociedade são oprimidos por sistemas totalitários e arbitrários, que subjugam pela força das armas ou pelo império do dinheiro os valores fundamentais da pessoa e as prerrogativas inalienáveis da sociedade. Resulta desse crime institucionalizado a corrupção da lei particular e discriminatória que fere o Direito e põe à margem a Justiça.

São freqüentes, em nossos dias, casos como os das chamadas "invasões". Antes de qualquer consideração ou providência do Poder Judiciário, apelam para a polícia que intervém, em geral, com exagerada violência. Cria-se, deste modo, o clima da insegurança, do medo, da prepotência, cujas vítimas são quase sempre os pobres, os expulsos do campo pela fome ou pelos tratores, manipulados pelos detentores do dinheiro e da politicagem degradante.

Ouvem-se, com frequência, apelos ao cumprimento das leis, consideradas guardiãs da democracia. Referem-se, porém, às leis injustas, fabricadas segundo os critérios escusos do próprio grupo dominante. Leis que não são leis, porque, em lugar de atender ao bem comum, violam a Lei Eterna e tornam-se instrumentos de tirania e aviltamento do povo, para assegurar privilégios abusivos de grupos dominadores e inescrupulosos que se utilizam do Poder para escravizar a sociedade e degradar a Família e a Pátria.

Não faltam, é claro, os defensores dessas anomalias jurídicas, sob o pretexto de que se trata da "evolução do Direito" diante das realidades novas que surgiram. Há nesse argumento evidente sofisma. Não pretendo prejulgar intenções que parecem pretender justificar a conivência com a degradação da Justiça. Advogo com ardor a evolução do Direito, no sentido de questionar as leis injustas e criar condições para purificar o acervo confuso e conflitante de milhares de leis iníquas, inócuas e francamente parciais para favorecer pessoas ou grupos, em detrimento do bem de todos. A autêntica evolução do Direito consiste em iluminá-lo e aproximá-lo das normas imutáveis da Lei Eterna, dádiva divina que enche de luz e vigor o caminho dos homens.

Confesso que me sinto alarmado com a ousadia inominável com que certas correntes ideológicas procuram legislar ou legalizar os mais nefandos crimes contra a vida. O divórcio, o aborto, a eutanásia, os métodos anticonceptivos que mutilam ou violam o direito de nascer ou de viver, ferem frontalmente prerrogativas exclusivas de Deus, Senhor e sustentador da vida. Depois que estas aberrações se vestem do diploma legal pelo

egoísmo desumano de pseudo-legisladores, compete aos juristas, que exercem as funções de Advogados, defender, antes de tudo e acima de tudo, os direitos divinos. Está em jogo o compromisso, assumido no dia da formatura, de dedicar-se às funções do diploma recebido, "na promoção do direito, no império da justiça e na consecução dos bons costumes". Está em jogo a profissão de fé em Deus, exaltando "o valor do espírito, projetando nossas mentes para o além do ontem, do hoje e do amanhã".

Está sobretudo em jogo a dignidade pessoal que se reafirma de maneira plena na obediência, consciente e livre, à Lei Eterna, porque nisto consiste a própria dignidade do homem (GS, 16).

Prezados afilhados

De tudo o que foi dito, pode-se concluir que as novas gerações voltam-se para vocês, com imenso amor e muita confiança. São vocês, de modo especial, o ponto de referência para a elevação do mundo nesta hora difícil que poderá ser trágica.

Unamo-nos, pois, em torno da Verdade, da Justiça e do Bem, nesse tempo singular que relembra o nascimento de Jesus Cristo, na humilde gruta de Belém. Ele é o Senhor da História, o Libertador de todas as escravidões que afligem a Humanidade descrente, dividida, oprimida pelas forças do mal, mas Vencedor da morte e do pecado.

Unamo-nos, sem violência e sem medo, para vencer o arbítrio, a prepotência, o terrorismo. Mais do que escravos da lei iníqua, sejamos arautos da Justiça e amantes da Verdade. Sejamos livres, no pleno e evangélico sentido da Liberdade, e elevaremos o mundo acima de suas iniquidades e faremos triunfar os ideais de Vida, de Amor e de Paz.

NÃO SE SACIA A FOME DO MUNDO MATANDO OS FAMINTOS

Profissões eminentemente técnicas, Agronomia e Veterinária estão, muito freqüentemente, a serviço dos interesses de poderosos grupos econômicos que, ocupando grandes extensões de terras, expulsam milhares de famílias de agricultores pobres e sujeitam outros milhares a condições desumanas de trabalho. Foi com essa preocupação que Dom Fernando pronunciou seu discurso de paraninfo, a 17 de janeiro de 1981, aos novos agrônomos e veterinários formados pela UFG.

Ser paraninfo da nova turma de concluintes dos cursos de Agromomia e Veterinária da Universidade Federal de Goiás, neste ano de 1981, é missão honrosa e muito árdua, em face das circunstâncias atuais que ameaçam até a integridade do território nacional.

As forças manipuladoras do dinheiro pretendem subjugar e oprimir não somente pessoas, como nações. Referimo-nos, especialmente, aos projetos em estudo no Brasil, mais concretamente, nos Estados de Goiás e Minas Gerais.

No dia 13 do corrente mês de janeiro, participei de um encontro com o arcebispo de Uberaba e os bispos de Uberlândia, Ipameri, Patos de Minas, Itumbiara, Paracatu, Formosa e o auxiliar de Jataí. Éramos nove bispos, assessorados por Padres que trabalham na CNBB e nos Regionais, como coordenadores da Pastoral. O encontro em si reflete a preocupação da Igreja diante de projetos fabulosos que, a título de aproveitamento das grandes áreas do cerrado, pretendem obter lucros ainda mais fabulosos, sacrificando uma população de aproximadamente um milhão de pessoas.

Pode-se perguntar a razão desta preocupação dos bispos sobre assuntos que parecem ser mais da competência de agrônomos e veterinários,

vez que se trata do desenvolovimento agropecuário. Começam aqui as implicações e complexidades que envolvem os citados projetos e suas influências de caráter humano, social e pastoral.

Como a Igreja exerce uma função essencialmente religiosa, em favor do homem todo, e como a Religião abraça igualmente o homem todo, não pode ser indiferente às circunstâncias que o envolvem. Já dizia Santo Tomás de Aquino que é inócuo pregar a doutrina cristã a quem está morrendo de fome. É preciso, antes, alimentá-lo, restaurar suas forças físicas, para que ele passe a usar de sua capacidade de entender, escolher e aceitar a mensagem do Evangelho. Nosso Senhor Jesus Cristo, em plena missão apostólica, parou a pregação e alimentou o povo, quando percebeu que muitos estavam com fome.

Do mesmo modo, a Igreja, em nossos dias, tem o direito e o dever de suprir, de maneira organizada e enérgica, quando os senhores do dinheiro e os responsáveis pelas nações afastam-se das atribuições que lhes competem e oprimem as pessoas e os povos com projetos absurdos, com objetivo meramente econômico, sem considerar os valores essenciais das pessoas e as prerrogativas básicas dos cidadãos e das nações.

No presente caso, falando à geração nova dos agrônomos e veterinários, é de suma importância mostrar a estreita colaboração da Igreja com aqueles que se vão dedicar ao cultivo da terra, ponto central e decisivo para o desenvolvimento integral — e não apenas lucrativo — das atividades humanas.

As questões de distribuição das terras, de produção, de produtividade e comercialização das frutas do campo, constituem, em nossos dias, problemas fundamentais para o equilíbrio da sociedade e do verdadeiro progresso. O mundo está com fome. A solução porém, não poderá ser matar os famintos e estancar as fontes da vida, mas fazer a terra produzir para alimentar a todos e não apenas os que já estão com suas mesas fartas. Não é lícito desrespeitar a dignidade dos pobres nem colocar as coisas ou o dinheiro acima dos valores do espírito que tudo vivifica.

É evidente que o Agrônomo e o Veterinário são chamados a exercer, mais do que uma profissão, a missão insubstituível de colaborar com o Estado e com a Igreja na construção do mundo novo que vem surgindo dos escombros da exploração irracional da terra e dos animais, das florestas e dos rios, da atmosfera e dos mares. Juntamente com o Agrônomo e o Veterinário, pensamos no Médico, no Sociólogo, no Economista e

especialistas dos vários ramos da Ciência para se reunirem, como irmãos que são e membros simultaneamente do Estado e da Igreja.

Estas duas instituições são ou devem ser os servidores maiores da sociedade humana. Quando se desviam de sua missão de serviço, a Sociedade decai e se corrompe. Quando se rompe a harmonia entre Estado-Igreja, em nossa civilização, cresce a distância entre a Nação e o Povo ou entre o Povo e Deus. Em ambos os casos, os resultados são a corrupção do dinheiro e dos costumes, a prepotência da força e a escravidão da idolatria.

Prezados afilhados

O Brasil está ameaçado. Suas terras estão sendo vendidas ou entregues, sob vários pretextos. Não é esta a oportunidade de tratar em profundidade do assunto. É hora de advertir, de somar energias e tomar as providências cabíveis a cada cidadão e às instituições responsáveis pelo bem comum, para que não sejam prejudicados ou violados os valores maiores da Pátria comum.

Cabe, por fim, um fervoroso apelo aos novos agrônomos e veterinários, que agora recebem os respectivos diplomas, no sentido de atuarem com firmeza e dignidade, de modo a revelarem, em plenitude, a nobre missão a que são enviados. As riquezas do solo podem ser mal utilizadas e a cultura pode ser desvirtuada pela ganância de uns e a prepotência de outros, sob a enganosa promessa de aumentar a produção, quando se sabe que os verdadeiros propósitos das grandes forças econômicas organizadas nas superpotências do dinheiro é aviltar, subjugar e oprimir as multidões famintas que ficarão sempre mais pobres e mais carentes.

O desenvolvimento econômico, desumano e cruel, termina destruindo os valores mais altos de nossa cultura, de nossas tradições, de nossa dignidade como Nação, e desembocando no mar das ambições desenfreadas, causadoras das discórdias e das guerras.

Este é o quadro desolador, mas real, em que se encontra o mundo em que vivemos. Mas não temos o direito de desanimar. Bem pelo contrário, vamos nos unir, sem violência e sem medo. A Igreja não se cansa de proclamar suas esperanças na Juventude. Não cessa de apelar para as nossas Universidades, no sentido de "formarem verdadeiros líderes, construtores duma nova sociedade" (Puebla 1054).

Em Puebla, os Bispos da América Latina pediram que os jovens considerassem a Igreja como "o lugar de sua comunhão com Deus e os

homens, afim de construírem a **Civilização do Amor** e edificar a paz com justiça. Convida-os a que se comprometam eficazmente numa ação evangelizadora que não exclua ninguém, de acordo com a situação em que vivem, e tendo predileção pelos mais pobres" (Puebla 1188).

São palavras que estimulam a Juventude e apontam caminhos para a solução dos nossos problemas. "A integração na Igreja será canalizada através de movimentos juvenis ou comunidades que devem estar integradas na pastoral de conjunto, diocesana e nacional, com projeções para uma integração latino-americana" (Puebla 1118). Os agrônomos e veterinários, por se colocarem em relacionamento direto com as populações rurais, no exercício de sua missão, poderão ser agentes providenciais desse processo de renovação social, desde que se dispuserem:

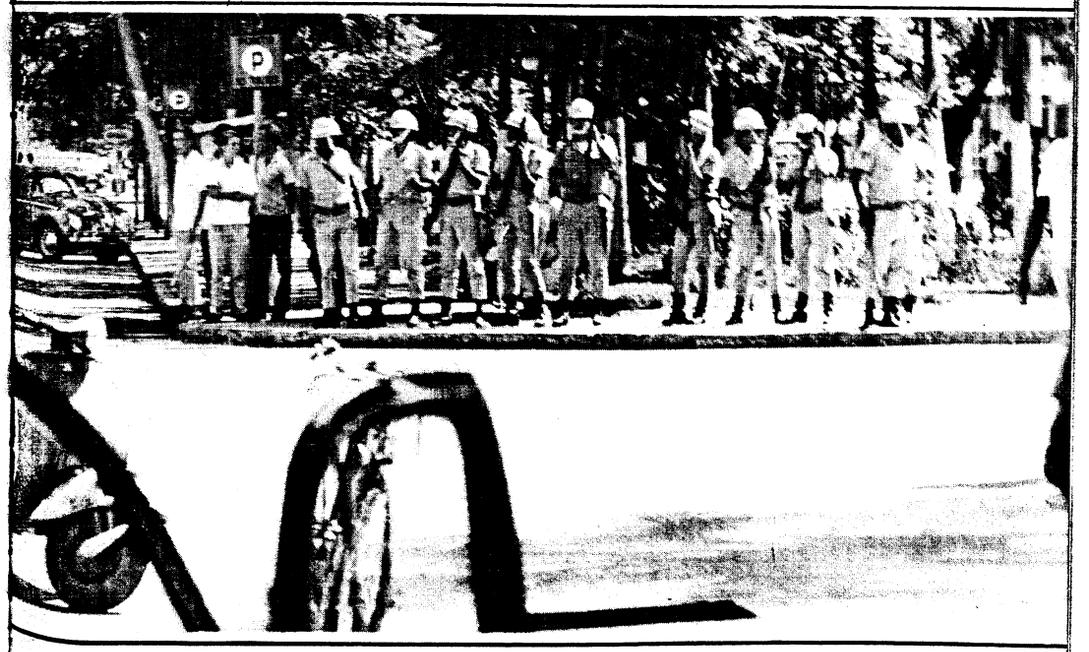
- a revigorar a estabilidade e união familiar;
- promover a educação e valorização da juventude rural, mostrando-lhe o valor do trabalho junto às escolas;
- estimular o inter-relacionamento das comunidades, sem perder o contato com a Universidade que poderá atender melhor aos condicionamentos e exigências da juventude rural, qualquer que seja o curso que preferir.

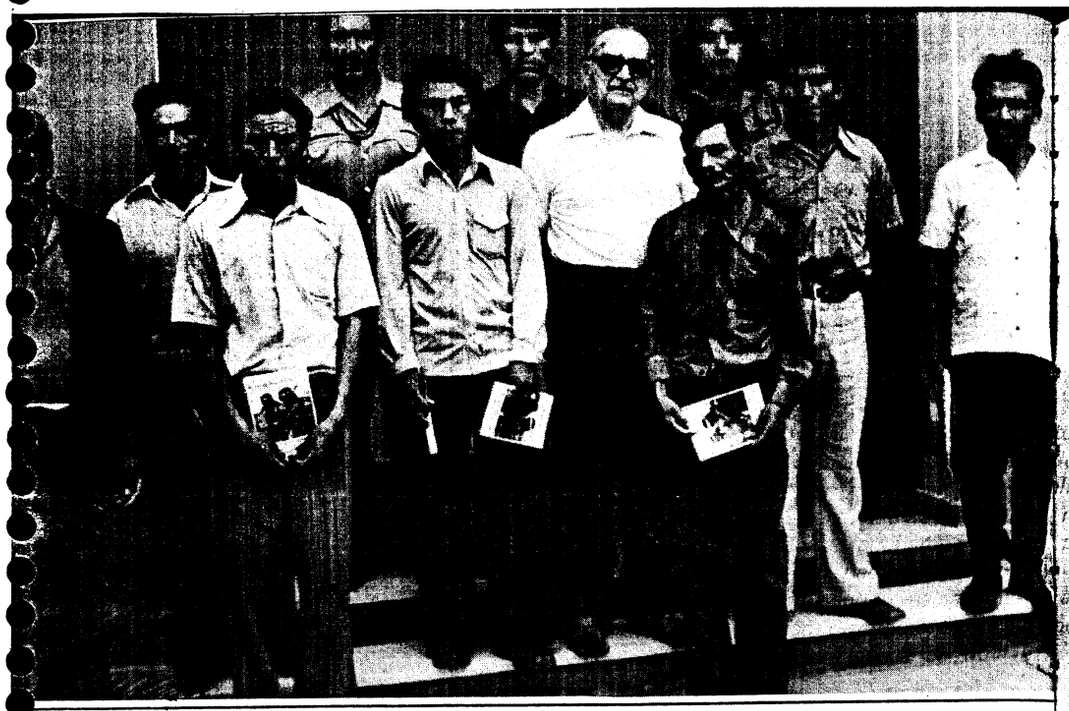
A edificação da nova civilização do amor e da paz é sem dúvida, a aspiração maior da juventude de hoje. Não será, porém, alcançada, sem a cooperação decidida e esclarecida da própria juventude.

Tendes, assim, prezados concluintes dos cursos de Agronomia e Veterinária, uma tarefa altamente dignificante e eficaz para que a técnica não se feche em si mesma, prejudicando a criatividade e impedindo o desenvolvimento dos valores humanos. Ao contrário, juntamente com os conhecimentos especializados, sereis "verdadeiros líderes, construtores duma nova sociedade" mais justa e mais humana.

sem violência

▲ Dom Fernando dialoga com a polícia de Goiás, durante cerco policial à Faculdade de
▼ Direito da UFG e à Catedral Metropolitana, abril de 1968





▲ **Com um grupo de índios Kaingang, em Goiânia, dezembro de 1975**

PRISÕES E TERRORISMO

Os últimos meses de 1975 foram marcados pela escalada da repressão política, em todo o País, com centenas de prisões, entre as quais a do jornalista Vladimir Herzog, morto sob tortura, a 23 de outubro, no DOI-Codi de São Paulo. Em Goiás, familiares de presos políticos procuraram Dom Fernando, pedindo seu apoio. A 1º de novembro, o Arcebispo divulgou uma carta pastoral, em que denunciava essa situação, dizendo esperar que "nossos governantes se dispusessem a não pecar contra a luz".

A missão que nos foi confiada leva-nos a expor aos diocesanos estas ponderações, fundamentalmente de inspiração evangélica, mesmo correndo o risco de serem interpretadas sob o prisma meramente político. Não existe, porém, cristianismo separado da vida ou desvinculado do bem público. Não podemos, portanto, omitir-nos diante dos excessos que perturbam a vida das Comunidades. Nas atuais circunstâncias, diante do que está acontecendo, cumpre-nos, como aos Apóstolos, reafirmar: "Não podemos silenciar a respeito do que vemos e ouvimos" (At 4,20).

Se é dever de todos colaborar para a tranquilidade da ordem, constitui imperativo do Bem Comum que as Autoridades preservem os direitos e deveres dos cidadãos. Somos cristãos, amantes da ordem e da paz, defensores da Pátria a quem servimos com dedicação. Consideramo-nos servidores do Senhor e construtores da cidade dos homens, segundo os desígnios de Deus.

OS FATOS

O senhor Petrônio Portela, líder do Governo no Senado, denunciou uma "escalada subversiva no País", advertindo que "o Governo prende e prenderá quantos estejam nas malhas da subversão". Assegurou, entre-

tanto, que a ação repressiva processa-se no "estrito cumprimento da lei". (Cf. **O Estado de S. Paulo,** 29-10-1975, pág. 13).

O discurso do líder governamental contradisse o líder da Oposição, senador Franco Montoro, que afirmou: "Muitas prisões se efetuam sob a forma de seqüestro" ou seja, sem respeitar a lei.

É possível que ambos tenham feito de boa fé os seus pronunciamentos. É possível que ambos tenham sido porta-vozes dos interesses partidários. De qualquer modo, um deles equivocou-se. Não é compreensível que duas proposições contraditórias, sobre o mesmo assunto, em idênticas condições, sejam igualmente verídicas.

Tudo isso parece grave porque se trata de pessoas de responsabilidade que falaram em nome das organizações políticas do País, em momento delicado que não admite subterfúgios ou tiradas demagógicas. O senador da Oposição ilustrou sua denúncia com casos concretos, fáceis de comprovar, ocorridos em São Paulo. O líder do Governo terá seus motivos para dizer, perante o Congresso Nacional, que a ação repressiva está a processar-se dentro do estrito cumprimento da lei.

Os dois pronunciamentos concordam em que alguma coisa, por trás das cortinas, está inquietando não apenas as áreas políticas. A declaração de que "o Governo prende e prenderá quantos estejam nas malhas da subversão" soa como algo estranho, sobretudo porque está em franco desacordo com a eufórica declaração do sr. Ministro da Justiça, assegurando que o País está em absoluta paz. Onde, pois, a escalada subversiva no País? Melhor teria sido que o líder do Governo houvesse esclarecido o que, oficialmente, é reconhecido como subversão, para evitar uma série de equívocos ou imprudências de certos agentes. Aquelas palavras do senador Portela concordam com a tática do medo que alimenta o terrorismo, quer do comunismo ou dos extremistas radicais, quer dos agentes da repressão, quando despreparados para a delicada missão.

CLIMA DE MEDO

Tem-se a impressão de que alguns setores do Governo, entre mil opções, preferiram transformar o medo em instrumento de segurança. Mesmo sabendo que o medo é exatamente a falta de segurança, utilizam-no como algo institucionalizado, tal a freqüência e sistematização dos métodos adotados. Alguns agentes chegam à temeridade de servir-se de elementos dispostos a manipular os instrumentos do terror, desde que o façam sem deixar rastro e saibam tudo esconder sob aparências

legais. Esses elementos, entretanto, não passam de agentes oficiosos da subversão, na sua forma mais requintada e inescrupulosa. Os responsáveis pela defesa da ordem pública deveriam estar advertidos de que expedientes dessa natureza, além de degradantes, fermentam uma série de conseqüências desastrosas e incontroláveis. São esses contratestemunhos que diluem as boas iniciativas do Governo.

AS CONSEQÜÊNCIAS

Centenas de famílias brasileiras encontram-se estigmatizadas em seus membros, culpados ou inocentes, que hoje estão presos, mutilados ou mortos misteriosamente. Ninguém deseja a impunidade dos criminosos, facínoras, agitadores ou subversivos. O que se reclama é a justiça, que não se faz arbitrariamente, mas exige amplo direito de defesa e tratamento condizente com a dignidade humana, tanto da parte dos guardiões da ordem, como para os sentenciados.

Em certos casos, tem sido inútil apresentar aos órgãos competentes queixas e denúncias comprovadas das arbitrariedades, injustiças e crimes perpetrados por agentes oficiais ou oficiosos, sobretudo no que se refere à maneira ilegal e desumana de efetuar certas prisões.

Os bons propósitos e os pronunciamentos mais explícitos do próprio senhor Presidente da República são como gotas de alívio e esperança que logo se desfazem, diante dos desrespeitos à lei e às suas declarações. Surgem então os sussurros de que, em contranitência à autoridade do supremo Magistrado, estaria agindo despoticamente outro poder, aparentemente impessoal, que se auto-denomina com o enigmático pseudônimo de "ordem superior".

Há poucos dias, recebemos a visita de 13 esposas com alguns de seus filhos maiores, cujos esposos e pais estão presos. Onze destas famílias encontram-se em difícil situação para sobreviver, por falta de recursos. São dependentes dos chamados "presos políticos" que foram surpreendidos com a sentença de condenação. Casos como esses multiplicam-se em Goiás e em outras regiões, inquietando não apenas as famílias dos condenados por suspeitas de ordem política. Paradoxalmente, a segurança, promovida com esses métodos, gera e alimenta o clima de insegurança que fecunda o terrorismo.

COIBIR OS EXCESSOS

Seria muito bom que os nossos governantes se dispusessem a não pecar contra a luz. Talvez esteja o Governo, por circunstâncias alheias

à sua vontade, encontrando obstáculos para cumprir os seus altos propósitos de coibir os excessos de determinados órgãos ou elementos que abusam de sua confiança. Como explicar essa guerra de nervos que se torna por vezes dramática, segundo os interesses em jogo? Ultimamente recrudesceu, segundo a opinião de alguns, sob pretexto das próximas eleições. Para outros, em virtude de supostos ou reais focos de subversão que estariam atuando no País.

Seria ilusão supor que um País como o nosso, com mais de cem milhões de habitantes, em pleno desenvolvimento, esteja cego ou incapaz de perceber a realidade gritante que asfixia a sua liberdade responsável, a sua cultura, os anseios mais elevados de que o bem-estar material, mesmo que esse bem-estar favorecesse a todos e não apenas a uma pequena percentagem da população.

EM LUGAR DO MEDO, A CONFIANÇA

Somos um povo cordato e generoso, em processo de desgaste destas virtudes e de muitas outras que plasmaram a nacionalidade. O medo não é bom conselheiro. Se é coletivo e instigado pelo desequilíbrio econômico, político e moral, pode levar tanto os que amedrontam, como as suas vítimas, à desesperança e ao desatino.

É tempo de refletir, de orar e perdoar, de restabelecer a confiança que se conquista pela informação honesta e ampla, pelo diálogo sincero, pela redescoberta e colaboração dos autênticos valores da Pátria.

O que por toda parte está estremecendo o alicerce das Nações não é tanto a falta de petróleo como a corrida desenfreada para o predomínio do dinheiro e a prepotência das armas. Mais do que nunca é urgente recolocar o mundo sobre o fundamento da dignidade humana, valor maior do que todos os tesouros, força mais poderosa do que todos os apetrechos de guerra.

Não foi sem razão que o Cristo Jesus trouxe à humanidade, com Sua palavra e Sua vida, o roteiro da nova ordem social, sem a qual nada se conseguirá além do ódio que conduz à destruição. O Brasil está convidado a liderar esta autêntica obra de restauração e libertação. "E a verdade vos libertará" (Jo 8,32).

Que o Senhor do Universo, na festa de Cristo Rei que se aproxima, nos dê alegria e paz.

SOLIDARIEDADE AOS PRESOS POLÍTICOS

Além da carta pastoral sobre "Prisões e Terrorismo" (ver páginas anteriores), Dom Fernando fez relatos sobre a situação dos presos políticos aos participantes da Reunião Mensal da Pastoral e aos da Assembléia Eclesial Regional do Centro-Oeste. Nesta última, foi feita uma coleta para auxiliar as famílias dos presos, conforme Dom Fernando explica nesta carta circular de 16 de novembro de 1975.

Aos
Vigários, Superiores Religiosos, Reitores e Dirigentes de Institutos, Escolas e Organizações desta Arquidiocese.

Prezados Colaboradores:

Na reunião do Clero, realizada no CTL, dia 13 deste mês, referi-me à situação em que se encontram as famílias de 11 dos 14 presos, supreendidos com a sentença de condenação, por suspeitas de ordem política.

As esposas e alguns filhos maiores desses detentos estiveram comigo no dia 30 de outubro/75 e me apresentaram uma mensagem escrita, com os dados concretos, que vai publicada na Revista da Arquidiocese, mês de dezembro. Neste documento, além de uma palavra de conforto, pedem ajuda em "dinheiro e gêneros alimentícios".

Diante desse apelo e considerando outros acontecimentos que considero graves, escrevi uma Carta Pastoral aos diocesanos, também transcrita na Revista de Dezembro.

Por ocasião da recente Assembléia Eclesial do Regional Centro-

Oeste, realizada em Goiânia de 12 a 15 deste mês, expus em plenário essas ocorrências, a pedido da própria Assembléia. Foi comovente o gesto caridoso e solidário dos participantes, diante do que aconteceu em Goiânia e São Paulo, na última semana do mês passado. Além da celebração Eucarística e das orações comunitárias pedindo a Deus conforto para os que sofrem e tranquilidade para todos, quiseram os bispos, presbíteros, religiosos e leigos presentes, promover uma vigília eucarística, após os trabalhos do dia 14. Fizeram também, nessa ocasião, uma coleta em favor das famílias carentes de recursos para a subsistência. Uma comissão credenciada pela Assembléia visitou os presos no Cepaigo (Goiânia). A coleta rendeu Cr$ 2.572,00 que foram entregues, por intermédio do Arcebispo de Goiânia e do Bispo de Anápolis, às famílias dos presidiários, posto que elas residem nessas cidades.

Na reunião do Clero, ficou escolhido o dia 13 de novembro, primeiro domingo do Advento, para promover-se, em toda a Arquidiocese, uma coleta extraordinária, em atendimento ao citado apelo.

Estou certo de que todos os prezados Vigários e mais colaboradores farão o possível para que o dia 30 de novembro seja um dia de preces e sacrifícios, em favor dos que são vítimas de violações de direitos fundamentais, como o de os acusados, culpados ou inocentes, se defenderem, de acordo com as leis divinas e humanas.

Com votos de que a preparação do Natal deste Ano Santo seja, mais do que um convite, verdadeira disposição para a Conversão que tem como fruto a Reconciliação dos homens e das nações entre si, queiram receber, com as bênçãos do Senhor, o agradecimento e as saudações do irmão em Jesus Cristo.

AINDA PRISÕES

"Prende-se por exceção. Solta-se por exceção. Governa-se por exceção. A exceção virou regime vigente". Com esse desabafo, Dom Fernando escreveu, para a **Revista da Arquidiocese** *de novembro de 1977, um artigo sobre as prisões que desassossegaram Goiânia no segundo semestre daquele ano.*

Tem-se a impressão de que alguns setores de influência estão convencidos de que o atual regime não poderia subsistir sem alimentar o clima de medo. De vez em quando recrudesce a onda de prisões, aparentemente sem justificativa. Prendem por prender, como a demonstrar que a espionagem é permanente e onipresente.

Em lugar de espionagem deveria haver vigilância, necessária inclusive para os negócios e para a economia doméstica. Quando acompanhada da oração, é até um preceito divino que nos livra do mal. Não merece o nome de vigilância a espionagem mesquinha, desleal, arbitrária e cruel.

Outro dia, segundo nos informaram, um senhor foi preso a caminho do trabalho. A família, inquieta, não conseguiu descobrir onde se encontrava. Imaginamos a aflição da esposa e dos filhos. No dia seguinte, é restituído ao lar por elementos desconhecidos que pediram desculpas à família, declarando candidamente que aquele senhor foi preso "por engano". E tudo ficou por isso mesmo, como se nada houvesse acontecido. Se alguém tentasse pedir explicações, a resposta seria talvez mais incisiva: "Guerra é guerra!"

Esta saída "estratégica" vigorou em algum tempo. Parece que agora estão mudando o disco, ou adotando outros subterfúgios.

IGREJA E JUSTIÇA

Logo após as violências policiais contra os invasores do Jardim Boa Sorte (ver páginas 110 - 113), Dom Fernando foi convidado pela OAB — Secção de Goiás — para proferir palestra para os advogados de Goiânia. Este pronunciamento de Dom Fernando foi feito numa sessão solene na sede da OAB, dia 20 de maio de 1981.

INTRODUÇÃO

Não é fácil tratar do tema "Igreja e Justiça" sem conhecimento exato do que seja Igreja e do que seja Justiça. Esses dois termos são hoje envolvidos em conceitos variados e até contraditórios. Numa palestra com Advogados, cultores do Direito e promotores da Justiça, parece mais oportuno confrontar a realidade que nos cerca com o comportamento da Igreja, diante de fatos concretos. Talvez seja esta a maneira mais prática de despertar a consciência crítica, particularmente da OAB, no sentido de mostrar a todos o que é Igreja e o que é Justiça.

Entendo por Igreja **a comunidade daqueles que se dispõem livremente a ser seguidores de Jesus Cristo.** Estas poucas palavras encerram o **mistério** de Deus, do homem e do cosmo.

Por Justiça, entendo a fidelidade do homem ao cumprimento do plano ou desígnio de Deus na sua vida pessoal e social, familiar e profissional. Se o homem ou a sociedade, a família ou a profissão se afastam dos **caminhos do Senhor,** são prevaricadores. Se erram ou se afastam do plano de Deus, com plena consciência e com pleno consentimento, são pecadores. Desde logo se percebe que toda injustiça tem como origem e

alimento o **pecado.** É a pessoa quem se desvia, sai do caminho que deveria seguir, responsável, portanto, por todas as consequências de seus atos. Por isso o homem, cada homem é responsável pela ordem pessoal, familiar, profissional e social.

Desde o começo, o homem afastou-se de Deus e desde o começo Deus tomou a iniciativa de reabilitá-lo, enviando o Seu Filho que se fez nosso irmão, e que se entregou por nós. Jesus Cristo constituiu-se o Senhor da História, princípio e fim de toda criatura:

"No princípio era o Verbo e o Verbo estava junto de Deus e o Verbo era Deus. Tudo foi feito por Ele e sem Ele nada foi feito. NEle havia a vida e a vida era a luz dos homens. E o Verbo se fez homem e habitou entre nós" (Jo 1,14).

O profeta Simeão anunciou que Jesus veio "para a queda e o soerguimento de muitos, como sinal de contradição" (Lc 2,34). Esta tem sido a história dos dois últimos milênios. Quaisquer que sejam as religiões e as ideologias, Jesus Cristo, implícita ou explicitamente, é o ponto de convergência ou de divergência — é sinal de contradição.

A IGREJA

A Igreja de Jesus Cristo, "peregrina enquanto humana e terrena, reconhece com humildade seus erros e pecados que obscurecem a face de Deus em seus filhos. Mas está decidida a continuar sua atuação evangelizadora a fim de permanecer fiel à sua missão com a confiança posta na fidelidade de seu fundador e no poder do Espírito" (Puebla, 209).

A Igreja é também sinal de contradição. Todos querem a sua colaboração, tanto para o bem como para o mal. Os seus ministros, homens entre os homens, oscilam constantemente entre os atrativos do mundo e a fidelidade a Cristo. A sua doutrina e o seu sagrado magistério permanecem fiéis ao divino Fundador, pelo menos no que é essencial. Mas há sempre espaço, mais ou menos amplo, para as interpretações da doutrina e para as normas e admoestações concretas do mundo ou da instituição eclesial. Exemplo atualizado dessas diferenças e até dessas divergências têm sido os documentos do Concílio Vaticano II.

Os grandes, os potentados, os senhores do dinheiro, procuram não só distorcer o sentido dos documentos conciliares, como aliciar os responsáveis maiores pela Igreja, por diferentes métodos, por meios pouco recomendáveis, por vezes, maldosos e hipócritas.

Os pequenos, os pobres, os oprimidos e marginalizados começam a dar crédito ao atual posicionamento da Igreja, diante dos problemas humanos e sociais. Dir-se-ia que a Igreja cansou de **chegar atrasada,** de tanto esperar que as forças dominadoras do mundo quisessem aceitar sua doutrina de salvação e libertação. No seu esforço de evangelizar o mundo de cima para baixo, teve que fazer concessões comprometedoras que a levaram ao quase descrédito total das multidões oprimidas.

Deus, porém, ouviu o clamor do seu povo (Ex 3,7). Segundo a economia do Novo Testamento, quer agir por intermédio de sua Igreja. O Concílio foi o instrumento de que se serviu para despertar a Igreja e o mundo, mostrando o caminho a seguir, em face da desagregação social que abrange todos os povos da terra.

O povo simples, perseguido, sem direito ao mínimo exigido para viver com dignidade, está tomando consciência de si mesmo e do seu valor, maior do que a violência das armas e a dominação do dinheiro. Os pobres são evangelizados. Percebem a situação de miséria em que se encontram e começam a crer que a Igreja é a esperança mais firme, autorizada e capaz de reconstruir o mundo. Começam a descobrir que a Igreja não é apenas a Hierarquia, mas eles mesmos — a imensa maioria — em união com os seus Pastores. O pressuposto para a libertação dos oprimidos e dos opressores está na união de todos os homens em Cristo. Os que fazem do dinheiro, do poder e das armas o seu deus, sentem-se apavorados diante da força insuperável e invencível dos que buscam a verdade, a justiça e a paz, unidos pelo Espírito de Deus, congregados e dispostos a resistir pacificamente e com destemor para libertar-se de qualquer tipo de dominação. Estes se consideram protagonistas de seu destino e não admitem autoridade que não venha de Deus para **servir** e defender uns aos outros, segundo as normas do Direito, tendo como lei a liberdade responsável e como meta fundamental o bem-estar e a segurança dos concidadãos.

A hora é difícil, sem dúvida, porque a humanidade entrou definitivamente no processo que leva à transformação da sociedade, carcomida por estruturas nocivas e injustas. Para que esse processo possa chegar a bom termo, não poderá vir de cima para baixo porque a doença do mundo de hoje está na cabeça, isto é, nos próprios dirigentes do mundo. Para que se consigam as necessárias e urgentes reformas das estruturas arcaicas e opressoras, é necessário que se modifiquem as mentalidades e os corações dos homens. O processo que se inicia vem de baixo para cima, dos dominados que se organizam, não para dominar, mas para dar testemunho — se preciso, com o sacrifício da própria vida, como está acontecendo

em diversos lugares. Dar testemunho do amor fraterno que une as pessoas e os povos, os respeita e dignifica.

A civilização nova que vem surgindo há de restabelecer o primado do amor contra o ódio, da concórdia contra a violência. Aqui temos que dar a palavra aos jovens, porque o processo é árduo e exige tempo. Por isso, "a Igreja evangelizadora faz um veemente apelo para que os jovens nela busquem o lugar de sua comunhão com Deus e os homens, a fim de constituir a **civilização do amor** e edificar a paz na justiça" (Puebla, 1188).

Nesta civilização de paz e justiça, que tem seu fundamento evangélico no "amai-vos uns aos outros", não haverá mais o predomínio das armas contra o Direito; das coisas contra as pessoas; do consumismo contra a economia popular; do arbítrio contra a autoridade que vem de Deus por meio do voto livre e consciente do povo; do egoísmo contra o Bem Comum; do desregramento do sexo contra a vida; da destruição das riquezas naturais contra o bem-estar das pessoas e dos povos.

A JUSTIÇA

Como disse acima, entendo por Justiça a **fidelidade do homem ao cumprimento do plano ou desígnio de Deus,** tanto no que se refere ao comportamento de cada pessoa, em si, como no exercício da missão ou profissão que exerce. A Justiça abrange a pessoa, a família, a profissão, a sociedade. Destina-se a realizar na terra a Vontade do Deus Criador, Libertador e Salvador dos homens: "O meu alimento é fazer a vontade dAquele que me enviou a realizar a sua obra" (João 4,34).

Justo, no sentido bíblico, é o seguidor de Jesus Cristo, isto é, aquele que faz a vontade do Pai que O enviou, aquele que realiza o plano de Deus: "Eu vos asseguro que, se a vossa justiça não exceder a dos escribas e a dos fariseus, não entrareis no Reino dos Céus" (Mt 5,20). "Buscai, em primeiro lugar, o Reino de Deus e a sua justiça, e todas as coisas vos serão acrescentadas" (Mt 6,33). "Venha o teu Reino, seja feita a tua Vontade na terra, como é realizada no Céu" (Mt 6,10).

Esta linguagem é hoje desconhecida por muitos, porque não corresponde à linguagem do mundo perturbado e confuso em que nos encontramos. Muitos homens afastaram-se do caminho. Voltados para o que é terreno e efêmero, não percebem o que está acima de suas cabeças ou fora do alcance de seus olhos e de sua razão.

Mergulhados no mar de lágrimas, suor e sangue, não suportamos a angústia, o sofrimento, o ódio, o desespero que revestem a face da terra. Procuramos entorpecer a gravidade da situação, afagando os nossos sentidos. Fechamos os ouvidos para não ouvir o clamor que vem de fora. Escondemos a dor que aflige os nossos corações porque nos sentimos inseguros e com medo.

A justiça humana, desviada cada vez mais da justiça divina, não leva em conta o Plano de Deus. Perdeu de vista a razão de ser da Criação e a obra realizada por Jesus Cristo. Rasteja nas veredas da iniqüidade, impotente, e, por vezes, conivente com os crimes que abalam e maculam a sociedade. Outras vezes, deixa-se conduzir pelos caprichos dos ídolos que caracterizam as diferentes idades do mundo.

Chegamos a uma situação crítica de angústia e opressão. Peço licença para ler uma página das conclusões a que chegaram os bispos da América Latina, no encontro de Puebla. Não saberia descrever melhor um dos aspectos da miséria no mundo:

Preocupam-nos as angústias de todos os membros do povo, qualquer que seja a sua condição social: sua solidão, seus problemas familiares, a falta de sentido que não poucos vêem na vida. E mais especialmente queremos, hoje, compartilhar as angústias que nascem de sua pobreza.

Vemos, à luz da fé, como um escândalo e uma contradição com o ser cristão, a brecha crescente entre ricos e pobres. O luxo de alguns poucos converte-se em insulto contra a miséria das grandes massas. Isto é contrário ao plano do Criador e à honra que lhe é devida. Nesta angústia e dor, a Igreja discerne uma situação de pecado social, cuja gravidade é tanto maior quanto se dá em países que se dizem católicos e que têm a capacidade de mudar: "que se derrubem as barreiras da exploração. . . contra as quais se estraçalham seus maiores esforços de promoção" (João Paulo II, Alocução Oaxaca 5 – AAS, LXXI, p. 209).

Comprovamos, pois, como o mais devastador e humilhante flagelo a situação de pobreza desumana em que vivem milhões de latino-americanos e que se exprime, por exemplo, em mortalidade infantil, em falta de moradia adequada, em problemas de saúde, salários de fome, desemprego e subemprego, desnutrição, instabilidade no trabalho, migrações maciças, forçadas e sem proteção.

Ao analisar mais a fundo tal situação, descobrimos que esta pobreza

não é uma etapa casual, mas sim o produto de determinadas situações e estruturas econômicas, sociais e políticas, embora haja também outras causas da miséria. A situação interna de nossos países encontra, em muitos casos, sua origem e apoio em mecanismos que, por estarem impregnados não de autêntico humanismo mas de materialismo, produzem, em nível internacional, ricos cada vez mais ricos às custas de pobres cada vez mais pobres. Esta realidade exige, portanto, conversão pessoal e transformações profundas das estruturas que correspondem às legítimas aspirações do povo a uma verdadeira justiça social; tais mudanças ou não se deram ou têm sido demasiado lentas na experiência da América Latina.

Esta situação de extrema pobreza generalizada adquire, na vida real, feições concretíssimas, nas quais deveríamos reconhecer as feições sofredoras de Cristo, o Senhor, que nos questiona e interpela:

- *feições de crianças, golpeadas pela pobreza ainda antes de nascer, impedidas que estão de realizar-se, por causa de deficiências mentais e corporais irreparáveis, que as acompanharão por toda a vida; crianças abandonadas e muitas vezes exploradas de nossas cidades, resultado da pobreza e da desorganização moral da família;*

- *feições de jovens, desorientados por não encontrarem seu lugar na sociedade e frustrados, sobretudo nas zonas rurais e urbanas marginalizadas, por falta de oportunidades de capacitação e de ocupação;*

- *feições de indígenas e, com freqüência, também de afro-americanos, que, vivendo segregados e em situações desumanas, podem ser considerados como os mais pobres dentre os pobres;*

- *feições de camponeses, que, como grupo social, vivem relegados em quase todo o nosso Continente, sem terra, em situação de dependência interna e externa, submetidos a sistemas de comércio que os enganam e os exploram;*

- *feições de operários, com frequência mal remunerados, que têm dificuldade de se organizar e defender os próprios direitos;*

- *feições de subempregados e desempregados, despedidos pelas duras exigências das crises econômicas e, muitas vezes, de modelos desenvolvimentistas que submetem os trabalhadores e suas famílias a frios cálculos econômicos;*

●feições de marginalizados e amontoados das nossas cidades, sofrendo o duplo impacto da carência dos bens materiais e da ostentação da riqueza de outros setores sociais;

●feições de anciãos cada dia mais numerosos, freqüentemente postos à margem da sociedade do progresso, que prescinde das pessoas que não produzem.

Compartilhamos com nosso povo de outras angústias que brotam da falta de respeito à sua dignidade de ser humano, imagem e semelhança do Criador, e a seus direitos inalienáveis de filhos de Deus" (Puebla, 27 a 40).

Este é um dos aspectos da miséria moral da opulência e da miséria física dos indigentes. Diante deste quadro desolador, resta-nos agir com energia e somar nossos esforços em defesa dos inalienáveis direitos da pessoa, da família, da juventude, dos operários, da sociedade, enfim. Não é possível suportar por mais tempo a ação demolidora dos valores humanos. A violência do terror junta-se à violência da repressão institucionalizada, ainda mais terrível, tornando intolerável a vida no planeta.

Mas não é lícito desanimar. No meio da confusão generalizada, da insegurança e do medo, levantam-se organizações como a Ordem dos Advogados do Brasil, que se tem manifestado vigorosa e atuante. Sinto-me estimulado pela honra que me proporcionou a OAB, seção de Goiás, para pronunciar estas palavras diante dos defensores da Justiça. Espero que sejam compreendidas como um convite à reflexão e um apelo à ação organizada e pacífica, pela restauração do Mundo que está com fome de Deus, de justiça e de pão.

A MORTE DO PADRE BURNIER

O segundo semestre de 1976 foi marcado pela ocorrência de violentas agressões contra a Igreja, em diferentes pontos do Brasil. Os atentados mais graves foram os assassinatos do padre Rodolfo Lunkenbein, em julho, por fazendeiros invasores da Reserva Indígena de Meruri, MT; e do padre João Bosco Penido Burnier, por um policial, na delegacia de Ribeirão Bonito, MT, em outubro; e o sequestro de Dom Adriano Hipólito, bispo de Nova Iguaçu, RJ, em setembro. A esse respeito, Dom Fernando escreveu este artigo, para a **Revista da Arquidiocese** *de novembro de 1976.*

A série de assaltos, seqüestros, torturas, assassinatos cumulou, no mês de outubro, com a morte do missionário jesuíta, padre João Bosco Penido Burnier. As autoridades procuram minimizar a gravidade da situação, considerando cada caso isoladamente e fechando os olhos ao clima de terror organizado, premeditado, com lances dramáticos de crueldade e sadismo.

Essa atitude assumida pelo próprio sr. Ministro da Justiça é, talvez, o sintoma mais alarmante de que a segurança nacional está abalada nos alicerces. Há motivo para apreensões. Lamentamos também nós esse estado de insensibilidade cívica diante do crime. Ninguém sabe nada da chamada Aliança Anti-Comunista que se responsabilizou pelo sequestro de Dom Adriano e por outros atos terroristas. O chamado Esquadrão da Morte continua atuante. A verdadeira guerra contra peões indefesos sacrifica famílias e mais famílias nas áreas mais afastadas, com a comprovada conivência de elementos da Polícia. O mesmo acontece contra os índios e contra os que ousam defender os seus direitos.

Os assassinatos dos Padres Rodolfo e Burnier, mais recentes, as calúnias assacadas contra o bispo de São Félix e as represálias contra bispos, padres e missionários leigos, em diversos pontos do País, com a compla-

cência das autoridades responsáveis, não podem ser considerados casos **"isolados"**. São, ao contrário, atestados convincentes de que está faltando vigilância e disposição de defender os direitos humanos. Tudo indica que há estímulo ou conivência de pessoas ou organismos oficiais.

Agrava-se o clima de medo e já são poucos os que se arriscam a denunciar e comprovar, com os seus testemunhos insuspeitos, a onda de corrupção, de perseguições, de desmoralização das próprias instituições.

Não é para admirar que tais acontecimentos ocorram quando agentes do governo chegam a declarar que tudo está sob controle, de vez que o regime se considera senhor e possuidor de tudo e de todos, competindo aos detentores do Poder permitir ou não que os cidadãos gozem de suas prerrogativas de pessoa ou de seus direitos cívicos. Quando um Estado, em qualquer parte do mundo, se arroga tais arbitrariedades, alienando-se da ordem jurídica e colocando-se acima da Constituição, torna-se claro que tudo pode acontecer, como, de fato, está acontecendo, sobretudo no continente sul-americano, em nome da Segurança Nacional, baseada na força das armas e do dinheiro, em desprestígio da forma moral da verdade e da justiça. Enganam-se, porém, os agentes de tamanha iniqüidade. Pilatos crucificou a Verdade, mas a Verdade ressuscitou e está viva, operosa, atuante, para dispersar os soberbos e depor do trono os poderosos (Lc. 1,51-52), conforme a profecia humilde e vigorosa de Maria, Mãe de Jesus.

COMO EXPLICAR?

A tal ponto chegam as arbitrariedades e misérias que se cometem contra a Igreja e o povo, que Dom Fernando se pergunta, neste artigo de 1º de agosto de 1977: "Como explicar tantas e tamanhas aberrações?" O corpo social está enfermo, "porque a doença localiza-se na cabeça". E conclui o Arcebispo: "Menos mal que o corpo social é diferente do corpo físico. Neste a cabeça não pode ser mudada. . ."

Vivemos dias de preocupações e ameaças. Seria longa a lista dos atentados aos direitos e à dignidade de pessoas e instituições. Indicaremos alguns, desses últimos dias, conforme o noticiário da imprensa.

Rumores insistentes, baseados em informações merecedoras de crédito, anunciaram a iminente expulsão do Brasil do bispo de São Félix, em Mato Grosso, Dom Pedro Casaldáliga. Esta é a terceira ou quarta vez que se intenta consumar mais um ato arbitrário e injusto contra o dedicado apóstolo dos indefesos peões e índios da região. Como nas outras ocasiões, não se fez esperar a solidariedade da Igreja. Basta ler **O Estado de S. Paulo,** em sua edição de 30.07.77, página 9, e outros jornais do mesmo dia.

O caso do Padre Romano Zufferey, assistente eclesiástico da Ação Católica Operária no Nordeste, continua sendo notícia, ameaçado como ele está de expulsão do País, por dedicar-se à defesa dos operários oprimidos e injustiçados.

O Ministro da Saúde expõe o seu plano de distribuição gratuita de anticoncepcionais, pretendendo, segundo afirma, "a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros", sem maiores considerações éticas, biológicas e so-

ciais. Sobre o assunto, a CNBB, refutando mais uma vez a insensatez da iniciativa oficial, declarou que o problema da miséria não se resolve com pílulas e sim com justiça social, com profundas e radicais medidas de saneamento moral.

Domingo, 31 de julho, em Goiânia, membros da benemérita **Ação Misereor** desembarcaram no aeroporto Santa Genoveva e passaram pelo vexame de serem interrogados e vistoriados por agentes da Polícia Federal, como se fossem intrusos, espiões ou subversivos. Homens sérios e educados, ficaram surpreendidos pela maneira deseducada e inamistosa como foram recebidos em Goiânia, depois de terem desembarcado sem atropelos ou suspeitas no aeroporto internacional do Galeão, satisfeitas as exigências legais. São eles representantes de organizações da Europa que colaboram de maneira correta e generosa na promoção humana e social dos países do chamado Terceiro Mundo. As dioceses e prelazias do Brasil muito devem a estas organizações supervisionadas pelos respectivos episcopados, com plena aprovação dos Bispos do Brasil.

Estes fatos comprovam a desorientação e fraqueza do sistema que se caracteriza pela hostilidade, não só à Igreja, como aos valores que sustentam o edifício social. O desequilíbrio é de tal ordem que chega ao excesso de oficializar ou legalizar o crime, a corrupção, os pontos mais graves que ofendem à moral e degradam os costumes de uma nação que se vê cada dia mais entregue ao arbítrio que não respeita a Lei, ou se deixa conduzir por leis ocasionais, pré-frabricadas, à margem do Direito e do bom senso.

Ontem foi a dissolução do casamento civil. Hoje a violação do direito à concepção. Amanhã será a legalização do aborto com suas consequências contra a vida, as normas de convivência humana, a violação pura e simples do direito de ser livre, de realizar a nossa razão de existir.

Como explicar tantas e tamanhas aberrações perpetradas, segundo dizem, em defesa do homem, da raça, da própria nação que se prepara, nos planos oficiais, a tornar-se uma "grande potência"?

De tudo se conclui que o corpo está enfermo, enlouquecido, porque a doença localiza-se na cabeça.

Menos mal que o corpo social é diferente do corpo físico. Neste a cabeça não pode ser mudada. . .

NOVA IGUAÇU, ALTAR DO SACRIFÍCIO

Presença amiga em todos os momentos de alegria; presença solidária nas horas de amargura e sofrimento: assim é a Arquidiocese de Goiânia para as Igrejas irmãs, principalmente as mais visadas pela perseguição dos poderosos. Assim foi com São Félix do Araguaia, Goiás, Porto Nacional Nova Iguaçu, Conceição do Araguaia, Marabá, e tantas outras. Neste artigo, de 30 de dezembro de 1979, Dom Fernando manifesta esta solidariedade à Igreja de Nova Iguaçu, agredida covardemente, já não na pessoa de seu bispo, mas no próprio altar do Cristo Eucarístico.

Recebemos a correspondência da Diocese de Nova Iguaçu, narrando os sacrílegos acontecimentos que culminaram com a destruição do altar do Santíssimo Sacramento, pelas bombas do terrorismo.

A consciência cristã do Brasil sente-se abalada. Os horrores cometidos pela chamada "Vanguarda de Caça aos Comunistas", que se responsabilizou pelo crime inominável, numa demonstração inequívoca de que o comunismo e o anticomunismo radical confundem-se e identificam-se no mesmo ódio contra Deus e contra a Humanidade. O mais grave é que, por paradoxal que pareça, são as duas faces do mesmo sistema sócio-econômico-político que planejam e executam, com frieza calculada e conivente, crimes dessa natureza.

De que valem, nessas circunstâncias, as enganosas promessas de "abertura", prenhes de estratégias, conchavos, "pacotes" e subornos, segundo as notícias diárias da imprensa?

Dom Adriano Hipólito, Bispo de Nova Iguaçu, tem sido a grande figura, impávida e corajosa, a dar testemunho de Cristo, em plena tempestade do ódio. É ele o bispo-mártir que simboliza o heroísmo da Fé e a firmeza evangélica dos seus irmãos, bispos, padres, religiosos e leigos, que lutam contra a injustiça, a opressão, a ganância, á corrupção sem limites e sem escrúpulos.

No dia 30 de dezembro, realizou-se a solene procissão eucarística de desagravo em Nova Iguaçu. Recebi a comunicação na véspera e não tive como ir, pessoalmente, participar da oportuna e necessária manifestação pública de fé. Comuniquei-me, por telefone, com Dom Adriano, assegurando-lhe a solidariedade e as orações desta Arquidiocese.

Assim começou efetivamente o Ano Eucarístico que terá seu ponto culminante no Congresso Eucarístico Nacional, em Fortaleza, com a presença do Santo Padre João Paulo II.

Chegou a hora de o Povo Brasileiro "despertar do sono" e levantar-se com renovado vigor em defesa dos valores fundamentais do homem, da família e da sociedade.

1980 será o Ano Eucarístico. Unidos no Sacramento da Unidade em Cristo, diremos aos extremistas da direita e da esquerda e a todos os radicais que abstraem da Fé e adoram os ídolos da terra que Jesus Cristo está vivo.

Não deve haver mais espaço para o ódio, o medo, a hipocrisia, o terror, a fome, o desespero.

O Governo, as organizações políticas, as superpotências do dinheiro, convençam-se de que nada são, nada podem, contra o povo pobre, povo oprimido, Povo de Deus que não suporta mais o despudor, a ignomínia, o horror que ameaçam soterrar a Pátria comum.

Este povo sofredor e, aparentemente, esmagado será libertado por Aquele que venceu o mundo, porque estará unido na mesma Eucaristia que o congrega no Espírito do Senhor Jesus. Em Fortaleza nos encontraremos com Cristo escondido nas Hóstias consagradas que os terroristas, em Nova Iguaçu, sacudiram no chão. . . Vamos recolhê-las e com elas encher o chão da Pátria Brasileira para alimentar-nos, para unir-nos, para vencer o mal com o Bem, o ódio com o Amor.

Em Fortaleza encontraremos o Papa João Paulo II, sinal externo da Unidade cristã, que confortará com sua Presença e orientará com sua Palavra ardente e vigorosa a caminhada da redenção.

Convertam-se os terroristas, os inimigos da Pátria, os destruidores de Deus. A hora se aproxima. Convençam-se de que está chegando a Verdade que liberta, ou, então, a hora da confusão final, da nova Babel, para os "duros de coração".

A VERDADE – CONDIÇÃO PARA EVITAR A VIOLÊNCIA

A 5 de janeiro de 1980, em novo e vigoroso artigo, Dom Fernando comenta os atentados contra a Igreja, chamando a atenção para as "coincidências" nos diferentes crimes, que seriam indícios de "uma trama bem urdida", que visaria, "inutilmente", atemorizar a Igreja. O Arcebispo lembra ainda que "a raiz da violência está na violação dos direitos das pessoas e das instituições", citando a mensagem de João Paulo II, segundo a qual a verdade é a força da Paz e a "não-verdade" é a causa da violência e da guerra.

Não deixa de impressionar o fato de quatro atentados contra a Igreja e pessoas da Igreja, no espaço de onze dias. No dia 20 de dezembro uma bomba destruiu o altar do Santíssimo Sacramento, em Nova Iguaçu (RJ); no dia 22, é assaltada a residência de D. Luciano Mendes, em São Paulo (SP); no dia 25, a casa de D. Estêvão Avelar é violada, em Uberlândia (MG); e, no dia 31 do mesmo mês, o sr. cardeal de Porto Alegre (RS), Dom Vicente Scherer, é barbaramente torturado, seqüestrado e deixado em lugar deserto, como fizeram com D. Adriano Hipólito, Bispo de Nova Iguaçu, há cerca de três anos. A impunidade desses crimes têm sido uma constante, até agora.

Se considerarmos a situação global do País, esses fatos são cada dia mais freqüentes contra pessoas de todas as categorias sociais. Não se pode, só por isso, concluir que haja algo organizado especificamente contra a Igreja.

Se considerarmos, porém, os aspectos "coincidentes" nos crimes cometidos contra lugares e pessoas da Igreja, praticamente em todos os Estados da Federação, há indícios de que se trata de uma trama bem urdida, visando, inutilmente, atemorizá-la.

Dom Adriano, Dom Luciano Mendes, Dom Estêvão Avelar, Dom Vicente Scherer são bispos colocados em postos de relevo e conhecidos pela vigorosa atuação pastoral, destemidos denunciadores e vítimas da violência e do terrorismo.

Resta saber a quem interessa o terror. Não se trata, simplesmente, de atribuí-lo aos extremismos da direita ou da esquerda. Deve haver causas mais profundas para haver extremismos. No caso, ambos são mestres no uso das armas, do medo, dos assaltos e do terror. E o fazem uns contra os outros e até uns em nome dos outros, para criar confusão e confundir pistas.

Não basta que haja assaltos ou seqüestros para atribuí-los a direitistas e esquerdistas. Nada impede que elementos de direita, usando o nome de cristãos, destruam um altar do Santíssimo Sacramento e atirem no chão as Hóstias consagradas, ou elementos comunistas ofereçam flores a um cardeal e se declarem aliados da Igreja Católica. Tudo tem acontecido em favor da gigantesca Babel dos nossos dias.

Por toda parte surgem apelos para acabar com a violência, tanto do terrorismo, como da represália oficial. Uma das esperanças deveria ser a ação enérgica, sem radicalismos, do próprio Governo. Infelizmente, é o próprio Governo que dá a impressão de amparar-se mais nas armas sofisticadas do que na força moral que deve vestir a Autoridade.

A raiz da violência está na violação dos direitos das pessoas e das instituições. A vigorosa mensagem de João Paulo II, no Dia Mundial da Paz, relembra que a Verdade é a força da Paz e que a "não-verdade" é a causa da violência e da guerra.

A "não-verdade" não é apenas a mentira, embora a violência esteja "embebida na mentira". Consiste também na hipocrisia, nos conchavos políticos, nas estratégias premeditadas para ocultar os verdadeiros intentos dos que deixam de cumprir o dever ou de denunciar a injustiça contra o bem comum.

A situação em que se abre a década dos anos 80 apresenta-se trágica e alarmante, se nos deixamos abater pela onda de insatisfação, de terror, de desrespeito.

Compete não somente à Igreja, mas a todas as pessoas e instituições, tomar consciência da gravidade dessas ocorrências e juntar os esforços para ir às causas, às raízes desses males.

▲ **Dom Fernando em audiência com João Paulo II (14.11.78)**

▲ **Primeiros resultados da nova experiência do Seminário Santa Cruz, reaberto em 1976. Ordenação do padre José Vicente Barboza, em dezembro de 1980**

Antes de tudo, é necessário que os nossos governantes não radicalizem, não teimem em conservar ou aprimorar os modelos e métodos que estão em vigor. Qualquer coisa deve estar errada no Governo que pretende evitar os males com medidas descabidas e, evidentemente, ineficazes. Como se pode conter o incrível aumento do custo-de-vida, se o Governo é o primeiro a aumentar violentamente, desde o preço do combustível, ao preço de uma carta simples que se põe no Correio?

O resultado é rebaixar de tal modo o poder aquisitivo de nossa moeda, a ponto de que, mesmo com o aumento salarial, não há mais condições para comprar os gêneros de primeira necessidade. Paradoxalmente, até o pobre, que não tem o que comer, levado pela irreprimível e sugestiva propaganda comercial, com as facilidades das prestações e os engodos dos prêmios lotéricos, arrisca o indispensável, na esperança de obter "casa nova com carro na garagem", certamente pago pelo próprio consumidor. São, a meu ver, crimes contra a economia popular, vestidos de impunidade, que servem apenas para aumentar a inflação.

Se se fizesse uma avaliação criteriosa dessas pequenas e grandes coisas que corroem a economia nacional, talvez se chegasse à conclusão de que há toda uma estrutura política, econômica e social, superada e nociva, que envenena a sociedade.

As conseqüências são estas que aí estão afligindo a todos, de uma maneira ou de outra: uns morrem de fome, outros entram em desespero, outros afogam-se irremediavelmente nos seus escrúpulos, frutos das negociatas que os envolvem.

Mesmo assim, são muitos os que lutam pacificamente para a restauração da ordem social preconizada pelo Evangelho. No dia em que nos unirmos em defesa da Verdade, sem subterfúgios, com disposição firme e com métodos cristãos e eficazes, veremos ressurgir a desejada Paz de Cristo, no Reino de Cristo que está no meio de nós e nos conforta com a vitória da Justiça.

DOM OSCAR ROMERO, MÁRTIR DA AMÉRICA LATINA

A 24 de maio de 1982, Dom Fernando presidiu uma concelebração, na Catedral, em memória de Dom Oscar Romero, o arcebispo-mártir de San Salvador. Na homilia, Dom Fernando recordou alguns pensamentos de Dom Romero, mostrando que o arcebispo salvadorenho previra, inclusive, a própria morte, oferecendo-a como "semente de libertação e sinal de que a esperança será, em breve, realidade".

Meus irmãos e caríssimos diocesanos.

Estamos celebrando o 2º aniversário do assassinato de Dom Oscar Romero, Arcebispo de El Salvador, na América Central. Lembramo-nos ainda da emoção do mundo inteiro quando a notícia correu. Estávamos diante de um fato consumado: o Arcebispo, enquanto celebrava a Santíssima Eucaristia, foi atingido por uma bala que lhe feriu o coração, e imediatamente morreu. O fato em si emocionou porque é muito dramático; mas nós nos acostumamos com tudo. Depois de algum tempo, ficou apenas a lembrança. Mais um bispo dava a sua própria vida em favor de seus irmãos pobres. Poderíamos, mesmo rapidamente, tentar reconstruir a situação em que se encontrava El Salvador quando o Arcebispo foi assassinado, mas creio que isto não é muito necessário. Quem quiser recompor esse quadro basta olhar para qualquer país da América Latina, inclusive para o Brasil. Infelizmente chegamos a este estado de coisas. Aqui mesmo, em nossa Igreja Catedral, temos celebrado cerimônias impressionantes relembrando os mártires atuais de nossa pátria. Poderíamos repetir essa mesma história em cada um dos países da América Latina.

Nestes dias, enquanto me preparava para celebrar esta Eucaristia, estive lendo uma revista editada na América Latina com notícias dos di-

versos países. A situação é mais ou menos a mesma em cada um deles. O que não é tão frequente, é que, no caso presente, o mártir foi um Arcebispo, o responsável maior pela Igreja na sua pátria.

Meus irmãos, é muito difícil convencer os cristãos de nosso tempo da gravidade da situação. Pelas poucas notícias que sabemos do que acontece no mundo inteiro — e se observa, e parece fora de dúvida, que nós vivemos em cima de um vulcão por causa da ganância, por causa do egoísmo, por causa da prepotência das forças militares e econômicas e do abuso do poder —, o mundo está passando por uma hora delicada. A qualquer momento pode tudo estourar e as armas da destruição acabarão com a Terra ou grande parte do nosso planeta. Mas essa é a situação global. Na América Latina, há, de especial, como em outros países subdesenvolvidos, um ódio tremendo contra a Igreja de Cristo. Penso que não terei força para convencer a todos, mas pediria a todos e a cada um que levassem a sério assunto tão grave. Aqui no Brasil, por exemplo, vivemos esses dois contrastes, cada qual mais explosivo: o primeiro é o da opulência, da riqueza desenfreada, da corrupção que chegou a proporções imensas. A opulência, a riqueza, a ganância pelo dinheiro atraem muitos daqueles que se dizem ainda cristãos, esquecidos de que Jesus Cristo não enganou a ninguém e mostrou que é muito difícil um rico entrar no Reino de Deus. Naturalmente, refere-se aos ricos que fazem do dinheiro o seu deus. O que a gente observa é que, para o dinheiro ser deus de alguém, não é preciso que esse alguém seja rico. Há muito pobre com o coração ganancioso; há muito pobre que está morrendo de inveja porque não tem a riqueza que o rico tem e que só serve para endurecer-lhe o coração.

A Igreja, nesses últimos anos, sobretudo após o Vaticano II, tem feito um esforço muito grande em todas as partes da Terra no sentido de despertar a consciência dos cristãos. Para que não se deixem iludir e sigam com fidelidade a Jesus Cristo.

Acabamos de ouvir essa página dramática do Evangelho em que Jesus nos previne. Ele, o Senhor, passou por aquilo que passou — foi levado aos tribunais humanos, condenado, crucificado —, para nos dar o exemplo de que não somos superiores a Ele. Se quisermos segui-lo, teremos que passar por estas dificuldades. Ele nos indica que nós não devemos ter medo. Fala bem claro: "Havereis de ser apresentados aos tribunais da terra, havereis de ser caluniados, havereis de ser perseguidos, havereis de ser torturados; mas tende confiança: Eu venci".

Pois, meus irmãos, nós estamos, hoje, refletindo exatamente num drama desses, que não aconteceu desta vez no Brasil, porém, semelhantes a este, outros fatos têm ocorrido e estão continuando a ocorrer em nossa pátria. Não vamos, refletir muito sobre isso. São casos mais ou menos frequentes, infelizmente, é fácil a cada um de vocês tomar conhecimento do que ocorreu com Dom Oscar Romero, em El Salvador. Eu prefiro, antes, pedir a colaboração e a compreensão de todos aqui presentes, para pensarmos um pouco no espírito que animou a Dom Oscar Romero. Vocês vão ver que se tratava de um grande bispo, ardente de amor por Cristo e, sobretudo, dedicado ao seu povo, capaz de dar a vida pelo povo que lhe foi confiado. Só isso é um exemplo muito consolador. Recolhi alguns pensamentos que talvez digam mais do que as minhas palavras sobre o espírito que animava Dom Oscar Romero.

Ele tinha certeza, pelo que colhi das leituras de sua homilias e discursos, que iria ser assassinado e não fez mistério disso. Uma vez falou assim: "Tenho sido frequentemente ameaçado de morte. Devo dizer que, como cristão, não creio em morte sem ressurreição; mas se me matam, ressuscitarei no povo salvadorenho. Falo assim sem nenhuma jactância, com a maior humildade". Que exemplo de coragem para nós e para os pobres perseguidos e injustiçados de nossos dias! Cada um aplique à sua própria vida e à nossa pátria esses pensamentos do grande bispo.

Dom Romero, em outra ocasião, falou assim: "O martírio é uma graça de Deus e não creio merecê-la. Mas se Deus aceita o sacrifício de minha vida, que o meu sangue seja semente de liberdade e o sinal de que a esperança será, em breve, uma realidade". Vejam, meus irmãos, a divina esperança, iluminando os caminhos daquele bispo. Não é isto que meditamos e pregamos? Não é isto que vocês têm refletido em grupos? Nas pequenas comunidades, nas paróquias, nas assembléias? Que isto não fique apenas como uma poesia bonita, mas como uma realidade a traduzir-se em vida. "A esperança será em breve uma realidade". Esse "em breve", que tamanho é? Mas de qualquer modo, o tempo passa muito depressa...

Outro pensamento: "Como Pastor, estou obrigado, por mandato divino, a dar a vida por aqueles a quem amo, que são todos os salvadorenhos, mesmo aqueles que me venham a assassinar. Se as ameaças se cumprirem, desde já ofereço a Deus meu sangue pela redenção e pela ressurreição de El Salvador". Mais adiante, acrescenta: "Minha morte, se for aceita por Deus, seja pela libertação de meu povo e um testemunho de esperança no futuro. Você pode dizer, se me chegarem a matar, que perdôo e bendigo o que o fizer". Palavras ditas a um amigo. Percebe-se

que ele tinha uma certeza moral de que seria assassinado, mas não recuou, não obstante muitos amigos o terem prevenido e até, quem sabe, tentado insinuar que mudasse de atitude, que se atrelasse aos poderosos. Mas ele jamais aceitou isso. Como ele se parecia com Jesus nesses momentos! Quem não se lembra das passagens do Evangelho em que Jesus predisse que haveria de ser morto? Um dia avisou isso aos apóstolos, e São Pedro, o grande São Pedro, O chamou à parte e aconselhou: Mestre, deixe destas conversas, isso não pode acontecer. Qual foi a resposta ao seu apóstolo Pedro, que haveria de ser o primeiro Papa? "Afasta-te de mim, Satanás, porque tu pensas de acordo com os interesses terrenos e não queres compreender os planos de Deus". Advertência séria, meus irmãos, sempre oportuna para bispos, padres, religiosos, religiosas e leigos de nossos dias. Quantos vivem com medo, tremendo de medo, para não perderem os interesses materiais: emprego, uma gotinha de prestígio, salário e quanta promessa hipócrita de que o País está cheio nesta hora. Quantas vezes, a mim e a meus padres, a mim e aos leigos mais próximos da Igreja não tenho recebido propostas dessa natureza. Já houve quem me dissesse que estou superado, por ter perdido oportunidades maravilhosas de me atrelar aos poderosos desta terra e ganhar com isso prestígio... Afasta-te de mim, Satanás, isso não é atitude cristã! Quantos argumentam: Sou pai de família, preciso do emprego ou do salário... Mas irmãos, onde está a confiança em Deus? Onde está o exemplo de Jesus Cristo, que nos assegura que a vitória será dEle e, portanto, nossa, se nos colocarmos à disposição do Plano de Deus e não da ganância dos potentados da terra?

Finalmente, este outro pensamento: "Oxalá, assim, se convençam de que perderam seu tempo. Um bispo morrerá, mas a Igreja de Deus, que é o povo, não perecerá jamais". Eis, meus irmãos, eu ofereço estes pensamentos à consideração, como uma lembrança deste dia. Demos graças a Deus porque fomos convidados para a Eucaristia desta noite.

Quero agradecer aos padres, aos caríssimos seminaristas, religiosos e religiosas aqui presentes e, a vocês, querido povo de Deus, por participarem desta cerimônia. Que essa cerimônia não termine aqui, porque temos ainda um longo caminho a percorrer. Estamos num momento trágico e Deus permita que seja suavizado pela divina esperança que alimenta o coração de vocês todos.

Estamos num ano delicado para a história de nossa Pátria; estamos num ano que dizem ser de eleições. Se for, que, pelo menos o povo tome consciência de seu valor e de sua dignidade. Que não se venda nem por dinheiro, nem por presentes daqueles que o roubam, para distribuir mi-

galhas do muito que roubaram do próprio povo. Chegou o momento de refletir com seriedade, porque amanhã é tarde demais. Ninguém sabe até que ponto Deus está disposto a ser explorado por aqueles que deveriam ser os defensores do povo.

Vamos pedir a Dom Oscar Romero, que, certamente, lá do céu, está presidindo os destinos não só de El Salvador, mas da América Central, nestes dias triturada pela ganância e pela prepotência dos grandes desta terra. Sei que vocês estão acompanhando o que se passa naqueles países da América Central. El Salvador — é bom que se diga — é o menor país da América Latina. No entanto, esse país tão pequenino, com cerca de 5 milhões de habitantes, tem sido torturado, triturado, pelos grandes desta terra que mandam as armas e o dinheiro para acabar de acabar com a força moral do povo. E nós ficaremos indiferentes? Esta missa tem também um sentido de solidariedade.

Quero também agradecer a determinados grupos que vieram a mim e me pediram para fazer uma manifestação pública de fé e solidariedade ao povo irmão de El Salvador. Respondi a esses grupos que agradecia o convite mas que nós estávamos nos preparando para essa missa de hoje.

Que todos nós sintamos, na própria carne, aquilo que está acontecendo com irmãos nossos que não perderam apenas o Arcebispo — mataram muitos padres, religiosos, senhores, senhoras e jovens — e tudo isso fica somado no rio da iniquidade que está avassalando a nossa América Latina.

Peçamos a Dom Oscar Romero que presida não só, com carinho especial, a sua pátria, mas estenda esse olhar de compaixão, de exemplo e fé a toda a América Latina, ao mundo inteiro. Com este espírito de solidariedade universal, vamos agora, irmãos, com vigor, com força, com convicção, renovar a nossa fé.

A POLÍTICA, OS PARTIDOS E O POVO

Faltando pouco mais de um ano para as eleições municipais de 1976, Dom Fernando escreveu, para a **Revista da Arquidiocese** *de setembro de 1975, um artigo em que analisa o desinteresse da maior parte da população pelas disputas eleitorais. Essa situação existe não por culpa dos eleitores, explica o Arcebispo, mas dos políticos e seus partidos, que se distanciam da comunidade e não dão a conhecer os seus programas.*

As campanhas políticas nem sempre conseguem despertar o interesse do povo. A maioria parece votar para cumprir o dever cívico e livrar-se das conseqüências de uma omissão considerada culpável perante a lei. Resulta que as eleições, em lugar de dizer quais os preferidos pelos votantes, transformam-se, às vezes, em sinal de protesto ou de insatisfação. Esse fenômeno acontece quando o critério de apresentação dos candidatos não é conhecido ou contraria as aspirações dos eleitores.

A julgar pelo que se lê nos jornais, a grande preocupação dos partidos é dirimir questões internas, conciliar correligionários nem sempre reconciliáveis, atender às pretensões, mesmo justas, de senadores, deputados, vereadores ou de outros líderes do partido. Tudo isso pode ser justificável, como exigências do dinamismo partidário. O grande público, porém, sente-se frustrado, com a impressão de que os partidos estão a cuidar mais dos seus próprios interesses ou das conveniências de seus membros, do que dos gritantes problemas que afligem o povo.

Faltam, ou pelo menos não são suficientemente conhecidos, os objetivos e programas básicos dos partidos políticos. É fácil dizer que o povo é ignorante, displicente ou avesso à Política.

Mas ninguém é indiferente ao que se relaciona com o bem público, com a defesa e estabilidade das famílias, das instituições e dos negócios. Não há, pois, desinteresse pela Política. O que há é um clima de desconfiança em torno das decisões ou da maneira de tomá-las.

Compete aos partidos auscultar as pequenas comunidades, as instituições de classes, os sindicatos, as famílias, as empresas, os clubes, as universidades, as Igrejas, os institutos de pesquisa, enfim os organismos representativos que se acham diretamente ligados e a serviço do povo, antes que venham, de cima para baixo, as decisões já prontas e, por isso mesmo, em contínuo processo de reformas e reparos.

Bem diferentes seriam as coisas, se todos os cidadãos fossem honestamente esclarecidos, considerados e consultados, não tanto a respeito das querelas partidárias ou de interesses particulares, mas a respeito de tudo o que ajuda o crescimento integral das pessoas e das famílias, bem como das instituições que existem exatamente para servi-las.

Lamentavelmente, ainda há um medo generalizado de tudo o que objetiva dar consciência humana, social e política ao homem, quem quer que ele seja. Teme-se que, assim conscientizado e politizado, seja um perigo. De fato poderá sê-lo, para os que não estão dispostos a respeitar a lei e os direitos dos seus concidadãos, pretendendo manter uma situação de injustiça e opressão, que só serve para agravar o drama de multidões ainda mergulhadas na miséria. É incrível como uma sociedade que tem progredido sob tantos aspectos, seja de tal modo raquítica no que se refere ao conceito, relacionamento e elevação da pessoa humana. Não é o pobre, o humilde, o simples que se amedronta, até porque não tem muito a perder. Teme o seu semelhante o ricaço, o prepotente, o arrogante, aqueles que, conscientes ou inconscientes de sua alienação como membros da humanidade, atentam contra os direitos e o bem estar dos outros.

Há os que atribuem ao Governo alguns males que flagelam a sociedade, sobretudo a corrupção, difícil de ser coibida, de tão generalizada e como que institucionalizada. Credita-se ao Governo o que ele tem dito e feito com intuito de suavizar a situação. São medidas que às vezes empolgam, mas nem sempre são as mais acertadas e oportunas. Talvez a falha esteja em pretender, ao menos em certos casos, abstrair dos partidos políticos, ou procurar substituir-se a eles, posto que aos partidos compete levar ao Governo as aspirações do povo.

Qualquer que seja o regime ou sistema político, não é mais possível,

em nossos tempos, considerar o povo em permanente minoridade. Os meios de comunicação, aliados aos outros recursos que promovem o desenvolvimento sócio-econômico-cultural, são fatores, cada dia mais eficientes, da participação de todos no processo da auto-determinação. Não só da auto-determinação de cada País, considerado globalmente, mas também, internamente, de cada pessoa, respeitados os legítimos interesses do bem comum.

Em síntese, o que se requer, antes de tudo, é a educação da liberdade responsável que tanto o Governo como os partidos políticos não devem temer, mas incentivar como seu dever precípuo.

CAMINHOS DO FUTURO

Tomando como referência o documento conciliar **Gaudium et Spes,** *Dom Fernando escreveu, em março de 1976, outro artigo sobre as eleições e a participação política. Aqui, ele insiste em que o Governo se coloque acima dos partidos, preocupado apenas com o bem comum, dando oportunidade ao povo de pronunciar-se, pelo voto e por outras formas de participação, sem medo de ameaças e pressões.*

A participação de todos os cidadãos na vida pública é um dever cívico e um direito inalienável de cada membro da sociedade. Para assegurar esse dever e esse direito é que existe o Governo. Por outras palavras, o Governo é o organismo de que dispõe uma sociedade organizada para que os cidadãos não sejam contrariados nos seus direitos e possam cumprir com tranquilidade os seus deveres.

A missão do Governo não se processa arbitrariamente, mas está subordinada a estruturas jurídico-políticas. Destinam-se estas a oferecer a todos, sem discriminação, a possibilidade efetiva de participarem, livre e ativamente, cada um de acordo com suas possibilidades e aptidões, nos seguintes pontos fundamentais:

a) no estabelecimento dos fundamentos jurídicos da comunidade política;

b) na gestão dos negócios públicos;

c) na determinação do campo de ação e dos fins das várias instituições;

d) na eleição dos governantes.

Esses pontos citados na Constituição Conciliar **"Gaudium et Spes"**, nº 75, mostram, sem maior esforço, como é importante o livre exercício do voto consciente dos cidadãos. Sem ele, a pessoa estaria à mercê das ondas ou dos ventos, sem possibilidade de afirmar-se, sem meios de contribuir politicamente para o bem comum. Seria como um membro atrofiado, como um corpo estranho em sua própria casa, como uma criança em perene minoridade.

O voto de que falamos não é apenas a cédula que se deposita na urna, por ocasião das eleições. É o dever de pronunciar-se, de concordar ou discordar, conforme pareça melhor para o bem de todos. É o direito de ouvir e ser ouvido, de informar e ser informado a respeito da vida, da família, da profissão, dos negócios, do relacionamento com Deus e com os homens, dos postulados da verdade, da justiça e do bem.

Esses direitos e deveres fundamentais não podem ser cassados, de vez que não está ao alcance de nenhuma autoridade impedir ou dificultar o uso das prerrogativas que definem a pessoa. Somente o arbítrio e a violência conseguem asfixiar e oprimir o homem. Quando acontecem tais abusos, é sinal de que a sociedade está desgovernada e de tal modo debilitada ou corrompida que se torna incapaz de assumir o seu destino.

Essas considerações parecem oportunas nesta hora em que nos preparamos para as eleições municipais. Não há razão para temê-las. O Governo, segundo os pronunciamentos oficiais, considera-se aparelhado para coibir possíveis excessos e assegurar a liberdade responsável dos cidadãos. O povo está cada vez mais consciente de que as coisas não podem continuar como estão. A corrupção generalizada, a insuportável carestia dos gêneros de primeira necessidade, a soma desmesurada dos gastos supérfluos, o predomínio do econômico sobre os valores morais, as contradições gritantes entre os pronunciamentos do Governo e o comportamento de certos órgãos ou agentes oficiais, as divisões internas nos quadros partidários, a instabilidade social que se reflete nas famílias e nas instituições, são sintomas desagradáveis e ao mesmo tempo promissores de que as coisas têm que mudar, até porque, sob esses aspectos, não podem continuar como estão, nem podem mais piorar, sem a destruição ou ruína total.

Por outro lado, é justo considerar o aspecto positivo de muita coisa boa que se tem feito e do muito que se deseja fazer. Em resumo, está faltando o clima de confiança entre governantes e governados, de compreensão entre os homens, de colaboração de todos em favor do desenvolvimento integral e integrado dos valores da Pátria que não residem nas riquezas materiais, mas nos seus homens.

Bastaria que o Governo como tal se colocasse acima dos Partidos. Afinal, o Governo é de todos e para todos. Se fosse apenas de um Partido para aniquilar o outro, deixaria de ser Governo para ser o suporte ou a semente das intermináveis convulsões internas. Já é tempo de se compreender que Governo e Oposição não são termos contraditórios, mas elementos que se completam e se reclamam, como as duas mãos que se juntam para o trabalho comum, em favor da Pátria.

É urgente que o Brasil se eleve acima das querelas partidárias para vencer o seu maior inimigo: a luta surda e ingrata de valores contra valores. A soma deles é que dá paz, tranquilidade e vigor, face aos grandes desafios de um mundo conturbado, à espera de um raio de sol que ilumine os caminhos do futuro.

POLÍTICA E ELEIÇÕES EM 1982

Neste artigo, escrito nos últimos dias de 1981 e publicado na **Revista da Arquidiocese** *de janeiro de 1982, Dom Fernando questiona o conceito corrente de democracia e conclui com algumas orientações práticas para os eleitores.*

O ano de 1982 vem chegando, carregado de esperanças e incertezas, como acontece a cada ano que surge. Mas essas esperanças e incertezas aguçam a nossa inteligência e não deixam de inquietar os nossos corações. Queremos saber quais são as esperanças que nos aguardam, quais as incertezas que nos podem inquietar.

Ninguém tem condições de responder a esses questionamentos, com segurança. Nada impede, porém, que arrisquemos alguns palpites ou até mesmo asseguremos alguns acontecimentos previstos ou em processo de concretização.

Sabemos, por exemplo, que 1982 será o ano das duas grandes paixões dos brasileiros: a política e o futebol. Falaremos apenas da política. Se as coisas acontecerem como estão previstas e até pré-estabelecidas, o novo ano movimentará o país em torno das eleições em todos os níveis, com exceção de Presidente da República. Pode-se prever, entretanto, que nem tudo correrá de acordo com o figurino, até porque o figurino — ou seja, as regras do jogo — não foi ainda definido e são tão frágeis e mutáveis os chamados "artifícios", que não falta quem admita a possibilidade de serem suspensas as eleições, naturalmente "para assegurar o regime democrático"... Para o governo, por exemplo, democracia significa a perpe-

tuidade do poder nas mãos do atual regime e dos membros do Partido situacionista. Se isso não acontecer é sinal, segundo eles, de que não há democracia no País. Do outro lado, as oposições argumentam da mesma forma, mas em sentido contrário: se as oposições não ganharem, vão dizer, igualmente, que não há democracia no País. Enquanto a questão é colocada em termos genéricos e teóricos, não haverá maiores consequências. Termina todo mundo concordando que democracia é isso mesmo: mera luta pela conquista do Poder.

Há nessa argumentação, entretanto, um sofisma que poderá ser trágico. A razão principal é a seguinte: se a democracia é a mera luta pela conquista do poder, todos os meios são considerados lícitos, ainda os mais iníquos. Ganha quem for mais forte, mais rico, mais poderoso, mais corrupto, mais irresponsável. Modifica-se, de maneira quase insensível, o conceito de democracia. De mera luta pelo poder, transforma-se em luta violenta do mais forte contra o mais fraco, do lobo contra o cordeiro, da mentira, da hipocrisia, da falsidade, contra o valor e a dignidade do homem. Nessa hipótese, a grande vítima, o grande sacrificado é o povo. São multidões famintas; os doentes, os marginalizados, os velhos, as crianças, os carentes, os oprimidos, os desprovidos de força, de dinheiro, de prestígio, de casa, de terra, de trabalho, que permanecem sem vez e sem voz.

Quem não se lembra de que o conceito clássico de democracia é: "Governo do povo, com o povo, para o povo"? Com o passar do tempo e o desgaste dos valores humanos, tem-se conseguido exatamente o contrário. Democracia está se transformando em: "Governo dos opressores do povo, contra o povo, sem a mínima preocupação com a participação do povo".

Se 1982 conseguir, pelo menos, intensificar a obra de restauração da ordem das coisas, compreenderemos o significado da ação da Igreja, em defesa das comunidades humanas, de dar consciência e restaurar a dignidade do povo humilde, sofredor — o único, porém, que pode ser o verdadeiro protagonista da idade nova.

Ainda é tempo de esperar que os Partidos Políticos exerçam com fidelidade sua importante missão, no prélio eleitoral que se aproxima. As instituições e pessoas retas devem unir esforços no sentido de esclarecer os eleitores, ao menos nesses pontos fundamentais:

. Voto é questão de consciência; não se compra nem se vende.

. Os supostos "benefícios" que alguns dizem oferecer ao povo, em troca de votos, não passam de maneira disfarçada de pretender comprar a consciência dos incautos eleitores.

. O voto, consciente e livre, é secreto. Compete à Justiça Eleitoral examinar, classificar e tornar público o resultado das urnas.

. Receber favores não faz mal, mas votar é coisa sagrada — que nada tem a ver com os presentes recebidos. Não há maior compromisso do que ser fiel à própria consciência.

. Não se justifica que o cidadão consciente se abstenha de votar com dignidade, liberdade e responsabilidade.

e sem medo

A INVASÃO DA CATEDRAL

Este documento, como alguns outros que aparecem nas páginas seguintes, permaneceu inédito desde que foi escrito, a 15 de setembro de 1968. Circularam apenas, restritamente, algumas cópias mimeografadas. Nem na **Revista da Arquidiocese** *ele foi reproduzido. Os fatos aqui relatados, porém, fazem parte da história de Goiás, pois comoveram o Estado e até hoje são lembrados por aqueles que os viveram. Referem-se aos acontecimentos de 1º e 2 de abril de 1968, quando a Polícia entrou em choque com os estudantes, que faziam manifestações de protesto nas ruas. Um homem foi morto pela Polícia e, e, ao celebrar-se a missa de réquiem, na Catedral, policiais invadem o templo e ferem a bala dois estudantes. Nesses agitados dias, a mediação enérgica de Dom Fernando entre os policiais e os jovens evitou a consumação de algumas tragédias que se esboçavam. Nas três primeiras partes do documento, Dom Fernando situa as manifestações estudantis no contexto do comportamento da juventude em geral; a partir da quarta parte, o Arcebispo passa a relatar os acontecimentos referentes à invasão da Catedral.*

1. COMO VEJO A SITUAÇÃO ATUAL DA JUVENTUDE

Em nossos dias, a Juventude constitui para as pessoas e instituições responsáveis pelo presente e, sobretudo, pelo futuro da humanidade, uma preocupação constante.

O fenômeno parece ainda mais grave na América Latina, em virtude da elevada percentagem de jovens, em relação à população global. No Brasil, por exemplo, a percentagem de menores de 20 anos é de 52,9%. Em Goiás, mais de 55% de seus habitantes são menores de 18 anos! (Cf. IBGE — Atualidade Estatística do Brasil — 1968. p. 35).

Além de ser o grupo mais numeroso na sociedade, a Juventude apresenta-se, hoje, como uma força nova, consciente de si mesma, enriquecida de idéias e valores próprios, com seu próprio dinamismo interno.

Não conformados com a mentalidade e as estruturas de uma sociedade que se deixou superar pelo avanço prodigioso da ciência e da técnica, os jovens manifestam o seu inconformismo de formas diversas e até contraditórias: constatam-se, entre eles, atitudes que oscilam desde a passividade estéril e nociva dos entorpecentes, até a revolta mais radical e perigosa que explode na violência contra tudo e contra todos os valores tradicionais. Essas manifestações, entretanto, são parciais e não representam o verdadeiro fenômeno da Juventude como força atuante na sociedade contemporânea.

Por isso, a Juventude está em crise, melhor dito, sofre a influência e as conseqüências da crise universal, nessa fase de transformações rápidas e profundas. (Constituição **Gaudium et Spes**, do Concílio Vaticano II, nº 4)

Particularmente sensível aos problemas sociais, a Juventude impacienta-se e clama por reformas básicas, a curto prazo, sobretudo diante de situações "cuja injustiça brada aos céus": "Quando populações inteiras, desprovidas do necessário, vivem numa dependência que lhes corta toda a iniciativa e a responsabilidade, e também toda a possibilidade de formação cultural e de acesso à carreira social e política, é grande a tentação de repelir pela violência tais injúrias à dignidade humana". (Encíclica **Populorum Progressio**, do Papa Paulo VI, nº 90).

2. COMO VEJO A SITUAÇÃO ATUAL DO MUNDO ESTUDANTIL

O mundo estudantil está ainda perplexo diante do impacto entre as exigências de um mundo que se transforma rapidamente e a Escola que não tem podido ou não tem sabido acompanhar, impulsionar, orientar e discernir as mudanças que se processam, face à evolução técnico-científica de nossa era.

Sem desconhecer os esforços que se fazem em favor da Educação, temos que reconhecer que o panorama geral, nesse setor, apresenta-se com características ao mesmo tempo de drama e de desafio. Os métodos didáticos estão mais preocupados com a transmissão de conhecimentos do que com a formação integral dos educandos, condição indispensável para torná-los artífices de sua própria educação. Do ponto de vista social, os sistemas educativos orientam-se no sentido de manter as estruturas sociais e econômicas vigentes, sem se aperceberem de que as nossas comunidades, nacional e regionais, despertam para a riqueza do pluralismo humano. Os sistemas educativos são, por assim dizer, passivos, enquanto cada comunidade, nos diferentes pontos do País, possui seu dinamismo próprio, sua própria riqueza e originalidade; são sistemas baseados na ânsia de "ter mais", enquanto que a Juventude exige "ser mais", no gozo de sua auto-realização, para servir e amar sempre mais a todos. (Cf. II Conferência Geral do Celam — Sobre a Educação — Medellín, 1968).

Resulta desse estado de coisas a insatisfação e, por vezes, a revolta dos Estudantes. É fácil gritar que o papel dos Estudantes é estudar. . . Solução manca, superficial e medrosa. O papel do Estudante é educar-se e não apenas instruir-se. Educar a si mesmo, como protagonista de sua vida e de seu futuro. Educar-se para ocupar um lugar ao sol; para viver no ambiente da família e do trabalho; para exercer uma profissão e participar da responsabilidade comunitária; para exercer influência nas decisões de ordem econômica, social e política.

Tudo isto o Estudante compreende, e está disposto a realizá-lo. A Escola, por deficiência de meios ou por defeito de perspectiva de sua nobre e elevada missão, afastou-se, lamentavelmente, de sua finalidade primordial. Criou a dicotomia entre educação e vida, entre estudo e formação, entre estudante e pessoa humana responsável pelo próprio destino e pelo bem da sociedade da qual é membro, antes mesmo de frequentar a Escola.

3. COMO INTERPRETO AS MANIFESTAÇÕES ESTUDANTIS

Diante do exposto, tornam-se compreensíveis as manifestações estudantis. Constituem um dos sinais dos tempos. Exigem, por isso, uma interpretação mais profunda e séria, capaz de ajudar a Juventude a alcançar seus nobres e legítimos objetivos, libertando-a de desvios ou excessos que não apenas a prejudicam, como perturbam o ambiente social.

Sempre, em todos os lugares e em todas as épocas, a Juventude se manifestou com maior ou menor veemência, utilizando-se desses ou daqueles expedientes, mais ou menos violentos ou irreverentes.

Atualmente, porém, algo de novo e grandioso junta-se às explosões próprias da idade. São anseios legítimos, por vezes sufocados pela impermeabilidade de uns e pela insensibilidade de outros.

Há casos em que os Estudantes sentem-se frustrados. Por exemplo, quando lutam pela reforma universitária, reconhecida como necessária

e urgente, não só pelos Estudantes, como pelo Governo, pelos Mestres e por todos. Contudo, as tentativas de reforma se fazem sem pleno conhecimento do problema em seu conjunto, sem efetiva participação dos universitários, sem a indispensável perspectiva global que deve incluir todos os aspectos, não apenas técnicos, como humanos, religiosos, sociais, políticos, econômicos etc., para a educação do homem todo, a serviço da Comunidade.

Outras vezes, o Estudante sente-se ofendido na sua própria dignidade de pessoa. Por exemplo, quando, nas horas de fermentação, são vistos ou considerados como crianças teleguiadas por comunistas ou por agitadores profissionais. Não se nega que haja elementos sequiosos dessas oportunidades, perturbadores da ordem, fomentadores de intrigas. Também não se pode ocultar que, por vezes, outras forças, inclusive governamentais, deixam-se envolver pelo redemoinho da desordem, fomentando exatamente o que desejam combater. Em geral, os Estudantes (referimo-nos aos de nível superior) são de maioridade, muitos deles chefes de família. Irritam-se, com razão, com o simplismo dos que os confundem com elementos estranhos aos seus quadros e aos seus legítimos anseios. Tudo seria bem diferente se o Governo, que dispõe de meios excepcionais, se dispusesse a identificar e punir os verdadeiros subversivos. Os Estudantes seriam estimulados a prosseguir na luta em defesa de suas justas aspirações; o próprio Governo seria fortalecido na sua autoridade, posto que é seu dever orientar, defender e estimular tudo o que é justo; as famílias, reconfortadas com a maneira elevada e digna com que seriam tratados os seus filhos, teriam estímulo e vigor para não se omitirem na obra educativa. A sociedade, tranquila e segura, libertar-se-ia das influências maléficas e inquietantes dos oportunistas, sejam eles comunistas ou agitadores profissionais; sejam eles elementos interessados em defender excessos policiais, caprichos políticos ou vantagens de grupos que, nas horas de confusão, apresentam-se como novos messias para manter o **status quo**, impedindo as mais bem intencionadas tentativas de promoção das reformas justas e urgentes.

4. OS ACONTECIMENTOS EM GOIÂNIA

Para bem informar a todos — Clero e Povo — cumpro o dever de apresentar um breve e fiel relato do que ocorreu em Goiânia, nos dias 1º e 2 de abril do corrente ano.

Este depoimento refere-se exclusivamente ao que me foi dado presenciar, com alguns esclarecimentos. Abstenho-me de citar ou comentar o que chegou ao meu conhecimento por informações de outrem.

Antecedentes:

No dia 31 de março deste ano de 1968, o Exmo. Sr. Governador do Estado de Goiás honrou-me com sua presença no edifício do Seminário Santa Cruz, de Goiânia. Encontravam-se ali representantes das classes sociais, para um almoço íntimo ao ensejo da comemoração do 25º aniversário de minha sagração episcopal. Na ocasião, com a simplicidade amiga que então nos unia, Sua Excelência assegurou-me que iria permitir a manifestação estudantil, programada para o dia seguinte, por tratar-se de um movimento pacífico. Alegrei-me com a notícia e o felicitei pela atitude que me pareceu correta, oportuna e feliz.

Logo após o almoço, por volta das 16 horas, em minha residência, recebo um telefonema de Sua Excelência comunicando-me que resolvera tomar outra deliberação, proibindo a referida manifestação estudantil. Solicitou, entretanto, minha colaboração para que tudo corresse bem. Reafirmei-lhe que o Governo sempre contará com a colaboração do Arcebispo, respeitados, evidentemente, os imperativos de minha missão, que é de justiça, para que possa haver paz. Não consegui persuadi-lo a continuar com a decisão anterior. Alguma força superior o impelia a modificar a atitude que me parecia nobre e acertada.

No mesmo dia 31 de março, concelebrei com o Bispo Auxiliar e alguns Sacerdotes, na Praça Cívica, diante do Palácio do Governo, a Missa de aniversário da Revolução. Depois da Missa, o coronel Pitanga Maia, Secretário da Segurança Pública, convidou-me a mim e a Dom Antônio Ribeiro para uma conversa informal, ali mesmo no Paço Governamental. Ainda desta vez, com o espírito aberto, certo da confiança e da amizade que supunha existir entre nós, sugeri, delicadamente, a vantagem de se evitar um possível choque entre a Polícia e os Estudantes. O sr. Secretário de Segurança alegou que havia, no meio estudantil, elementos agitadores e que eram do seu conhecimento os nomes e endereços de todos eles. Argumentei que, neste caso, o mais prático seria tomar providências imediatas e deixar em paz os estudantes e a cidade. O ilustre militar preferiu, entretanto, executar o seu plano. Por fim, Dom Antônio Ribeiro prontificou-se, caso houvesse alguma concentração de estudantes, a procurar demovê-los de qualquer atitude menos pacífica, acatando as decisões do Governo.

DIA 1º DE ABRIL

No dia 1º de abril, permaneci em minha residência, absorvido no trabalho. Não tivera conhecimento das anormalidades até o momento

em que, por volta das 11 horas, recebi a visita de diversos elementos do MDB.

Depois da narração sucinta dos fatos por eles presenciados, pediram minha colaboração no sentido de dar conhecimento ao sr. Governador do que estava acontecendo na cidade.

Senti-me constrangido, quer pelas ocorrências que resultaram na morte de um pobre homem, quer pela sugestão de ir ao sr. Governador em nome da Oposição. Todos nós sabemos como, sobretudo nessas horas, o partidarismo político funciona com especial sensibilidade, dando margem a interpretações ainda mais facciosas e radicais. A Democracia anda muito debilitada, particularmente nas horas de clamor público, quando alguns, sem força moral, preferem substituir os imperativos da justiça e do bom senso pela cobertura das armas.

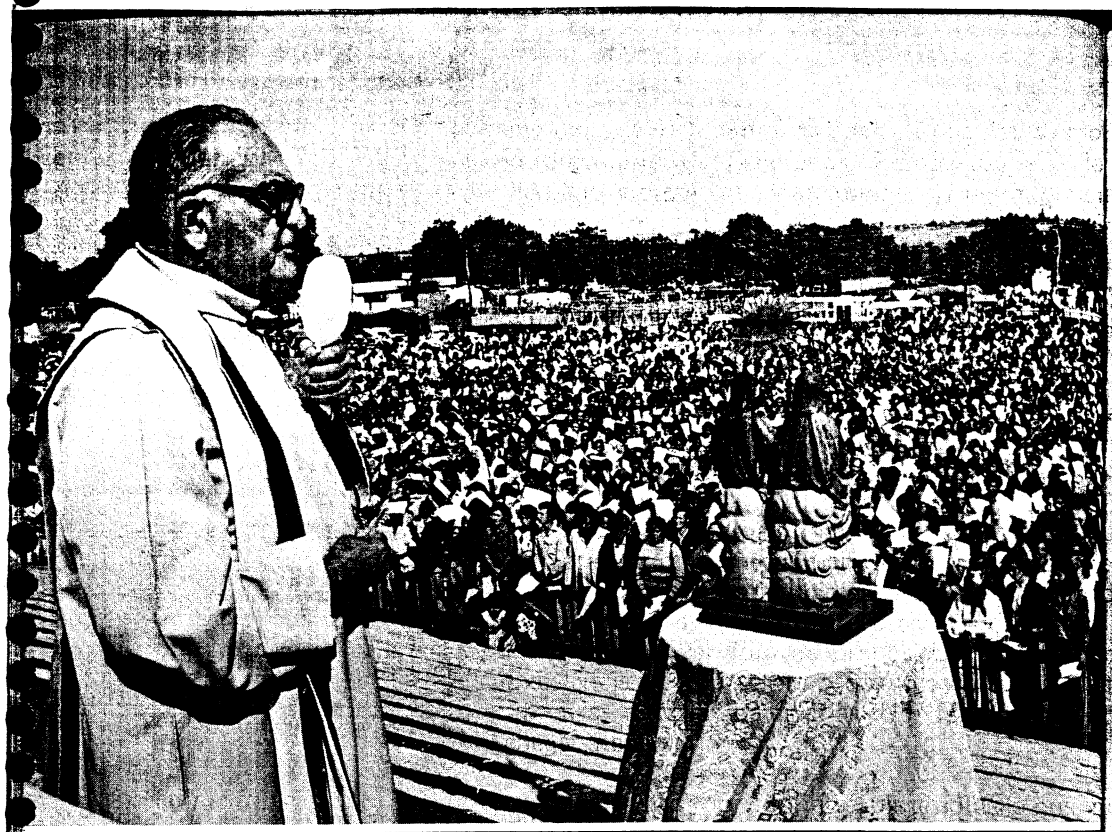
Ainda estava procurando uma motivação que me decidisse a agir pela tranquilidade da ordem, sem a mais mínima interferência partidária, quando aconteceu o imprevisto. É de justiça salientar a maneira alta e bem intencionada dos elementos do MDB, em minha presença. Não apenas compreenderam a minha atitude, como insistiram nos seus propósitos pacíficos, de respeito às Autoridades Estaduais, com o único objetivo de evitar maiores consequências. Tanto era assim que apelaram para o Arcebispo, apontando-lhe o caminho da competente autoridade no caso. Fossem outros os seus intentos, teriam agido por si mesmos, com as prerrogativas de que estão revestidos e as virtudes cívicas de que são possuidores.

Ainda dialogávamos, quando um grupo bastante numeroso de estudantes, constituído em mais de 80% de meninos e meninas de ginásio, aproximou-se, aos gritos, de minha residência, pedindo socorro. Instintivamente, corri à porta da casa e presenciei o fato: de um lado, em meu derredor, uma pequena multidão de jovens alarmados, aflitos, perseguidos; do outro lado, nas proximidades da Catedral, na Rua 10, a Polícia, em atitude bélica, encalçando os Estudantes.

Com a energia exigida nessas ocasiões e, ao mesmo tempo, despertando neles a confiança, consegui contê-los e tranquilizá-los, assegurando-lhes que nada aconteceria contra eles. Pedi-lhes que permanecessem quietos, enquanto me dirigi aos Policiais.

Fui atenciosamente recebido pelo comandante do pelotão. Declarou-

▲ Com Adolfo Pérez Esquivel, Prêmio Nobel da Paz em visita a Goiânia (12.2.1981)



▲ Celebração eucarística, em frente ao Santuário do Divino Pai Eterno, em Trindade, 1981

me que estava a cumprir ordens. Consultei se me era permitido falar com o Secretário da Segurança. Prontificou-se a levar-me, imediatamente. Pedi-lhe, porém, que não tomasse nenhuma iniciativa, até que voltasse a falar com os estudantes.

Voltei, falei com os estudantes e estes também se comprometeram, entre aplausos, a permanecer pacificamente, até que retornasse da entrevista com o sr. Secretário da Segurança.

Dirigi-me então, em carro da Arquidiocese, ao Palácio do Governo, onde se encontravam o coronel Pitanga Maia em audiência com o sr. Governador.

Com surpresa para mim, encontrei o sr. Governador irritado. Jamais me recebera de maneira menos atenciosa ou menos cortês. Tive a impressão de que tivera conhecimento de que elementos da Oposição estavam em minha casa, diante das acusações que me foi logo fazendo contra o MDB, a meu ver fora de propósito e de oportunidade. Esclareci a Sua Excelência que outro era o objetivo de minha visita e que não me interessavam as querelas partidárias. Um fato novo acontecera e me impelira a chegar até lá.

Chegamos, por fim, à seguinte solução que, no momento, me parecera definitiva: o sr. Secretário de Segurança retiraria as tropas da rua, deixando-as de prontidão, enquanto me responsabilizava a retirar os estudantes, normalizando a situação.

Assim fizemos, sem perda de tempo, simultaneamente.

Por volta das 14 horas, defronte à minha residência, do outro lado da Rua 20, estacionou um caminhão repleto de soldados da Polícia Militar. Dirigi-me à calçada da minha casa, para presenciar a cena: os soldados desceram rapidamente do caminhão e, com todo o aparato ostensivo das baionetas adaptadas à boca dos fuzis, marcharam em direção à Faculdade de Direito da Universidade Federal, uma quadra adiante de minha residência. Logo após, outro caminhão de soldados fez a mesma manobra e tomou a mesma direção.

Nas proximidades, tudo era tranquilidade, quebrada apenas pelo movimento das tropas.

Convencido de que estava diante de nova provocação policial, não

obstante o compromisso há pouco assumido, segundo o qual as tropas seriam aquarteladas em estado de prontidão, dirigi-me à referida Faculdade de Direito, para certificar-me do que estava acontecendo.

Ao aproximar-me, fui insultado por um sargento, à revelia do Comandante que assistiu ao incidente: quase aos gritos, alegava que eu estava sublevando a cidade, atirando as famílias contra a Polícia.

Tranquilamente, apresentei-me ao brioso e atrevido militar, sugerindo-lhe que me levasse para a cadeia, como maneira simplista e cômoda de manter a ordem pública. . . se era eu, como ele afirmara, o desordeiro. Interveio o comandante. Chegaram ao local alguns padres. Algumas famílias residentes naquela rua manifestaram sinais de perplexidade.

Lembrei-me que estava a dois passos da Faculdade de Direito e temi que o incidente pudesse ser percebido pelos estudantes. Para lá me dirigi, tranquilizando os ânimos que estavam aterrorizados diante da iminência de novas ameaças de espancamento e prisões.

Voltei em seguida e convidei os padres que ainda descutiam com os soldados a me acompanharem, apelando para o bom senso do comandante, no sentido de evitar a ostentação da força, quando tudo estava calmo no meio estudantil. As tropas, mais uma vez, deixaram a rua e restabeleceu-se a tranquilidade.

À noite, em minha residência, reunidos representantes do Clero e do Laicato, recapitulamos os acontecimentos do dia. Ficou combinado que eu celebraria no dia seguinte a Missa de réquiem pela vítima que tombara na rua. Caso ainda houvesse alguma anormalidade, os auxiliares tomariam as providências, evitando, quanto possível, a interferência direta do Arcebispo.

DIA 2 DE ABRIL

O dia começou sem novidade. Por volta das 9 horas, percebi alguma manifestação de grupos estudantis, diante da Catedral. Imediatamente chamei os padres que trabalham comigo e combinamos dispersar os estudantes, antes que surgissem novos conflitos.

Quando nos dirigimos aos estudantes mais próximos de minha residência, ouvi os gritos de socorro, vindos da Catedral, e para lá me dirigi.

Dentro de poucos minutos, a Catedral Metropolitana foi ostensivamente cercada pelas tropas da Polícia Militar, fortemente armadas. Perplexo diante da ousada e sacrílega atitude, aparentemente sem razão suficiente, fui advertido por Dom Antônio Ribeiro de que o sr. Governador do Estado comunicara à Cúria Metropolitana ter dado ordem para cercar o templo sagrado, diante de uma informação por ele recebida, segundo a qual os estudantes teriam prendido dentro da catedral um sargento da Polícia Militar e que estavam armados com bombas "molotov", fabricadas na Faculdade de Filosofia da Universidade Católica.

Dom Antônio Ribeiro, surpreso ainda com a atitude do sr. Governador, tão fácil de se deixar levar por notícias levianas, quanto apressado em tomar medidas drásticas e atentatórias à santidade do templo e aos profundos sentimentos religiosos do povo, encontrou-me em companhia de alguns sacerdotes e leigos, procurando acalmar os estudantes desarmados e aterrorizados diante da arrogância da força.

Foi nessa ocasião, quando alguns auxiliares dirigiram-se à porta principal da igreja, com a intenção de fechá-la para evitar a curiosidade de uns e o temor de outros, que dois elementos da Polícia Civil, à paisana, vão ao encontro de Telmo Faria e procuraram prendê-lo. Diante de sua reação ao inamistoso abraço, levado pelo instinto de defesa pessoal, ecoaram no recinto da Catedral dois tiros alvejados à queima-roupa pelo sargento da Polícia Civil, baleando Telmo e ferindo levemente a senhorita Maria Lúcia Jaime.

Ouviram-se gritos de espanto. Um dos sacerdotes clamou pela Polícia, apontando o autor dos disparos ainda com a arma nas mãos. Alguns soldados foram no encalço do responsável pelo atentado, mas logo se fez sentir a voz do Comando, impedindo a prisão sob alegação de que "este é dos nossos".

Abstenho-me de descrever a minha emoção pessoal, o drama do impacto entre aqueles meninos e meninas de ginásio, o brilho cintilante da revolta nos olhos dos universitários presentes, as providências para socorrer o jovem caído ao solo da nave central do templo, envolvido no próprio sangue que ainda corria.

Momentos depois, ciente do ocorrido, chega à catedral o coronel Pitanga Maia, Secretário da Segurança Pública. Convidei-o a testemunhar os fatos e a certificar-se de que ali não havia estudantes armados ou munidos de bombas "molotov".

O Sr. Secretário de Segurança, depois de empenhar sua palavra de que nada se faria contra os estudantes, postou-se, juntamente comigo, à porta principal da Catedral, até que os estudantes saíssem do Templo.

Mesmo assim, um pequeno incidente ainda ocorreu em frente à minha residência, quando alguns soldados tentaram prender um estudante. Ouvidos os gritos de protesto dos colegas, o coronel Pitanga Maia foi até lá e, minutos após, veio ao meu encontro em companhia de um jovem e mo entregou, deixando-o sob os meus cuidados. Agradeci o gesto e lhe comuniquei que o levaria para a minha residência.

Pela terceira vez as tropas tiveram ordem de sair das ruas. Pela terceira vez restabeleceu-se a tranquilidade e a esperança.

Entretanto, o alívio foi, apenas, de algumas horas. Por volta das 13 horas, aconteceu o mais grave: as tropas da Polícia Militar cercaram, não apenas a catedral, mas toda a Praça Dom Emanuel e a Rua 20, onde está a residência episcopal.

A ordem era expressa e incisiva: não entrar nem sair ninguém. Fiquei confinado em minha casa. Nem o Bispo Auxiliar, que reside na casa vizinha, nem os padres, que moram comigo, puderam voltar.

Era patente o propósito de impedir a celebração da Missa, marcada para as 16 horas, na Catedral. Este atentado, altamente ofensivo à Autoridade eclesiástica no que ela tem de mais sagrado, fere não só a Constituição do Brasil (Art. 150, § 6º), como o Código do Direito Canônico (cânon 2334); "Pune-se com excomunhão **latae sententiae** de modo especial reservada à Sé Apostólica: a) os que dão leis, mandatos ou decretos contra a liberdade ou contra os direitos da Igreja; b) os que, direta ou indiretamente, impedem o exercício da jurisdição eclesiástica, seja no foro interno ou no foro externo, recorrendo para isto a qualquer poder laical".

A essas alturas, a Cidade tomava conhecimento dos acontecimentos em toda a sua extensão e gravidade. O próprio Comandante da Guarnição Federal de Goiânia, firme e sensato, assegurava por telefonema a Dom Antônio Ribeiro que as Forças Federais garantiriam o pleno exercício das funções sagradas, colocando-se à disposição da Ordem Pública, se necessário. Todos ficamos gratos a este gesto de compreensão e justiça do coronel Paulo de Andrade.

Por fim, estudantes e povo acorreram à Igreja Mãe da Arquidiocese.

A santa Missa foi celebrada por Dom Antônio Ribeiro. Tudo se encerrou num ambiente de ordem e fervor religioso.

A residência do Arcebispo recebia um número cada vez maior de pessoas de todas as categorias sociais, numa manifestação espontânea de solidariedade e de agradecimento pela atitude da Igreja, em favor dos oprimidos. Resolvi, entretanto, afastar-me, buscando o retiro de uma chácara, não apenas para refazer-me das emoções, como para evitar interpretações que, por vezes, despertam, nos fracos de espírito, paixões que explodem em atitudes hostis e danosas ao bem público.

Finalizando: considerado por alguns elementos do Governo Estadual como fomentador de agitações e mentor de desordens, sabe Deus com que disposição de ânimo me tenho portado, no cumprimento fiel de minha missão de paz e de justiça.

Bispos, Sacerdotes, Religiosos, Religiosas, Laicato Católico, cristãos em geral, homens de bem de todas as camadas sociais, enfim, o povo goiano, têm sido o meu conforto. A bênção de Deus, a minha fortaleza.

RESPOSTA ÀS ACUSAÇÕES DE "SUBVERSÃO"

O episódio da invasão da Catedral e a corajosa defesa que Dom Fernando fez dos estudantes foi pretexto para vários tipos de provocações contra o Arcebispo de Goiânia. A 4 de outubro da 1968, o coronel encarregado do Inquérito Policial-Militar sobre o conflito entre policiais e estudantes enviou a Dom Fernando um "convite" para comparecer ao quartel do 10º BC, a fim de "colaborar nos trabalhos" do IPM. Dom Fernando respondeu declinando do convite, e enviou ao coronel seu depoimento pessoal, por escrito (ver páginas 211-221). Preocupado em dirimir outras dúvidas entre a opinião pública, o Arcebispo mandou aos jornais, também por escrito, estas respostas a diversas acusações que lhe foram feitas, por meio da imprensa, nessa mesma ocasião.

1ª Que eu vivo normalmente imiscuído em manifestações de caráter esquerdista.

Resposta: Vivo normalmente e integralmente absorvido nos trabalhos pastorais da Arquidiocese. É do conhecimento público o meu programa de ação na Capital e no Interior. Tenho feito muitas pregações, conferências e palestras nas mais variadas circunstâncias a todas as categorias de pessoas. Sempre que possível, atendo aos convites de imprensa, do rádio e da televisão. Quando julgo oportuno, tenho feito declarações ou pronunciamentos, com o objetivo de desfazer equívocos ou esclarecer pontos de vista, diante de acusações ou interpretações tendenciosas. Quem se der ao trabalho de rever meus escritos ou minhas pregações (muitas delas gravadas pelos que me acusam de "manifestações de caráter esquerdista"), verá que não me afasto dos princípios evangélicos e dos postulados da doutrina social cristã. A verdade é que nem sempre esses princípios agradam aos instalados na vida, aos que dariam tudo pelo silêncio ou pela conivência da Igreja perante as estruturas opressoras que escravizam muitos dos nossos irmãos. Mas isto não é manifestação de esquerda ou de direita. É cristianismo que se fundamenta no Evangelho, e o interpreta conforme os sinais dos tempos atuais, à luz do Concílio Ecumênico, e de Encíclicas como **Populorum Progressio** e dos recentes documentos da II Conferência do Episcopado Latino-Americano.

2ª — É de ciência da Polícia que eu estaria ao lado dos que se opõem ao Governo.

Resposta: Declaração policial, vaga, ambígua. Que significa "estar ao lado dos que se opõem ao Governo"? Significará, por exemplo, que devo estar incondicionalmente atrelado aos homens que ocupam os cargos públicos, à mercê das ondas do situacionismo político?

Há onze anos me encontro em Goiás, na qualidade de Arcebispo Metropolitano. Coadjuvado pelos meus irmãos no episcopado e no sacerdócio e pelo bom povo goiano, tenho feito o possível para elevar sempre mais o nome do Estado, nos diferentes setores. A obra realizada por todos nós aí está, à vista de todos, à consideração de todos.

Durante esse período, nada menos de seis governantes, entre eles um Interventor Federal, ocuparam o Palácio das Esmeraldas. Em nenhum desses períodos governamentais faltou quem me considerasse a favor ou contra o Governo, conforme os interesses ou as interpretações de pessoas ou grupos políticos.

Entretanto, sempre colaborei com o Poder Público, sem a preocupação de agradar ou desagradar ao Governo. Minha missão é promover o bem e colaborar em favor de todos, sobretudo dos pobres, dos oprimidos, dos injustiçados. Não obstante as minhas falhas e as minhas enormes limitações, tenho procurado ser fiel ao mandato que me foi confiado.

Lamento que a "ciência da Polícia" não chegue a alcançar o sentido e a amplidão da missão do bispo. Faço votos para que, nos setores de sua competência, manifeste-se bem informada e bem preparada para o fiel cumprimento de sua nobre missão que é a de respeitar e defender cidadãos, dentro da ordem constitucional.

3ª — Que eu mantive conversas reservadas com as oposições.

Resposta: Não considero essa afirmativa como uma acusação, porque eu tenho o direito de conversar, mesmo reservadamente, com quem quiser. Entretanto, a afirmativa não tem nenhum fundamento e, no contexto de um inquérito militar, pode ser interpretada como mal intencionada.

É certo que um senador e dois deputados federais da Oposição estiveram em minha residência, juntamente com outros senhores, no dia 1º de abril de 1968, por volta das 11 horas. Recebi-os na sala de visitas, portas e janelas abertas para a rua, sem nenhuma reserva. O assunto girou em torno dos acontecimentos havidos por ocasião do choque entre policiais e estudantes. Pediram-me que intercedesse junto ao sr. Governador do Estado, no sentido de evitar maiores conseqüências, diante do ocorrido. Observei, em diálogo franco e sincero, que não me ficaria bem falar ao Governador, em nome da Oposição. Disse-lhes que estava pronto a colaborar pela restauração da paz, na cidade, mas era necessário encontrar outra motivação que não a da política partidária. Ainda dialogávamos, quando uma pequena multidão de estudantes correu à minha residência, aos gritos de socorro. Estavam sendo perseguidos pela Polícia. Fui ao encontro dos estudantes e consegui contê-los. Só então, levado pelo dever de atender aos que me pediam ajuda, é que me dirigi às Autoridades competentes.

Nada de segredo ou reserva. Tudo claro, conforme o meu depoimento sobre os acontecimentos de abril.

Lamento que o Exmo. Sr. Governador do Estado prefira dar mais crédito aos inveterados criadores de subversão do que à atitude firme e sincera do Arcebispo.

Pouco antes, fora o próprio Governador quem me solicitara colaboração. Depois dos desmandos do responsável pelos soldados de nossa Polícia Militar, é cômodo atribuir atitudes agressivas ao Arcebispo que tudo fez para evitar o pior. De fato, o pior teria acontecido, não fora a atuação da Igreja, isto é, de bispos, sacerdotes e leigos, que, unidos, evitaram maiores excessos do Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública.

4ª — Sou considerado como "fundador da Ação Popular (AP) em Goiás"; "a casa do Arcebispo era ponto de reunião da AP".

Resposta: Tenho a declarar que se trata de duas afirmações absolutamente inverídicas. Interrogo a mim mesmo como e por que um homem que preza a sua dignidade pessoal pode fazer, em documento público, uma declaração destituída de qualquer fundamento.

Sempre fui contrário à chamada Ação Popular, por considerá-la:
— equívoca em face dos princípios cristãos;
— favorável, em alguns pontos, a interpretações de inspiração marxista;

— com tendências laicistas.

Não julgo as intenções dos seus fundadores. Alguns deles me parecem boas pessoas e católicos convictos. Creio, porém, que se equivocam quando pretendem soluções meramente políticas ou econômicas para os complexos problemas humanos e sociais.

— Na minha residência jamais se fizeram reuniões de AP. As que lá se têm realizado são de caráter pastoral ou sobre assuntos relacionados com a vida da Arquidiocese.

Se os meus vigilantes guardas observam e anotam as pessoas que entram e saem de minha casa, nem por isso têm o direito de suspeitar das minhas conversas, orientações ou atitudes: são elas bastante claras e incisivas, conforme é do conhecimento público.

Fossem esses espertos espiões mais coerentes com os elementares princípios da ética, teriam pelo menos o bom senso de resguardar a honra do próprio nome.

Um inquérito policial exige o devido respeito à verdade. Não pode ser o fruto da imaginação teleguiada pelo interesse de pessoas ou grupos.

A verdade e a justiça, vivificadas pela caridade, são os caminhos seguros para a restauração da ordem pública e para a defesa dos cidadãos que se dedicam a objetivos elevados e dignos.

Continuaremos a lutar, sem vaciliação, até a vitória que virá para esta Pátria estremecida, digna de melhor sorte e melhores dias para todos os seus filhos, ricos ou pobres, grandes ou pequenos, das cidades ou dos campos.

Nossa defesa está na Verdade que liberta e na Fé que encoraja.

Irmãos, regozijemo-nos no Senhor! Amém.

Goiânia, dia 21 de junho de 1973
na Festa de Corpus Christi.

Fernando Gomes dos Santos
Arcebispo de Goiânia

Obs.: Os Padres residentes nas Paróquias do interior lerão esta Carta no próximo domingo, dia 24 deste mês.

COMO VEMOS A SITUAÇÃO DA IGREJA, EM FACE DO ATUAL REGIME

Esta carta pastoral de Dom Fernando, cuja redação final foi concluída a 29 de junho de 1973, é, sem dúvida, um dos mais importantes documentos de análise da conjuntura sócio-política do País, já produzidos pela Igreja. O texto foi elaborado por Dom Fernando para ser apresentado, como base de discussão, a um grupo de bispos que se reuniria no Rio de Janeiro. Nessa reunião, os demais bispos sugeriram a Dom Fernando algumas pequenas alterações, e pediram-lhe que divulgasse o documento, pois refletia preocupações gerais do Episcopado. O Arcebispo de Goiânia providenciou as emendas e mandou, pelo Correio, cópias do texto, ainda não definitivo, aos bispos de todo o Brasil. No início de junho, Dom Fernando teve uma surpresa, quando esteve em Brasília, acompanhando Dom Ivo Lorscheiter, para pedir providências às autoridades federais contra a violenta operação militar que se desencadeara em São Félix do Araguaia, logo após a condenação, a dez anos de prisão, do padre Francisco Jentel. Num gabinete, o Arcebispo foi abordado por um major do Exército, que lhe pediu para não divulgar a carta pastoral. "Como o sr. tem conhecimento desse documento — perguntou Dom Fernando — se eu não mandei nenhuma cópia ao Governo, mas apenas aos bispos, pelo Correio?" Confuso, o oficial não soube o que responder. Dom Fernando confirmou sua intenção de publicar o documento, "assumindo todas as conseqüências". A divulgação, entretanto, foi restrita, pois os jornais estavam sob a mais rigorosa Censura, nesses anos do Governo Médici.

Caríssimos diocesanos, Paz e Bênção no Senhor!

A última Assembléia Geral da CNBB, realizada em São Paulo nos dias 6 a 15 de fevereiro-73, aprovou 19 Proposições sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos. (Cf. **Revista da Arquidiocese**, maio 1973, págs. 278 a 285). Entre estas proposições, destacamos algumas que mais diretamente se relacionam com o assunto sobre que vamos tratar.

● "A Igreja deve informar a opinião pública, através dos meios de comunicação disponíveis, sobre as violações dos Direitos Humanos, aceitando as conseqüências e mesmo sem esperar resultados imediatos". (1.3)

● "Ajudar os mais humildes a conquistar os seus Direitos Humanos, pela promoção social". (1.6)

● "A Igreja deve mobilizar o laicato para o esforço de informação e defesa dos Direitos Humanos". (1.7)

● "A Igreja deve tomar consciência plena de sua responsabilidade em urgir, não apenas a defesa teórica dos Direitos Humanos, mas também o seu atendimento criando comunidades onde ela mesma possa ser o sinal e testemunho desse atendimento". (1,15)

● "A CNBB, nos cursos para Padres e Bispos, deve conseguir a presença de peritos que explicitem a complexidade do atual sistema brasileiro, para que a denúncia não seja superficial e atinja as raízes das injustiças". (1,18)

Temos sido freqüentemente interpelado a respeito da situação sócio-político-religiosa e da atitude de pessoas da Igreja que se pronunciam ou agem de maneiras diversas, criando certa perplexidade dentro e fora da esfera eclesial.

No mês de maio publicamos, juntamente com alguns bispos desta região, o opúsculo **Marginalização de um Povo — Grito das Igrejas.** Não obstante tratar-se de um "estudo como subsídio de reflexão", o documento despertou o zelo dos vigilantes guardas do Regime.

A represália, entretanto, não atingiu os autores do livro, mas o proprietário e alguns funcionários da gráfica que o imprimiu. A esse respeito, mandamos ler nas igrejas a Carta Pastoral de 21 deste mês, quando se celebrava a festa de Corpus Christi.

Incidentes dessa natureza repetem-se, nesses últimos anos, não apenas nesta Arquidiocese. Estamos convencido de que seria ilusão prender-nos a estes ou aqueles fatos, mesmo frequentes, quando a causa, a nosso ver, está no próprio sistema político que procura firmar sua filosofia e seus métodos de ação.

Por essas razões, julgamos oportuno dirigir aos presbíteros e leigos, aos religiosos e religiosas, e a todos habitantes desta Arquidiocese, uma palavra de esclarecimento.

1. COLOCAÇÃO DO PROBLEMA

1.1 Aspecto político

Nossos últimos 40 anos, o Brasil tem sofrido uma série de reveses. Primeiro veio o Estado Novo. Depois o Democrático, que degenerou em demagógico. Por fim, veio a Revolução de 1964 que se estabeleceu, à margem do Direito, e que está em vigor há quase 10 anos.

Não sabemos o que virá depois. Sabemos apenas que é um regime de exceção que pretende firmar-se, constitucionalmente, para consolidar os "ideais revolucionários". Em torno desses ideais elabora-se a filosofia do sistema, como suporte ideológico do que pretendem fazer do Estado.

Algumas tendências são bastante conhecidas. Fala-se, com frequência, em "economia brasileira", "milagre brasileiro", "desenvolvimento brasileiro", "integração brasileira". O método escolhido ultimamente para implantar o sistema é o dos "impactos", pelos quais o governo dignase, benignamente, favorecer, quer dizer, fazer algum favor ao povo oprimido.

Obtém, sem dúvida, um apreciável saldo positivo, conseguindo impressionar e até mesmo beneficiar regiões ou setores mais carentes. A base mais forte do sistema está na força das armas que dispõe de todos os meios para fazer o povo suportá-lo. São os serviços secretos de informações, a absorção dos meios de comunicação, a censura à imprensa escrita e falada, a negação do direito de defesa, a supressão, em muitos casos, do habeas-corpus, a propaganda teleguiada e inegavelmente bem feita, o populismo em torno dos esportes, o escondimento sistemático dos crimes oficiais ou cometidos à revelia das autoridades, mas por elas acobertados pela impunidade, para salvaguardar o bom nome do regime que se considera onisciente, onipresente, onipotente, infalível e irreversível.

1.2 Aspecto social

A revolução estabeleceu, de início, três grandes metas: era contra o comunismo, contra a subversão, contra a corrupção. Esse tripé corresponderia aos anseios legítimos do povo brasileiro, vítima indefesa dessas terríveis chagas sociais.

Passados quase dez anos, é possível constatar o seguinte:

1.2.1 - Comunismo: antes da revolução, entendia-se por comunismo um dos sistemas totalitários mais radicais. A Igreja, sobretudo em encíclicas de Pio XI, o condenou como "intrinsecamente mau", enquanto contrário a pontos da Revelação e a prerrogativas fundamentais da pessoa humana. Sob o aspecto social que, na prática, motiva a ação comunista, manifesta-se contrário à moral objetiva. Isto quer dizer que, para o comunismo, é bom ou mau, certo ou errado, o que concorda ou não com os objetivos do **Partido Único.**

A revolução de 1964 sempre admitiu que o comunismo deve ser combatido. Entretanto, depois que implantou, praticamente, o Partido Único, transformou-se em Sistema Político e assumiu de maneira surpreendente os métodos e a moral comunistas.

Para o regime, é bom ou mau, certo ou errado, o que concorda ou discorda de sua filosofia ou de seus interesses. Surge, deste modo, um novo tipo de comunismo prático, em que o Estado, as instituições, as pessoas e a própria Religião têm valor relativo, na medida em que servem ao Regime. Comunismo arrogante, mas disfarçado, com o agravante de não usar este nome e transferi-lo a quem não quiser acomodar-se subservientemente ao sistema. Daí o contra-senso de padres, leigos, cientistas, técnicos, estudantes, operários, que nunca admitiram a filosofia ou os métodos comunistas, serem presos, condenados, torturados, banidos do País ou mortos, por não concordarem com um regime aético e arreligioso.

1.2.2 - Subversão: Segundo as normas da sã Política e do bom senso, subversão é a perturbação da ordem pública em detrimento da verdade, da justiça e dos direitos humanos.

O Sistema, porém, impingiu um conceito próprio de subversão. Considera subversivo tudo o que contraria os seus intocáveis objetivos, para obtenção dos quais todos os meios, ainda os mais iníquos, são considerados lícitos.

Em última análise, é a negação do próprio Estado como entidade pública em favor do bem comum, proclamada e executada por aqueles que deveriam ser os seus servidores. Desrespeitam-se os direitos mais sagrados, em nome de uma ordem social postiça e espúria, contrária à natureza, à liberdade responsável e à dignidade.

Poderíamos citar, para exemplo, a maneira como cidadãos são sequestrados por agentes policiais (por vezes não identificados) em qualquer lugar, dentro ou fora de casa, na escola, no trabalho ou na rua. E os prendem sem motivo aparente, sem mandado judicial, sob ameaça das armas. São criaturas humanas indefesas, denunciadas pela espionagem facciosa, traiçoeira, que pretende elevar a delação, a calúnia, a mentira, a suspeita, à dignidade de virtudes cívicas. Mesmo, porém, tratando-se de criminosos, têm estes direito a tratamento condizente com a dignidade da pessoa humana.

As famílias das vítimas, em desespero, procuram as autoridades e estas, num requinte de insensibilidade moral, negam, mentem, ocultam o ocorrido. Reina, em suma, completa insegurança jurídica, com o colapso das franquias democráticas e constitucionais.

Num regime de força em que tudo é vasculhado, todos são vigiados e fichados nos armários do terror, cria-se o clima de medo, de angústia, de insegurança generalizada. Pode-se chamar a uma situação desta natureza de "ordem social"?

1.2.3 - Corrupção: sob este aspecto, não nos referimos especialmente à corrupção dos costumes, em expansão na chamada sociedade permissiva. Teremos até de creditar ao regime medidas coercitivas contra a invasão pornográfica e o uso das drogas, de tão tristes seqüelas para a degenerescência do padrão moral da sociedade brasileira. Limitamo-nos a notar a corrupção que toma proporções inauditas em outras áreas, como na política, no emprego dos métodos coercitivos e na economia do País.

A Nação não tem condições de julgar, em toda a sua extensão, o que está ocorrendo, dado o rigoroso sigilo imposto ao seu conhecimento pela pesada censura dos meios de comunicação.

Na Política — Apenas alguns exemplos: cassar o mandato de representantes do povo para obter a eleição do candidato oficial; suspender ou amordaçar o Parlamento para que o Poder Legislativo não possa usar livremente de suas atribuições e submeta-se às pretensões de Executivo. E isto sob a cobertura das armas, desconhecendo o Poder Judiciário, equilíbrio e segurança de qualquer regime que se preza de estar apoiado na lei e no bom senso.

Nos métodos coercitivos — Como vimos acima, são desrespeitados os mais elementares direitos dos cidadãos e utilizados métodos execrandos de represália, incompatíveis com o Direito, a Justiça e, podemos acrescentar, a Caridade de Cristo, que punem sem esmagar, corrigem sem humilhar, defendem o bem público sem perseguir ou torturar ninguém.

Na Economia — Não descemos a exemplos concretos. Restringimo-nos ao que é óbvio. O Brasil é um país rico de povo pobre. A miséria, o pauperismo, a doença, a carência dos meios de subsistência, sobretudo no meio rural e nas periferias das grandes cidades, atingem alta percentagem da população.

Provavelmente, em nenhuma outra época o Governo contou com tanto dinheiro, como em nossos dias. Grande parte desses recursos destina-se a coisas necessárias, utilíssimas e de real proveito para o povo: educação, estradas, comunicações. Outra parte, em benefício da saúde e da agricultura. Não é da nossa competência apreciar a parte técnica ou examinar a maneira como o dinheiro está sendo aplicado nessas obras de benemerência.

Qual a origem dessa enorme acumulação de dinheiro alcançada pelo modelo adotado? Conhecemos estudos dos melhores economistas e mesmo declarações do próprio Governo. Reconhecem todos que esse resultado foi obtido a partir de uma opção conscientemente tomada. Optou-se por criar uma faixa de produtos sofisticados de altos rendimentos financeiros, que daria ao Governo recursos volumosos para serem investidos numa aceleração do crescimento econômico, principalmente do setor industrial. São produtos no setor dos automóveis, especialmente os luxuosos, dos aparelhos de TV, de eletro-domésticos e outros, caros, ao alcance apenas das classes mais ricas. Faz parte da opção, portanto, consolidar o alto poder aquisitivo dessa pequena faixa da população, que garantiria o consumo dos produtos sofisticados. Há dados estatísticos demonstrativos de que essa faixa corresponde apenas a 5% da população, aproximadamente. Em 1960 esse estrato de 5% da população recebia 27,4% da renda nacional, passando a receber, em 1970, 36,3%. Enquanto que os 80% da população, que recebiam, em 1960, 45,5% da renda, passaram a receber apenas 36,8%, em 1970. O que as classes remediadas e pobres perderam foi ganho pelas classes mais ricas. Restam os 15% da classe média superior, que permaneceu com a mesma renda.

Essa opção tomada pelo modelo econômico não merece justificação segundo os princípios de uma ética humanista e cristã, pois admite o esmagamento da pessoa humana para a grande maioria do povo de um país inteiro, exatamente a massa da população que mais contribui com o seu trabalho anônimo para o crescimento da economia nacional.

É nosso dever proclamar que a economia está subordinada à Lei Moral, estabelecida por Deus, criador do homem e da sociedade. Quando

esta Lei é desrespeitada, a corrupção ultrapassa os limites do suportável. Portanto, nenhuma economia pode ser aética.

2. SITUAÇÃO DA IGREJA

2.1 - Situação atual

Diante da colocação do problema, qual tem sido a situação da Igreja no Brasil? A pergunta é bastante complexa para uma resposta satisfatória.

Consideremos, antes de tudo, que a Igreja, como Povo de Deus, constitui a grande maioria da população brasileira. Sob este aspecto, temos que reconhecer que é ela a maior responsável e também a maior vítima, diante do estado de coisas acima referido.

O Povo, em geral, não despertou suficientemente para a realidade que o cerca. Tem-se acomodado, ora por temor, ora por oportunismo, ora porque muitos dos atuais agentes da opressão ou da injustiça consideram-se católicos. Alguns chegam a vangloriar-se de terem realizado a profecia do Evangelho: "Virá a hora em que todo aquele que vos tirar a vida julgará prestar culto a Deus" (Jo 16,2).

Os bispos, com seus presbitérios, têm o dever de apascentar o Rebanho do Senhor com intrepidez. É sua missão pregar o Evangelho, e a palavra de Deus não se deixa acorrentar (2 Tim 2,9). São eles os animadores das comunidades cristãs, seus pastores e advogados, até o ponto de dar a vida (Jo 10,11) em defesa dos pobres, dos injustiçados, dos oprimidos.

Na ordem prática, diante da diversidade característica de cada região do País, nem todos os bispos, presbíteros e leigos podem ver as coisas sob o mesmo prisma. Nesse particular, o regime tem sabido, com extraordinária habilidade, aproveitar-se dessa circunstância para defender-se, apoiado em depoimentos e atitudes de pessoas da própria Igreja.

A verdade é que os Bispos, responsáveis diretos pela orientação do povo, embora reconhecendo os erros e injustiças que se cometem, tomam, por vezes atitudes diversas e até contraditórias. É esta uma das nossas dificuldades internas e um dos trunfos do regime. Tais discrepâncias não representam, em si, nenhum mal, entendidas como expressões do pluralismo que não quebra a Unidade. (Cf. "Unidade e Pluralismo", op. CNBB, 1972).

A consequência, porém, dessa diversidade de atitudes constitui, ainda, uma das provações por que passa a Igreja. É justo reconhecer, e o fazemos com alegria, que, apesar de nossas limitações nessa matéria, tem havido um esforço sincero e constante de superação de tais divergências, em busca da almejada Unidade.

Unidos na mesma fé, no mesmo "afeto colegial", na mesma disciplina eclesiástica, na pregação dos princípios evangélicos, na fidelidade ao Pastor Comum, cabeça do Colégio Episcopal, divergimos, não raro, na maneira de proceder, em casos concretos, e não estudamos em profundidade a situação real e global da Igreja no Brasil.

Acontece, em visão de conjunto, algo parecido com a notícia das grandes catástrofes: quem não é atingido, limita-se, de início, a considerar exagerada a notícia. Comprovada a calamidade distante, não falta quem manifeste sua compaixão ou até quem envie uma palavra de solidariedade. Só depois, quando todos são atingidos, ouvem-se as lamentações e sente-se o remorso pela omissão irreparável.

As terríveis consequências teriam sido evitadas ou minoradas, no tempo oportuno, com a colaboração de todos. Já houve quem afirmasse que a Igreja está cansada de chegar atrasada.

Respeitando a atitude de irmãos nossos, não podemos calar diante do que temos visto e ouvido em nossa Arquidiocese. Esta a razão por que consideramos oportuno definir a nossa posição.

2.2 - A Nossa Posição

Depois dessas considerações, proclamamos com lealdade e firmeza que não queremos nem podemos, por imperativo de nossa consciência e de nossa missão, exorbitar das atribuições que nos foram conferidas, não pelos homens, mas por Deus. Pela mesma razão, não queremos nem podemos omitir-nos no exercício do que é de nossa competência e responsabilidade.

Partimos dos ensinamentos oficiais do Magistério, para firmar a nossa posição. No que se refere ao assunto de que tratamos, dois pontos nos parecem bastante esclarecedores:

1º — "A Igreja admite tudo o que há de bom ao dinamismo social de hoje, principalmente a evolução para a unidade, a marcha da sã socialização e da solidariedade no plano civil e econômico.

2º — "A Igreja não se prende, por força de sua missão e natureza, a nenhuma forma particular de cultura humana, sistema político, econômico e social" (G.S. 42).

Expondo os excessos do regime vigente, denunciamos o que há nele de contraditório com a reta razão, os postulados do Evangelho de Jesus Cristo e as prerrogativas fundamentais da pessoa humana.

Qualquer que seja o regime político, o acatamos com a mesma disposição com que respeitamos a realidade. Mas empregaremos todo o empenho pela constituição de uma ordem social justa, vigorosa, com autoridade moral dos governantes em favor do bem comum, entendido como "o conjunto daquelas condições de vida social que permitem aos grupos e a cada um de seus membros atingirem de maneira completa e desembaraçadamente a própria perfeição" (G.S. 26).

2.3 - Ação Pastoral

A ação pastoral abrange não só o culto divino, a distribuição dos dons de Deus, a pregação do Evangelho, como o desenvolvimento integral de todos os homens e setores de atividades, em vista à realização do plano divino, na construção da cidade terrena.

Consideramos, pois, de nosso dever incentivar ou promover, pelos meios ao nosso alcance, o que segue:

2.3.1 - Conscientizar as pessoas que constituem as comunidades urbanas e rurais. Mercê de Deus, o povo está em processo desta sã conscientização, nas cidades e nos campos.

Tudo o que fere seus direitos e prerrogativas é objeto de reflexão, de senso crítico, de atitudes cada vez mais esclarecidas e firmes. Declaramos isto publicamente para tranquilizar certos agentes que andam à cata de informações. Não os tememos. Exigimos apenas que estejam em condições de serem fiéis nos seus depoimentos e não interpretem de maneira capciosa ou inverídica o que falamos ou fazemos em favor do povo. Toda pessoa humana tem o direito e o dever de conhecer os seus direitos, para cumprir com liberdade e responsabilidade os seus deveres.

A isto nos dedicamos, coadjuvados pelos autênticos valores da Igreja. Não usamos "códigos", como agentes desinformados ou de má fé pretendem interpretar a terminologia eclesial. Quando por exemplo, fa-

DIÁLOGO MILITARES-IGREJA (ALOCUÇÃO DE DOM FERNANDO)

A carta pastoral "sobre como vemos a situação da Igreja, em face do atual regime" (ver páginas 229-239), impedida de divulgação mais ampla pela Censura à imprensa, atingiu os pontos sensíveis do Governo. No final de julho de 1973, Dom Fernando foi convidado a participar de um encontro entre representantes do Governo militar e representantes da Igreja, marcado para o dia 3 de agosto. Tratava-se de mais um dos "encontros bipartites" que se vinham realizando, havia algum tempo, por iniciativa do Governo, que pretendia, com esse diálogo sigiloso, "amaciar" as tensões com a Igreja. O Arcebispo de Goiânia decidiu não recusar o convite, tendo, inclusive, cancelado alguns compromissos pastorais anteriormente assumidos. Como se vivia um tempo de "Igreja perseguida" (seis agentes pastorais de São Félix do Araguaia ainda estavam presos, depois de terem sido torturados, e toda a equipe pastoral daquela prelazia respondia a inquérito policial-militar), muita gente, em Goiás, receou que Dom Fernando viesse a ser preso pelos militares, no Rio. Pessoas piedosas chegaram a promover vigílias de oração pela segurança do Arcebispo... Dom Fernando, porém, despreocupado, seguiu viagem, tendo apenas o cuidado de levar, por escrito, algumas idéias que pretendia apresentar de viva voz no encontro. É o texto que se segue.

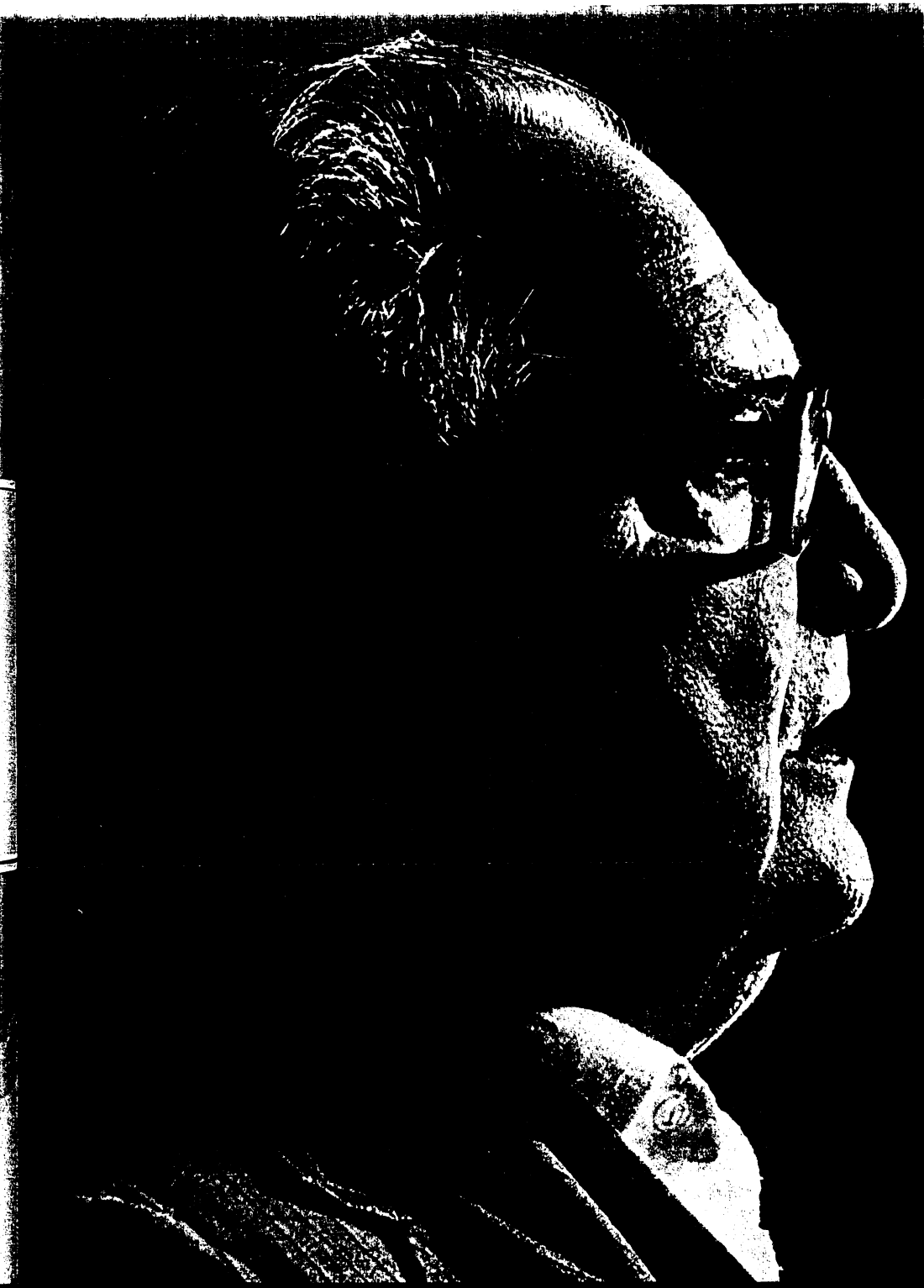
A primeira metade dos anos 60 foi particularmente marcante para nós, quer na esfera civil, quer na esfera eclesial. Nos anos 62 e 63 estávamos no governo João Goulart e nos primeiros anos do Concílio Ecumênico II. Em 64 e 65, estávamos nos primeiros anos da Revolução e nos últimos do Concílio. Duas realidades fortes destinadas a modificar o rumo da história, no Brasil e no mundo.

Tivesse a Revolução brasileira apreendido o espírito do Vaticano II e elaborado a sua filosofia segundo esse espírito, juntando as potencialidades do País, aos propósitos que alimentaram as esperanças do povo, teríamos hoje (como ainda podemos ter) a possibilidade de construir a mais vigorosa nação do mundo.

▲ **Com os Bispos do Regional Centro-Oeste**

▲ Na catedral de Goiânia, missa concelebrada por bispos e padres do Regional Centro-Oeste da CNBB, em solidariedade aos padres presos (17.10.81)

▼ Concelebração eucarística, na Catedral, em solidariedade aos padres Francisco Gouriou e Aristides Camio, e aos treze posseiros condenados, pela Auditoria Militar de Belém (24.06.1982)



Encontramo-nos diante de realidades novas, com as luzes do Concílio, o fecundo esforço, sob muitos aspectos, do governo revolucionário, as experiências com que a ciência e a técnica enriqueceram o patrimônio da humanidade. Tudo se renova e se desenvolve. Mas nem tudo se integra na Unidade, não obstante o desejo latente e profundo que alimenta os corações dos homens sedentos de paz, solidariedade e amor fraterno. Sabemos que assim acontece, em parte, por causa de nossas limitações ou abusos, que infelizmente os há em tudo o que é humano.

No cerne do povo brasileiro há uma preocupação constante, maior do que a extensão do seu território e superior ao progresso crescente nos diferentes setores de atividade. Essa preocupação existe e é sentida. Mas é ainda indefinida, intraduzível. Não temos condições de analisá-la. Sabemos que, em parte, é consequência e reflexo da angústia universal que atinge todas as nações da terra. Mas, em cada País, toma forma e proporções peculiares.

No que se refere às tensões havidas entre homens da Igreja e homens do Estado ou vice-versa, sofremos, a nosso ver, um trauma que abala as fibras mais sensíveis de nossa história e de nossas tradições. Acresce a isto, uma série de mutações sociais, políticas, econômicas e religiosas que, nessas últimas décadas, tem deixado o povo brasileiro em permanente estado de comoção.

Um encontro como este não será decisivo, mas poderá ser o começo do traçado de um novo e transcendente roteiro para penetrar não na mata mas nas mentes não menos confusas, exuberantes e ricas do que a selva amazônica. Isto, porém, não é fácil de conseguir-se porque nem o Governo sozinho, nem a Igreja sozinha, nem ambos sozinhos poderão obter. Exigem-se de todos clarividência, capacidade de discernimento, abertura de espírito, fé e civismo para congregar os autênticos valores da Pátria. Requer-se ainda a interdependência dos valores, cada qual com a autonomia que lhe é devida, sem prejuízo da mútua e respeitosa colaboração. É a sempre nova e insuperável lição de Cristo: "Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus." Jesus Cristo deu o exemplo, mostrando o tributo que se deve a César. Quando, porém, foram desrespeitados os direitos de Deus, o mais que César conseguiu foi destruir-se, numa vitória aparente, crucificando a Verdade, a Vida, o Caminho.

Há quem afirme que, no governo Goulart, os pronunciamentos da CNBB foram mais suaves do que as críticas que se fazem hoje aos excessos do regime vigente. Contudo, se desconfiássemos da memória, que é a faculdade de esquecer o que não nos interessa no momento e pesquisássemos os documentos, verificaríamos que a verdade é bem diferente. Naque-

les dias turbulentos e atribulados, foram os pronunciamentos da CNBB as únicas vozes autorizadas, vigorosas e independentes que advertiram o Governo e a Nação. No meio da tormenta, as declarações episcopais sofreram contestações severas dos grupos antagônicos, dentro e fora da Igreja. Deus sabe quanto esforço, estudo, consultas e preces custaram aquelas declarações, para conseguir-se a aprovação unânime dos membros da Comissão Central, órgão diretor da Conferência dos Bispos. Mas os documentos aí estão, como marcos da história.

Gostaríamos, se nos for permitido, trazer ao conhecimento desta Comissão de alto nível, pronunciamentos do Episcopado nos últimos anos do Governo Goulart e nos primeiros da Revolução. São afirmações vigorosas e serenas que mostram o pensamento dos nossos Bispos, e, sobretudo, a missão e natureza da Igreja. Por isso, dizíamos em nossa Carta Pastoral de 29 de junho de 1973: "Qualquer que seja o regime político, o acatamos com a mesma disposição com que respeitamos a realidade". (. . .) "Compreendessem os Governantes a índole e missão da Igreja, encontrariam nestas nossas palavras a confirmação de que é na sinceridade da verdade que se devem fundamentar a segurança nacional, a estabilidade e prosperidade da Nação".

A verdade é que a Revolução de 1964 abriu novos horizontes, acendeu de um extremo a outro do País, a chama da esperança, para livrar-nos do comunismo, da subversão, da corrupção, pelas reformas de base preconizadas na Mensagem da Comissão Central da CNBB, aos 30 de abril de 1963.

É muito difícil entender as pessoas e interpretar os acontecimentos, se nos colocarmos em perspectivas diferentes das que motivam o comportamento dos homens e o desenrolar dos fatos. Nesse sentido, a nosso ver, o primeiro passo para desanuviar os espíritos e encontrar soluções para os conflitos inevitáveis é o diálogo aberto e leal, franco e honesto, sem subterfúgios, segundas intenções ou segredos.

Quando isto acontece, as partes dialogantes podem não resolver todos os problemas, mas abrem o caminho das soluções e saem ricas pela troca de impressões e conhecimentos. Na raiz de todos os males está sempre o egoísmo, que nada constrói e, em geral, cega os espíritos e fecha os corações. Nesse clima de radicalismo, em lugar de os homens serem os protagonistas de seu próprio aperfeiçoamento e da promoção social, transformam-se em protagonistas da própria desventura e do desequilíbrio da ordem, fundamentada na Justiça e no Direito, sem a qual não pode haver desenvolvimento integral das pessoas e da sociedade.

DIÁLOGO MILITARES-IGREJA (PRIMEIRO ENCONTRO NO RIO)

Neste relatório, escrito por Dom Fernando dia 4 de agosto de 1973, logo após ter voltado do "encontro bipartite" no Rio de Janeiro, o Arcebispo conta como foi o diálogo entre representantes do Governo militar e da Igreja. Dom Fernando mandou mimeografá-lo e distribuir as cópias entre os agentes pastorais, e sobretudo entre aquelas pessoas que se haviam preocupado pela sua segurança, quando ele embarcara para o Rio.

No dia 27 de Julho de 73, recebi um telefonema de Dom Ivo Lorscheiter, secretário geral da CNBB, consultando-me se aceitava participar, no dia 3 de agosto, de um encontro com alguns Bispos, militares e civis que periodicamente se reúnem no Rio de Janeiro para a troca de depoimentos sobre a situação sócio-religiosa do País. O motivo da consulta prendia-se à minha Carta Pastoral de 29 de junho de 1973 sobre **"Como vemos a situação da Igreja em face do atual regime".**

Não obstante os compromissos assumidos de ir a Gurupi para a reunião da Comissão Regional do Clero, de 31 de julho a 3 de agosto, incluindo a viagem de ida e volta de automóvel, e o curso de Agentes Pastorais que teria início no dia 4 de agosto, preferi adiá-los para responder afirmativamente à consulta, que significa, a meu ver, um convite ao diálogo.

Preparei-me da maneira que me foi possível. Pesquisei a coleção dos Comunicados Mensais da CNBB a partir de 1962. Cataloguei as prinpais Declarações do Episcopado e as ocorrências verificadas nesta região, antes e depois da Revolução, e os últimos acontecimentos que motivaram a citada Carta Pastoral. Para facilitar o diálogo, escrevi duas páginas resumindo os meus pontos de vista.

No dia 3 de agosto de 1973, às 7 horas, segui de automóvel até Brasília, onde tomei o avião da Varig às 10,30 horas com destino ao Rio, com escala em Belo Horizonte. Cheguei à sede da CNBB por volta das 13,30 horas.

A reunião teve início às 14,30 horas, na sede da CNBB, terminando mais ou menos às 17 horas. Estavam presentes o Presidente e o Secretário da Conferência dos Bispos, respectivamente Dom Aloísio Lorscheider e Dom Ivo Lorscheiter, o Presidente da Comissão Justiça e Paz, Prof. Cândido Mendes, mais os seguintes personagens militares e civis: General Muricy, Almirante Ribeiro Marques, comandante dos Fuzileiros Navais, Coronel Pacífico, sub-chefe do SNI, no momento, e comandante nomeado da Vila Militar do Rio (Artilharia), Coronel Sampaio, substituto do Coronel Pacífico no SNI, Professor Tarcísio Padilha, do Conselho Federal de Educação e da Escola Superior de Guerra.

Depois das saudações e apresentações, o General Muricy, coordenador de sua Equipe, expôs com ânimo sereno os objetivos do encontro de alto nível e suas considerações sobre a minha Carta Pastoral, ressaltando os objetivos da Revolução e sua atuante participação, sobretudo no Nordeste. Hoje na reserva, continua a prestar relevantes serviços à causa revolucionária.

Foi-me concedida a palavra. Agradeci a oportunidade de participar daquele encontro e pedi licença para ler o que havia escrito, como exposição sucinta e refletida do meu modo de ver a situação, nas atuais conjunturas. *(Obs.: Ver este texto às páginas 240-242)*

O Coronel concordou plenamente com o que tinha acabado de ouvir, chegando a afirmar que ele e seus companheiros subscreveriam o que eu tinha lido. Ofereci a cada um dos presentes cópias devidamente autenticadas do meu escrito.

Seguiu-se, não digo o debate, mas a troca de depoimentos. Depois de apresentar-me como padre há 40 anos, sendo 30 de bispo em Penedo, Aracaju e Goiânia, referi-me às lutas e dificuldades encontradas, em defesa dos postulados da Igreja; minhas atitudes diante do Comunismo e da Maçonaria. Contei alguns episódios. Ressaltei a atuação do Episcopado a partir de 1962 e as esperanças despertadas pela Revolução que fora feita contra o comunismo, a subversão e a corrupção, pelas reformas de base, de acordo com a Declaração dos Bispos, aos 30 de abril de 1963. Observei que, entretanto, as primeiras experiências revolucionárias deixaram-se

influenciar pela Maçonaria, e suas preferências políticas inclinaram-se para um determinado partido, a UDN. Fiz ver que a minha exposição visava mostrar as boas disposições dos responsáveis pela Igreja. Prova disso fora a compreensão do Presidente Castelo Branco que, depois da memorável reunião dos Arcebispos Metropolitanos, nos dias 27 a 29 de maio de 1964, dois meses após a Revolução, recebera uma representação do Episcopado e, reconhecendo e confirmando o princípio da mútua e respeitosa colaboração entre a Igreja e o Estado, telegrafara a todos os bispos, nos seguintes termos: "Brasília — urgente — 4/6/64 — O Sr. Presidente da República, tendo ouvido atentamente ponderações dos ilustres Prelados que o honraram com a sua visita no dia trinta de maio último, determinou-me sugerir a vossência medida que considera de grande alcance para conciliar o interesse dos inquéritos em curso com o resguardo de que julgam necessário. Com tal objetivo solicito que ao ter conhecimento de qualquer notícia ou providência relativa a algum padre, queira comunicar imediatamente quando estiver ocorrendo ao senhor Ministro da Justiça. Desejo também comunicar que no mesmo sentido foram transmitidas instruções para as autoridades encarregadas mencionados inquéritos. Apresento vossência expressão de meu profundo respeito. Luiz Viana Filho, Ministro Extraordinário para Assuntos do Gabinete Civil".

O General ouviu tudo com atenção e respeito, juntamente com os outros. Em seguida fez comentários a alguns pontos da Carta Pastoral, intercalados de considerações sobre sua atuação no Nordeste. Referiu-se de passagem a Dom Hélder Câmara, dando a entender que faz reservas ao atual Arcebispo de Recife. Não se cansou de professar-se católico e desejar a colaboração da Igreja.

Com relação à Carta Pastoral, expressou-se particularmente magoado com alguns comentários que fiz, ao tratar de comunismo, subversão e corrupção. Concordou, porém, em diversos pontos, chegando a afirmar que censurava o fato de eu ter "generalizado" o que, segundo ele, são fatos isolados e contrários à orientação do Governo. Em síntese, achou que a Carta Pastoral não devia ser divulgada para evitar possíveis consequências desagradáveis, em virtude dos comentários ou interpretações que dela surgissem.

Com a palavra novamente, expliquei os meus pontos de vista, sobretudo quando me refiro ao "comunismo prático", aético, e às circunstâncias concretas que me levaram a escrevê-la. Fiz observar que não atacava pessoas nem o Governo, mas censurava os abusos do regime. Expliquei

o sentido do trecho em que, uma única vez, me refiro à atitude do Governo que procura favorecer, isto é, fazer favor ao povo oprimido. Procurei mostrar que, mesmo admitindo (como ele afirmara) que não se tratava de paternalismo governamental, trata-se, entretanto, de atos pessoais do sr. Presidente da República, quando, a meu ver, são assuntos importantes que ultrapassam os limites do Presidente ou do Poder Executivo. Exigem, pelo menos, o estudo ponderado dos próprios interessados e do Congresso Nacional que se encontra muito enfraquecido. Por isso, afirmei na Carta Pastoral que aqueles "impactos" davam a impressão de quem faz um "favor", mesmo quando são imperativos da justiça.

Quanto à referência de que a Carta Pastoral não deveria ser divulgada, declarei que já estava divulgada na Arquidiocese, embora não me fosse permitido imprimi-la. No que se refere às consequências desagradáveis que poderiam surgir, declarei tranquilamente que estava preparado e disposto a suportá-las, quaisquer que fossem. A meu ver, foi este o momento que me pareceu mais delicado do encontro. Aguardei a reação, mas o General contornou o problema, com outras considerações.

Em seguida, falou o Prof. Tarcísio Padilha. Uma exposição alta, com considerações um tanto filosóficas e muito respeitosas. Procurou mostrar que via na Carta Pastoral a inteligência e o coração do Pastor, para concluir que havia passagens emotivas, ou talvez um tanto apaixonadas, que prejudicariam a análise objetiva do documento.

Confirmei que, de fato, era a carta de um Pastor que falou também com o coração, refletindo mais os anseios, as angústias, as críticas e as esperanças do povo. Se não o fizesse, não teria agido como Pastor que é sobretudo coração aberto e sincero.

Procurei explicar, em resposta às suas considerações, que o documento dará, sem dúvida, oportunidade às mais variadas interpretações, conforme o ângulo de visão de cada um. Mas, na boa hermenêutica, um documento deve ser considerado tendo-se em vista a pessoa que escreve, por que e para quem escreve, o tempo e as circunstâncias, o objetivo que tem em vista. Fora desse contexto, nenhum escrito, nem mesmo as Escrituras Sagradas, escapa às mais diversas e contraditórias interpretações. O mesmo não acontece, acrescentei, com um texto jurídico em que cada artigo da lei é interpretado segundo a letra, independentemente da intenção do legislador. Mesmo assim, compete aos advogados e juízes interpretá-lo à luz do espírito que vivifica a letra e, para isto, terão que fazer a exegese dos textos legais.

Por fim, o General Muricy voltou à Carta Pastoral e referiu-se à minha alocução inicial, dando a impressão de que, se eu publicasse a alocução, ficaria esclarecido o meu pensamento. Afirmei-lhe que era este o meu propósito e para publicá-la é que a tinha escrito.

Aproveitei o ensejo para mostrar a situação de desigualdade em que se encontram alguns Bispos e até a CNBB. A censura não permite a defesa, quando ofendidos, caluniados, ou mal interpretados, pelos meios de comunicação. Referi-me ao pronunciamento do Cardeal Scherer e aos artigos de Clóvis Stenzel e Gustavo Corção. Em alguns casos, alguns bispos são tachados de comunistas ou contrários ao Magistério Eclesiástico, sem possibilidade de qualquer pronunciamento em sua defesa. Em Goiânia, por exemplo, é proibido publicar qualquer pronunciamento do Arcebispo nos meios de comunicação social.

Diversas outras observações surgiram durante os depoimentos. No fim, o ambiente estava cada vez mais aberto e franco. Tenho a impressão de que foi útil e até agradável o encontro.

Ao despedir-me, todos foram muito atenciosos e gentis. O Almirante convidou-me para, na primeira oportunidade, almoçar em sua casa. O coronel Pacífico, goiano de Bela Vista, manifestou-se muito prestativo.

Insistiram para que voltasse, sobretudo quando me referi à posição chave de Goiás no que se refere ao futuro da Pátria e da Igreja. Como não me é possível novo encontro neste mês de agosto, ficou acertado que iria em setembro, dependendo da confirmação do dia.

DIÁLOGO MILITARES-IGREJA (SEGUNDO ENCONTRO NO RIO)

Este é o relato, escrito por Dom Fernando, do segundo "encontro bipartite" a que compareceu, dia 26 de setembro de 1973, no Rio de Janeiro. Por ele se sabe que os militares ficaram contrariados com a divulgação que Dom Fernando fizera do encontro anterior. O Arcebispo, por sua vez, defendeu o fim desse "sigilo" e, entre várias considerações, denunciou a censura, de fato, a que estava submetida a **Revista da Arquidiocese.**

Cheguei à sede da CNBB poucos momentos antes das 15 horas. O atraso se deveu ao avião da Varig que saiu de Brasília às 11,50, quando devia ter saído às 10,15 hs. Estavam reunidos Dom Aloísio, Dom Ivo, Dom Lucas, com os seguintes militares: General Muricy, o Almirante, o Major Lee, Coronel Sampaio e mais dois.

Depois das saudações, expliquei a causa do atraso. Todos compreenderam. Foi-me distribuída a pauta dos assuntos: "Encontro Bipartite — Agenda para o dia 26 de Set-73 — 1. Problemas Igreja-Governo: a cargo do Grupo Religioso. 2. Problemas Governo-Igreja: — Fatos de Fortaleza, Maceió e Caruaru. O artigo de **O São Paulo** — Comentários de D. Fernando — Injustiça cometida contra D. Avelar Brandão — Censura".

A julgar pela pauta acima, a reunião teria começado algum tempo antes, porque não assisti "Problemas Igreja-Governo, a cargo do Grupo Religioso". Tratava-se do segundo item: "Problemas Governo-Igreja"' As explicações do General Muricy, corroboradas e comentadas pelo Major Lee, pareceram-me parciais. Basearam-se em relatórios ou notícias enviadas pelos chefes militares das referidas regiões. Pelo menos as informações relativas a Maceió, dando a entender que a responsabilidade dos desentendimentos seria do Clero de Maceió, considerei-as inexatas.

Cheguei mesmo a esclarecer alguns pontos, segundo os depoimentos que assisti em Maceió. — Quando citaram os episódios de Caruaru, falaram do procedimento do Bispo como reprovável porque, entre outras coisas, fizera um pronunciamento referindo-se à Carta Pastoral de Dom Fernando. — Quanto à "injustiça cometida contra Dom Avelar Brandão, o General Muricy fez uma longa exposição, lamentando o ocorrido, com a preocupação de inocentar a área federal. Declarou que o caso prendia-se à esfera do governo de Pernambuco. Fez grandes elogios a Dom Avelar, como Cardeal Primaz do Brasil e leu a correspondência trocada entre ele (General) e o Arcebispo da Bahia.

Interessou-me, como é natural, o item "Comentários de D. Fernando". Aguardei que chegasse a minha vez. O General fez uma série de considerações para manifestar o seu desagrado pelo que ele chamou de "ata do encontro havido no dia 3 de agosto". Considerou que esses encontros são "secretos" e eu tinha dado publicidade, inclusive citando os nomes dos participantes... Depois que me foi dada a palavra, declarei-me surpreendido com aquelas considerações do General. Lamentei ter sido motivo de constrangimento e de mágoa, quando a minha intenção tinha sido exatamente mostrar a importância e o significado do encontro havido no dia 3 de agosto. Pedi licença para relembrar os fatos e dar-lhes a minha versão: com a publicação, ou melhor, a divulgação na Arquidiocese de Goiânia da minha Carta Pastoral de 29 de Junho, eles mesmos se haviam manifestado irritados e apreensivos. Um dia recebo um telefonema do Dom Ivo Lorscheiter consultando-me se estaria disposto a participar desse Encontro Bipartite, como é chamado. Imediatamente aceitei o convite, não obstante os compromissos já assumidos. Tive, porém, que recorrer aos meus auxiliares para explicar-lhes a razão por que não poderia estar presente em Gurupi, para o Encontro da Comissão Regional do Clero, e ao Curso de Agentes de Pastoral marcado para os dias 4 e 5 de agosto. Expliquei como essas providências comoveram a Arquidiocese que fez verdadeira campanha de orações para que o Encontro do Rio fosse bem sucedido. Ao voltar, tinha, necessariamente que dar notícia do resultado do Encontro que me pareceu feliz e oportuno. Escrevi o que o General chamou de "ata do encontro" e divulguei na Arquidiocese, sob o título "encontro no Rio". — A impressão foi muito boa e positiva, a ponto de receber mensagem de felicitações de alguns bispos e elementos do clero e do laicato da Arquidiocese. Ressaltei que a figura dos membros que constituem a Comissão Bipartite saiu enaltecida e o Encontro tinha sido motivo de conforto e esperança, em face da situação por vezes aflitiva entre homens da Igreja e do Estado.

O General e demais membros ouviram com atenção o que resolvi expor e creio que ficaram mais tranqüilos.

Aproveitei o ensejo para apresentar uma sugestão: que se acabasse com esse "segredo", até porque é do conhecimento do Episcopado e de muitas outras pessoas que o Encontro se realiza. Em segundo lugar porque, a meu ver, seria motivo de esperança e até de edificação para o grande público saber que homens de responsabilidade, esclarecidos e abertos ao diálogo franco e leal, reúnem-se periodicamente, de maneira informal, para estudarem em comum problemas que interessam tanto ao governo civil, como ao governo eclesiástico, visando o bem de todos os que realmente desejam o bem da Pátria comum.

Depois dessas considerações, referi-me ao caso da **Revista da Arquidiocese**, que não tem podido circular nesses últimos três meses por falta de "autorização". Desde que soube que há um Decreto, exigindo que as publicações dessa natureza sejam registradas no Departamento de Censura, fiz um requerimento à autoridade competente, pedindo o registro. Não obtendo resposta positiva ou negativa, o Diretor da Revista, Cônego Nelson Rafael Fleury, enviou um ofício ao referido departamento, solicitando o devido despacho. Até agora nenhuma manifestação nos foi dada. O General ficou com as fotocópias dos referidos documentos e os entregou ao Major Lee, para providências.

Depois desses esclarecimentos, o Encontro foi chegando ao fim, sem que se aprofundasse o problema da censura à imprensa que era um dos itens da pauta. Tive a impressão de que não há maior interesse dos membros que representam a parte governamental, de enfrentar os problemas mais graves e urgentes.

A REVISTA CENSURADA

Nesta carta circular, de 30 de junho de 1974, Dom Fernando denuncia aos fiéis, em geral, e aos assinantes da **Revista da Arquidiocese**, *em particular, a censura, de fato, a que esta publicação esteve submetida, durante um ano, entre 1973 e 1974, devido à negativa da Polícia Federal de responder ao pedido de registro, então obrigatório por lei. Em julho de 1982, essa exigência de registro, que tantos problemas causara, foi suspensa, por uma lacônica comunicação da diretora da Divisão de Censura da Polícia Federal, de Brasília.*

Aos que a presente Carta virem, Esperança e Paz no Senhor.

O primeiro número da **Revista da Arquidiocese** circulou em julho de 1957, um mês após a instalação da Arquidiocese de Goiânia.

Já se foram 17 anos. Durante esse período, por motivos de ordem gráfica, não pôde sair nos meses de março de 1968 a setembro de 1969, sendo substituída pelo "Boletim". A partir de outubro desse ano, até junho de 1973, circulou mensalmente.

Trata-se de uma revista séria, de circulação restrita, destinada a informar os membros de uma instituição e registrar, para a história sócio-religiosa de Goiás, os acontecimentos de maior relevância. Nela estão transcritos algumas alocuções do Santo Padre e documentos da Santa Sé, os atos da Arquidiocese e os pronunciamentos do episcopado goiano e da CNBB, noticiário das dioceses e paróquias, bem como algumas declarações e atos oficiais do Governo que mais de perto orientam ou influenciam a vida social do Estado de Goiás. Provavelmente constitui hoje um dos mais completos documentários sobre a história religiosa e social desta região, nesses três últimos lustros.

POR QUE DEIXOU DE CIRCULAR?

A partir de julho de 1973, até hoje, a "Revista da Arquidiocese" deixou de circular porque não obteve até a presente data qualquer resposta aos ofícios ou cartas endereçados pelo Arcebispo e pelo Diretor da Revista ao Departamento de Censura e Diversões Públicas, requerendo o registro.

Diversas outras providências foram tomadas, sem resultado, para conseguir-se alguma decisão, permitindo ou proibindo a circulação da Revista.

O silêncio, por vezes considerado como sinal de aprovação tácita — "quem cala parece consentir" — no caso presente tem sido considerado, por alguns, como ameaça velada, sob pretexto — quem sabe? — de medida de Segurança Nacional. A própria Gráfica receia possíveis represálias, caso venha a editar a Revista sem o registro no referido Departamento.

Não podemos aceitar essas alegações. Custa-nos admitir que a situação esteja de tal modo instável, social e politicamente, que a modesta e despretensiosa **Revista da Arquidiocese** represente o mais mínimo sintoma de perigo ao atual Regime.

Preferimos, por isso, esperar pacientemente, convencido de que a paciência é testemunho de segurança e de esperança.

Passaram-se, entretanto, 12 meses na expectativa de oferecermos aos leitores uma palavra mais consoladora, para explicar o motivo desse ano de eclipse do órgão da Arquidiocese. Afinal, temos ainda o apoio da Constituição do Brasil que, no seu Art. 150 § 8º, assegura: "A publicação de livros, jornais e periódicos independe de licença da autoridade. Não será, porém, tolerada a propaganda de guerras, de subversão da ordem pública ou de preconceitos de raça ou de classe".

Não aceitaríamos, sem veemente protesto, que qualquer órgão de censura chegasse ao excesso de interpretar o que está escrito na Revista, durante os seus 16 anos de existência, como "propaganda de guerras, de subversão da ordem pública ou de preconceitos de raça ou de classe".

Bem ao contrário, tem sido sempre coerente com a doutrina social cristã que inspira as normas da Arquidiocese e o estilo da Revista, cujo lema é: "A verdade vos libertará" (Jo. 8,32).

Mas admitamos, para argumentar, que o termo "subversão" seja interpretado como tudo o que não concorda incondicionalmente com a filosofia do regime político vigente.

Mesmo nessa hipótese — e ninguém no Brasil escapa, hoje, a essa possibilidade — não seria mais decente e honroso negar claramente o registro da Revista, com a declaração dos motivos, para que nos pudéssemos defender? Não cremos que o direito de defesa tenha sido abolido e não seria honesto ocultar os motivos de uma punição para impedir a justa defesa.

Onde estamos, posto que, mesmo sem indício de acusação, somos obrigados a ver a Arquidiocese impedida de comunicar-se por um dos mais indispensáveis meios ao cumprimento de sua Missão?

Por que o citado Departamento de um órgão oficial, há um ano, nega-se a dar despacho ao requerimento que lhe foi endereçado?

Queiram os assinantes da "Revista da Arquidiocese", bem como os Irmãos no Episcopado, as paróquias, comunidades menores, movimentos e organizações de apostolado, compreender a razão por que não têm recebido a referida revista.

A IGREJA NÃO É UM FREIO IDEOLÓGICO

Certas pessoas "desejariam uma 'igreja' cuja missão fosse a de cuidar exclusivamente de uma 'religião' imaginária, fora do tempo e do espaço. Uma espécie de freio ideológico que pretendesse camuflar a desordem moral, os crimes sociais e a corrupção cada dia mais generalizada". Este é um trecho da carta, abaixo reproduzida, que Dom Fernando enviou, dia 30 de setembro de 1974, ao então secretário da Segurança Pública, coronel Danilo da Cunha Mello, que, dias antes, desenterrava as velhas acusações de "infiltração comunista" na Igreja.

Exmo. Sr.
Coronel Danilo da Cunha Mello
DD. Secretário de Estado da Segurança Pública
Goiânia — Goiás

Excelentíssimo Senhor Secretário:

O Padre Júlio Negrizzolo, CSSR, coordenador do Secretariado Arquidiocesano dos Cursilhos de Cristandade, esteve com Vossa Excelência há poucos dias, ocasião em que expressou a estranheza causada nos meios católicos por motivo do pronunciamento sob o título **Pregação da Igreja**, quando Vossa Excelência dirigiu-se aos estagiários da ADESG, em recente conferência sobre "Comunicação Social" — (Cf. "O Popular" de 14/09/1974, página 5).

Embora lamentando a publicação de suas idéias a respeito das "teses sociais" da Igreja, no seu parecer "influenciadas pela doutrina marxista", Vossa Excelência confirmou o que foi publicado naquele órgão de imprensa. Foi mais adiante. Citou como "comunista" (para referir-me apenas a Padre desta Arquidiocese) o Cônego José Pereira de Maria, manifestando ainda descabidas restrições relativas às idéias do Arcebispo,

deixando pelo menos uma suspeita que, às vezes, pode ser mais nociva de que uma afirmação.

Tratando-se de um Secretário de Estado que tem a nobre e elevada missão de coibir os excessos dos que procedem contra a ordem pública e defender os direitos assegurados a todos os cidadãos pela Constituição do Brasil, acho que seria omissão grave de minha parte, como Arcebispo desta Arquidiocese, deixar de defender a Igreja e suas organizações, como é o caso do movimento dos Cursilhos de Cristandade. Quanto às suas referências ao Cônego José Pereira de Maria e a mim, assegure que se trata de um juízo falso, motivado por arrazoados levianos que não resistem ao exame sério e desapaixonado dos fatos.

Sei de injúrias e calúnias assacadas por muitos contra pessoas representativas da Igreja, por vezes impunemente divulgadas em certos órgãos da imprensa, sem possibilidade de defesa dos ofendidos nos referidos meios de comunicação. São freqüentes as chamadas "tensões" entre elementos da Igreja e do Estado. Tornou-se lugar comum chamar de "comunistas" ou de "subversivos" os que lutam em defesa da verdade e da justiça, bem como e sobretudo os que, cumprindo a missão evangélica, ousam levantar a voz em favor dos pobres, dos oprimidos, dos injustiçados. A isto Vossa Excelência chama fomentar "a luta de classe, criando a agitação urbana e rural".

Propaga-se, cada dia mais, em determinados setores, a imagem de uma Igreja incolor, amorfa, que nada tem a ver com o bem comum. Os corifeus dessa nova seita desejariam uma "Igreja" cuja missão fosse a de cuidar exclusivamente de uma "religião" imaginária, fora do tempo e do espaço. Uma espécie de freio ideológico que pretendesse camuflar a desordem moral, os crimes sociais e a corrupção cada dia mais generalizada.

Quando as Igrejas Cristãs pregam o Evangelho que é, sem dúvida, o roteiro seguro e único de uma ordem social estável, não faltam pregoeiros da subversão dos valores humanos que, em nome de pseudo-filosofias ou esquemas "psico-sociais", estruturam sistemas econômicos em defesa dos seus próprios interesses. Sem negar a Deus — antes, abusando do Seu santo nome — confiam mais no poder, no dinheiro e na força.

Não temem o Cristo do Evangelho, único Salvador, esquecidos de que Ele está vivo porque ressuscitou e continua a vencer a morte e os pecados pessoais ou sociais.

Chegou a vez de atacar o bispo de Goiás, o dedicado, inteligente, dinâmico e íntegro Dom Tomás Balduíno. Homem de fé, intrépido defensor da justiça, amigo dos pobres e destemido acusador dos que se utilizam do dinheiro e do poder para praticar as mais vergonhosas e mesquinhas atrocidades contra os humildes e indefesos camponeses, é ele, sem dúvida, um homem temido, uma voz incômoda, um apóstolo sempre presente e solidário nas horas de perseguição, de tortura, de violação dos direitos humanos.

Apresentamos nesta página a nossa solidariedade, a nossa palavra, não de defesa de crimes que ele não cometeu, mas de apoio à sua obra admirável pela vitória da verdade e da justiça.

Os seus algozes que se cuidem. Se os poderosos da terra manifestam-se, por vezes, facciosos ou coniventes com os inescrupulosos acusadores do bispo, a justiça de Deus se encarregará de punir os malfeitores e maldizentes, mais breve do que se possa imaginar. Como já dissemos em outra oportunidade, "depois de tudo, depois das calúnias e perseguições, Deus sempre chega primeiro"... para desmascarar o caluniador e punir os verdadeiros criminosos.

EM DEFESA DA CPT

No final de 1976, a Igreja do Baixo Araguaia, no Pará, estava mais uma vez sofrendo as duras perseguições iniciadas três anos antes e que nunca terminaram, culminando, em 1981, com a prisão e posterior condenação dos padres Aristides Camio e Francisco Gouriou. Em 1976, foram presos vários lavradores e o padre Florentino Maboni, um episódio brutal que levou a CPT - Comissão Pastoral da Terra, criada havia poucos meses, em Goiânia, a denunciar a tortura utilizada pela Polícia Federal como método para extrair confissões. O ministro da Justiça, Armando Falcão, contestou violentamente a denúncia da CPT, e Dom Fernando não deixou por menos: a 12-12-76, publicou a seguinte resposta ao Ministério da Justiça:

A violenta nota oficial do sr. Ministro da Justiça contra pronunciamento da Comissão Pastoral da Terra — CPT — deixou a impressão de que Sua Excia. encontrou o que procurava: uma oportunidade para expressar seu desagrado pelo vigoroso e oportuno pronunciamento dos Bispos que constituem a Comissão Representativa da CNBB, na **Comunicação Pastoral ao Povo de Deus.**

É difícil compreender a razão por que o sr. Ministro usa pesos e medidas diferentes, como se o Ministério da Justiça não fosse órgão federal com atribuições em todo o País. **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 7 de dezembro de 1976, pág. 26, declara: "Em Brasília a assessoria de imprensa do ministro Armando Falcão afirmou que nada tem a dizer sobre o novo ato terrorista praticado pela AAB". Com relação à CPT, o sr. Ministro insurge-se com uma veemência ameaçadora, desproporcional ao conteúdo do pronunciamento da Comissão Pastoral da Terra, considerando-a (a nota da CPT) "**injusta, descabida e inverídica**".

Por que **injusta,** se, ao contrário, clama por justiça?

Por que **descabida,** se se refere a acontecimentos recentes, contrários a dispositivos do Estatuto da Terra e aos direitos dos posseiros, vítimas de atentados contra as suas famílias e às suas propriedades?

Por que **inverídica,** se constata fatos concretos que falam mais alto do que a nota oficial do atual Ministro da Justiça?

Não fosse a cortina de ferro e fogo que dificulta a comprovação **jurídica** do clima de terror que impede as testemunhas de identificarem-se e assinarem os seus depoimentos, o sr. Ministro não teria a ousadia de chamar "inverídico" o testemunho dos responsáveis pela CPT. Mesmo assim, há todo um contexto publicado nos jornais que demonstra a veracidade dos dolorosos fatos ocorridos e denunciados. Isto só acontece porque o Sistema emprega todos os meios para silenciar, não só os que sofrem as torturas, como aqueles que, mesmo querendo fechar os olhos ou se afastando do lugar do crime, não conseguem deixar de ver os torturados, ouvir seus gritos de dor e testemunhar uma ou outra cena de sevícias.

Surgem necessariamente nos pequenos grupos os comentários, aumentando a desolação nas comunidades sobressaltadas, a ponto de repercutir no coração dos Pastores que, mesmo correndo todos os riscos humanos, sentem-se no dever de ir às Autoridades competentes, em busca de providências.

Foi o que aconteceu com Dom Estêvão e Dom Alano, que se dirigiram a Brasília, confiando na ação dos representantes do Governo. Como resultado, entretanto, foram tratados como criminosos, submetidos a interrogatórios iníquos e ameaçados de serem enquadrados na Lei de Segurança,como subversivos e comunistas.

Perguntamos, por isso, perplexos e amargurados, **quem está agindo de maneira "injusta, descabida e inverídica"?**

Deseja o Governo colaboração honesta e desinteressada em favor do Bem Comum? Não serão os bispos ou as Organizações ligadas à CNBB que se negarão a prestá-la. Mas compreendam que não haverá colaboração possível, por parte da Igreja e de todos os outros valores da Pátria, se os crimes permanecem impunes, os criminosos são considerados como vítimas de uma imaginária "luta de classes", se a própria assessoria do Ministério da Justiça ignora os atos terroristas de organizações como a AAB.

De tudo se conclui que o Ministério da Justiça ressentiu-se com a **Comunicação Pastoral ao Povo de Deus,** quando deveria ter ficado avisado e agradecido pela atitude serena e destemida dos Bispos, que não temem ameaças, porque uma força maior os impele a obedecer antes a Deus do que aos homens.

O PRESIDENTE, ÚNICO RESPONSÁVEL

Primeira vítima do malfadado Estatuto dos Estrangeiros, o padre Vito Miracapillo foi expulso do Brasil em outubro de 1980. Na **Revista da Arquidiocese** *de novembro, Dom Fernando responsabilizou o Presidente da República por essa medida arbitrária e outras que se viessem a processar, com base no mesmo Estatuto. O Arcebispo denunciou também que "alguns senhores, representantes de poderosas e ricas organizações, ocupando cargos de relevo, alguns tidos e havidos como católicos sensatos", estavam tramando a expulsão de Dom Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix, MT.*

A expulsão do padre Vito Miracapillo perturbou ainda mais o ambiente nacional. Os problemas econômicos, políticos, sociais e religiosos são de tal gravidade que abalam os alicerces da Nação, diante da incompetência de equacioná-los em termos adequados. Nessas fases delicadas da história, qualquer gota d'água pode transbordar o cálice de amargura e afogar a vida do País.

No caso do padre Vito, não está em jogo apenas a pessoa do ilustre e dedicado sacerdote. Ele poderia ter desaparecido pela morte e tudo continuaria normal, sem maior conseqüência, além da saudade de seus amigos. O ato de expulsão pelo sr. Presidente da República, sob a falsa alegação de que se tratava de pessoa "nociva e indesejável", refletiu a predisposição nítida de que a questão está na maneira como ele foi fiel ao sacerdócio e à missão de pregar o Evangelho aos pobres e oprimidos de sua paróquia. Vale também como um sinal e uma advertência aos que se integram na mesma missão: se não forem brasileiros, serão expulsos do País; se forem brasileiros, sofrerão toda espécie de perseguição até que adiram subservientemente à ideologia da chamada Segurança Nacional — que nem é segurança, nem é nacional; ao contrário é o regime do arbítrio, do antipovo, da injustiça institucionalizada.

muitos, seria difícil resumir ou dizer o nome de todos, porém vocês são testemunhas de que nestes últimos tempos ocorreram fatos terrivelmente desagradáveis, dolorosos e injustos. Por causa da questão de terras, os posseiros, geralmente marginalizados, são flagelados e torturados por defenderem seus direitos mais legítimos. Ultimamente, foram presos dois padres franceses: Pe. Aristides Camio e Pe. Francisco Gouriou, que dedicam a vida em benefício de nossos irmãos sofredores, juntamente com 13 lavradores. Após um mês de prisão, praticamente incomunicáveis, sem uma razão inspirada na Justiça ou no Evangelho, são irmãos nossos, que estão sofrendo, sobretudo por causa da injustiça institucionalizada no país.

E qual a razão? Meus irmãos, vamos nos imbuir do Espírito de Deus e procuremos ver as coisas com clareza, sem radicalismo, mas com muito espírito de Justiça. O que está acontecendo neste país é que, infelizmente, órgãos oficiais do Governo, encarregados de manter a ordem e defender os cidadãos, não concordam com a orientação da Igreja, não só da Igreja Católica, como de outras Igrejas cristãs que têm no Evangelho a sua inspiração e a sua razão de agir. Não sei por que esses órgãos não querem compreender. Consideram que agimos por interesses humanos, quando atuamos por mandato divino, em defesa do Povo sofredor.

Todo mundo sabe que a Igreja da América Latina decidiu proteger, apoiar, amparar, procurar suavizar o sofrimento dos que não têm onde morar, dos que não têm seus direitos reconhecidos e que são geralmente maltratados pelo poder das armas, do dinheiro e da Polícia. Então, cria-se o problema.

Diante dessa realidade, qual o dever da Igreja? Ficar com os poderosos? Ficar com os latifundiários que, segundo o profeta Isaías, ajuntam terras e mais terras até não ter lugar para ninguém, deixando o povo na miséria, na marginalização? Ficar do lado dos poderosos — nem digo dos ricos, mas dos mais gananciosos e ambiciosos — que nunca se satisfazem com o que têm, por mais que tenham? Enquanto isso, não suportam a presença dos pobres, dos que estão sendo esmagados e que pretendem viver como gente. E isso não é só no campo. Aqui em Goiânia, vocês são testemunhas da violência arbitrária da Polícia, que, quando chega, não quer saber quem está na frente, quer apenas saber se é pobre, se é indigente. Se for, vai apanhar, vai ver seu barraco derrubado. Negar isso é negar a existência do sol.

A missão da Igreja é ficar ao lado do pobre, do oprimido. Ela não

▲ **20 de outubro de 1981, visita aos padres franceses Aristides e Francisco, presos em Brasília**

▼ **. . . em frente à sede da Superintendência da Polícia Federal, a identificação**

▲ Com o professor Pedro Wilson Guimarães, presidente da Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz

dispõe de armas que matam e esmagam; luta com as armas da Verdade e da Justiça porque tem a vitória assegurada. Está criado o problema. Não vamos entrar em questões específicas porque interpretarão que estamos fazendo política. Faríamos política partidária e mesquinha se esquecêssemos toda essa realidade e ficássemos atrelados ao Governo, que, no final das contas, é o responsável maior por toda essa situação. Então se diz que a Igreja está contra o Governo. Não é a Igreja que está contra o Governo, é o Governo que está contra o Povo. É preciso que todos entendam isso. É claro que a Igreja existe em função do Povo de Deus, sobretudo do povo pobre.

Estou informado de que a situação do Norte, no Vale do Araguaia, é calamitosa, tensa, difícil de solucionar. Dois padres estão presos, praticamente incomunicáveis. Não permitem nem que os bispos da região os visitem, mesmo no horário preestabelecido. Os advogados não têm o direito de falar a sós com seus clientes sofredores. Criou-se um grande impasse. E, ao lado dessas injustiças, vemos a fome matando multidões.

Como cristãos, que devemos fazer? É hora de nos unirmos, porque a união faz a força, não a força bruta das armas, mas a força da Verdade e da Justiça.

Neste momento, quero congratular-me com a Comissão Pastoral da Terra, porque tem feito um trabalho extraordinário de conscientização do povo e de arregimentação dos valores autênticos do país.

A CPT não está isolada. Tem a aprovação e a cobertura da Igreja, através do órgão oficial que é a CNBB. Tem a cobertura e a colaboração insuspeita da OAB, aqui representada por alguns de seus elementos. Tem a cobertura das Igrejas particulares que despertaram para essa realidade e que não estão dispostas a permitir que esse país, tão grande e tão bom, seja simplesmente aniquilado e arrasado por um grupelho de poderosos que não ouvem os apelos de Deus. Não é mais tempo de discutir. A questão é decidir. E qual a decisão? É de que nós lutaremos até o fim, com a graça de Deus.

Reparem a passagem do Evangelho, bastante significativa: Jesus diz que um homem agricultor tinha dois filhos. Um dia falou ao primeiro: "Filho, vai trabalhar hoje na vinha". "Não quero", ele disse — mas depois foi. Com o segundo, a mesma coisa: "Eu irei, senhor" — mas não foi. Deus não impõe. Qual dos dois fez a vontade do Pai? Aqui, meus irmãos, está uma pergunta que é feita a cada um de nós: Quem está fazendo a von-

tade de Deus, acima das preocupações terrenas, das ambições e de seus interesses mesquinhos? Porque a Justiça consiste, segundo o Evangelho, em praticar a vontade de Deus. Só Ele é o Senhor. Apliquemos isso a nossa situação: é difícil, muito difícil julgar os homens. O que é que estamos vendo? Eu peço a vocês que me perdoem, se for imprudente (aliás o que sobra para mim é ser julgado imprudente). Vamos agora pensar concretamente. Estamos vivendo uma hora dramática. A Igreja está fazendo um esforço muito grande para cumprir sua missão, que é defender o oprimido, seja ele quem for. A Igreja não pergunta quem é ele, pergunta se é gente e se está sendo injustiçado. Se estiver, a Igreja está pronta para defendê-lo, mesmo que tenha que renunciar a suas emoções pessoais. Ela luta contra a injustiça, custe o que custar. Sofremos, hoje, a história de dois padres que estão na prisão, em frente do terrorismo, da agressividade, da injustiça. Mas, apesar disso, ontem dois cardeais colocaram-se ostensivamente em redor do presidente da República enfermo, num gesto de solidariedade combinado e ensaiado para as câmeras de televisão. Essa atitude fere a sensibilidade daqueles que querem servir ao Evangelho de Jesus Cristo nesse momento histórico. Não entro no mérito e nem estou censurando os cardeais, que são senhores de seus atos, mas estou vendo a situação, aquilo que representa, nesta hora histórica, uma atitude pelo menos ambígua, que só serve para aumentar a confusão. Se tivessem sido chamados ao presidente, tudo bem, estariam cumprindo visivelmente sua missão de sacerdotes. Gestos como este refletem muito bem a confusão que impera neste país.

Peço que não interpretem minhas palavras como um gesto de hostilidade ou de censura. Estou apenas pretendendo tirar dúvidas daqueles que as tenham para reafirmar princípios, além das atitudes divergentes. Enfim, só Deus julga as intenções.

Meus irmãos, estamos fazendo a vontade de Deus? Se não estamos, se não somos fiéis a ela, nada feito, tudo está errado.

Os que se manifestam de algum modo coniventes com as injustiças não são capazes de sofrer e confiar na misericórdia e na Justiça divina. Mas não desfaleçamos na luta. Façamos a vontade dAquele que nos enviou e nos conforta. Deus, na sua bondade e misericórdia, resolveu olhar para o Brasil com olhos misericordiosos.

Devemos dar graças ao Senhor porque, no meio de tudo isso, se, por um lado, alguns que se proclamam católicos acusam padres, bispos, agentes pastorais que oferecem até a vida em defesa de seus irmãos oprimidos,

por outro lado, há muitos outros que, coerentes com sua fé, defendem os princípios da Verdade e da Justiça. Cada um escolha como quiser, mas fiquem todos certos de que a Igreja continuará cumprindo sua missão, aconteça o que acontecer, porque Jesus Cristo diz: "Não temais. Os perseguidores, quando muito, podem matar o corpo... e nada mais". Mas aqueles que morrem por causa da Justiça e da Verdade, conquistam a Vida que não acaba. Por isso Jesus disse: "Não temais". Porque é preciso que o grão enterrado seja aniquilado, para surgir a vida. Não é isto que está acontecendo hoje no Brasil?

Gostaria de fazer um apelo aos apóstolos da Comissão Pastoral da Terra, que estão numa situação privilegiada, enquanto recebem da própria Igreja a missão de acompanhar os casos de injustiças no campo. O apelo é para que não desanimem; que continuem firmes e não queiram agir por interesses meramente humanos. É preciso ter disciplina para que haja ordem; é preciso muito amor à Igreja de Deus autêntica para que não se afastem dos seus princípios fundamentais. É preciso que a CPT mereça a confiança irrestrita de todas as pessoas de boa fé. A situação é delicada, mas há pessoas, muitos bispos e padres, muitos lavradores e leigos das diversas profissões, que dão admirável testemunho de fidelidade e amor à causa da Justiça e da Paz.

Aqui está o presidente da CPT, Dom Moacyr Grechi, provado no sofrimento, nem sempre compreendido, firme e inteligente, cheio do Espírito Santo. Aqui está o querido irmão Dom Pedro Casaldáliga, que já foi caluniado pelo Brasil afora como subversivo e comunista — mas, quem o conhece de perto, e eu o conheço, sabe que é um homem de fé evangélica, de coragem desassombrada, sempre alegre no meio das tormentas. Dom Celso Pereira, de Porto Nacional, que já foi vigário aqui, é um sofredor, sem pretensões, sem dinheiro, sem prestígio, está atravessando tranquilamente horas difíceis, rico de coragem evangélica. Que ele faça de suas fraquezas força para a vitória do Povo de Deus. Seria bom citar a história de cada um, porém o tempo não o permite. Quero fazer uma menção especial ao Pe. Martinho, representante da CNBB, que veio também sentir o calor da chama ardente desses apóstolos. Que leve um recado à CNBB, um recado firme, sincero, enérgico e claro, dizendo à CNBB que não desfaleça; que não prefira a defensiva quando muitos não a compreendem. Que a CNBB continue a dar testemunho como o fez no último pronunciamento. Diga que estamos aqui firmes. A hora é de atuação e de firmeza. Deus está com a CNBB.

É essa coragem que eu gostaria, meus queridos diocesanos, que vocês

assumissem em união com o Arcebispo, que sozinho não teria como dar conta de sua missão.

Quem tiver dúvida, não consulte nem ouça os inimigos, mas venha e siga o ensinamento da Igreja.

Em nome de toda a Arquidiocese, quero prestar um ato de solidariedade aos dois padres franceses e aos 13 posseiros presos e torturados, ameaçados de expulsão, e a todos os perseguidos. Que Deus apresse a hora da justiça e nos dê a graça de perseverar na luta pela vitória da Verdade, da Justiça, do Amor e da Paz.

SOLIDARIEDADE DO REGIONAL CENTRO-OESTE DA CNBB

Dia 9 de outubro de 1981, os padres Aristides Camio e Francisco Gouriou, que aguardavam julgamento pela Justiça Militar, foram transferidos de Belém para Brasília. Poucos dias depois, realizava-se, em Goiânia, mais uma Assembléia Eclesial Regional das Igrejas do Centro-Oeste. Ao final dessa Assembléia, dia 17-10-81, foi concelebrada pelos participantes uma Missa na Catedral de Goiânia. Dom Fernando, na homilia, falou da solidariedade do Regional ao dois missionários e aos posseiros encarcerados, e censurou aqueles que ficam "titubeando, pedindo provas absurdas" da inocência dos acusados e das torturas que lhes foram infligidas.

Caríssimos irmãos e diocesanos.

Estamos esta noite celebrando um grande acontecimento. Como todos devem estar observando, aqui estão os bispos do Regional Centro-Oeste da CNBB que abrange duas províncias eclesiásticas — de Brasília e Goiânia — e mais a Prelazia de São Félix do Araguaia-MT. Somos 18 dioceses e aqui estão seus titulares, seus pastores, numa demonstração muito emocionante da unidade e da colegialidade dos bispos. Mas não só os bispos; aqui está uma plêiade de padres, vindos de todos os recantos do Regional, de religiosos, de religiosas e leigos, representando as comunidades cristãs dos diversos setores de apostolado. Há também um diácono de Itumbiara.

Quiseram os bispos, graças à delicadeza do secretário-geral do Regional, Dom José Carlos, que o encerramento dessa assembléia fosse na Catedral metropolitana, como quem quer dar um testemunho ao povo do que significa esse acontecimento. Por isso, estamos tendo esta bênção em nossa Catedral.

O tema central da assembléia foi sumamente importante. Tratou-se do Ministério Sacerdotal e as Vocações. Todos se empenharam com muita

seriedade nesse tema que despertou muito interesse e resoluções muito práticas e confortadoras. De modo que é meu dever, antes de tudo, manifestar, aos meus colegas no episcopado e no sacerdócio ministerial, o agradecimento de toda a Arquidiocese por este gesto singular e carinhoso. Peço a todos eles que se lembrem que estão em casa, a casa comum, que é sempre o templo do Deus vivo, e neste momento a Catedral abraça todas as Igrejas irmãs desta imensa região.

Vocês terão oportunidade de acompanhar mais tarde o resultado desses estudos, dessas reflexões. Foram dias sérios de reflexão e oração. Esperamos que o divino Espírito tenha iluminado a todos nós para que tiremos o maior proveito para seu povo; que os representantes desse povo levem para suas comunidades o resultado desta convivência de três dias.

Impressionou ainda a nossa assembléia a situação concreta em que estamos vivendo. Situação muito aflitiva. Vocês todos devem estar sabendo o que está acontecendo em diversas partes do País e, particularmente, aqui em Goiás, e mais estritamente no Norte do Estado de Goiás: foram presos 13 posseiros e dois padres, que ainda continuam presos e debaixo de processos e com a angústia de que poderão ser expulsos do País. Isso tem despertado o interesse do episcopado nacional e das igrejas particulares. Enfim, é um problema muito sério e muito delicado em que se mancha, se macula a própria dignidade da Igreja do Brasil e a própria dignidade do povo brasileiro.

Afinal de contas, onde estamos? Como se explica que, num país que deseja o bem, a verdade e a justiça, se cometa tanta iniqüidade? — porque acho que esse é o nome. Pelas informações que temos, esses padres, que vieram da França, estão aqui dedicando todo o amor, todo o seu trabalho no sentido de elevar e dignificar a nossa pátria, a nossa cultura e a nossa fé. Foram acusados de estarem instigando os posseiros a se rebelarem. Ora, meus irmãos, já sabemos de muitas estórias dessas. O que acontece é que esses padres procuram estimular o povo, mostrar o caminho da verdade e da justiça, estritamente de acordo com o Evangelho e com os ensinamentos da Igreja. No entanto, são incomodados, perseguidos e torturados. Por quê? Porque o comportamento deles não concorda com a cartilha daqueles que estão roubando a nossa pátria, as nossas riquezas, daqueles que querem avançar, particularmente no território do Estado de Goiás, com as grandes empresas agropastoris — cuja intenção, sabemos é cada vez mais aniquilar a dignidade do nosso posseiro, do nosso homem livre, de substituí-lo por aqueles que são instrumentos da ganância e da roubalheira. E isso, infelizmente, sob os auspícios, sob a proteção daqueles que deveriam manter a ordem e defender os interesses da pátria. Sabe-se que essa luta é promovida, é estimulada pelos agentes da Polícia Federal com a conivência dos responsáveis maiores em diversos setores do poder. Em suma, trata-se de um abuso do poder do mais forte contra o mais fraco, contra o indefeso, contra aquele que merece antes a atenção, o amparo das autoridades constituídas.

A verdade é essa. Para onde vamos? Ninguém sabe. As notícias que nos chegam, inclusive hoje, são bastante perturbadoras. Mas, não queremos anunciá-las antes de ter a comprovação do que realmente está acontecendo. Sabemos, no entanto, que, além desses padres, que estão presos e ameaçados de expulsão, bispos, padres, religiosas, religiosas e leigos estão sendo ameaçados a cada instante por defenderem os direitos dos oprimidos.

Qual a nossa atitude? Está aqui uma pergunta que incomoda. Porém, antes de sugerir o que deveríamos fazer, devo dizer que a Assembléia Geral do Regional Centro-Oeste tomou já algumas atitudes. Primeiro, enviou um telegrama ao presidente da República em exercício, Dr. Aureliano Chaves, mostrando a esperança que ainda se tem de que a justiça seja feita e que ele não chegue ao cúmulo de assinar a expulsão dos padres, porque isso seria confessar a sua inabilidade de praticar a Justiça em nosso país. No entanto, temos confiança de que Sua Excia., dada a sua formação, e dada a conjuntura em que se encontra, terá força suficiente para negar-se a cometer ou consumar essa injustiça. Que esse telegrama seja acompanhado com preces para que Deus o ilumine e assim livre as páginas de nossa história de mais essa iniquidade. Segundo, a assembléia passou um telegrama aos padres presos, em Brasília, manifestando nosso apoio, nossa solidariedade e as nossas preces. Também esse telegrama deve ser acompanhado de nossas orações. Estamos também rezando por eles esta Santa Missa, para que se confortem, não desanimem e, diante de qualquer consequência, recebam a consolação do Espírito da Paz e da Justiça. Por fim, a assembléia mandou uma nota à imprensa, fazendo uma síntese dos acontecimentos.

No entanto, irmãos e caríssimos diocesanos, não deve parar aqui nossa atitude. Estamos pensando, combinando com outros bispos, padres, religiosos, religiosas e leigos como havemos de concretizar a nossa solidariedade a estes irmãos que estão sendo injustiçados. Esses padres receberam uma solidariedade comovente e enérgica do Regional Norte II da CNBB, no Pará, que os acompanhou com muito vigor, sem temor, enfren-

tando todas as intempéries e todas as injustiças. Os bispos de toda aquela região, com seus fiéis, se reuniram e concelebraram, em praça pública, dando testemunho de fé, de coragem e intrepidez.

Esses padres foram transferidos a Brasília, portanto em nosso Regional. Achamos que não seria justo nem conveniente que o nosso Regional não os acolhesse com amor, com a mesma solidariedade, com o mesmo entusiasmo da fé e da coragem cristã. Estamos pensando em convidar, não só pessoas de nossa Arquidiocese que queiram ir, como aproveitamos a oportunidade para convidar bispos, sacerdotes e leigos de todo o Regional Centro-Oeste, se assim puderem e acharem conveniente para que, terça-feira, dia de visita, levemos uma grande representação para dar um testemunho não só de solidariedade a estes irmãos sofredores, mas darmos testemunho público, na capital da República, de nossa fé e da coragem de nossa Igreja. São estes atos públicos que ainda comovem um pouco os detentores do poder. Queremos que eles saibam que, quando se toca em um membro da Igreja, se fere toda a Igreja; que, de uma vez por todas, se acabe com estes argumentos vãos e mentirosos daqueles que procuram forçar uma distinção entre a parte e o todo, dizendo que não são contra a Igreja, mas que estão contra os padres que julgam "progressistas" — ou outro nome que queiram dar. Ora, meus irmãos, lembremo-nos de Nosso Senhor Jesus Cristo. Lembremo-nos do episódio de Saulo. Quando, com as cartas dos poderosos de seu tempo, foi a Damasco para matar, para perseguir uma parcela da Igreja, Saulo se encontra no caminho com o próprio Jesus Cristo. Ele ia ferir a Igreja de Damasco. No entanto, Cristo o interroga com todo o carinho, com todo o amor misericordioso: "Saulo, por que me persegues?" Saulo ficou perplexo: como estaria perseguindo a Cristo? Sim, "porque quem persegue a um dos meus, persegue a Mim". Cristo se identificou não só com a sua Igreja, mas com cada parcela ou membro de sua Igreja. Ferir o padre, ferir uma igreja particular, ferir os posseiros injustiçados e levados à força de sua terra, é ferir Jesus Cristo. Porque Ele se sente ofendido toda vez que ofendemos um dos nossos irmãos. Então esse é o sentido dessa nossa solidariedade: dar uma demonstração visível e sensível de que a Igreja particular de Goiânia, como as Igrejas particulares do Centro-Oeste, juntamente com suas irmãs do Norte, estamos igualmente solidários e igualmente dispostos a sofrer as consequências daqueles que combatem a Cristo.

A CNBB, segundo estou informado, está estudando medidas que reflitam essa angústia, esse sofrimento da igreja de todo o Brasil. Porque, meus irmãos, é bom que fique bem esclarecido: já é terrível prender padres inocentes e expulsá-los do país, mas não nos cingimos apenas ao episódio da prisão desses dois padres. Vemos nestes últimos acontecimentos, que se alastram cada vez mais, uma ofensa terrível à dignidade da Igreja Católica em nossa pátria. É o Brasil que está sofrendo, é o povo brasileiro, em todas as suas tradições, em toda a sua vida, em toda a sua manifestação de vigor, que está sendo manipulado, e como que esmagado, como se fôssemos 120 milhões de escravos.

Não podemos permitir que aqueles que receberam uma parcela do poder neguem a Deus na ordem prática e queiram se aproveitar do poder para destruir, para corromper o próprio plano de Deus. Não permitamos, meus queridos irmãos, que se escreva mais esta página triste e negra em nossa história. Mas isso depende muito do comportamento de cada um de nós e de todos reunidos. Se alguém tem dúvida, procure se esclarecer consultando, não os inimigos da Igreja, mas consultando as fontes onde se pode examinar onde está a verdade.

Por outro lado, peço a todos, por amor a Deus e à Igreja e por amor ao Brasil, que não fiquem titubeando, pedindo provas absurdas, dizendo que só devem agir quando tiverem plena evidência do que aconteceu. Isso é um argumento da iniquidade, também. No final, Deus é a verdade integral e nós agimos por atos externos, por aquilo que se pode demonstrar, e o que se pode demonstrar é que não é um, são muitos os padres que já ofereceram sua vida, e muito mais que padres, aqueles posseiros de quem nem se sabe o nome, que já foram apagados da história deste mundo e que hoje estão escrevendo a história dos filhos de Deus no céu, e assim tantos outros.

Vocês devem se lembrar, como esta Catedral tem sido realmente marcada com sinais visíveis da providência divina. Aqui acolhemos o corpo inânime do Padre João Bosco Burnier, que começou a morrer em São Félix do Araguaia e acabou de morrer em Goiânia. Ainda hoje, cheio de emoção, lembro-me como a Catedral sentiu e se comoveu, atraída a multidão toda por um ímã que não se sabe de onde veio, para testemunhar, para presenciar as exéquias de um mártir. Tantos outros acontecimentos poderíamos citar de como esta Catedral tem sido escolhida por Deus para marcar estes episódios da vida e da história da Igreja.

Espero que hoje, como ontem, estejamos à altura desses acontecimentos, sem nos perguntar quais são os interesses humanos, terrenos, os interesses da prudência humana, porque nestas horas, meus irmãos, estejam todos prevenidos: até as calúnias mais baixas e mais vergonhosas procuram atirar contra esses pobres padres já martirizados. Isto é real-

mente revoltante e, se não fosse a fé, teríamos que tomar outras providências, de outra natureza; mas a fé nos impele porque, acima de tudo, está a caridade de Cristo. O que não podemos ser é inativos ou insensíveis e só termos ouvidos para ouvir as iniquidades e calúnias e não querer ver a evidência dos fatos.

Espero, meus caríssimos irmãos no episcopado e no presbiterato e no diaconato, e todos os irmãos pelo batismo, mais do que nunca estejamos unidos. E, se acharem conveniente, vamos nos organizar para, na terça-feira, levarmos nossa mensagem, nossa presença de solidariedade aos irmãos que sofrem. Todos os que estiverem dispostos a isso, se apresentem ao Secretariado da Pastoral Arquidiocesana para que possamos providenciar tudo o que for necessário, de modo que, na capital da República, diante das autoridades, se for necessário, possamos dar um testemunho da intrepidez de nossa fé em defesa da liberdade dos filhos de Deus.

Hoje é a véspera do dia das Missões. Que coincidência feliz! Quando a Igreja Universal está voltada para os interesses maiores do Reino de Deus, deseja expandir esse Reino, cumprindo a missão do divino Mestre — "ide ensinar tudo o que ensinei a todos os povos" — como temos coragem de pregar Jesus Cristo, se não temos coragem de defendê-lo quando os inimigos ofendem nossos irmãos?! Também se é missionário defendendo aqueles que dão a vida pela fé.

JULGAMENTO EM TEMPO DE COPA DO MUNDO

Logo que foi marcado o julgamento dos padres Aristides Camio e Francisco Gouriou, para o dia 21 de junho de 1982, Dom Fernando mandou a todas as paróquias da Arquidiocese esta carta, datada de 16 de junho, para que o povo fiel ficasse informado das vergonhosas irregularidades processuais e acompanhasse, com suas orações, o desenrolar do último ato da farsa montada em Belém.

Caríssimos Arquidiocesanos

Esta segunda-feira, dia 21, começa, em Belém, o julgamento dos padres Aristides Camio e Francisco Gouriou que, juntamente com 13 posseiros do Sul do Pará, estão presos desde agosto do ano passado. A acusação contra eles, como tem sido amplamente divulgado, é a mesma que se usa contra a Igreja, sempre que, por sua fidelidade ao Evangelho, seus ministros e agentes pastorais assumem a defesa dos marginalizados e oprimidos. Eles são "subversivos", "comunistas"...

Todos nós conhecemos — também pela divulgação da imprensa e pela própria **Revista da Arquidiocese** — as circunstâncias vergonhosas em que se desenrolou este processo. Vejamos alguns pontos:

1. Em primeiro lugar, as autoridades militares recusaram os pedidos de habeas corpus feitos pelos advogados dos padres, que pretendiam o relaxamento de sua prisão preventiva, para que eles pudessem aguardar o julgamento em liberdade. Essa recusa não tinha nenhuma justificativa, já que, segundo a própria lei, só são mantidos em prisão preventiva aqueles réus cuja soltura ofereça algum perigo para a coletividade ou aqueles que

possam aproveitar da liberdade para fugir ao julgamento. Nenhuma das duas hipóteses, é claro, se aplicava aos padres.

2. Desde o início, houve um indisfarçado interesse do Governo e de seus agentes em difamar as pessoas dos dois missionários, inclusive antecipando um julgamento que estava (e está) nas mãos dos juízes da Auditoria Militar de Belém. Houve uma série de declarações à imprensa, feitas, entre outros, pelo senador Jarbas Passarinho e pelo tenente-coronel Sebastião Rodrigues de Moura (**Major Curió**), em que se acusava gratuitamente a ação da Igreja no meio rural, atacando particularmente os dois padres e a Comissão Pastoral da Terra.

3. À margem do processo, acontecia toda sorte de pressões sobre as pessoas e as comunidades que se solidarizavam com os presos. Detenções, ameaças abertas ou veladas, panfletos anônimos espalhados covardemente por todo o Brasil, tudo isso fez parte dessa trama intimidatória. Em outubro do ano passado, por exemplo, os padres foram transferidos da prisão em Belém para a sede da Polícia Federal, em Brasília, pois as autoridades estavam incomodadas com as vigílias de solidariedade na capital paraense. Foi em vão. Na Capital Federal, o mesmo carinho cercou os padres Aristides e Francisco. De Goiânia, também fomos, a 20 de outubro, uma caravana de 80 pessoas (inclusive o Arcebispo e outros Bispos deste Regional), prestar nossa solidariedade cristã aos dois sacerdotes.

4. A todo momento, percebia-se o interesse das autoridades em acentuar a condição de **estrangeiros** dos dois sacerdotes. Tentou-se — felizmente sem sucesso — jogar a opinião pública contra o trabalho dos milhares de agentes pastorais que, nascidos em outros países, encontram-se hoje no Brasil a serviço do Evangelho universal de Jesus Cristo.

5. As injustiças mais graves desse processo, entretanto, se deram em relação aos 13 posseiros presos. Ao longo destes últimos 10 meses, foram sendo conhecidas todas as pressões a que estes pobres lavradores foram submetidos para que acusassem os padres Aristides e Francisco. Desde o primeiro dia de prisão, em agosto de 1981, vários deles foram brutalmente torturados, ainda em São Geraldo do Araguaia, para que incriminassem os padres. As torturas continuaram em Belém, agora sobretudo no plano psicológico. Eles foram colocados separados dos sacerdotes e sofreram uma verdadeira lavagem cerebral para que se convencessem de que, se estavam sofrendo daquela forma, "era por culpa dos padres". E que, se os acusassem como "incitadores", não apenas seriam absolvidos, como ainda receberiam lotes de terras e outros "prêmios". Para pressionar mais ainda os posseiros, abalando-os emocionalmente, seus familiares eram levados à prisão, pelo **major Curió**, que os orientava para que insistissem na traição aos dois sacerdotes. Também aí o feitiço virou contra o feiticeiro. Alguns desses parentes foram os primeiros a denunciar, diante do Juiz militar, as torturas sofridas pelos posseiros, já que estes se encontravam sem forças para resistir a tanta pressão. Já nestas últimas semanas, alguns posseiros haviam voltado atrás, inclusive exigindo que fosse trocado o advogado-policial que lhes fora imposto no início do processo.

6. Uma das mais graves peças de acusação contra os dois padres era, como se divulgou, a ata de uma reunião de missionários franceses no Brasil, da qual participaram os padres Aristides e Francisco. A ata, escrita em francês, foi tirada, pela Polícia, da casa dos dois padres. Traduzida para o português por uma tradutora juramentada, apresentava trechos em que os padres apareciam como colaboradores de um partido divulgado. Em maio último, porém, os advogados provaram ao juiz que, na tradução da ata, havia pelo menos 17 trechos infiéis, ou seja, traduzidos de modo errado, exatamente nos lugares que complicavam a situação dos padres.

Essas e outras circunstâncias deste triste processo revelam apenas a disposição das autoridades de condenar, a qualquer preço, não apenas as pessoas dos dois zelosos missionários, mas a todo o trabalho pastoral da Igreja que se acha hoje embrenhada nestes sertões brasileiros, lado a lado com os mais pobres e perseguidos dos filhos de Deus.

Não sabemos o que vai acontecer nestes dias (coincidentes?) da Copa do Mundo e do julgamento. Sabemos apenas que a Justiça triunfa e a Verdade liberta. Por isso, pedimos a todas as comunidades de nossa Arquidiocese que se unam em oração, especialmente estes dias, a todos aqueles que estão rezando pelos sacerdotes e posseiros em julgamento.

FARSA EM BELÉM: "A MÁSCARA CAIU"

Na madrugada de 22 de junho de 1982, a Auditoria Militar de Belém anunciou a sentença de condenação dos padres Aristides Camio e Francisco Gouriou (15 e 10 anos de prisão, respectivamente) e dos 13 posseiros (nove anos, um deles, e oito, os demais). No mesmo dia, a Arquidiocese de Goiânia iniciava a coleta de assinaturas para um abaixo-assinado de protesto — que foi depois entregue à Presidência da República, em Brasília, com mais de 30 mil assinaturas; e fazia o convite para a Missa a ser celebrada, dia 24, por intenção dos condenados. É desta Missa a homilia de Dom Fernando que se segue.

Meus irmãos e caríssimos diocesanos

Creio que vocês todos sabem o motivo deste chamamento do bispo para a celebração da Eucaristia, esta noite e esta hora.

O Brasil inteiro foi surpreendido com a condenação de 13 pobres posseiros e dois padres franceses, pelo fato de procurarem defender seus mais legítimos direitos. Vivemos numa hora em que o pobre, o marginalizado e o oprimido são condenados pelo "crime" de lutar em defesa dos seus direitos mais fundamentais. Na realidade, o que pretendem os senhores do poder, do dinheiro e da força é legitimar um regime sócio-político-econômico que desconhece a dignidade da pessoa humana e atribui valor absoluto ao predomínio do Estado sobre os cidadãos. Chegamos afinal ao que mais poderíamos temer: a corrupção da lei, para levar os juízes a condenar os inocentes. No caso, houve a melancólica aliança do poder e da força, acobertados por dispositivos legais pré-fabricados, feitos sob medida para inocentar os verdadeiros culpados e condenar os injustiçados e oprimidos.

Tenho a impressão de que este episódio constitui uma das páginas mais vergonhosas da História do Brasil. É verdade que temos outras páginas tristes: sabemos da história do índio, quando milhares e milhares foram mortos friamente pela cobiça dos senhores de engenho e pelos chamados "bandeirantes", de ontem e de hoje; sabemos do drama trágico dos negros, trazidos da África para nos ajudar a crescer como nação e que ficaram escravizados, torturados, assassinados. Mas esse fato de hoje, dos posseiros e dos padres que foram condenados oficialmente pela Justiça, depois de dez meses angustiantes de martírio — por conseguinte, algo premeditado, friamente elaborado — constitui, no meu modo de ver (e que ninguém se iluda!), um desafio frontal à Igreja de Jesus Cristo em nossa pátria.

Não é o caso de relembrar os episódios desses 18 anos de tirania, de arbitrariedade, de cobertura da mais iníqua das leis que já saíram no Brasil — a chamada Lei de Segurança Nacional, cujo objetivo é destruir a dignidade da pessoa humana e os direitos do cidadão para exaltar, defender as injustiças de um Estado militar e totalitário.

O povo brasileiro, por suas mais legítimas e respeitadas entidades, não consegue expressar livremente a sua repulsa a esta lamentável situação. As armas de todos os tipos, inclusive cachorros adestrados, ocuparam a praça onde a multidão pretendia reunir-se, clamando por justiça.

Tenho a impressão de que agora a máscara caiu, com o desfecho de um processo que durou dez meses. A Igreja fez o que poderia fazer, no sentido de chamar a atenção dos maiores responsáveis por este País: horas de esperança, horas de desespero, horas de ceticismo, até que os tribunais militares, escravizados pelos interesses dos poderosos, que abusam do poder, do dinheiro e da autoridade, terminaram, acintosamente, condenando os inocentes. Vocês vão ver o caso concreto, quando pedir a Dom Tomás Balduíno, que assistiu a tudo e que deu esta alegria de vir celebrar conosco, quando ele descrever o que aconteceu em Belém.

A minha parte, hoje, é mais de fazer um apelo a quem quer honrar o nome de cristão. Cristão, todo mundo é neste País, inclusive os que perseguem o Cristo verdadeiro, inclusive os que condenam padres e bispos, inclusive os traidores das leis. Esses se dizem cristãos, porém não concordam com as orientações dos pastores legítimos da Igreja de Cristo. Não sei como formam a consciência, — isso não é da minha conta. Todos nós seremos julgados por Deus.

Vejo aqui, hoje, os nossos vigários, os nossos agentes pastorais, os representantes das comunidades, das paróquias, das instituições católicas,

enfim, quem tem a coragem de protestar de público a sua fé e nega-se a adorar os ídolos do nosso tempo, mesmo que venham vestidos de todo o dinheiro e de toda a hipocrisia de que está cheia a sociedade de hoje.

Tenho a impressão, irmãos, que chegou a hora das grandes decisões. Quem não tiver coragem de se decidir por Jesus Cristo, é melhor, por uma questão de coerência, renunciar ao nome de cristão. O mundo não suporta mais a hipocrisia de cristãos que servem a Satanás e aos seus agentes. Chegou a hora de denunciar aqueles que combatem a Igreja de Cristo, e que, ao mesmo tempo, procuram comprar os ministros de Cristo por qualquer título.

Neste ano, que dizem ser de eleições — pessoalmente, desconfio destas eleições, não obstante certas evidências — chegou a hora de cada um perguntar a si próprio, diante de Deus, quais são as pessoas que devem governar este País. Não é mais hora de titubear. Sei que está chegando um momento mais ou menos parecido com os anos de 1968 a 1972, quando o Arcebispo de Goiânia, que é o mesmo que ainda hoje está aqui, sofreu sérias represálias e foi até proibido de fazer qualquer pronunciamento público. Os donos dos meios de comunicação se envergonhavam de pronunciar o seu nome, em seus jornais ou em suas rádios, com exceção da Rádio Difusora. Parece que estamos, hoje, chegando novamente a esse tempo. Estou informado, por pessoas fidedignas, que certa imprensa, aqui em Goiânia, já deu ordens de nada se publicar do Arcebispo, nem da Igreja — a não ser que seja contra a Igreja. É bom que saibam, isso não é mistério, é o que está acontecendo. O que a gente vai fazer? Ficar com medo? Vai melhorar a hipocrisia? A compra e venda de consciências?. . .

Estamos assistindo, enquanto sofremos o drama do Pará, o drama das célebres invasões de Goiânia, em que quantos pobres, inocentes, por cometerem o "crime" de serem pobres, ou de procurar um pedaço de terra para não morrer de fome, são friamente assassinados. Há quem diga que isto acontece, em parte, sob a orientação dos que deveriam manter a ordem. Todos nós sabemos que estamos marchando para essa degringolada da honra, da fidelidade à verdade e da justiça. Não estamos defendendo nem padres nem freiras, estamos defendendo a dignidade da pessoa humana, esteja ela onde estiver.

Peço aos caríssimos sacerdotes que não vejam neste pronunciamento do Arcebispo — como alguns, às vezes comentam — mais um ato de imprudência de Dom Fernando. Trata-se, aqui, de um apelo à honra, à dignidade, mas sobretudo à fé, à divina esperança e à caridade. O que acontece

hoje — pelo que a gente acompanha pelos jornais — é que o Brasil inteiro, pelas instituições mais representativas, não só da Igreja católica, está sentindo os horrores dessa farsa que foi o processo contra os padres franceses, que eles lembram, pejorativamente, serem estrangeiros, desconhecendo a nossa cultura, desconhecendo a nossa fé e a nossa história, toda ela baseada no heroísmo, na fé, na virtude, na ciência desses padres que vieram de longe e plantaram a Igreja de Jesus Cristo em nossa Pátria.

Meus irmãos, eu peço a vocês que me considerem do jeito que quiserem; quem não acreditar em mim, pelo menos tenha a caridade de rezar por mim; e, se acreditarem que não estou mentindo, diante de Deus e do povo, vamos nos unir com coragem, sem violência e sem medo. É o que eu digo a todos os pobres que vêm, perseguidos e com fome, bater à porta do Arcebispo: **Unidos a Jesus Cristo e aos irmãos, sem violência** — mesmo que façam violência contra nós — **e sem medo.** Porque o medo está acabando de matar as últimas reservas morais deste País: medo de perder o emprego, medo de não ser agradável aos grandes que abusam do poder para nos esmagar, medo até do medo. Assim não dá. . . O que Jesus Cristo mais pediu, foi exatamente não ter medo. "Eu venci!"

Peço que esta missa seja um ato de adoração ao mistério da Eucaristia, mas seja também um ato de súplica para que Deus tenha compaixão, primeiramente daqueles que nos oprimem. O nosso Mestre nos ensina que devemos rezar e até mesmo amar os que nos perseguem, nos caluniam. Vamos pedir a Deus que tenha misericórdia desses tiranos que estão esmagando 120 milhões de brasileiros. Que Ele conforte a sua Igreja, congregue os seus bispos e seus padres. Faça com que os religiosos e as religiosas se despojem de si mesmos e de seus preconceitos e se coloquem a serviço da causa comum. Que os leigos, pais e mães de família, jovens ou crianças, unam-se como filhos do mesmo Pai, para darmos testemunho da unidade e da fé. Se assim fizermos, irmãos, nós cantaremos a vitória mais depressa do que possamos imaginar. Quem não quiser fazer assim, tenha pelo menos a coerência de se afastar, como os grandes se afastam. (Eu os louvo pela coerência de não virem à Igreja, nesses momentos. Não se apresentam diante de Deus e de seus ministros porque não têm força moral, para não assistirem a cerimônias como estas; pelo menos nos deixam mais à vontade).

Depois, vamos pedir pelos padres franceses, agora condenados, que eu conheci em Brasília, quando fui visitá-los. Achei-os alegres, dispostos, animando aos outros. Também por esses pobres posseiros, que sofreram tortura, a quem procuraram comprar com o dinheiro da iniquidade, além

do temor das armas e tantas outras misérias de que está cheio o chamado "processo".

Meus irmãos, chegou a hora das decisões, chegou a hora do poder das trevas, como disse Jesus Cristo. Mas Ele exigiu fidelidade a seus apóstolos: é a hora de também exigirmos das crianças, jovens e adultos, nos unirmos a Cristo, porque só Ele é a nossa vitória.

Vamos pedir ao caríssimo Dom Tomás, bispo da Diocese de Goiás, que estava no Pará, no dia do julgamento, que nos mostre a realidade de como as coisas aconteceram, para que amanhã não digam que a gente está imaginando coisas, que estamos tendo visagens, para que, diante dos fatos concretos, tomemos a decisão de sermos Povo de Deus, Povo vigoroso, alimentados na fé e vivificados na caridade e operosos nessa divina esperança que nos abre as portas do céu.

UMA ENTREVISTA SEM RODEIOS

Falando ao repórter Wanderlei Carlos de Faria, de **O Popular**, *Dom Fernando analisa, nesta entrevista, entre outros assuntos, as relações entre Igreja e Governo, a atuação das Comunidades Eclesiais de Base, o trabalho da Comissão Justiça e Paz, os ataques da Prefeitura aos agentes de pastoral comprometidos com os moradores das invasões e até as tão faladas "riquezas da Igreja". A entrevista foi publicada na edição de 18 de janeiro de 1981.*

Pergunta — Como o Sr. vê a ação da Igreja, hoje, no Brasil, especialmente em Goiás? Ela que, após Puebla, assumiu uma nova posição, defendendo uma opção preferencial pelos pobres?

Resposta — No fim do ano passado, fui a Roma, para a chamada visita "ad limina" — visita ao túmulo dos Apóstolos — e, naturalmente, para visitar o Papa e ouvi-lo. A impressão que tive na Itália é de que a Igreja Católica no Brasil está impressionando muito seriamente a Europa pela sua atitude, pelo seu vigor, pelo seu comportamento em defesa dos mais pobres e oprimidos. A minha impressão é de que a Igreja hoje, no Brasil, está altamente revigorada. Convém, no entanto, explicar que a opção preferencial pelos pobres não significa uma opção exclusiva pelos pobres. É bom esclarecer esse ponto, porque os ricos ou os que se consideram ricos acham que nós somos contra eles e que lhes fazemos restrição. Não há isso. A Igreja é de todos e para todos. O próprio Evangelho nos ensina que Jesus Cristo, que fez a opção pelos pobres e sofredores, nunca se negou a receber qualquer rico, por pior que ele fosse, por mais pecador que ele fosse, mas ao contrário, se vinham de boa vontade encontrar com Cristo, eles se convertiam e às vezes distribuíam o que tinham para com os pobres. Por conseguinte, não é opção exclusiva, mas preferencial, como nós temos também outras preferências como a família e

a juventude, que também estão em Puebla, e pouco se fala dessas preferências.

P — É possível a Igreja lutar por essa preferência, num sistema sócio-econômico-político considerado "pecaminoso" pelo ex-presidente da CNBB, dom Aloísio Lorscheider?

R — Eu estou de pleno acordo com Dom Aloísio. Acho que caímos num sistema que aos poucos foi se corrompendo cada vez mais, a ponto de se tornar um sistema pecaminoso, ou seja, um sistema que conduz ao pecado. Um sistema que não aceita mais a justiça, porque institucionalizou a injustiça. Então, isso é pecado e é contra a vontade e o plano de Deus. Agora, se isso tem ajudado ou prejudicado a ação da Igreja: por um lado prejudica, porque o nosso sonho seria que houvesse harmonia entre o poder civil e a Igreja, o que não acontece; mas, por outro lado, ajuda, porque todos nós sabemos que, na hora da luta, a gente fica mais entusiasmado e afervorado, e isso tem afervorado a Igreja. A história nos demonstra que a Igreja, sempre que ficou acomodada, bem instalada com o amparo e os privilégios do poder civil, ela decaiu. Então, foi se desfigurando e se diluindo. Ao passo que, numa hora como essa, o que a gente vê é que a Igreja está se afervorando e se reanimando, tomando consciência do seu próprio valor e de sua própria missão.

P — O que o senhor acha do projeto de abertura do atual Governo?

R — Essa pergunta é interessante. Você me pergunta o que eu acho da abertura política. Isso me faz lembrar um episódio, que eu tinha até citado, em entrevista de muitos anos atrás. Quando o sr. Jânio Quadros renunciou, foram perguntar ao velho marechal Lott, que foi seu comandante, o que ele achava da renúncia de Jânio Quadros. O velho general pensou um pouco e respondeu de maneira curiosa e inteligente, a meu ver. Ele disse: "Eu acho, mas não digo". A mesma coisa eu falo hoje sobre a abertura.

P — O senhor tem razões para não dizer?

R — Eu penso que tenho, pois do contrário estaria pronunciando palavras inúteis. E se vocês quiserem saber quais são as razões, eu posso dizer, porque, no final das contas, não é mistério para ninguém. Primeiro, porque ninguém pode dizer o que acha da abertura. Segundo, porque não sei se já acharam a abertura; e em terceiro lugar, porque a abertura tem muita coisa parecida com fechadura.

P — Dentro desse contexto, como está a relação Igreja-Estado, particularmente em Goiás?

R — Particularmente em Goiás é uma coisa, enquanto generalizando para o Brasil é outra. Particularmente em Goiás, acho que a Igreja vai muito bem, pois temos um governador que a meu ver não tomou ainda consciência de suas responsabilidades de governador, ou pelo menos não demonstrou isso; acha que governar é juntar dinheiro ou fazer dinheiro, mesmo em prejuízo do povo pobre. É verdade que ele não gosta muito, parece, dos meus pronunciamentos. Mas isso é mais uma prova de que está completamente por fora da realidade brasileira.

P — Como o senhor viu o documento que o Papa João Paulo II encaminhou aos bispos brasileiros, pedindo-lhes que não assumissem uma posição de cores político-partidárias?

R — Já li esse documento diversas vezes. Primeiramente, o Papa não disse nada de novo, porque isso é doutrina que aprendi quando seminarista. Primeiro, que a Igreja tem uma missão essencialmente religiosa. Ninguém nunca pôs em dúvida isso, ele repete isso constantemente em todos os discursos. É ponto pacífico. Em segundo lugar, ele diz que o Padre ou a Igreja deve se afastar da política partidária, o que não tem nada de novo. É uma advertência sempre oportuna, e ao mesmo tempo me parece que é um recado não tanto para os bispos, mas para os que querem que os bispos se filiem a partidos políticos. A Igreja não é partidária, ela é universal, e universal é justamente o contrário de partido. A Igreja não tem nada a ganhar se for cuidar de política partidária. Por exemplo, sou bispo — me considero pelo menos na minha compreensão, humildemente, sem pretensões — mas me considero bispo de todos. Se eu me filio a um partido, renuncio aos outros; então, evidentemente, estaria contra minha missão e até contra o bom senso. É melhor ficar com o todo, do que ficar com um pedaço. Em terceiro lugar, é preciso compreender que a política partidária, ao menos como se tem apresentado, é, realmente, uma fonte de divisão, de intrigas, de confusão e de tudo isso que não precisa muito explicar, porque todo mundo honestamente deve confirmar. Que interesse a Igreja tem pela política partidária? Agora, isso não significa que a Igreja não respeite os partidos e que não defenda a tese de pluripartidarismo. A Igreja defende e acha que o perigo e o erro maior é o partido único, porque todo partido único é absorvente e totalitário. E nós estamos sofrendo as consequências justamente do totalitarismo de um partido praticamente único, porque na verdade existiam dois que a linguagem popular chama de partido do sim ao Governo e o outro partido era do "sim senhor",

para fazer tudo o que o Governo quer. E isso, os prejuízos, estamos sofrendo.

P — Dentro desse contexto, a Igreja poderia voltar a atuar no Brasil nos moldes da antiga Liga Eleitoral Católica?

R — Poderia, mas, na minha opinião, não conviria. A Liga Eleitoral não foi um partido, é preciso que se esclareça bem isso. A Liga era uma tentativa de conscientizar o povo para despertar sua consciência cívica e orientar para que cada um agisse de acordo com sua consciência, defendendo os postulados da Igreja Católica. E, nesse ponto, ela foi vitoriosa.

P — O senhor acha que ela conseguiu os objetivos?

R — Conseguiu, no tempo em que havia Constituição integral e não remendada como é hoje. Você se lembra que o divórcio, a defesa da família, a assistência às Forças Armadas e outras foram teses pelas quais se lutou e se conseguiu. O texto da Constituição, entretanto, tem sido modificado.

P — A Igreja está enfrentando, atualmente, dificuldades financeiras? No terremoto na Itália, a Igreja não destinou nenhum recurso especial, mas partiu para despertar outros países para a necessidade de ajudar?

R — Vou lhe dizer algo que eu sei que é polêmico, pois não tenho força para convencer ninguém. Mas posso dizer que a Igreja é pobre, não obstante as aparências até de riquezas.

P — Ela está mais pobre ainda agora?

R — A minha impressão é que está cada vez mais pobre. Porque confundimos. Para falar na linguagem contábil, fazemos a distinção entre o econômico e o financeiro. Economicamente, se apenas considerarmos o valor das coisas que a Igreja tem, ela vai muito bem. Por exemplo, sem falar na célebre e chamada riqueza do Vaticano, que é mais uma riqueza histórica e do patrimônio universal da qual a Igreja não pode se utilizar, podemos citar o caso de Goiânia: economicamente a Diocese vai bem, porque tem uma Catedral, tem uma dezena de Igrejas paroquiais, tem muitos colégios que pertencem às ordens e congregações religiosas e que não são da Diocese. Se nós considerarmos o valor desses prédios e desses bens, realmente é uma fortuna.

P — A Igreja tem terras em Goiás?

R — Em Goiás tem, mas é relativamente muito pouca; e aqui na Arquidiocese, menos ainda. Temos uma propriedade de 19 alqueires que está a serviço de uma escola agro-industrial; outra propriedade de 12 alqueires, em Sobradinho, que serve para ajudar a escola; temos também o terreno onde está o antigo prédio do Seminário, onde são realizados os cursos abertos aos que querem dele se utilizar. Toda a terra está a serviço da comunidade. Vêm, inclusive, autoridades aqui de Goiás, atrevidamente, como o senhor Prefeito, porque nós somos contra a violência cometida nas invasões, indagando por que a Igreja não doa as suas terras para essas invasões. Eu gostaria que ele me dissesse o que acha que a Igreja tem, porque eu o iria doar aos pobres. Como já doei, quando aqui cheguei, a maior propriedade da Arquidiocese, no município de Corumbá de Goiás, que naquele tempo pertencia à Arquidiocese de Goiânia. Toda aquela propriedade foi doada para a primeira experiência de reforma agrária, orientada pela Igreja, sem ostentação, sem demagogia, mas com eficiência, beneficiando 45 famílias.

P — Algumas autoridades reclamam que a Igreja convive com vários outros regimes como os da Polônia, Argentina, Cuba e outros, mas não está querendo conviver com o regime brasileiro.

R — Acho que isso é pura imaginação. Isso não é questão de querer ou não querer conviver. É questão de poder ou não poder. Nós estamos convivendo com o regime. Nada fizemos contra ele, apenas denunciamos as injustiças. Eu mesmo já declarei na Carta Pastoral, documento mais veemente que já publiquei aqui, que, como bispo católico e conforme a doutrina social da Igreja, nós não temos que nos intrometer em nenhum regime político-econômico e social, e respeitamos todos eles. Agora, denunciamos as injustiças, como tenho feito até hoje. Durante todos os meus 37 anos de bispo, fora o tempo de vigário, tenho denunciado as injustiças do regime. Mas nunca disse que se mudasse de regime ou não se mudasse. E, depois, estou convivendo; pelo menos, ainda estou vivo e ainda não fui preso. Agora, uma coisa é o problema do Brasil e outra são os problemas dos países citados. Em todos eles se procurou conviver, porque o próprio Governo procurou a Igreja para encontrar uma solução que pelo menos desse uma aparência de harmonia. Mas aparência muito frágil. Sempre a Igreja protestou contra as injustiças. Prova disso é a Polônia hoje. Os poloneses, que são católicos, estão convivendo com o regime comunista, mas estão atuando e dando provas de um vigor de que o mundo está espantado.

P — Como o senhor vê os diferentes posicionamentos da alta hierarquia católica brasileira?

R — Não há divergências no que diz respeito aos aspectos da fé e da disciplina da Igreja, nos pronunciamentos do episcopado brasileiro. Agora, há divergências de interpretações de fatos sociais.

P — Como estão as Comunidades Eclesiais de Base em Goiás?

R — As comunidades são a solução para as circunstâncias atuais porque as CEBs se constituem de pequenos grupos, que se reúnem para refletir à luz do Evangelho, conhecer-se e ajudar-se mutuamente a tomar consciência de seus deveres religiosos e cívicos. Acho que é a maneira mais eficaz de conscientizar nosso povo, para que possa tomar conhecimento de seus direitos e de seus deveres. Isso é que tem incomodado os mais diversos setores do Governo. Você repare como a Prefeitura de Goiânia fica irada quando os próprios moradores desses bairros se unem e não se conformam com as injustiças que eles querem praticar, apesar de o próprio Prefeito dizer que está voltado com todo o interesse para a periferia de Goiânia. Que esteja voltado para eles, está; agora o que não sei é se é para os interesses do povo que mora lá.

P — O senhor tem vários pronunciamentos denunciando a ação dos dominantes sobre os oprimidos. Quais os principais problemas que a Igreja enfrenta atualmente em Goiânia?

R — Tenho feito esses pronunciamentos levado pelas circunstâncias. Pessoalmente, gostaria muito de fazer pronunciamentos que pudessem ser mais confortadores para o próprio Governo, mas não encontro matéria suficiente para isso. O que eu tenho feito é denunciar as injustiças com a maior cautela. Desafio a quem quer que tenha visto algum documento assinado por Dom Fernando que ferisse a dignidade de uma pessoa e que diminuísse a autoridade como ela é. Eu denuncio os erros, os crimes e as injustiças. Considero que o problema mais grave em nosso meio é, de uma parte, a injustiça que está completamente institucionalizada para tirar proveito em dinheiro, e dinheiro injustamente conseguido. Em segundo lugar, a opressão policial, a mando dos superiores ou responsáveis. Tenho, por um lado, pena da própria Polícia, pois os policiais não têm culpa disso — são mandados, sob pena de irem para a cadeia. Além disso, eles cometem certos desatinos porque não têm salário suficiente para viver com dignidade. Nessa confusão, a própria Polícia é conivente em muitos crimes, como o próprio Ministro da Justiça já declarou.

▲ **Na Universidade Católica, encerramento do Seminário de Teologia, em 14.05.1982. Presença de Dom Luciano Mendes, secretário geral da CNBB**

▲ Solene concelebração eucarística, na praça Boaventura, Vila Nova, na comemoração da Festa de Corpus Christi. (10.07.82)

P — Há mais de um ano, o senhor reuniu um grupo de leigos e sugeriu-lhes uma tomada de posição. Quais os resultados daquele encontro?

R — Eu considero aquela reunião uma das memoráveis reuniões já havidas na Arquidiocese, desde que cheguei aqui. Foi uma coisa que me impressionou. A maioria das pessoas convidadas — 155 — compareceu. Houve uma colaboração imediata, logo após o meu pronunciamento e a coisa continua. O meu objetivo era constituir a Comissão Justiça e Paz, a Comissão Pastoral da Terra e um órgão de divulgação. Hoje nós temos uma experiência que não tínhamos naquela época, pois antes mesmo de ser constituída a Comissão Justiça e Paz, poucos dias depois, apareceu o célebre caso do Ivo Bandeira. Uma vítima da perseguição e que foi realmente seqüestrado e despersonalizado por drogas, dentro da Polícia. Isso está provado e sei que muita gente vai dizer que estou exagerando, mas o pobre rapaz ainda hoje não está em casa. É a família que está sofrendo as consequências, como toda a sociedade. A meu ver, esse caso, que há quem diga, da parte de lá, que a Igreja fracassou, acho que ela teve uma grande vitória, mas a Igreja não costuma tocar música comemorando vitória. Fica esperando outro sofrimento para superá-lo. O fato despertou uma procura muito grande por parte de pessoas e grupos de sofredores e oprimidos. Quando há qualquer coisa nesta cidade e eles não têm como solucionar, procuram a Comissão. Graças a Deus tem havido uma colaboração muito generosa e muito espontânea de muita gente boa de Goiás.

P — Como o senhor analisa a atuação da Comissão Justiça e Paz e qual a resposta às agressões feitas por algumas autoridades contra a comissão?

R — Eu responderia a essas acusações com as próprias acusações, significando que estamos tocando na chaga. Eles, em lugar de procurar um meio racional, inteligente, justo e humano para nos unirmos e resolvermos esses problemas, se irritam. Irritam-se, por quê? Nunca ofendi a pessoa deles. Defendo os pobres e os grandes ficam zangados comigo. As acusações são um estímulo e comprovam que estou certo. O próprio Prefeito começou a dizer que a culpa de tudo isso é a Igreja, porque antes de ela tomar essa opção preferencial pelos pobres, estava tudo bem comportado e tudo acomodado. E estava mesmo, mas quando a Igreja começou a despertar a consciência e mostrar o valor da pessoa humana, eles — sofredores — e não a Igreja, começaram a tomar atitude. É claro que tiveram e têm o apoio moral da Igreja. Agora, se isso incomoda aos poderosos, ou mudem de atitudes ou então se unam para defender os pobres

e os injustiçados. Acho que essa é a solução mais certa que o Governo deveria tomar.

P — Esse despertar da consciência das massas, sem a correspondente solução dos problemas, não nos levaria a convulsões sociais?

R — Poderá levar, não nego a hipótese. Mas é isso que queremos evitar, porque o povo sofre e a consequência é o medo. Todo mundo está com medo e o medo é uma arma perigosa, porque a primeira fase é a de acomodação, é o pavor. Mas o medo, quando é grande demais, vira desespero e, depois disso, não há força humana que contenha uma massa desesperada. Estamos procurando justamente evitar esta configuração, dando consciência, e o meu **slogan** é este: "Unidos, sem violência e sem medo". Unidos, eles estão se unindo. Inegavelmente, só os cegos do poder não querem ver a união dos pobres e dos sofredores. Essa união é para valer, para construir e não destruir. Segundo, sem violência, porque violência gera violência e não é cristã. Outra coisa é o medo, e isso nem todos, confesso, conseguimos superar. Agora, a meu ver, não sei se estou me antecipando no julgamento — se o estiver, peço perdão —, o maior medo é do Governo, que sabe que lhe está fugindo a terra dos pés e não tem onde se amparar, só no dinheiro e nas armas, que são muletas muito frágeis.

UMA RESPOSTA AOS DETRATORES DA IGREJA

Logo após ter sido vendido para um grupo econômico, em 1981, um jornal de Goiânia inaugurou sua nova fase, como semanário, publicando um fantasioso dossiê contra a Arquidiocese de Goiânia, em que se atacava particularmente o Arcebispo. Na ausência de Dom Fernando, o então vigário-geral, padre Jesus Flores, emitiu uma nota de alerta à opinião pública. Ao retornar, o Arcebispo foi procurado pelo repórter Wilmar Alves, do **Diário da Manhã**, *a quem concedeu a entrevista abaixo, publicada na edição de 26-4-81.*

Pergunta — Nestes últimos dias, têm sido publicadas notícias a respeito de um certo dossiê, cuja origem não foi revelada, envolvendo a Arquidiocese de Goiânia e um de seus órgãos, o SPAR, e citando-os como veículos de subversão e propagação do marxismo-leninismo. O que é o SPAR e qual a sua função dentro da Arquidiocese?

Resposta — Acho que essa pergunta é muito oportuna. SPAR é uma sigla que significa Secretariado da Pastoral da Arquidiocese. Portanto, é um ponto central, que eu chamo de convergência e irradiação. Convergência, sim, de toda a ação pastoral que se faz em qualquer recanto da Arquidiocese. E irradiação porque se encarrega de difundir tudo aquilo que possa servir para troca de experiências, pois muita coisa acontece, sempre, em algum recanto, em alguma comunidade de base, em alguma paróquia, mas que os outros não têm conhecimento. Então, o SPAR é um órgão muito importante. Depois da Cúria Metropolitana, que é o centro do governo diocesano, o SPAR ocupa esse lugar de destaque, de órgão responsável, especificamente, pela missão pastoral da Igreja. E tudo que é ação pastoral passa, de algum modo, pelo SPAR.

P — Como está estruturado o SPAR e, dentro de sua estrutura, quais as atividades que o sr. considera mais importantes?

R — O SPAR se constitui de vários setores, que nós chamamos de Comissões. Há por exemplo, o setor família, o setor vocacional, o setor carcerário, meios de comunicação etc. Além disso, nestes últimos anos, tem enriquecido suas atividades com a Comissão Justiça e Paz e a Comissão Pastoral da Terra, o que certamente criou muito medo aí por fora. A Comissão Justiça e Paz, mesmo antes de constituída, teve que entrar em atividade, graças ao caso daquele jovem, Ivo Bandeira. O SPAR tem sede própria, e nela estão instalados, ainda, dois setores muito importantes, além dos outros, como a Sala da Ação Catequética, a Livraria e a redação da **Revista da Arquidiocese.**

P — Como funciona a Livraria do SPAR, que também tem sido citada nas matérias sobre a suposta ação subversiva da Igreja em Goiás?

R — A Livraria é uma seção interna, que faz uma espécie de prestação de serviços. Não tem objetivo de lucro e nela são encontrados, geralmente, os livros que nos pedem para adquirir, como intermediário, e esses pedidos partem sobretudo do mundo universitário. Nessa livraria há de tudo que possa realmente servir à catequese, e assim por diante.

Sei que essa livraria tem despertado muito interesse de algumas pessoas. E para não ficarmos apenas numa citação vaga, vai aqui um exemplo: um ex-secretário da Segurança Pública, coronel muito conhecido em Goiás, pelos seus feitos e desfeitos, passou uma semana ou mais visitando sistematicamente a Livraria do SPAR, ao ponto de trazer uma certa dúvida quanto ao que queria, pois nem sempre ele comprava livros. Então o SPAR o interrogou, procurou saber o que pretendia, se estava ali vigiando alguma coisa, se estava ali em nome de alguma instituição etc. Depois disso, ele deixou de frequentar.

Bem, mas em síntese, a Livraria é realmente um veículo importante para alimentar os conhecimentos daqueles que trabalham não só na Pastoral, mas em qualquer outro setor das ciências humanas.

P — E o que é a Revista da Arquidiocese?

R — A **Revista da Arquidiocese** nasceu um mês depois que cheguei aqui. Cheguei em junho de 57, em julho saiu o primeiro número. Só que sua circulação foi interrompida durante, aproximadamente, oito ou dez meses. Acho que não convém, aqui, relembrar a história.

P — Por que motivos ela teve sua circulação interrompida? Censura oficial?

R — Foi em função de uma portaria do Governo, que tinha o objetivo — aliás, muito nobre — de coibir a pornografia. Para controlar, o Governo exigiu que toda publicação impressa — livros, jornais etc. — passasse pela censura do departamento próprio da Segurança Nacional. Imediatamente, então, fiz um requerimento, para que a revista fosse liberada dessa exigência e pudesse ser impressa. Anexei três números da revista e mandei, mostrando que ela não se enquadrava naquilo que era objeto da portaria.

Essa carta deve ter causado certa oportunidade para os interessados em reprimir o comunismo e a subversão examinarem a revista. Num dos exemplares, lembro-me bem, havia uma das minhas mensagens de páscoa— cândida e pura, como todas as mensagens de páscoa, mas eles viram ali sinais de subversão contra o regime. Ora, cada um entende as coisas com a inteligência que tem.

Mas o fato é que demoraram todo esse tempo, até que eu perdi a paciência e fiz um ofício ao ministro da Justiça, perguntando por que não responderam ao meu requerimento número tal, pois tinha direito a uma resposta — sim ou não. Eles não poderiam proibir a publicação, pois isso significaria que a revista era pornográfica. E não queriam permitir sua circulação, para se livrarem do incômodo de ver sair o que tem saído na revista. Então ela ficou visada e conhecida. Isso foi até muito bom para nós.

P — A Revista é um órgão oficial de divulgação da Arquidiocese de Goiânia?

R — A revista é um órgão oficioso da Arquidiocese. Eu não digo que é um órgão oficial porque ela não publica apenas os atos oficiais. Publica também os atos oficiais, além de muitas outras coisas. Geralmente ela tem três seções: os atos oficiais, quando os há; a parte de reflexões e uma outra, sobre a vida interna da Arquidiocese o movimento das paróquias, das comunidades etc.

P — O que entra nessa parte de reflexão?

R — Nessa parte a revista dá uma ampla liberdade a quem quiser escrever o que bem entender, mesmo que não seja uma coisa muito or-

todoxa para nós. Se o artigo é sério, será motivo de reflexão. E daí, penso eu, esse material deve ter ajudado muito a engordar o dossiê que dizem existir contra mim. Porque, de fato, tem muita coisa.

P — E onde mais a revista circula, além da Arquidiocese e suas áreas de atuação?

R — Tenho a impressão, pelo menos — e é bom que eu diga — que a revista é mais conhecida fora do que dentro da Arquidiocese. Eu a mando para todos os Bispos do Brasil, mando para os órgãos internacionais de maior interesse e com os quais muitas vezes mantemos intercâmbio, e temos recebido muitos elogios, muito estímulo. Eu chego, por exemplo, a uma assembléia geral da CNBB, e são muitos os bispos, muitos mesmo, que vêm me abraçar, dar-me os parabéns e agradecer pelo envio da revista, pedir números que eles perderam etc. Quer dizer, é uma revista séria, que não é de ampla divulgação, não é vendida nas bancas. É uma publicação, digamos, dirigida. Isso tem feito um bem imenso e tem tornado a Arquidiocese de Goiânia muito conhecida.

Tudo isso mostra que o trabalho da Arquidiocese possui uma infra-estrutura bastante sólida. Além da revista, outro meio de comunicação ligado a essa infra-estrutura, de orientação católica, é a Rádio Difusora, que também tem grande influência, todo mundo sabe disso, e cada vez está ficando melhor. Então, nós por aí vamos trabalhar.

P — Qual é o Plano Pastoral da Arquidiocese, e porque as insinuações de que estaria a serviço da subversão?

R — Eu gostaria muito que esses que me acusam de subversão, de comunismo, entendessem. Eles são inteligentes — pelo menos devem ser, pelos cargos que ocupam, não é? Pois trata-se de um Plano Pastoral muito amplo, que funciona em torno de metas, em torno de objetivos específicos, de acordo com a Lei da Igreja, com os ensinamentos do Concílio, de Puebla, de Medellín e do próprio Magistério da Igreja, das encíclicas pontifícias.

Tudo isso é bom esclarecer, para não pensarem que Dom Fernando é uma pessoa isolada dentro da Arquidiocese. Um bispo, sozinho, não pode nada, pelas suas limitações pessoais de toda natureza. Mas acontece que o bispo é a cabeça do Presbitério, e o Presbitério significa a reunião de todos os padres que trabalham numa diocese. E esses padres que trabalham na diocese são os vigários, os mestres, os professores

universitários etc. Esses vigários, por sua vez, são orientadores de consciências, animadores de comunidades, têm uma influência muito grande. De modo que atacar a Igreja não é atacar Dom Fernando. Seria muito bom que fosse, mas não é. Eu, particularmente, não me sinto ofendido. Lamento que isso aconteça; não por mim, mas pelo povo de Goiás, de Goiânia.

P — Isso quer dizer que as denúncias veiculadas pela imprensa atingem, quer queiram ou não, muito mais que apenas o arcebispo metropolitano de Goiânia?

R — Bem, o que é que acontece? Vem, como ocorre ultimamente, um jornal, que parece ter mudado muito, pois ele começou muito bem, muito nosso amigo. Os que trabalhavam nele devem se lembrar de que o SPAR era deles. Eles iam lá como se estivessem indo à sua própria casa, acompanhavam o movimento da Arquidiocese, davam muitas notícias.

Ultimamente, porém, parece que esse jornal mudou de dono. E esse dono parece que tem pretensões políticas, pois está demonstrando que quer alguma coisa para ser conhecido, e a imprensa sempre é um meio de comunicação que torna muita gente — boa ou má — conhecida.

Eu estranhei, depois que estava no Nordeste, de férias, quando esse jornal me dedicou toda uma página. Tive essa "honra", que só não é honra porque foi dada por quem foi. Mas, na verdade, é um destaque merecer uma página inteira de um jornal. Eu não estava aqui, mas a Arquidiocese é um todo, tem os órgãos competentes; esses órgãos funcionaram e deram uma nota de esclarecimento, porém não a mandaram para aquele jornal, nem quiseram usar das prerrogativas que a Lei concede, de pedir uma página inteira para defesa das acusações vãs. Por serem elas tão infantis, e muitas vezes tão falhas de verdade, não mereceram maior consideração.

P — E as tais acusações que estariam circulando em Brasília, mais exatamente no Congresso Nacional, num documento sem timbre e sem assinaturas: teria algo a ver com a opção preferencial da Igreja pelos pobres?

R — O que nós vemos é que a ação da Igreja está incomodando aqueles que se sentem feridos nos seus interesses pessoais, porque mostramos que a opção preferencial da Igreja Católica, sobretudo na América Latina, é pelos pobres, segundo o documento de Puebla.

E é bom insistir: é uma opção preferencial, não exclusiva. Nós não excluímos ninguém que queira se aproximar de Jesus Cristo. O próprio Evangelho nos diz que todos os grandes ricos, mesmo ladrões, como era Zaqueu, podem ser ganhos para as boas causas. Zaqueu se aproximou de Jesus Cristo, com boas intenções, foi por Jesus Cristo recebido e se converteu, como muitos de seus colegas. Por conseguinte, a ação é a mesma.

A Igreja não rejeita aqueles que de boa vontade queiram seguir o Evangelho, seguir Jesus Cristo. Mas não pode deixar de mostrar que, segundo a própria palavra do Evangelho, é muito difícil um rico se salvar quando faz do dinheiro o seu deus. Já o nosso povo simples diz que o dinheiro é o melhor de todos os escravos, mas é o pior de todos os senhores. Quando a pessoa sabe para que serve o dinheiro, pode fazer maravilhas e um bem enorme, pois é dona do dinheiro e é ela quem manipula o dinheiro. Mas, quando se deixar manipular pelo dinheiro, ou — falando mais claro — quando se vende pelo dinheiro, então é capaz de toda corrupção, como está acontecendo hoje.

Não vamos descer a essas particularidades, porque seria muito longo e precisaríamos de documentos jurídicos para podermos provar, e eles não deixam documentos jurídicos. Deixam as provas morais, as marcas da infidelidade, as marcas da hipocrisia, as marcas da maldade. Mas essas marcas não valem como argumentos jurídicos. A verdade é essa. Nós vivemos nesse mundo.

Agora, por outro lado, eu me admirei daquela página de jornal, pela falta de habilidade e — por que não dizer? — pela falta de inteligência. Segundo dizem, nós estamos num ano pré-eleitoral. Os partidos políticos estão se organizando, todos eles com um afã e sede para manipular as comunidades de base da Igreja, que o próprio Governo já chamou de "células comunistas", embora as esteja procurando de todas as maneiras, agora, como quem quer chamá-las para não serem contra o seu partido.

P — E como a Igreja reagiria a essa procura, pelo Governo e seu partido, às comunidades de base?

R — Gostaria de esclarecer, com toda a sinceridade, que não sou contra o partido do Governo, como não sou contra nenhum partido. A Igreja sempre defendeu o pluripartidarismo, e isso faz parte de sua doutrina social. A Igreja sempre condenou o partido único, que leva ao totalitarismo,

à arbitrariedade, a isso que nós estamos cansados de sofrer. Portanto, como bispo, eu me considero bispo de todos os partidos, quer eles queiram, quer não queiram. Como pessoa humana, tenho que votar. E, segundo a Lei, só posso votar em uma pessoa, um candidato determinado. Então, fica inteiramente a meu critério, mas é uma decisão íntima, da minha consciência.

P — A Igreja, como instituição, coloca-se à margem da política partidária?

R — Agora mesmo o papa João Paulo II, com o seu vigor, declara, numa carta aos bispos, que a missão da Igreja é esencialmente religiosa, e não política. Não política partidária, é claro, porque existe a grande Política, da qual todos nós temos alguma parte, que é a Política do bem comum. E ninguém é mais mestre na Política do bem comum, na Política do bem universal, que João Paulo II. Então, acho que toda pessoa humana, toda pessoa racional, que faça parte de uma comunidade — seja a família, seja a sociedade em geral — tem que ser política. Quer dizer, tem que se interessar pelo bem dos outros, ou então estará se negando e negando todos os valores humanos.

P — Nenhum partido deve alimentar a pretensão de encampar, ou conquistar, uma comunidade de base da Igreja?

R — Nenhuma organização da Igreja, nenhum elemento da Igreja como tal — como o bispo, o vigário etc — pode se filiar a partido político, mas, individualmente, cada pessoa pode se inscrever ou fazer a opção que bem desejar. E é livre, nisso. Por exemplo: as comunidades eclesiais de base, enquanto comunidades eclesiais de base, não podem se filiar a partidos. Os membros de cada comunidade, porém, escolhem o partido que quiserem, e com toda a liberdade. É essa a doutrina da Igreja.

P — Quem seriam os responsáveis diretos pelas denúncias de supostas atividades subversivas da Igreja, em Goiânia?

R — Essa conversa franca, aberta, que estamos tendo aqui, não é assim compreendida pelos meus gratuitos adversários, que são especialistas em caluniar, em mentir, em ser hipócritas. Na frente me abraçam, e na primeira esquina me caluniam. Eu os conheço, pelo menos alguns deles. Sei quem são, mas não é da minha missão — nem a caridade cristã permite — pronunciar os seus nomes. É, para mim, até um alívio deixar de falar os nomes deles. Mas, no fundo, penso que sei muito bem quem é que fez essas páginas do tal jornal. E agora vieram com outra página. O que é que posso fazer? Ir brigar com o jornal? Para quê?

P — O sr. não pensa, portanto, em se defender?

R — Penso que não minto se disser a vocês que em momento algum de minha vida — como padre ou como bispo — me defendi a mim mesmo. Mas, se atacam a Igreja, estão atacando a mim, de frente, se o inimigo merece ser pelo menos censurado ou contestado. Quando é uma coisa tão ingênua, vestida de mentira, de hipocrisia, de letrinha miúda, isso não vale nada. Só serve para cair no ridículo, como aconteceu a primeira vez em que o jornal fez aquela página.

P — Um tiro pela culatra?

R — Digo isso — não sou homem de fazer alarde, de fazer propaganda — porque tenho recebido de quem soube da notícia, às vezes sem ler o jornal, telefonemas, telegramas cartas, ofícios, solidariedade de todo jeito. Então eu acho que, politicamente, eles incorreram num erro muito grave, que poderá ser fatal. Se continuarem a atacar a Igreja, nós continuaremos a silenciar. Mas há os meios — e eficacíssimos — para mostrar aos eleitores de 82 (se houver eleição), quais são os verdadeiros amigos e os verdadeiros inimigos da Igreja Católica.

P — O sr. acredita na real existência do dossiê que fala de subversão na Arquidiocese de Goiânia?

R — Bem, aí eu tenho que fazer um esclarecimento. Que existe um dossiê contra mim, tenho certeza de que existe, e não é de agora.

P — Possui informações mais precisas sobre a existência de tal documento?

R — Há alguns anos passados — talvez três anos, ou quatro, não me lembro mais —, esteve comigo o general Arnizaut, que era responsável, na época, pelo Comando Militar do Planalto. Um homem que admirei muito. Passou praticamente um dia comigo; veio às 10 horas, almoçou e ficou até às quatro horas, lá na chácara. É um homem que considero correto, muito fiel, e que me foi apresentado por um outro amigo meu, que está aqui em Goiânia e é o comandante da Polícia Militar, o coronel Aníbal Coutinho, que poderá confirmar tudo isto. Em nossas conversas, lá pelas tantas, não sei qual dos dois me disse que de fato havia um dossiê contra mim, e que esse dossiê já estava bastante volumoso.

Isso, portanto, não é novidade. Neste País, infelizmente, é raro um

cidadão que não tenha dossiê de tal natureza. E a julgar pelo número de pessoas agentes do Serviço Nacional de Informações, acho que o Brasil deveria ser o país mais bem informado do mundo, principalmente o Governo, se não acreditasse em mentiras.

Agora, que esse dossiê esteja de mão em mão no Congresso Nacional, parece-me uma leviandade e até um pecado contra o Serviço Nacional de Informações, que não pode divulgar isso. Outra coisa que muitas pessoas já me disseram: como é que eles publicam num jornal um dossiê de origem desconhecida, sem uma identificação? Então, esse dossiê não vale nada, pode ser um dossiê de mentiras, e parece que é mesmo. Agora, o que está publicado no jornal não deu para ler a olho nu — a letra é miúda demais —, para que eu pudesse verificar se o que citam da **Revista da Arquidiocese** corresponde a textos realmente veiculados nela e aos quais se referem com número de página e tudo.

P — Nada pôde detectar, então?

R — Pelo que vi, há uma grande ignorância, de fazer vergonha, quanto à terminologia católica, eclesial. Eles não sabem distinguir diocese de arquidiocese, bispo de arcebispo, Goiás de Goiânia. Não sabem nada. E então manifestam, mais uma vez, a má-fé e a ignorância.

P — E verdade que o senhor proibiu entrevistas de padres e outros representantes da Igreja, após a divulgação das denúncias?

R — Eu vi isso escrito no jornal, mas tal afirmação é mais um atestado de ignorância e grosseria. Primeiro, quem sou eu para proibir que quem quer que seja, diga o que quiser? Qual foi o cidadão, católico ou não católico, santo ou pecador, que honestamente possa vir dizer, de fronte erquida, que Dom Fernando o impediu de entrar na sua casa? E o SPAR também está de portas escancaradas; todo mundo entra e sai, inclusive o jornal que publicou tais matérias. Aliás, alguém desse mesmo jornal, dizendo-se repórter, veio pedir, aqui na Cúria, a nota de esclarecimento divulgada a propósito da primeira matéria. E a nota lhe foi entregue, sem qualquer mistério.

P — Publicou-se uma versão, também, de que o sr. teria levantado dúvidas quanto à morte do papa João Paulo I?

R — No tocante à citação feita na primeira matéria publicada, quanto às possíveis suspeitas com relação à morte de João Paulo I, a gente viu cla-

ramente que ouviram o galo cantar mas não sabem onde. Primeiramente, porque não foi na Catedral. Foi numa reunião mensal de pastoral e, em conversa, mostrando alguns aspectos de Roma, eu disse que inclusive houve uma suspeita de que o papa João Paulo I teria sido envenenado, ou teria tido morte violenta, que não fosse natural. Mas eu disse também que isso se desfez pelas próprias circunstâncias que cercaram João Paulo I naquela noite.

É bom lembrar que essas dúvidas tinham sido levantadas no mundo inteiro, talvez devido à pressa — digamos assim — com que ele morreu. Trinta e três dias depois do seu pontificado, quando estava impressionando o mundo inteiro pelo seu sorriso, de repente, sem nenhuma aparência de causa, morre. Então, é muito natural que surjam essas dúvidas. Mas, no contexto lá de Roma, para quem acompanhou João Paulo I até sua morte, aquilo se desfez. A verdade, porém, é que o episódio ficou ecoando pelo mundo. E foi isso que eu disse.

P — Esse tipo de acusação teria um endereço certo, no sentido de isolar — ou tentar isolar — a Igreja de Goiânia em relação à Igreja Universal, ou o pastor da Igreja de Goiânia em relação a Roma?

R — Nesse ponto, eu me sinto muito feliz, porque conheci todos os papas, pessoalmente, desde Pio XI até João Paulo II, com exceção de João Paulo I, porque não deu tempo. Em 1978, fui a Roma para conhecer João Paulo II. Fui recebido com todo o carinho, tiramos 14 fotografias, por insistência do próprio Papa (temos essas fotografias aí). Ele me recebeu muito bem, inclusive os dois padres que me acompanhavam; pediu que entrassem, abraçou-os com muita intimidade. Foi uma visita muito confortadora. Além dessa oportunidade, estive com João Paulo II pelo menos quatro vezes, aqui no Brasil: na CNBB e em Fortaleza.

P — As especulações, ou tentativas de indispô-lo perante Roma, poderiam estar relacionadas a algum escrito seu publicado na Revista da Arquidiocese?

R — Quem quiser fazer um juízo honesto pode pegar a própria **Revista da Arquidiocese** e colecionar todos os artigos assinados por Dom Fernando. Tenho o costume de assinar o que escrevo. E posso dizer o seguinte: desafio qualquer pessoa a me mostrar um escrito autêntico, assinado por mim, contra a dignidade de quem quer que seja, santo ou pecador, autoridade constituída (no seu valor, porque, segundo a doutrina católica, todo poder vem de Deus); mas é verdade que denuncio, e com vigor, as injustiças, as inverdades, as calúnias, as mentiras, os erros dos governantes, porque, afinal de contas, a minha missão é essa — anunciar Jesus Cristo e denunciar tudo aquilo que vai contra o plano de Jesus Cristo. Portanto, seria uma ofensa muito grande dizer que Dom Fernando não está em perfeita união com o Magistério da Igreja, com o Sumo Pontífice e com a Igreja Universal.

P — Na sua opinião, essas denúncias recém-publicadas seriam uma ofensiva isolada, partida de um grupo econômico ou político localizado, ou estariam também ligadas a um movimento mais amplo, de âmbito — quem sabe — nacional?

R — Eu recebo algumas revistas, de diversos países da América Latina e da Europa. E acho que isso é todo um trabalho sistematicamente organizado para desmoralizar a Igreja Católica, particularmente na América Latina. Não é só no Brasil. Isso que nós temos passado aqui — inclusive com aqueles que nós chamamos de mártires dos nossos dias, como o padre Burnier, o padre Rodolfo, o índio Simão e muitos outros, além de mortes, prisões, torturas, castigos de toda natureza — isso tudo faz parte de uma cadeia. É uma cadeia que vai de uma ponta a outra da América Latina. E há até um documento, que não sei como descobriram — e não sei dizer se é autêntico ou não —, denunciando particularidades desse plano. A verdade é que a coisa tem coincidido, e está dando certo. Nós sabemos disso. Sabemos mais que a Igreja está em luta aberta, porque ela não vai mais ceder. Ela hoje reconhece que não acertou quando quis se acobertar do poder, do dinheiro ou da força, mesmo para evangelizar. Convenceu-se de que foi um passo em falso, que em nada ajudou a evangelização.

Depois nós temos hoje as nossas metas prioritárias, como sejam: a opção preferencial pelos pobres, a juventude, a família e as vocações sacerdotais. Não vamos nos afastar disso, mesmo que desagrade a determinados interesses. Agora, temo pelo Governo, temo pelos que pretendem chegar ao Governo, ao poder, utilizando-se das armas de querer desfigurar ou desmoralizar a Igreja, porque eles provavelmente vão cair numa decepção muito forte.

P — Como vê a correlação de forças no atual momento político brasileiro, e como situa, neste contexto, a extrema direita e a extrema esquerda?

R — Com relação à influência — ou ao atrevimento — da extrema

direita ou da extrema esquerda, hoje eu não saberia dizer qual das duas é mais influente. Pelos últimos acontecimentos, tenho a impressão de que a extrema direita está mais atrevida que a extrema esquerda, talvez por conveniência do próprio Partido Comunista, que também está dividido.

Em Goiás mesmo houve um caso curioso. Foi por ocasião da expulsão do padre Vito Miracapillo. Então aconteceu aquela reação no Brasil inteiro, de protesto, coisa impressionante para um padrezinho da roça. Dentro de 24 horas, o mundo todo já sabia. E tudo indica que quiseram expulsar Vito Miracapillo não foi por nada de independência de um país que está cada vez mais dependente de muitos outros (sem querer, com isso, ferir a nossa independência política, isso não).

Mas, o que foi que aconteceu? Aqui em Goiás houve um grupo — e hoje os nomes de seus componentes estão publicados na **Revista da Arquidiocese,** o que deve ter incomodado muito — que escreveu uma carta ao Presidente da República, pedindo para expulsar Dom Pedro Casaldáliga do País. Depois eu soube que alguns desses possíveis signatários teriam protestado. Um pelo menos, me telefonou, dizendo que estava fora daquilo. E até me contou como foi a tal reunião.

P — E como foi a reunião?

R — Pelo que esse cidadão me contou, foi um encontro de empresários, pecuaristas e bancários, para tratar de assuntos específicos. Depois de tratarem do assunto principal, alguns saíram. Saíram e disseram: "Vocês podem fazer um pronunciamento, que nós estamos de acordo". Mas estavam de acordo somente com o que se tratara até então. Os que ficaram para a segunda parte da reunião — muito animada, sobretudo pelo espírito do uísque — resolveram escrever, no ardor próprio desses momentos, uma carta ao Presidente da República, colocando os nomes de todos os que tinham assistido à reunião, desde o começo, desde a primeira parte.

Eu sei é que, mais tarde, surgiram esses dizendo que estavam fora e que protestavam contra isso etc. etc. Quer dizer, isso é um sinal. São elementos da extrema direita, grandes proprietários, que pretendem dominar Goiás e Goiânia, e pensam que o povo é imbecil, quando o povo está cada vez mais tomando consciência do seu valor e levando para o ridículo essas manifestações de euforia.

P — Esgotadas as nossas perguntas. A palavra é do Arcebispo, para fechar a entrevista com a sua mensagem final.

R — Eu quero agradecer por essa conversa que tivemos, agradecer ao **Diário da Manhã,** e fazer um apelo. Um apelo particularmente aos meios de comunicação social.

Vamos criar um mundo novo. Vamos nos convencer de que esta civilização que está aí, a civilização do dinheiro, a civilização do sexo, a civilização corrupta, de comprar gente como se compra boi, essa civilização não pode mais ir para diante.

O chamado capitalismo liberal está com os seus alicerces abalados. E, então, alguma coisa nova há de surgir. Ninguém pense que significa que seja comunismo. O comunismo está com a situação ainda pior, está cada vez mais dividido, cada vez mais em conflito consigo mesmo e cada vez mais desacreditado, embora exercendo uma força muito poderosa (não brinquemos, pois não se deve minimizar a força do adversário). Como exerce uma força muito poderosa a extrema direita, que hoje é que está dominando, aparentemente.

Mas nós não temos medo disso. Nós temos uma palavra que nos assegura a vitória: "a Verdade vos libertará". Que, aliás, é o lema da **Revista da Arquidiocese,** publicação que o jornal chamou de "o órgão oficial da subversão em Goiás". Pois esse "órgão oficial da subversão em Goiás" tem como lema **a Verdade vos libertará.**

Então, o apelo a esses meios de comunicação é para que juntemos esforços. Nem tudo está perdido, pois há muita gente, muito valor querendo somar para tirar a nossa pátria e o mundo desse impasse grosseiro por que está passando. Paulo VI, e depois Puebla, ousou chamar essa civilização, essa nova civilização que há de vir — já há sintomas de que está chegando — de "a civilização do amor e da paz". Então, vamos trabalhar para isso, e teremos a vitória.